UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

BERGSON MORAIS VIEIRA

Representação política, redes de sociabilidade e composição de bases de apoio parlamentar: Mudanças e Continuidades na Gramática Política Brasileira.

São Cristóvão/SE,
2020.

BERGSON MORAIS VIEIRA

Representação política, redes de sociabilidade e composição de bases de apoio parlamentar: Mudanças e Continuidades na Gramática Política Brasileira.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira

São Cristóvão/SE,

2020.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Vieira, Bergson Morais

V658r Representação política : redes de sociabilidade e composição de bases de apoio parlamentar : mudanças e continuidades na gramática política brasileira / Bergson Morais Vieira ; orientador Wilson José Ferreira de Oliveira. – São Cristóvão, SE, 2020.

303 f. : il.

Tese (doutorado Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2020.

1. Sociologia política. 2. Políticos - Redes sociais. 3. Representações sociais - Aspectos políticos.. 4. Poder (Ciências socais). 5. Governo representativo e representação. I. Oliveira, Wilson José Ferreira de, orient. II. Título.

CDU 316.334.3(81)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Mestrado e Doutorado em Sociologia
Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos"
PPGS/UFS CEP: 49.100-000 - Tel. fax: (079) 3194-6792

Ata de Defesa Pública de Tese de Doutorado

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de Fevereiro de 2020 (dois mil e vinte), reuniu-se a Comissão Julgadora composta pelos Professores Doutores Wilson José Ferreira de Oliveira (Orientador), Ivan Fontes Barbosa (examinador), Marco Aurélio Dias de Souza (examinador), Jefferson David Araújo Sales (examinador) e Juan Francisco Espinoza Molina (examinador) para avaliar a Tese de **Bergson Morais Vieira**, intitulada **"REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, REDES DE SOCIABILIDADE E COMPOSIÇÃO DE BASES DE APOIO PARLAMENTAR: MUDANÇAS E COTINUIDADES NA GRAMÁTICA POLÍTICA BRASILEIRA"**. Na qualidade de presidente da Banca, o orientador passou a palavra ao candidato para que fizesse uma exposição oral de até 30 minutos. Em seguida, o candidato foi arguido pelos membros da banca na seguinte ordem: Prof. Dr. Juan Francisco Espinoza Molina, Prof. Dr. Jefferson David Araújo Sales, Prof. Dr. Marco Aurélio Dias de Souza, Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa e, por último, Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira. Terminada a arguição, o candidato respondeu os questionamentos da banca e retirou-se da sala para que os Membros da Comissão Julgadora concluíssem a avaliação. Ato contínuo, na presença do Candidato, o Presidente anunciou que o Candidato foi considerado APROVADO. O Presidente proclamou o Candidato **DOUTOR EM SOCIOLOGIA**, informando-lhe que a versão definitiva da tese deverá ser apresentada à Secretaria do Programa no prazo de 90 (noventa) dias a contar da presente data, em 03 (três) exemplares. Em seguida, agradeceu aos membros da Comissão Julgadora e aos presentes e encerrou a sessão. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos Membros da Comissão Julgadora. Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos", **27 de Fevereiro de 2020**.

Orientador

Examinador

Examinador

Examinador

Examinador

"Com distinção"

Os resultados deste trabalho eu dedico aos meus pais, João e Izaura, cujo apoio incondicional me deu forças para seguir em frente. Sem vocês nada disso teria sido possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, à Universidade Federal de Sergipe (UFS), por ter me confiado a oportunidade do saber. Agradeço a todos os integrantes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe: aos funcionários pela atenção dada ao longo desses anos, e aos professores pela formação proporcionada. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos, que me permitiu a dedicação exclusiva a essa pesquisa.

Agradeço ao professor Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira, meu orientador, por suas imprescindíveis orientações, sem as quais essa tese não teria sido concluída. Devo agradecer também pela paciência e dedicação. Guardarei comigo o exemplo de intelectual e de profissional que é, assim como a sua dedicação à ciência. Manifesto também meu agradecimento à professora Dra. Fernanda Rios Petrarca, pelos preciosos conselhos ao longo de toda essa minha caminhada. Agradeço aos colegas e membros do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP). Muitos outros professores também me ajudaram nesta etapa da minha formação e a todos agradeço.

Agradeço aos colegas da turma de 2015 que, direta ou indiretamente, contribuíram com minha formação. Não posso deixar de expressar meu profundo e sincero agradecimento ao meu amigo de vida, Alex Carvalho, por sua preciosa ajuda e lealdade ao longo desse percurso. Agradeço também a todos que fazem parte dessa tese, sobretudo aqueles que abriram as portas de suas casas, dos partidos e escritórios, ou mesmo permitindo com que eu caminhasse com eles em povoados e municípios interior afora, muitas vezes como parte de sua equipe.

Aos meus pais, João e Izaura, agradeço pelo carinho, por terem acreditado em mim e me ensinado os valores que levarei para sempre comigo. Aos meus irmãos, Jâmison, Jeyza e Janderson, por estarem sempre ao meu lado. Aos meus sobrinhos, Laura, Lucas, Benício e Pedro Henrique (*in memoriam)*. Agradeço à Dona Ana e a Seu Jonas, sogra e sogro, respectivamente. Agradeço aos meus filhos, Bruna, Joaquim e Samuel que, embora pequenos, me proporcionaram a alegria e energia necessária para manter a sobriedade nos momentos difíceis. À Juliana, minha esposa, grato por todo seu incentivo, suporte e críticas fundamentais para o resultado final. À você dedico todo meu amor e admiração.

Por fim, agradeço a Deus, por estar sempre ao meu lado, tornando possível a realização desse trabalho.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê”.

(Arthur Schopenhauer)

RESUMO

O objeto do qual trata essa tese são as redes de sociabilidade que compõem as bases de apoio parlamentar. Interessa-nos aqui, num primeiro nível, compreender a passagem do predomínio de práticas políticas baseada no domínio de "currais" eleitorais transmitidos como "feudos" e dentro de uma lógica sistêmica parental e familiar, para uma política baseada na composição de redes diversificadas e capazes de formar e manter bases cada vez mais amplas e distantes do tradicional eleitorado dos parlamentares: cidade natal, distrito e/ou região. Esse primeiro nível está estruturado em dois momentos: primeiramente, são analisados os princípios organizadores do sistema de classificação parlamentar, focando-se na reconstituição da gênese desse modo de fazer política, do arcabouço institucional e não institucional e das conformações históricas sucessivas desse segmento da atuação política; e num segundo momento, tratamos das transformações pelas quais passou o *savoir-faire* parlamentar no Brasil, uma prática que foi da manutenção do poder de representação com base nas famílias e parentelas até a formação grupos ligados por redes políticas cada vez mais extensas e diversificadas. Nesse segundo momento, demonstramos – a partir do caso de Sergipe – como ocorreu a passagem da política de base familiar para a política de redes sem, no entanto, defender o fim da família e da parentela como meio de arregimentar bases favoráveis às disputas políticas, mas demonstrando a existência de uma política dinâmica e multifacetada na qual novos arranjos permitiram a entrada de sujeitos desprovidos de capital antes tidos como imprescindíveis ao espaço de disputas políticas. Num segundo nível, buscamos desvelar a natureza dessas redes, observando como são organizadas, quais elementos são constitutivos delas, assim como as lógicas que dão sustentação às mesmas. Em síntese, nessa última etapa, demonstramos empiricamente como essas redes são compostas e como são acionadas antes, durante e depois do "tempo da política" pelos sujeitos que circunscrevem as redes de sociabilidade a partir dos deputados federais. Nesse sentido, a tese da qual se trata a presente pesquisa é a de que as redes de sociabilidade se constituem como importante forma de chegada e manutenção de postos de representação política. Isso ocorre porque são essas redes que sustentam/estruturam as bases de apoio parlamentar, sendo possível dizer que o êxito político-eleitoral do parlamentar é proporcional a sua capacidade de articular seu vínculo institucional com o eleitor, através da mediação de interesses que envolvem pessoas e instituições. Estas considerações inserem o parlamentar dentro de uma extensa rede de mediação articulada em diferentes níveis, que vai desde pessoas que ocupam posições institucionais (prefeitos, vereadores, deputados estaduais), a pessoas que ocupam posições não institucionais (cabos eleitorais, lideranças partidárias, lideranças sindicais, líderes de bairros, líderes associativos). Esse princípio mais geral, que considera as redes de sociabilidade como etapa fundamental para a formação de bases de apoio político e, via de regra, possibilidade de sucesso nas disputas eleitorais, nos levou a um conjunto de questionamentos mais gerais e que desembocam no problema central desta tese, que é investigar qual a importância das redes para o sucesso dos deputados federais e na manutenção de seus mandatos? Considerar-se-á enquanto universo empírico os deputados federais eleitos por Sergipe nas últimas cinco eleições federais (2002, 2006, 2010, 2014 e 2018). Isso nos levaria ao coeficiente de 40 parlamentares, considerando que o estado de Sergipe conta com 08 vagas na Câmara dos deputados Federais. Contudo, de modo a considerar que alguns destes deputados federais foram reeleitos por uma ou mais vezes nesses pleitos, esse número diminuiu para 25 deputados. Para dar conta disso, diferentes estratégias metodológicas foram adotadas, entre elas. Ademais, adotamos uma metodologia qualitativa, em que os dados colhidos através de observação participante e de entrevistas formam o principal escopo de análise.

Palavras-chave: Representação Política; Redes de Sociabilidade; Bases Eleitorais; Mediação.

ABSTRACT:

The object of this thesis is the sociability networks that make up the bases of parliamentary support. We are interested here, at a first level, to understand the transition from the predominance of political practices based on the domain of electoral "corrals" transmitted as "feuds" and within a systemic parental and family logic, to a policy based on the composition of diverse and diverse networks. capable of forming and maintaining increasingly broad bases and distant from the traditional electorate of parliamentarians: hometown, district and / or region. This first level is structured in two moments: first, the organizing principles of the parliamentary classification system are analyzed, focusing on the reconstruction of the genesis of this way of doing politics, of the institutional and non-institutional framework and of the successive historical conformations of this segment of performance politics and; in a second step, we deal with the transformations that the parliamentary savoir-faire has undergone in Brazil, a practice that went from maintaining the power of representation based on families and relatives until the formation of groups linked by more extensive and diversified political networks. In this second moment, we demonstrate - from the case of Sergipe - how the transition from family-based policy to network policy took place, without, however, defending the end of the family and kin as a means of enlisting bases favorable to political disputes, but demonstrating the existence of a dynamic and multifaceted policy in which new arrangements allowed the entry of subjects without capital previously considered essential to the space of political disputes. In a second level, we seek to unveil the nature of these networks, observing how they are organized, what elements are constitutive of them, as well as the logic that supports them. In summary, in this last stage we demonstrate empirically how these networks are composed and how they are activated before, during and after the "time of politics" by the subjects who circumscribe the networks of sociability from federal deputies. The thesis that this research is about is that sociability networks are an important way of arriving and maintaining posts of political representation. This is because these networks support / structure the bases of parliamentary support, and it is possible to say that the political-electoral success of the parliamentarian is proportional to his ability to articulate his institutional bond with the voter, through the mediation of interests that involve people and institutions. These considerations place the parliamentarian within an extensive mediation network articulated at different levels, ranging from people who occupy institutional positions (mayors, councilors, state deputies), to people who occupy non-institutional positions (electoral cables, party leaders, union leaders), neighborhood leaders, associative leaders). This more general principle, which considers sociability networks as a fundamental step for the formation of political support bases and, as a rule, the possibility of success in electoral disputes, led us to a set of more general questions that lead to the central problem. of this thesis, which is to investigate the importance of networks for the success of federal deputies and the maintenance of their mandates? The federal deputies elected by Sergipe in the last five federal elections (2002, 2006, 2010, 2014 and 2018) will be considered as empirical universe. This would lead us to the coefficient of 40 parliamentarians, considering that the state of Sergipe has 08 seats in the Chamber of Federal Deputies. However, considering that some of these federal deputies were re-elected on one or more occasions in these elections, that number decreased to 25 deputies. To cope with this, different methodological strategies were adopted, among them. To account for this, we adopted a qualitative methodology, in which the data collected through participant observation and interviews form the main scope of analysis.

Keywords: Political Representation; Networks of Sociability; Electoral Bases; Mediation.

RÉSUMÉ

L'objet de cette thèse est les réseaux de sociabilité qui constituent les bases du soutien parlementaire. Nous souhaitons ici, dans un premier temps, comprendre le passage de la prédominance de pratiques politiques basées sur le domaine des «corrals» électoraux transmis comme des «querelles» et dans une logique parentale et familiale systémique, à une politique basée sur la composition de réseaux divers et divers. capable de former et de maintenir des bases de plus en plus larges et éloigné de l'électorat traditionnel des parlementaires: ville natale, district et / ou région. Ce premier niveau est structuré en deux moments: premièrement, les principes d'organisation du système de classification parlementaire sont analysés, en se concentrant sur la reconstruction de la genèse de cette manière de faire de la politique, du cadre institutionnel et non institutionnel et des conformations historiques successives de ce segment de performance politique et; dans un second temps, nous traitons des transformations que le savoir-faire parlementaire a subies au Brésil, une pratique qui est passée du maintien du pouvoir de représentation basé sur les familles et les proches jusqu'à la formation de groupes liés par des réseaux politiques plus étendus et diversifiés. Dans ce second moment, nous montrons - à partir du cas de Sergipe - comment s'est déroulée la transition de la politique familiale vers la politique de réseau, sans toutefois défendre la fin de la famille et des proches comme moyen d'enrôler des bases favorables aux conflits politiques, mais démontrant l'existence d'une politique dynamique et multiforme dans laquelle de nouvelles dispositions permettaient l'entrée de sujets sans capitaux jusque-là considérés comme essentiels à l'espace des conflits politiques. Dans un deuxième temps, nous cherchons à dévoiler la nature de ces réseaux, en observant comment ils sont organisés, quels éléments en sont constitutifs, ainsi que les logiques qui les soutiennent. En résumé, dans cette dernière étape, nous montrons empiriquement comment ces réseaux se composent et comment ils s'activent avant, pendant et après le «temps de la politique» par les sujets qui circonscrivent les réseaux de sociabilité des députés fédéraux. La thèse sur laquelle porte cette recherche est que les réseaux de sociabilité sont un moyen important d'arriver et de maintenir des postes de représentation politique. En effet, ces réseaux soutiennent/structurent les bases du soutien parlementaire, et il est possible de dire que le succès politico-électoral du parlementaire est proportionnel à sa capacité à articuler son lien institutionnel avec l'électeur, à travers la médiation d'intérêts impliquant des personnes et les institutions. Ces considérations placent le parlementaire au sein d'un vaste réseau de médiation articulé à différents niveaux, allant des personnes occupant des postes institutionnels (maires, conseillers, députés) aux personnes qui occupent des postes non institutionnels (câbles électoraux, chefs de partis, dirigeants syndicaux), chefs de quartier, chefs associatifs). Ce principe plus général, qui considère les réseaux de sociabilité comme une étape fondamentale pour la formation de bases de soutien politique et, en règle générale, la possibilité de succès dans les conflits électoraux, nous a conduit à un ensemble de questions plus générales qui conduisent au problème central. De cette thèse, qui est d'étudier l'importance des réseaux pour la réussite des députés fédéraux et le maintien de leurs mandats? Les députés fédéraux élus par Sergipe lors des cinq dernières élections fédérales (2002, 2006, 2010, 2014 et 2018) seront considérés comme un univers empirique. Cela nous amènerait au coefficient de 40 parlementaires, considérant que l'Etat de Sergipe dispose de 08 sièges à la Chambre des députés fédéraux. Cependant, étant donné que certains de ces députés fédéraux ont été réélus à une ou plusieurs reprises lors de ces élections, ce nombre est tombé à 25 députés. Pour y faire face, différentes stratégies méthodologiques ont été adoptées, parmi elles. Pour tenir compte de cela, nous avons adopté une méthodologie qualitative, dans laquelle les données collectées par l'observation des participants et les entretiens constituent le principal champ d'analyse.

Mots-clés: Représentation Politique; Réseaux de sociabilité; Bases Électorales; Médiation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL: Aliança Liberal

ALESE: Assembleia Legislativa de Sergipe.

APS: Aliança Proletária de Sergipe

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DCE – Diretório Central dos Estudantes.

DEM: Democratas

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

LEC: Liga Eleitoral Católica

LC: Liberdade e Civismo

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

OAB/SE: Ordem dos Advogados do Brasil/ seção Sergipe.

ONG: Organização Não Governamental

PC: Partido conservador

PCB: Partido Comunista brasileiro
PC do B: Partido Comunista do Brasil

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PDS: Partido Democrático Social

PFL:

PL: Partido Liberal

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PT: Partido dos Trabalhadores

PTN: Partido Trabalhista Nacional

PSD: Partido Social Democrata

PSP: Partido Social Progressista

PCB: Partido comunista Brasileiro

PDT: Partido Democrata Trabalhista

PDC: Partido Democrata Cristão

PDS: Partido Social Democrático

PFL: Partido da Frente Liberal

PL: Partido Liberal

PMN: Partido da Mobilização Nacional

PR: Partido Republicano

PRC: Partido Republicano Conservador.

PRF: Partido Republicano Federal

PRP: Partido de Representação Popular

PRS: Partido Republicano Sergipense

PRCS: Partido Republicano Conservador de Sergipe

PSB: Partido Socialista Brasileiro.

PSD: Partido Social Democrata

PV: Partido Verde

PT: Partido dos Trabalhadores.

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro.

UFBA: Universidade Federal da Bahia

UFS: Universidade Federal de Sergipe

UDN: União Democrática Nacional

UNB: Universidade de Brasília

URS: União Republicana de Sergipe

USP: Universidade São Paulo

TRE: Tribunal Regional Eleitoral

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS, ORGANOGRAMAS E ANEXOS

GRÁFICOS:

Gráfico 1: Índice de Renovação da Bancada sergipana na Câmara dos Deputados (1990-2018).....185
Gráfico 2: Índice de distribuição dos partidos na Câmara Federal (2002-2018).....188
Gráfico 3: Índice de distribuição dos deputados federais de Sergipe por partido (2002-2018).....189
Gráfico 4: Evolução do coeficiente eleitoral do deputado Carvalho (2006-2018).....223

TABELAS:

Tabela 1 Representantes Eleitos (Por Província).....63
Tabela 2: Ocupou assento nas Cortes Gerais (Por Região do Brasil).....63
Tabela 3: Representantes às Cortes Gerais (Por Região do Brasil).....64
Tabela 4: Cargos de representação política exercidos pelos senadores durante o Império.....75
Tabela 5: Presidentes do Estado de Sergipe (1889-1905).....82
Tabela 6: Eleição de 30.07.1894 para Presidente e Vice-Presidente do Estado.....88
Tabela 7: Província de Sergipe – 1854 (estabelecimentos rurais).....104
Tabela 8: Carreira Política de Francisco Leite Neto..... 114
Tabela 9: Informações acerca das atividades eletivas dos membros da família Rollemberg.....125
Tabela 10: Candidatos Eleitos para Deputado Federal – 1966.....139
Tabela 11: Votação para a Câmara dos Deputados – Sergipe (1978).....156
Tabela 12: Distribuição dos Deputados Federais Eleitos por Sergipe em 2018 (Por Coligação).....170
Tabela 13: Distribuição dos votos por candidato/partido para Deputado Federal (Sergipe – 2002).....172
Tabela 14: Distribuição dos Deputados Federais Eleitos por Sergipe nos Pleitos de 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018 Segundo Sexo, Grupo Étnico e Faixa Etária.....175
Tabela 15: Número de Mandatos Deputado Federal em Sergipe.....179
Tabela 16: Índice de Reeleição e Renovação na Câmara dos Deputados (1990-2018).....192

Tabela 17: Local de nascimento dos Deputados Federais (2002-2018).....193
Tabela 18: Grau de Escolaridade dos Deputados Federais (2002-2018).....196
Tabela 19: Local de Formação Superior dos representantes de Sergipe na Câmara dos Deputados (2002-2018).....200
Tabela 20: Tipo de Curso realizado pelos representantes de Sergipe na Câmara dos Deputados (2002-2018).....201
Tabela 21: Ocupação Profissional anterior a atividade política.....203
Tabela 22: Tabulação cruzada Posição Ideológica / Ocupação Profissional.....205
Tabela 23: Posição Ideológica dos deputados sergipanos na Câmara dos Deputados.....210
Tabela 24: Tabulação cruzada Familiares na Política / Posição Ideológica.....211

ORGANOGRAMAS:

Organograma 1: Evolução político-partidária em Sergipe (1888 – 1930).....84
Organograma 2: Oligarquia e Partido político: o Caso do Partido Republicano Conservador e o grupo Valadonista.....91
Organograma 3: Família Rollemberg (1627-1995).....112
Organograma 4: Entroncamento Aurélia (D. Sinhá) e Gonçalo de Faro Rollemberg (1860-2000).....122
Organograma 5: Evolução político-partidária em Sergipe – 1930 – 1964.....131
Organograma 6: Componentes da rede do Deputado Carvalho.....230
Organograma 7: Extensão da rede do Deputado Carvalho.....236
Organograma 8: Rede do Deputado Carvalho (Região Metropolitana).....255

ANEXOS:

Anexo 1: Mapa Político do Estado de Sergipe (Microrregiões).....292
Anexo 2: Instruções do Real Decreto de 3 de junho de 1821, convocando assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Reino do Brasil.....293
Anexo 3: Foto Manoel Correia Dantas (1894).....297
Anexo 4: Relação dos deputados da Câmara dos deputados 1857 (por Província).....298
Anexo 5: Relação dos deputados da Câmara dos deputados 1881 (por Província).....299
Anexo 6: Engenho Escurial.....300
Anexo 7: Casarão dos Rollemberg.....301

Anexo 8: Antônio Dias Coelho e Melo (Barão de Estância).....302
Anexo 9: Coronel Gonçalo Rollemberg do Prado.....303

SUMÁRIO

Apresentação 18

1. Objeto de Investigação e Problema de Análise 20
2. Esquema teórico da tese 28
3. As hipóteses do Trabalho 36
4. Tratamento do Objeto 37
5. Plano Geral e Organização da Tese 39

CAPÍTULO 1: Gênese do sistema de classificação parlamentar: história e mecanismos de seleção parlamentar no Brasil 41

1.1 Grupos profissionais e gênese do Poder Legislativo no Brasil 43
1.2 Práticas eleitorais na escolha dos Deputados de Corte 51
1.3 Quem é quem nas Cortes Gerais portuguesas e a quem representam? 57
1.4 – A Constituição Brasileira de 1824 e o Sistema de Classificação Parlamentar..... 68
1.5 Arranjos Institucionais, Mandonismo local e agrupamentos políticos.....80
1.6 Reordenamento burocrático e mudanças no quadro político sergipano.....90

CAPÍTULO 2: Da família às redes políticas em Sergipe: Mudanças e Continuidades na Gramática Política Local 97

2.1 Família como categoria política 98
2.2 Família, parentela e clientelismo em Sergipe 101
2.3 Esboço genealógico da família Rollemberg e a política de parentela em Sergip.....110
2.4 Influência político-partidária da família Rollemberg e a nova reordenação de forças políticas em Sergipe 126
2.5 “Vinhos antigos em novas garrafas” ou reordenações políticas em conformação com redes de relações políticas? 145

CAPÍTULO 3: Atributos sociais e perfis de carreira dos deputados federais em Sergipe 164

3.1. Apresentando o sistema de eleições proporcionais 167
3.2 Atributos adscritos e adquiridos pelos Deputados Federais 175
3.3 Fontes Secundárias de recrutamento parlamentar: partidos e ideologia na formação de bases políticas.....207

CAPÍTULO 4: "Lealdade gera lealdade": Redes, composição e manutenção de bases de apoio político do deputado Carvalho.....216

4.1 Negociação com os sujeitos e o trabalho de campo.....217
4.2 De empresário a político de rede.....222
4.3 O cotidiano de uma campanha: as eleições de 2016 e a entrada dos parlamentares nos jogos de poder no município.....237
4.4 "Ele não é aquele político sanguessuga": o escritório político, a rede de resolução de problemas do deputado Carvalho e o retorno as bases em 2018.....249

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....262

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 267

APÊNDICE 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA.....284

ANEXOS 292

APRESENTAÇÃO

Os dados disponíveis no *site* do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Estado de Sergipe sugerem o caminho a ser percorrido nesse trabalho. Entre outros casos que poderiam servir como ponto de partida, a eleição de Fábio Reis (PMDB) para deputado federal na eleição de 2014 é uma das mais pertinentes. Fábio Reis é natural de Lagarto, interior do estado de Sergipe, onde iniciou sua carreira política. Lagarto é uma, entre tantas cidades, localizada na região agreste do estado (ver anexo 1), e de onde se esperaria vir a maioria dos votos de Fábio Reis. A propósito, é oportuno acrescentar que a expectativa de um resultado amplamente favorável ao então candidato a Deputado Federal, nas eleições de 2014, era compartilhado tanto por Fábio Reis quanto por muitos de seus familiares. Fábio Reis é neto de Artur Reis, renomado político do estado e fundador do grupo *Saramandaia*[1], filho do ex-deputado federal e ex-prefeito de Lagarto, Jerônimo Reis, sobrinho da deputada estadual Goretti Reis e irmão do ex-deputado federal, Sérgio Reis. Em suma, Fábio Reis é membro de uma família que há mais de três décadas representa um dos principais agrupamentos políticos do estado.

Dos 80.895 votos (o equivalente a 8,24% do eleitorado do estado) recebidos por Fábio Reis nas eleições de 2014, 16.877 vieram da cidade de Lagarto (39,13% de todo o eleitorado municipal), o que equivale a 19% de todos os votos conquistados pelo então candidato. Apesar de conquistar quase 40% do eleitorado de sua cidade natal nesta eleição, outros candidatos "forasteiros" também obtiveram desempenho eleitoral relativamente exitoso naquela cidade. À título de exemplo, Adelson Barreto (PTB) e Laércio Oliveira (SD), que também disputaram o mesmo cargo naquela ocasião, atingiram votações consideráveis no município de Lagarto: Adelson Barreto (PTB), que é natural de Aracaju, conquistou 11,84% do eleitorado lagartense nesta eleição (5.106 votos), e Laércio Oliveira (SD), que é natural de outro estado (Pernambuco), conquistou 6,54% do eleitorado deste município (2.819 votos).

[1] Como bem destacado pela antropologia política de Moacir Palmeira, a política nas cidades ocorre dentro de uma lógica faccional, na qual os grupos políticos se digladiam entre si e passam para a população valores e posições ao ponto de dividir a população local entre um grupo e outro. Em Lagarto isso não é diferente, há, naquela cidade, dois grupos políticos que disputam o poder há décadas e que ficaram comumente conhecidos como "*Saramandaia"* e "*Bole-Bole"*, em alusão à novela da Rede Globo "*Saramandaia".* No caso em questão, "Saramandaia" é representada pelos integrantes da família Reis, que hoje tem o ex-prefeito Jerônimo Reis como maior liderança. Já o *Bole-Bole*, na impossibilidade de ser dirigido pelo seu fundador, Ribeirinho, tem hoje no deputado estadual Gustinho Ribeiro, seu representante mais importante.

Os dados também sugerem a persistência desse fenômeno em outras cidades do interior do estado. Esse é o caso de Itabaiana, cidade de forte tradição política e onde podemos observar, de forma ainda mais substancial, as transformações pelas quais estão passando as estratégias dos parlamentares quanto à concorrência eleitoral e às novas dinâmicas de acesso ao eleitor. Apenas à título de informação, os oito Deputados Federais eleitos por Sergipe nas eleições de 2014 tiveram as seguintes votações neste município: Fábio Mitidieri (PSD), 9.296 votos (20,70%); Adelson Barreto (PTB), 6.136 (13,66%); Mendonça Prado (DEM), 3.566 (7,94%); Laércio Oliveira (SD), 2.497 (5,56%); Pastor Jony Matos (PRB), 722 votos (1,61%); João Daniel (PT), 561 votos (1,25%); Valadares Filho (PSB), 548 votos (1,22%); e Fábio Reis (PMDB), 371 votos (0,83%). Diante disso, o que chama atenção nesse caso é o fato de Fábio Reis, que é natural de uma cidade próxima a Itabaiana, ter obtido apenas 371 votos neste município, o que representa apenas 0,83% do eleitorado itabaianense.

Guardadas as devidas proporções, esses dados indicam a existência de um fenômeno relacionado à concorrência entre nativos e *outsiders* pelo voto nos municípios, assim como a perda do domínio eleitoral dos parlamentares em suas bases tradicionais de voto: sua cidade natal e região. Além disso, e ainda mais importante, esses dados denotam a consequente formação e fortalecimento de redes de relações que colocam os Deputados Federais dentro do jogo de interesses dos municípios, seja fazendo aliança com os diferentes grupos e facções políticas (PALMEIRA, 1996; HEREDIA, 1996) ou mesmo estabelecendo contato com políticos, famílias, líderes comunitários, cabos eleitorais e um conjunto de outros mediadores que atuam arrebanhando votos para os aspirantes ao Congresso Nacional.

Desse modo, constatações dessa natureza não passaram despercebidas por parlamentares e assessores, de maneira que reverberou em novas dinâmicas para a chegada e manutenção dos postos de representação política. Os postulantes à Câmara Federal perceberam que a manutenção de bases cativas e de controle do eleitorado em uma região do estado não mais lhes asseguravam a vitória em disputas cada vez mais concorridas. Os Deputados Federais viram o seu *metier* político sofrer uma ressignificação, isto é, se antes seu trabalho estava voltado para a aprovação de ementas parlamentares e envio de verbas para uma única região – como se estivessem "devolvendo" a confiança depositada e fidelizando sua "clientela" –, agora – diante da concorrência e entrada de novos atores nas disputas por seu eleitorado outrora cativo – faz-se necessário estabelecer contatos em outras regiões; Em outras palavras, atualmente o trabalho do parlamentar em Brasília (DF) não está mais condicionado ao atendimento de um único município ou região, mas de outras regiões que passaram a fazer parte de sua rede de contatos.

Voltando ao caso de Fábio Reis, os mesmos dados disponíveis no TRE utilizados para iniciar essa sessão indicam que lidamos com um parlamentar que, apesar de ter conseguido sua maior votação nas eleições de 2014 em sua cidade natal, este obteve votos em todos os demais 75 municípios do estado. Com isso, isto se deve a um intenso trabalho de formação e manutenção de redes de contatos com atores das mais variadas posições – institucionais e não institucionais[2] – que passaram a ter contato direto com o deputado através de mediadores e/ou mesmo de seu escritório político. A propósito, é oportuno dizer que a manutenção dessas redes não está condicionada apenas ao contato do parlamentar com seus mediadores, mas à sua capacidade de envio de verbas para as regiões em que obteve voto. Nesse último caso, parafraseando um entrevistado durante o trabalho de campo realizado na campanha para as eleições de 2018, "se o deputado mandar verba para a cidade todo mundo ganha, ganha a cidade que recebe verbas, ganha a gente que consegue mostrar para o povo que estávamos certos, e ganha também o deputado que pode conseguir voto na próxima eleição[3]".

1. Objeto de Investigação e Problema de Análise

O objeto deste estudo consiste nas redes que compõem a base de apoio parlamentar. Estamos interessados na análise da passagem do predomínio da prática política baseada no domínio de "currais eleitorais", em que a família e a parentela[4] exercem peso suficiente para garantir o sucesso político, para uma política de formação de redes diversificadas e capazes de permitir a formação de bases cada vez mais amplas e distantes de seu eleitorado tradicional:

[2] Essas expressões dizem respeito ao contato do parlamentar com diferentes sujeitos que ocupam posições de representação política, como prefeitos, vereadores, deputado estaduais e até governadores; e também por pessoas que não necessariamente ocupam posições institucionais, a exemplo de líderes comunitários, cabos eleitorais entre outros.

[3] Relato tirado durante o trabalho de campo realizado no mês de setembro de 2018. A fim de resguardar a confidencialidade do informante, vamos nos ater apenas na apresentação de seu perfil: Homem, 27 anos, empresário do ramo de comunicação e panfletagem. Sendo oportuno dizer, que ele era o responsável por recrutar as pessoas que trabalhariam para o deputado durante a campanha prestando-lhe serviço de panfletagem.

[4] No presente texto faremos uso desse termo se assenta na acepção dada por Linda Lewin (1993), sua obra nos orientou quanto ao conceito do que seria uma parentela e como as mesmas se organizaram geográfica, econômica e politicamente para acessar cargos políticos e nestes permanecerem. Segundo a autora, a família extensa ou parentela, "era coloquialmente referida como a família, da mesma forma como é hoje referido o grupo familiar. No limite, a 'família' podia incluir apenas a família nuclear ou família conjugal, o casal de pais e seus filhos, mas o termo, na época, aplicava-se mais comumente à enorme família extensa (a parentela ou grande família) (LEWIN, 1993, p. 115). Portanto, o termo parentela é aqui usado de maneira intercambial com "família extensa", e para denotar o papel influente que o grupo familiar extenso ou parentela exerce como o núcleo organizacional para os agrupamentos políticos fundamentais.

cidade natal, distrito e/ou região. Essa mudança deve ser concebida como resultante de mudanças políticas, econômicas e sociais que fizeram com que as redes passassem a se estruturar a partir de um conjunto variado de atores sociais e instituições – a exemplo das relações clientelares, comunitárias, familiares, parentais, partidárias, entre outras – que passaram a formar, assim, uma dimensão importante para a composição das bases de apoio parlamentar. Isto posto, nosso objetivo é compreender a importância das redes na formação de bases de apoio parlamentar, assim como para a chegada e manutenção dos postos de representação política.

Essa investigação parte do princípio de que a carreira política é composta de uma complexa e extensa rede de atores que ocupam posições institucionais (parlamentares, prefeitos) e não institucionais (cabos eleitorais, lideranças partidárias, lideranças sindicais, pessoas ligadas a associações de bairro, entre outros), numa lógica em que todos são ao mesmo tempo patrão, cliente e mediador. Considera-se também que os parlamentares buscam maximizar as suas chances de reeleição[5] (MAYHEW, 1974) ou de avançar na carreira legislativa (MAINWARING, 1999) e, para tanto, buscam arregimentar uma base que possibilite o acesso a postos mais elevados dentro da hierarquia político-eletiva (governador de estado e senador, mais especificamente). Por essa razão, muitos deputados federais (senão todos) se veem como *brokers*[6] políticos que fazem intermediação entre o governo federal e suas bases locais através de suas referências (prefeitos, vereadores, líderes comunitários), de modo que o sucesso em prováveis tentativas de reeleição e/ou de ascensão nas disputas políticas dependerá da forma como esses atores políticos constroem sua reputação pessoal (MAINWARING, 1999, p. 195). Para ser mais objetivo, os deputados federais, sobretudo, aqueles que recebem votos de cidades pequenas e médias[7], dependem do suporte eleitoral de prefeitos, vereadores e líderes comunitários e, por isso, dedicam seus mandatos e diversas

[5] Podemos constatar essa afirmação empiricamente a partir de um rápido olhar na tabela 14 da presente tese, a qual apresenta o índice de deputados Federais que tentam reeleição, assim como o índice de renovação na CD.

[6] Segundo Auyero (2013), os *brokers,* ou mediadores, são grupos de pessoas que fazem a mediação entre os grupos orientados para a comunidade e os grupos orientados para a nação que operam instituições Nacionais. Os *brokers* "montam guarda sobre as articulações críticas" que conectam o sistema local com o todo social mais abrangente. Ainda segundo Wolf (2003), a função básica desses *brokers* é relacionar indivíduos orientados para a comunidade que desejam estabilizar ou melhorar suas possibilidades de vida, mas que carecem de segurança econômica e de conexões políticas, com indivíduos "orientados para a nação".

[7] Voltaremos a isso mais adiante, mas *a priori* é oportuno dizer que há um conjunto de trabalhos que consideram que a carreira parlamentar está condicionada a diferentes estratégias de manutenção de suas bases políticas, e que frente a concorrência inerente ao imperativo da reeleição os parlamentares desenvolvem estratégias diferentes quando se trata de sua base eleitoral em cidades pequenas, ou quando se trata da capital ou de cidades maiores.

ações na manutenção desse apoio político. Uma prática que encontra reciprocidade no lado oposto, pois, a fim de receberem recursos federais para as suas cidades e até favores pessoais para si ou para parentes e amigos, os aliados do deputado federal nos municípios atuam para arregimentar uma boa base política (que possa se traduzir em votos) para as eventuais tentativas de reeleição desse parlamentar.

Esse princípio mais geral – que considera a composição das redes de relações como uma etapa fundamental para a formação de bases de apoio político que, por sua vez, presidem as possibilidades de sucesso nas disputas eleitorais – nos levou a um conjunto de questionamentos que norteará o trabalho a partir daqui: qual o lugar das práticas de mediação política na construção da carreira parlamentar? Como são compostas as bases eleitorais dos deputados federais? Quais as bases sociais dos parlamentares que representam Sergipe na Câmara dos Deputados Federais? Quais formas de atuação permitem a manutenção dos postos de representação na Câmara dos Deputados? Como são formadas as redes de apoio parlamentar? Quem são os atores envolvidos nessas redes de apoio parlamentar e como eles participam da mediação entre os deputados e suas bases? Essas questões mais gerais desembocam no problema central desta tese que é investigar a importância das redes de relações para o sucesso nas disputas pelo posto de deputado federal e para a manutenção desse cargo (através da reeleição).

O propósito do trabalho, ora apresentado, consiste em demonstrar que os deputados federais possuem redes de apoio político diversificadas e cujo peso desempenhado por diferentes níveis de relações (relações clientelares, comunitárias, familiares, parentais, partidárias, marketing pessoal, entre outras), tanto para a composição, quanto para a manutenção dessas bases de apoio político, constituem-se como algo basilar para o sucesso nas campanhas e na manutenção de seus mandatos. Assim procedendo, a tese sobre a qual se assenta essa pesquisa é a de que as redes de relações se constituem como uma importante forma de composição de bases de apoio político para o acesso a um posto de representação política na Câmara Federal.

Esse postulado remete a uma série de implicações analíticas que devem ser consideradas. Inicialmente, é preciso considerar que, frente à concorrência cada vez mais acentuada por postos de representação política, a composição de redes de relações políticas se tornou imprescindível para o sucesso em uma disputa por um posto de representação parlamentar. De maneira mais objetiva, pode-se dizer que as chances de êxito político de um aspirante ao cargo de deputado federal – seja para a primeira eleição ou para reeleições – são proporcionais à sua capacidade de articular seus vínculos com as suas bases de apoio político.

Ainda frente a essa concorrência, os deputados federais passam a disputar espaços que em outros períodos eram tidos como intransponíveis, uma vez que, para usar o termo de Carvalho (2003), esses espaços eram "feudos" cujo domínio de um deputado (ou aspirante à deputação) era praticamente total.

A segunda implicação está conectada à natural tendência à reeleição, uma vez que o congressista, preocupado com a manutenção de suas bases, passa a atuar para que essas bases tenham acesso a bens de foro pessoal como uma forma de consolidar esse apoio político através de relações de troca. Em sentido parecido, Bezerra (1999) argumenta que, apesar de ocuparem posições formais, parte dos esforços dos parlamentares são para resolver problemas de âmbito pessoal como, por exemplo, "o atendimento de pedidos de caráter particularista (internações hospitalares, agilização de processos nos órgãos governamentais e recursos federais, entre outros) provenientes do que designam como suas bases eleitorais"[8].

A terceira implicação está articulada às formas como se combinam um conjunto variado de recursos, como os de origem familiar e parental, os laços clientelares e de amizade, os vínculos partidários, entre outros na formação de apoio parlamentar. Essa implicação torna imprescindível a aferição do peso de cada um desses elementos – isolados ou em conjunto – na composição das redes que apoiam os parlamentares, assim como as estratégias para a conservação e expansão das mesmas. Baseado no princípio segundo o qual as ações dos parlamentares são motivadas pelo imperativo da reeleição e condicionadas pelo próprio sistema eleitoral fundamentado no voto personalizado[9], entendemos que a aprovação de leis e emendas direcionadas à alocação de recursos as para suas bases e/ou para a resolução de pendências junto à burocracia (CARVALHO, 2003), ou ainda as ações no âmbito clientelar, e cujo acesso ao eleitor ocorre por meio das redes compostas por um conjunto de atores e que se constituem como a principal ferramenta não apenas para o acesso aos postos de disputa, como também para a manutenção de seus mandatos, de modo que o sucesso na carreira no parlamentar está inseparável da capacidade dos congressistas em formar e manter redes e bases de apoio.

Há três diferentes níveis de associações constitutivas das redes de relação dos deputados federais. Um primeiro nível formado pelos assessores do parlamentar. Em síntese, estes são funcionários remunerados do parlamentar e recebem pagamento via verba de gabinete, que possuem todos os direitos trabalhistas de qualquer outro funcionário de uma

[8] Cf. BEZERRA, op. cit. p. 28.
[9] Aqui o sentido de voto personalizado está em oposição ao voto por adesão tal como é descrito por Palmeira (1996).

empresa privada. No geral, são também pessoas políticas, que tiveram acesso ao deputado por meio de redes de relações – embora a mais comum tenha sido por meio de redes de amizade – de forma que diante da vitória do deputado em um determinado pleito passaram a trabalhar diretamente com ele. Dito isto, passando a viver "da política", embora não ocupando cargo político-eletivo. Tais assessores seriam para o parlamentar "cabos eleitorais" que possuem contatos com diversas cidades do estado, e cujo trabalho reside na mediação entre o deputado e seus "referentes" municipais. Os "referentes", por sua vez, formam o que podemos chamar de segundo nível da rede de contato do parlamentar. Estes, no caso, podem ser desde líderes comunitários, prefeitos, vereadores, ou até deputados estaduais. Suas ações estão voltadas para o fortalecimento "do nome" do deputado em suas localidades e, em troca da "lealdade" ao deputado, recebem ementas para as suas cidades, ajuda em campanhas para cargos eletivos (quando for o caso), além do reconhecimento da sociedade como "amigo do deputado", ou mesmo como alguém que faz parte do grupo do deputado fulano de tal, e por isso podem trazer vantagens para suas cidades e/ou comunidades. Esses sujeitos trabalham diretamente com os assessores no sentido de levar até o deputado demandas (suas, de suas cidades, das comunidades por eles representadas ou mesmo para os eleitores). Quanto aos eleitores, estes formam o que estamos definindo como terceiro nível, que estão ligados ao deputado por meio dos "referentes", de maneira que no geral seu voto é usado como barganha não com o deputado, mas com os "referentes" que são os políticos mais próximos a eles.

Na linha iniciada por Fleischer (1976 e 1981), outros autores (CARVALHO, 1996; 2003; 2009; AMES, 1995; 2003; DIAS, 1991; AMORIM NETO e SANTOS, 2002; MAINWARING, 1991; 1999) fizeram uso da distribuição geográfica do voto, análise da concentração/dispersão espacial dos resultados de urna, para discutir o Sistema Eleitoral brasileiro. Nessa corrente, as regras eleitorais brasileiras – com a combinação entre sistema proporcional, lista aberta e distritos de alta magnitude – produzem padrões territoriais de competição política. Em outras palavras, são discutidos os efeitos operacionais da legislação eleitoral. Entre os principais resultados é o de que o sistema proporcional que vigora no Brasil se mostra na prática como "concentracionista": "funcionaria um sistema distrital de fato operando no interior de nosso sistema proporcional" (CARVALHO, 2009, p. 371). De outra maneira, a lei permite que os concorrentes aos cargos legislativos peçam votos em toda a área do estado pelo qual é candidato. Entretanto, na prática, a maior parte limita as suas campanhas geograficamente (AMES, 2003, p.64). Nessa linhagem, vale destaque para os trabalhos de

Barry Ames que, em sua mais importante obra, "*Entraves para a Democracia no Brasil"*[10], identificou na realidade brasileira quatro tipos de representantes, cada qual associado a uma *constituency* com natureza distinta quanto à distribuição geográfica do voto: distritos concentrados-dominantes, distritos concentrados-compartilhados, distritos dispersos-dominantes e distritos dispersos-compartilhados. Essas tipologias sugerem, portanto, que no caso brasileiro existem quatro modalidades de "distritos" informais que, em interação com o imperativo da reeleição, produzem incentivos e comportamentos distintos por parte dos legisladores. Vale dizer, contudo, que dentro de um mesmo estado ou distrito esses modelos podem operar em separado ou ainda, e já seguindo o modelo desenvolvido por Mayhew (1974), em combinação: os políticos, por exemplo, podem desenvolver estratégias de contato com as bases a partir do binômio capital/interior. Segundo a tipologia adotada por Mayhew (1974), enquanto os deputados do primeiro grupo (os com bases na capital) priorizam posicionamentos em relação a temas, seja por meio de projetos de lei, do voto em plenário ou do trabalho em comissões, os deputados do segundo grupo (os com bases no interior) se dedicam a reivindicar a alocação de benefícios para as suas respectivas bases. Conforme Soares (2000), existe um binômio entre a "política do atraso", que prevaleceriam a tradição e outras orientações não ideológicas; e a "política do desenvolvimento", caracterizada pelo papel mais relevante desempenhado pelas classes sociais e pela ideologia, assim como por projetos orientados para o conjunto de situações passíveis de serem encontrados no país. Oportuno dizer que nosso trabalho de campo não mostrou a existência de ações distintas dos deputados, como se cada um focasse numa estratégia que traria voto dos eleitores do interior e o outro fizesse o contrário – focando nos eleitores da capital –, mas de atores que lançam mão de estratégias diferentes para a manutenção das suas bases de apoio político, tanto na capital quanto no interior. Até mesmo porque, conforme será mostrado aqui, estamos lidando com atores (os deputados federais) que constituem as suas bases políticas a partir de extensas redes de relações com lideranças políticas locais (vereadores, prefeitos, líderes comunitários etc.).

Se essas formas de compreender o fazer parlamentar em um aspecto macroscópico permite perceber padrões e tipologias que dizem muito sobre as práticas dos congressistas brasileiros, esse foco não consegue dar conta de explicar outras variáveis que só poderiam ser explicadas a partir de um olhar dentro de um ponto de vista microscópio. Ou seja, embora na acepção apresentada acima seja possível acessar a importância do sistema político eleitoral, das interferências dele sobre o *modus operandi* do fazer parlamentar frente ao imperativo da

[10] AMES, Barry. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

reeleição e da busca pela manutenção de suas bases, é somente no plano microscópico que se torna possível ver como são tecidos os acordos entre parlamentares e as suas bases políticas, assim como o papel de parlamentares, mediadores e *brokers* no tocante feitura das relações que são vistas como imprescindíveis para o sucesso do parlamentar quanto às disputas eleitorais.

Em princípio, e a partir de um trabalho de campo realizado durante os meses que antecederam as eleições de 2016 (agosto, setembro e outubro) e durante o período de intervalo entre essa eleição e a eleição de 2018, foi possível identificar as ações realizadas pelos deputados e seus assessores a fim de manter suas redes de apoio político. Em primeiro lugar, guardados as devidas proporções, podemos afirmar que as estratégias dos congressistas para preservar as suas bases podem variar bastante a depender do princípio de sustentação de seus mandatos. No caso de Bezerra[11], um dos casos acompanhados diretamente pelo pesquisador, a manutenção das redes era feita por meio de assessores e mediadores. Esses assessores, no geral, trabalham com o deputado desde sua primeira tentativa de eleição, em 2006. Mesmo com a derrota naquele pleito, muitos desses assessores mantiveram-se junto a Bezerra, de modo que durante o período que se estendeu entre essa eleição e a seguinte (em 2010) se dedicaram a arregimentar recursos e formas de ação para que o então aspirante a deputado federal pudesse obter êxito na campanha seguinte.

Nesse sentido, seja durante as campanhas para vereadores e prefeitos aliados ou para campanhas para reeleição, esses sujeitos são vistos na linha de frente do deputado. São eles os principais articuladores das campanhas de Bezerra, e são eles também que controlam as agendas e ainda são os responsáveis por mediar o contato entre o parlamentar e as suas bases políticas espalhadas por todo o estado. Em tempo, é oportuno dizer que estamos tratando de um parlamentar que obteve votos em todos os 75 municípios do estado nas últimas três eleições para deputado federal.

O acesso ao parlamentar por parte da população por ele assistida ocorre por meio de quatro escritórios espalhados pelo estado (ver anexo 1), sendo o principal localizado em Aracaju, a capital do estado. Outro na cidade de Nossa Senhora da Glória, no sertão do estado; um localizado em Estância, na região sul do estado; e um em Neópolis, no baixo São Francisco. Diante do exposto, é oportuno dizer que apenas na capital o escritório está localizado em um prédio alugado (e mesmo assim fica no mesmo endereço onde também

[11] Voltaremos em seu caso no momento oportuno, mas por enquanto vale dizer que o nome Bezerra se trata de um pseudônimo a fim de preservar a identidade de um congressista que consentiu ao pesquisador um trabalho de campo sistemático, inclusive, permitindo com que me disfarçasse de membro de sua comitiva durante a campanha para vereadores e prefeitos em 2016, assim como para a sua própria campanha de reeleição em 2018.

funciona a sede do partido a que o deputado está vinculado), nas demais localidades os escritórios situam-se na própria residência do assessor do deputado.

Com relação à importância do escritório político para a consolidação das redes políticas do parlamentar e consequente consolidação de suas bases de apoio, Heredia (2002) argumenta que:

> O gabinete do deputado centraliza o conjunto das atividades desenvolvidas pelo parlamentar, e dentro desse conjunto, as relações com a população constituem uma tarefa central. Ele está em grande medida voltado para a atenção ao público e isso se reflete no apelo a uma série e mecanismos que visam essa relação (HEREDIA, 2002, p. 18).

Ainda segundo essa autora – e isso nos permite considerar as dimensões macro e microscópicas que circunscrevem a carreira parlamentar –, as atividades parlamentares não se restringem à atenção ao público, os parlamentares também estabelecem relações com outros deputados, com senadores e até mesmo com o próprio presidente. Ademais, importante dizer que, no texto supracitado a autora analisa um gabinete parlamentar, portanto, o espaço de trabalho do parlamentar situado na capital federal que é onde exerce o mandato de representação política. O escritório, tal como estamos concebendo aqui, fica no estado pelo qual o deputado foi eleito. Nesse escritório, embora tenha como semelhança ao gabinete a organização da vida profissional do parlamentar, o objetivo norteador é de manter/preservar as relações com as bases e com as principais lideranças do parlamentar no estado, ou seja, nosso trabalho de campo se inseriu numa lógica mais próxima daquilo que foi pesquisado por Camargo (2012) quanto ao escritório do deputado Cordeiro[12], no município de Monsanto[13]. Tanto aqui (em Sergipe) quanto alhures (em Monsanto), os integrantes do escritório são funcionários do deputado e recebem através de verbas de gabinete criadas para esse fim – trataremos disso no momento oportuno –, e o exercício de seu trabalho não se restringe ao de um escritório comum, na ocupação de atividades burocráticas, mas na manutenção das relações mais próximas com pessoas envolvidas na política nas cidades e regiões assistidas pelo deputado.

O presente estudo tem como objeto as redes que compõem a base de apoio parlamentar. Nesse sentido, a fim de viabilizar a análise do material de pesquisa, mostrou-se oportuno utilizarmos de alguns recortes. Partindo dessa constatação, serão considerados os deputados federais eleitos por Sergipe nas últimas cinco eleições federais (2002, 2006, 2010,

[12] Nome fictício adotado pela referida autora.
[13] Também fictício e criado no intuído de preservar a identidade dos envolvidos. Sabe-se apenas que se trata de uma importante cidade do estado de Pernambuco.

2014 e 2018). O universo empírico para esses cinco pleitos nos levaria ao coeficiente de 40 parlamentares, considerando que o estado de Sergipe conta com 08 vagas na CD. Contudo, de modo a considerar que alguns destes deputados federais foram reeleitos por uma ou mais vezes nesses pleitos, esse número diminuiu para 25 deputados. Há de se destacar que 02 parlamentares se reelegeram por três mandatos, são eles: Fábio Reis e Laércio Oliveira, ambos para as 54º (2011-2014), 55° (2015-2018) e 56º (2019-2022) legislaturas.

2. Esquema teórico da tese

Como já salientado, para analisar a importância das redes para o sucesso dos deputados federais, é preciso considerar que tratamos de redes diversificadas e formadas por um conjunto, sujeitos que ocupam posições institucionais (parlamentares, prefeitos locais, vereadores) e não institucionais (cabos eleitorais, lideranças partidárias, lideranças sindicais, pessoas ligadas a associações de bairro entre outros), e que se ligam aos deputados através de diferentes elementos (relações clientelares, comunitárias, familiares, parentais, partidárias, marketing pessoal entre outras). Nesse sentido, a presente investigação caminha para a análise do peso que esses diferentes elementos exercem quanto à formação das redes de apoio parlamentar. Uma das maneiras de dar conta, empiricamente, do trabalho que tem como objeto as redes de sociabilidade dos parlamentares é entender que lidamos com uma tradição sociológica que dá ênfase nas relações entre indivíduos e os elementos que essas relações oferecem para descrição, como as regularidades das trocas, a formação e a transformação do sistema de relação e seus efeitos sobre os comportamentos individuais. Tudo isso em detrimento das análises que tomam por objeto de estudo os atributos individuais (idade, gênero, profissão, entre outras), ou mesmo as trajetórias individuais desses mesmos indivíduos (MERCKLÉ, 2011).

Desse modo, seguindo uma tradição sociológica inaugurada por Barnes (1954; 1969), a noção de rede social (*social network*) é usada para designar o conjunto de relações entre pessoas ou entre grupos sociais. Quanto à literatura de análise de redes sociais, esta se ancora no pensamento de Simmel (1950), Moreno (1934), Bott (1957), Epstein (1961), Mitchell (1969) e Erickson (1976), principais precursores da dimensão analítica do conceito de rede social. Em tempo, vale um adendo quanto aos usos do termo “Rede Social” na contemporaneidade a fim de demarcar a distinção entre o que se tem usualmente dentro do senso comum como o acesso as redes de conexões com uso de disponitivos, através do uso da

internet, assim como descrito por Manuel Castells (1999) e Pierry Lévy (1999)[14]; e as redes sociais enquanto objeto de estudo dos sociológos e pesquisadores de outras vertentes (antropólogos, historiadores entre outros). Em nosso caso, e seguindo a sugestão de Mercklé (2011), para o primeiro grupo usaremos a nomeclatura *mídias sociais*, à exemplo do *Facebook, Twitter, Instagran* e entre outras ferramentas comumente utilizadas pela sociedade; e para o segundo grupo usaremos o termo rede social, aqui representada por um estrutura de laços entre atores de um determinado sistema social. Estes atores podem ser indivíduos, organizações, instituições, setores ou mesmo estados-nação. Nos termos definidos por Mercklé (2011), uma rede social pode ser concebida como um conjunto de unidades sociais e dos relacionamentos que essas unidades estabelecem entre si, direta ou indiretamente, através de cadeias de tamanho variável. Essas unidades sociais podem ser indivíduos, grupos informais ou organizações mais formais, como associações, empresas ou países. Nesse aspecto, as relações que os elementos estabelecem podem também ser de naturezas diversas: transações monetárias, transferências de bens ou troca de serviços, transmissão de informação, percepções ou avaliações interindividuais, contatos físicos e, de modo geral, toda sorte de interações verbais ou gestuais, entre outras coisas.

A tradição sociológica s*immeliana* nos traz importantes contribuições para pensar o equilíbrio entre o indivíduo, as interações e a estrutura social. Segundo Simmel (1950), o ponto de equilíbrio da sociologia deve ser a busca por um nível que não é nem microsociológico, do indivíduo, nem o macrossociológico, da sociedade em conjunto, mas aquele que se pode qualificar como mesosociológico, aquele das "formas sociais", que resultam das interações entre os indivíduos. Para esse autor, a sociologia é a ciência das formas de ação recíproca, de forma que tais ações são recíprocas entre os indivíduos e apresentam "formas" invariantes constitutivas da vida social. Portanto, os estudos devem permitir fundar aquilo que ele chama de "geometria do mundo social".

Mais adiante, baseado nos apontamentos de Simmel (1950), Mercklé (2011) argumenta que a forma mais simples do ponto de vista metodológico é a relação entre dois elementos. Essa relação, chamada de "díade", é considerada por alguns como unidade relacional elementar. Seria, portanto, o resultado da ligação entre um par de nós e não pode

[14] Ambos os autores estão preocupados com a "era da informação" e as implicações disso sobre todas as relações que se estabelecem através da informação e da sua capacidade de processamento e de geração de conhecimento. Para Castells (1999) a sociedade em rede, tem como lastro revolucionário a apropriação da Internet com seus usos e aspectos incorporados no sistema capitalista. Objeto também das análises de Pierre Lévy (1999), a sociedade em rede é concebida por esse autor sob o "codinome" *cibercultura*, sendo, pois esse novo espaço de interações propiciado pela realidade virtual. Em se tratando de Lévy (1999) ao explicar o virtual, a cultura cibernética, em que as pessoas exprerienciam uma nova relação tempo-espaço, esse autor utiliza-se do termo "rede" para indicar a formação de uma inteligência coletiva.

deixar de afetar aquilo que ocorre entre um par adjacente" [15]. Ainda segundo esse autor, a díade constitui uma escala de observação que torna impossível a análise das relações entre relações, ou seja, a análise da maneira em que uma relação entre dois indivíduos influencia a relações desses indivíduos com um terceiro indivíduo. Além disso, havendo a associação entre estes três, o grupo continua a existir mesmo que um de seus membros se retire. Consequentemente, um conjunto de ao menos três elementos permite capturar as eventuais interdependências entre as relações que os indivíduos entretêm no interior de uma rede. A tríade se impôs como uma figura elementar do social, a unidade "atômica" de sua análise: há entre a díade e a tríade uma diferença de natureza, e não apenas de nome. Uma tríade não é a soma de três indivíduos, não é a soma de duas díades. A lógica não é mais aditiva, ela se torna combinatória, abrindo a possibilidade de estudar as estratégias de coalizão, de mediação, a transitividade das afinidades (MERCKLÉ, 2011).

Com isso, por meio de informações acerca dos elementos constitutivos da rede de relações dos parlamentares, e em posse dos pressupostos teóricos e metodológicos dos quais se assenta a teoria de redes, é possível dizer que o deputado federal está inserido em uma rede de reciprocidade em que diferentes elementos são usados como mecanismos que dão sentido às ligações entre o parlamentar e os sujeitos que compõem as suas redes. Podemos dizer, assim, baseado no acompanhamento das campanhas de parlamentares que tentavam reeleição em Sergipe, que essas redes se formam a partir de relações clientelares (de troca), familiares, parentais, de amizade, por vínculos partidários. Desse modo, tais elementos servem de base de sustentação de laços não apenas sociais, mas também de lealdade e reciprocidade em torno do parlamentar. Por essa razão, torna-se salutar debater esses diferentes sentidos que compõem a rede de sociabilidade dos deputados federais.

A reciprocidade que circunscreve as relações entre deputados e aqueles que compõem as suas redes (prefeitos, vereadores, cabos eleitorais entre outros) ditam a tônica da carreira legislativa e trazem implicações na razão de ser do parlamentar, que não está necessariamente em representar a população (deputados estaduais) ou os seus estados (deputados federais), mas na mediação entre a sua "clientela" e a estrutura do Estado, numa lógica de ajuda mútua entre os sujeitos envolvidos nessa rede (BEZERRA, 1999). À propósito, minha inserção no campo de pesquisa, através do acompanhamento de alguns desses deputados durante as eleições municipais de 2016, permitiu-me duas assertivas sobre a relação de troca entre sujeitos que se situam em diferentes pontos dessa rede – de um lado o parlamentar, do outros

[15] Cf. MERCKLÉ, op. cit. p. 15.

seus referentes, cabos eleitorais e população. Em termos práticos, isso significa dizer que, embora os deputados federais não estivessem disputando cargo eletivo nas eleições de 2016, sua presença era constante nas cidades do interior e nas diversas regiões da Capital. Aquele era um momento cheio de simbologia para o trabalho parlamentar, além de uma manifestação pública de apoio a um político. Ademais, era também a manifestação prática de seu grupo, de seus referentes naquela cidade ou povoado, assim como a demonstração de a quem a sociedade recorreria caso precisasse de alguma ajuda do deputado.

Nas diversas ocasiões em que pude acompanhar como essas redes eram consolidadas, ficava evidente que, no plano de fundo, havia uma evocação – de ambas as partes – de um laço moral, seja do deputado para com o aspirante e a população, que seria por ele representada, ou mesmo do aspirante para com o deputado, frente a uma pretensa possibilidade do mesmo concorrer à reeleição. Este segundo fenômeno também foi considerado na feitura dessa tese, uma vez que foi possível – até pelo tempo que se dedica a uma tese ser maior que o "tempo da política" –, acompanhar as campanhas de 2018, cujos laços de lealdade eram evocados pelos parlamentares, e os outrora aspirantes – tantos os que ganharam, quanto os que perderam – trabalhavam no sentido de criar "uma agenda" de visitas do candidato à reeleição. Dito isto, tais sujeitos outrora ajudados seriam uma espécie de "cabo eleitoral" do deputado, e seu trabalho era de arrebanhar o maior número de eleitores para o parlamentar. No geral, isso era feito a partir de passeatas públicas nas quais era possível ver o deputado com as suas referências locais e, assim, passar a fazer parte daquele mesmo grupo político. Em resumo, a presença do deputado na primeira situação estava norteada de elementos simbólicos, seja pela importância [i] da manifestação pública de seu apoio aos membros (prefeito ou vereador) de seu grupo, ou mesmo [ii] pela forma como a população compreendia a explicitação pública da relação entre deputado e pretenso vereador ou prefeito.

Em linhas gerais, e isso já foi dito aqui, o parlamentar assume uma posição/compromisso duplo frente ao momento de disputas: em primeiro lugar, a sua manifestação recai como um tipo de transmissão do capital do parlamentar, como se estivesse dizendo "olha com quem ando, veja quem são meus amigos"; mas também a presença do deputado sinaliza para um compromisso entre ele, o candidato e a cidade ou povoado. Nesse segundo caso, seria como se estivesse firmando um acordo informal no qual o parlamentar se comprometeria – em caso de vitória de seu aliado – com o envio de recursos e emendas para aquela cidade ou comunidade. Em meio a esse acompanhamento, anotei a fala de um pretenso candidato à vereança de Nossa Senhora do Socorro, que falava sobre o que o deputado já tinha trazido para aquela cidadã e, principalmente, para o povoado que se constituía como

principal base do pretenso vereador. Como disse anteriormente: “esse aqui é o candidato que envia mais verbas para nossa cidade, vocês conhecem ele, sabem que ele vem na minha casa sempre que possível, é gente da gente. Esse asfalto que a gente tá caminhado agora é da verba que ele mandou pra socorro”[16]. Em seguida a esse discurso, o deputado pegou o microfone, agradeceu a referência e se comprometeu em se o seu candidato ganhasse, continuar enviando ainda mais verbas para aquele lugar.

Há um elemento que liga esses diferentes atores, torna tangível essa relação através da estruturação de redes de relações e de amizade instrumental: os *brokers* e/ou mediadores, que é o sujeito responsável por fazer a mediação entre o “patrão” (no caso o deputado) e seus aliados políticos (que podem ser prefeitos, vereadores, líderes comunitários entre outros), através de sua posição privilegiada para garantir acesso a bens (materiais e simbólicos) à população que apoiou aquele que o mesmo representa (AUYERO, 1999; 2013). É importante destacar que essa relação de troca e reciprocidade entre sujeitos que ocupam posições diferentes dentro do espectro político não são “costuradas” apenas durante “o tempo da política”[17], mas permanentemente através do apoio “às comunidades representadas”.

A partir do mapeamento das redes dos parlamentares foi possível analisar os agrupamentos políticos e perceber a importância dos deputados federais frente a tais grupos. Em outros termos, na medida em que temos pistas de que a carreira política é composta de uma complexa e extensa rede de atores que ocupam posições institucionais (parlamentares, prefeitos locais, vereadores) e não institucionais (cabos eleitorais, lideranças partidárias, lideranças sindicais, pessoas ligadas a associações de bairro entre outros), numa lógica em que todos são, via de regra, ao mesmo tempo “patrão”, cliente e mediador. Dessa forma, nossa proposta permite desvelar a natureza destas redes, buscando compreender a importância dos parlamentares frente à formação de agrupamentos políticos, e como tais agrupamentos criam condições claras de sucesso na carreira parlamentar.

Portanto, nossa proposta é ir além do que tem sido feito por um conjunto de estudos, como por exemplo o texto de Marcos Otávio Bezerra, *O Caminho das Pedras: representação política e acesso ao governo federal segundo o ponto de vista de políticos municipais*, preocupados em analisar a importância de as prefeituras disporem de representantes em Brasília capazes de aprovar emendas e envio de recursos (sobretudo financeiros) para aquele

[16] Trecho retirado do trabalho de campo, realizado em: na cidade de Nossa Senhora do Socorro.

[17] Para um conjunto de autores, a política não é pensada como atividade permanente, mas como um fenômeno que circunscreve um período especifico, à saber, o período eleitoral, designado sintomaticamente como “o tempo da política”. Para esses autores, o tempo da política é representado e encarnado como um período em que as diferentes facções são identificadas através de um conflito aberto entre grupos distintos. Para saber mais sobre os usos dessa expressão, sugiro a leitura de Palmeira (1996) e Heredia e Palmeira (2006).

município. Apesar de reconhecer a importância desses estudos para o presente debate, nossa intenção é de analisar o papel do parlamentar frente às divisões internas nos municípios, manifestadas e encarnadas através da formação e manutenção de agrupamentos políticos, bem como compreender o efeito contrário, e que passou despercebido pela linhagem de estudos acima citado, a exemplo das situações em que o parlamentar é opositor ao grupo que está no poder e, por isso, direciona todo seu esforço para impedir qualquer tipo de verba e/ou projeto que possa ser usado pelo grupo opositor como mecanismo eleitoreiro.

Se por um lado, após acompanhar de perto os meses que antecederam as eleições municipais de 2016 (agosto, setembro e outubro), foi possível perceber que os deputados federais – universo empírico desse estudo – têm como forma o reforço de seus laços com políticos locais a partir da manifestação pública de apoio às lideranças que o apoiou nas eleições anteriores[18]. Nesse sentido, e tendo em vista que essas lideranças, além de se constituírem como as principais referências do deputado no município, durante esse momento se candidatam aos cargos disponíveis (vereador e prefeito), de modo que a manifestação de apoio do deputado se converte em um importante mecanismo de representação de "força" do candidato frente à comunidade na qual reside. Por outro lado, a partir do acompanhamento dos meses que antecederam as eleições federais de 2018, foi possível observar o deputado que, naquele momento estava a tentar reeleição, sendo apresentado pelos apoiadores e "cabos eleitorais" como "seu deputado" a fim de arrebanhar votos da população local.

Por essa razão, defendemos que quando se trata das redes que constituem o contato do deputado com as suas bases, falar-se-á de redes de reciprocidade, uma vez que, mesmo se tratando de práticas caracterizadas como clientelares – e portanto, passíveis de críticas –, entendemos que estas são permeadas por relações horizontais de troca de favores e de barganha em que, dentro de uma lógica *configuracional*, ocorrem não entre sujeitos desiguais, mas que ocupam posições diferenciadas dentro do jogo de interesses. Em síntese, podemos destacar quanto às essas posições: os patrões querendo o apoio por meio do voto e da adesão às suas campanhas; os cabos eleitorais, enquanto mediadores entre o patrão e as suas bases, buscando reconhecimento das comunidades que representam por meio da concessão de benefícios e favores; e os eleitores, tendo nessa relação a garantia de que suas reivindicações – pessoais e coletivas – serão atendidas.

É interesse desse tese, também, considerar a natureza das práticas clientelares e as redes que tais práticas evocam, ampliar a abrangência desse conceito, tratando-o não como

[18] Em específico, as eleições de 2014, as quais estavam alocadas nas disputas por cargos locais, de vereador e prefeitos.

uma variante anacrônica da política e própria de sociedades "pré-capitalistas" e/ou "pré-modernas", como tem sido feito por boa parte dos estudos nas ciências sociais brasileira, mas como parte de um fenômeno dinâmico, que se manifesta como um *continuum* da vida política brasileira, e não um adendo a ela (AUYERO, 1999; 2013). Conforme alguns autores (GRAHAM, 1997; LEAL, 2012; BEZERRA. 2006), as ações dos parlamentares são orientadas para a obtenção de recursos federais e estaduais para as localidades nas quais estão politicamente vinculados. É oportuno acrescentar que dentro desse jogo de troca há uma dispersão pelos vários níveis de representação (municipal, estadual e federal) (KUSCHNIR, 2000; BEZERRA, 1999; 2006). Com efeito, a contribuição de nosso trabalho para este debate está em demonstrar tanto que o êxito político-eleitoral dos aspirantes ao cargo de deputados federais é proporcional à sua capacidade de articular o seu vínculo institucional com as suas bases por meio da manutenção das redes constituídas ao longo de seu percurso dentro do Congresso, enquanto que as ações dos parlamentares são motivadas pelo imperativo da reeleição. Essa forma de tratamento dado ao objeto dessa tese se assenta em um conjunto de autores (BEZERRA, 1999; AUYERO, 1999; 2013; KUSCHNIR, 2000; BANFIELD, 1958; ALCANTUD, 1997; FOSTER, 1961; KOMITO, 1985) que sinalizam para a importância da resolução de problemas de caráter personalista (internações hospitalares, agilização de processos nos órgãos governamentais e recursos federais, entre outros) no reconhecimento frente às suas bases.

A propósito, os parlamentares não parecem se incomodar com isso, há, inclusive, prerrogativas regimentais[19] conhecida como "reivindicação das comunidades representadas" que dão vazão às demandas vindas das comunidades que representam. Os eleitores, por seu turno, veem os contatos com os parlamentares e os benefícios que podem ser trazidos por estes como parte da rotina da atividade política.

Nesse aspecto, apesar da grande contribuição do trabalho de Bezerra (1999) para este debate, o autor desconsiderou – e também não era sua proposta – algo que parece próprio de um fenômeno mais recente, que é a diversificação das bases eleitorais, não sendo mais as comunidades ou municípios de onde partem os parlamentares – geralmente suas cidades-natal –, mas passa a entrar nessa seara representativa outros municípios e regiões em que operam redes cada vez mais extensas de representação desses parlamentares, operacionalizadas por cabos eleitorais e mediadores. Essas redes de reciprocidade ganham contornos – embora não

[19] Tal prerrogativa está descrita no Art. 226, V: "promover, perante quaisquer autoridades, entidades ou órgãos da administração federal, estadual ou municipal, direta ou indiretamente e fundacional, os interesses públicos ou reivindicações coletivas de âmbito nacional ou das comunidades representadas".

exclusivamente – nas práticas clientelistas e de patronagem. Com isso, oportuno dizer que tais práticas resultam, de um lado, do "familiarismo" derivado da obra de Banfield (1958), que colocava em relação à luta de sobrevivência de um meio rural pobre com a aparição de um tipo de *ethos* de sobrevivência, cujo valor superior reside no núcleo familiar, ponto de vista este bastante criticado por introduzir um "valor" discutível da perspectiva sociológica como é o de "amoral familismo" (ALCANTUD, 1997). Em contrapartida, de outro lado, o "contrato diádico", extraído dos estudos de Foster (1961), que seria um tipo de segurança pessoal, econômica e emocional que reside principalmente na rede diádica dentro da aldeia e, secundariamente, em uma rede similar com os que estão de fora da aldeia.

Ainda segundo Foster (1961), na situação em que o clientelismo assume um tipo de relação de troca diádica, há de se considerar a existência de ligações verticais e ligações horizontais: enquanto a primeira se caracteriza por um tipo de troca entre "desiguais", ou seja, relações assimétricas entre os que ocupam as posições privilegiadas e aqueles que formam as suas bases políticas; já a segunda, por seu turno, considera a existência de ligações entre "iguais", concebendo aos *brokers* um papel fundamental de mediação (KOMITO, 1985).

A literatura contribuiu para a construção de um imaginário utilitarista do clientelismo, em que o voto é instrumento de barganha em torno de vantagens materiais e simbólicas entre o eleitor e o agente político, cabo eleitoral ou *broker*. Este agente político é uma espécie de líder local que cuida dos interesses de seus representados, principalmente junto às "autoridades públicas", o que torna esse cabo eleitoral uma espécie de "advogado administrativo" da sua comunidade, para usar um termo de Singer (1965) e que, em função desse controle do voto, o negocia mercadologicamente com o "político de clientela" que, por sua vez, não passa de um cabo eleitoral suficientemente poderoso de outro político.

O clientelismo se manifesta tanto no preenchimento de cargos governamentais quanto na proteção pessoal, frente às duas variantes do clientelismo: a privada e a estatal. Dito isto, a respeito da variante privada, a forma da troca se constitui no tocante aos benefícios particulares pelo voto, que deu origem à "máquina eleitoral" e que "pode ser caracterizada como uma organização eleitoral ligada quase exclusivamente a sua clientela por interesses materiais particulares e especializada na organização e distribuição de vantagens" (SCOTT, 1971, p. 73). Desse modo, os velhos partidos das "oligarquias" se abrem a uma rede de adeptos – os cabos eleitorais –, mobilizados na caça aos votos, de maneira que se no partido de esquerda há o risco de o sistema de incentivos seletivos (salário, prestígio, oportunidades profissionais) mover o aparelho e se sobrepor aos ideais coletivos e programáticos, nas máquinas eleitorais isso é regra. Nesta variante do clientelismo, o partido é mais independente

dos recursos governamentais, de forma que um exemplo clássico são as máquinas eleitorais dos EUA no início do século XX.

Qualquer que seja a posição adotada, a distinção que tem permanecido indiscutível é a do sistema normativo e do sistema pragmático estabelecido por Bailey (1969). Segundo este autor, uma contradição básica que busca iluminar a antropologia social mediante o trabalho sobre esse terreno, é a oposição entre sistema normativo, geralmente jurídico-político, e o sistema pragmático, os que funcionam direito. Essa distinção permanece na literatura antropológica e continua sendo uma das questões essenciais deste debate nas ciências sociais (ALCANTUD, 1997).

O antagonismo por trás disso perpassa o terreno dos estudos sobre clientelismo, alguns dos quais estabelecem críticas mais ou menos severas a esse tipo de relação. Certamente, a crítica mais genérica que tem recebido o clientelismo como objeto de investigação sociológica provém daqueles que denunciaram e o identificaram como um estado evolutivo rural e subdesenvolvido; que pressupunha, segundo esses autores, que as lutas classistas, por exemplo, não teriam nenhuma presença, tragado pelas relações com os clientes (ALCANTUD, 1997, p. 18). Paralelamente, atracou-se à visão causal que identifica o clientelismo recorrentemente associado com as limitações de democracias frágeis incessantemente, embora não exclusivamente em países “periféricos” e “subdesenvolvidos” (SEIDL, 2014), isto é, em que as suas lógicas de funcionamento parecem favorecer os pilares da dominação oligárquica e que reforçam e perpetuam o papel das elites políticas tradicionais, como uma prática que continua a ser "o cerne do comportamento dos partidos políticos" (AUYERO, 1999). Nesses casos, a análise geralmente incide sobre a ideia do clientelismo como um mecanismo de desvio e de cooptação política, e denunciativo de existência de um Estado fraco e pouco burocratizado (voltaremos nisso mais adiante).

Conforme Auyero (1999), essas características de funcionamento do clientelismo têm contribuído para análises pouco favoráveis, em que coloca por muitas vezes os laços clientelistas verticais como sendo o oposto exato dessas redes horizontais de participação cívica, que promovem uma comunidade verdadeiramente cívica, e que, por sua vez, “fazem a democracia funcionar”[20].

3. As hipóteses do Trabalho

[20] Cf. AUYERO, op. cit. p. 298 – *Livre tradução*.

A partir do que foi debatido a propósito de nosso objeto de estudo, as redes que compõem a base de apoio parlamentar, entendemos a necessidade de considerar o fato de essas redes serem diversificadas e formadas por um conjunto de sujeitos que ocupam posições institucionais (parlamentares, prefeitos locais, vereadores) e não institucionais (cabos eleitorais, lideranças partidárias, lideranças sindicais, pessoas ligadas a associações de bairro entre outros), e que se ligam aos deputados através de diferentes elementos (relações clientelares, comunitárias, familiares, parentais, partidárias, marketing pessoal entre outras). Diante disto, podemos agora formular as hipóteses desse trabalho, de maneira que estarão sendo debatidas ao longo da tese e distribuídas pelos capítulos que formam a mesma.

A primeira hipótese reside na ideia de que, desde a gênese da profissão parlamentar no Brasil, as suas práticas estiveram atreladas às capacidades de conseguir apoio político por meio da mediação entre diferentes atores e instituições.

A segunda hipótese é a de que as transformações históricas, políticas e também sociais levaram às transformações no fazer parlamentar, passando de uma prática de poder de representação com base nas famílias e parentelas, até a formação grupos de poder ligados por redes políticas cada vez mais extensas e diversificadas.

A terceira hipótese reside no argumento de que as mudanças históricas, políticas e sociais, embora tenham transformado o *modus operandi* do fazer parlamentar, não alteraram as bases sociais das quais os representantes do legislativo federal partem. Não houve, portanto, uma horizontalização da classe política, mas uma adaptação dos grupos que detinham o poder sobre o espaço político, no sentido de estabelecerem novas formas de ação parlamentar, manifestado, por exemplo, na ampliação das redes de contato e, consequentemente, na ampliação das bases de apoio político.

A quarta e última hipótese é a de que há uma relação de reciprocidade circunscrita nas relações entre parlamentares e aqueles que compõem as suas redes (prefeitos, vereadores, cabos eleitorais entre outros).

Conforme sugerido, estas hipóteses servirão de caminho para a presente tese, no sentido de que o trabalho está dividido de modo a confirmar – ou não – cada uma delas.

4. Tratamento do Objeto

Para que fosse alcançado o objetivo deste trabalho, qual seja o de compreender a importância das redes na formação de bases de apoio parlamentar, assim como para a chegada e manutenção dos postos de representação política, alguns posicionamentos teórico-

metodológicos tiveram que ser acionados. Primeiramente, é oportuno dizer que o método utilizado está baseado numa vertente qualitativa de coleta, tratamento e apresentação dos dados empíricos, tendo como base alguns manuais de pesquisa (BECKER, 1994; QUIVY e CAMPENHOUDT, 1998; BEAUD e WEBER, 2007). A escolha desse método se assenta na riqueza contextual que ele fornece ao pesquisador e na viabilidade que dá a uma pesquisa sobre as redes que compõem a atividade parlamentar. Dessa forma, os dados colhidos permitem ao pesquisador uma análise profunda, de modo que os resultados obtidos tendem a explicar as situações adversas que circunscrevem o cotidiano da política.

Nesse aspecto, ainda que uma pesquisa desta magnitude exija a coleta de dados variados (Jornais e Revistas locais e nacionais, TRE, TSE, CPDOC/FGV, só para citar alguns), bem como o levantamento de toda uma bibliografia que consiga dar conta de fornecer informações, algumas entrevistas se fizeram necessárias. Para essas entrevistas foram escolhidos "informantes", aqui entendidos como pessoas que estão de alguma forma envolvidas na política local (jornalistas, radialistas, professores, políticos, líderes de partidos entre outros) e que pudessem oferecer informações quanto ao levantamento dos sujeitos que ocupam as posições mais importantes no espaço político estadual, como também dos grupos aos quais estão vinculados.

Outro método usado no levantamento de dados para a pesquisa foi a observação participante, ou seja, essa técnica nos permitiu a apreensão dos sentidos que os atores dão às suas práticas. Assim, conjugado com os demais meios de coleta de dados como documentos, arquivos, entrevistas, questionários, estatísticas, entre outras (OLIVEIRA, 2013; GINSBURG, 2011; CEFAI, 2010), a observação participante trouxe um tipo de sensibilidade e imersão nas concepções, instituições e práticas nativas. Com efeito, durante o período que antecedeu as eleições municipais de 2016 (agosto, setembro e outubro) e, depois, durante o período que antecedeu a campanha eleitoral de 2018 (entre os meses de abril e outubro), acompanhamos os parlamentares que representavam o estado de Sergipe na 55ª Legislatura. A imersão no cotidiano das campanhas durante o período mencionado permitiu com que fossem acessadas diferentes lógicas de conexão entre sujeitos que estão em pontos diferentes da rede de sociabilidade dos parlamentares aqui considerados e, consequentemente, fazer um mapeamento tanto da extensão quanto das formas de manutenção dessas redes que servem de conexão entre os deputados e suas bases. Além disso, é oportuno dizer que esse período em que fizemos a observação participante foi suficiente para "fechar um ciclo" político e que nos permitiu observar tanto a construção das redes, a manutenção das mesmas, assim como os sentidos que os atores dão a essas ações.

5. Plano Geral e Organização da Tese

O objetivo principal dessa tese é compreender a importância das redes na formação de bases de apoio parlamentar, assim como para a chegada e manutenção dos postos de representação política, alguns posicionamentos teórico-metodológicos tiveram que ser acionados. Para tanto, o universo empírico do qual se vale esta tese são os deputados federais eleitos por Sergipe nas últimas cinco eleições federais (2002, 2006, 2010, 2014 e 2018). Isso nos levaria a um coeficiente de 40 parlamentares, considerando que o estado de Sergipe conta com 08 vagas na CD. Contudo, em face da reeleição de vários desses parlamentares, esse número diminuiu para 25 deputados. Portanto, para dar conta dos objetivos e das hipóteses aqui apresentadas, o presente trabalho está estruturado em quatro capítulos, excetuando a introdução e as considerações finais.

O primeiro capítulo discute os princípios organizadores do sistema de classificação parlamentar, focando na reconstituição da gênese desse modo de fazer política, do arcabouço institucional e não institucional e das conformações históricas sucessivas desse segmento da atuação política. Dito isto, tomando como ponto de partida a representação brasileira nas Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, e a partir disso buscou-se revelar o processo histórico e também social presente na construção dos saberes próprios que circunscrevem a atividade parlamentar no Brasil até hoje. A partir do exame da carreira parlamentar no Brasil foi possível apreender informações sobre o funcionamento geral da política no país. Em resumo, esse capítulo permitiu sustentar que, desde quando se instituiu a função parlamentar no Brasil, as suas práticas estiveram atreladas às capacidades de conseguir apoio político por meio da mediação entre diferentes atores e instituições.

O segundo capítulo se inseriu na problemática mais geral da tese à medida em que forneceu análises sobre as transformações pelas quais passou o *savoir-faire* parlamentar no Brasil, uma prática que foi da manutenção do poder de representação com base nas famílias e parentelas até a formação grupos de poder ligados por redes políticas cada vez mais extensas e diversificadas. Demonstrou-se que, apesar de estar no bojo da relação político-eleitor, a busca dos congressistas pela maximização de suas chances de reeleição, ou mesmo de avançar na carreira legislativa, houve uma diversificação nas estratégias de manutenção desses mandatos. Seguindo nessa linha, demonstrou-se, nesse capítulo, como a transformação das relações sociais e também políticas no estado de Sergipe (com referência à região nordeste do Brasil) desenharam a passagem da política de base familiar para a política de redes (PEREIRA DE QUEIROZ, 2006; LEWIN, 1993). Mais precisamente, a passagem para uma prática política

inserida na lógica da troca de favores de caráter clientelista e paternalista e do contato entre políticos e mediadores situados em todo o estado.

Já no terceiro capítulo, analisou-se o perfil social (conjunto dos atributos sociais, econômicos, associativos, educacionais, profissionais) dos deputados federais eleitos por Sergipe nas últimas cinco eleições federais (2002, 2006, 2010, 2014 e 2018). A contribuição desse capítulo para a tese reside na apresentação dos parlamentares que representam o estado na atual conjuntura, demonstrando os atributos sociais dos quais estes dispõem, assim como apresentar o grupo que domina o espaço de disputas para a ocupação de cadeiras na Câmara dos Deputados. Além disso, também foi possível demonstrar a permanência de lógicas encontradas em outros momentos como, por exemplo, o peso do sobrenome e mesmo das relações com as cidades e regiões de onde nascem os atuais representantes do Estado na Câmara dos Deputados.

Quanto ao quarto capítulo, este demonstrou como são constituídos os acordos, assim como os parlamentares, mediadores, referentes e lideranças políticas vivenciam e dão sentido às práticas e aos pactos que envolvem tais relações. A fim de tornar tangível o objetivo mais geral dessa tese, que consiste em mostrar que as redes de sociabilidade se constituem como uma importante forma de composição de bases de apoio político para o acesso aos postos de representação política na Câmara dos Deputados, escolheu-se um deputado federal – que está inserido em uma das tipologias apresentadas ao longo dos demais capítulos, isto é, a de parlamentares com carreira política recente, desprovido de capital político-familiar e cuja carreira está pautada em sua capacidade de estender as suas redes e no esforço para formar bases de apoio político capazes de lhe permitir a manutenção, tanto das redes quanto dos mandatos legislativos.

Capítulo 1

GÊNESE DO SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO PARLAMENTAR: história e mecanismos de seleção parlamentar no Brasil.

O presente capítulo tem por objetivo discutir os princípios organizadores do sistema de classificação parlamentar. O foco aqui consiste na reconstituição da gênese desse modo de fazer política, do arcabouço institucional e não institucional e das conformações históricas sucessivas desse segmento da atuação política. Nessa perspectiva, diferentes foram as dimensões aqui consideradas, a começar pelos mecanismos formais e informais que operam na seleção daqueles que inicialmente foram denominados Deputados de Corte – que se consagrou como a primeira forma de deputação brasileira –, representantes políticos brasileiros eleitos para compor as Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa[21] a partir de 1821. Se, por um lado, a Constituição Portuguesa que vigorava à época, sob influência da *Constituição de Cádiz*, permitia o envio de representantes brasileiros para às Cortes Gerais; por outro lado, alguns fatores pareciam exercer influência. Em outras palavras, este é o caso das vinculações familiares, parentais, de amizade ou mesmo as redes de relações pessoais estabelecidas na Europa – com destaque para a passagem por universidades como a de Coimbra, que não se configuravam apenas como forma de notabilidade, mas como importante recurso dentro do universo relativamente amplo de selecionáveis. Num segundo plano, tivemos que desvelar o processo histórico e também social presente na construção dos saberes próprios que circunscrevem a atividade parlamentar no Brasil.

O exame da carreira parlamentar no Brasil nos trouxe informações sobre o funcionamento geral da política no país. Quanto a isto, ocorre que dentro da tradição política brasileira, desde o Império, os cargos ligados ao poder executivo (prefeitos, presidentes de províncias e senadores) eram designados a uma pequena elite escolhida pela monarquia hereditária e os seus assessores. Diferente desses postos políticos, os demais parlamentares

[21] As Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, também frequentemente designadas por Soberano Congresso e conhecidas na historiografia portuguesa como Cortes Constituintes de 1820 ou Cortes Constituintes Vintistas, foram o primeiro parlamento português no sentido moderno do conceito. A sua base estava, em grande parte, idealizada nas antigas Cortes Gerais, só que o sistema de votação para designar os seus delegados agora e era diferente, e não estariam mais separados os três tradicionais estamentos feudais (Clero, Nobreza e Povo).

participavam de processos relativamente democráticos[22] e, não raro, disputados. Isso fez com que a concorrência mais acentuada durante a República recaísse como novidade para aqueles que faziam parte do primeiro grupo – o que explica a dificuldade dos conservadores em se adequar à competição eleitoral, resultando na consequente perda de espaço para os *republicanos históricos* durante os primeiros anos da República – que, diferente dos que disputavam postos legislativos, não estavam habituados com a competição eleitoral e nem com a representação de suas bases políticas.

Estes argumentos acima ajudam a sustentar nossa hipótese, para este capítulo, de que quando se instituiu a função parlamentar no Brasil as suas práticas estiveram atreladas às capacidades de conseguir apoio político por meio da mediação entre diferentes atores e instituições. Por essa razão, tivemos que considerar uma análise também da capacidade dos parlamentares representarem os interesses de suas bases (freguesias, capitanias, províncias e, posteriormente, estados) e a importância disso na manutenção de seus mandatos. Seria como se houvesse, desde a gênese dessa atividade, uma espécie de subversão consentida do próprio fazer parlamentar, ou seja, apesar de a criação e fiscalização de leis e ementas estarem no bojo de suas funções, o prestígio político e social do parlamentar perpassam pela sua capacidade de manter o controle – através de relações clientelares ou de coerção – sobre as comunidades por eles representadas.

Desse modo, a fim de delinear nossas pretensões e situar o presente capítulo dentro da problemática mais geral da tese, buscamos responder questionamentos do tipo: como a profissão parlamentar se instaurou no Brasil e quem eram os atores que ocuparam os primeiros postos parlamentares no país? Quais grupos estão em torno da composição dessa categoria profissional? Sob quais circunstâncias se estruturaram os saberes próprios dessa profissão? Essas questões convergem numa questão mais geral e que norteará nosso debate a partir daqui: como se constituiu a carreira parlamentar no Brasil e qual a relação desse processo com as transformações oriundas das mudanças históricas, políticas e sociais vividas pelo país?

Esses apontamentos sugerem que o recorte temporal adotado na feitura desse capítulo circunscreve-se ao período que vai da primeira metade do século XIX até os primeiros anos da República. Tal recorte temporal se justifica na medida em que nos permite uma visão holística das transformações políticas, sociais e eleitorais ao longo de um período relativamente longo. Com isso, conseguiremos também compreender elementos presentes

[22] Nas eleições no período imperial era comum o uso de mecanismos de coerção e de manipulação dos resultados eleitorais.

tanto na construção da instituição parlamentar brasileira, quanto os efeitos que as mudanças nos quadros políticos trouxeram para o próprio funcionamento do Congresso Nacional[23]. Faremos, portanto, uma espécie de *sociogênese* da profissão parlamentar no Brasil, elaborada a partir do contato do pesquisador com diferentes fontes com o intuito de apresentar o espaço de atuação parlamentar e as estratégias que circunscrevem a carreira daqueles que ocupam tais posições.

Pensar a gênese desse grupo não se constituiu como tarefa das mais fáceis, na medida em que exigiu um minucioso exame das dificuldades e dos conflitos vividos pelas pessoas que se situam presos às instituições, em nosso caso, o Congresso Nacional Brasileiro. Ainda assim, pesa a favor dessa forma de análise que podemos chamar de sócio histórica o fato de termos conseguido compreender dinâmicas que estão no bojo do fazer parlamentar até hoje.

Nosso aporte metodológico buscou, primeiramente, oferecer ao leitor condições para uma apreensão e caracterização geral da estrutura do espaço analisado, bem como dos meios institucionais que o constituíam. Por essa razão, nesse primeiro momento, o texto assumirá um caráter mais descritivo, no sentido de permitir um melhor entendimento da estruturação do espaço profissional do grupo considerado, dos aportes administrativos e institucionais que balizam a carreira parlamentar e como as transformações institucionais e organizacionais causaram transformações no *savoir-faire* dessa profissão. Num segundo momento, e em posse de um conjunto de informações retiradas de diferentes fontes, como o *Dicionário bibliográfico Brasileiro*, teses e dissertações sobre o tema, e de um vasto acervo bibliográfico que dialoga com o objeto aqui apresentado (CITAR), o texto passou a analisar sistematicamente as características daqueles que ocupam postos dentro do poder legislativo.

1.1 Grupos profissionais e gênese do Poder Legislativo no Brasil

A construção de um espaço profissional está condicionada a conflitos entre grupos diferentes que lutam pela legitimação de recursos que podem ser traduzidos em “trunfos” dentro desses mesmos espaços. Entretanto, devemos aludir: a atividade política não escapa a essa lógica. Diante disso, a análise do processo de construção da profissão de deputado no Brasil nos possibilita observar como esses conflitos ocorrem e, acima de tudo, permite-nos identificar os recursos sociais – dentro da tradição bourdiesiana – que importam para a

[23] Para um melhor entendimento das mudanças das bancadas federais ao longo da segunda metade do século XX, sugiro o texto de Rodrigues (2007).

atuação na política e entender o papel desempenhado por tais recursos sobre o exercício da representação política.

Seguindo pressupostos alocados dentro daquilo que podemos chamar de "sociologia das profissões", observamos que a "construção" de um espaço profissional não ocorre de forma unívoca e nem independente de outros espaços, mas através de disputas internas e externas entorno dos seus mecanismos de legitimação (BOURDIEU, 2007; PHELLIPEAU, 2001; ELIAS, 2007). Esse processo, ou melhor, essas disputas por pertencimento e reconhecimento, não se dão apenas dentro do âmbito profissional, mas comprometem recursos acumulados ao longo de toda uma vida e que resultam da origem social, formação escolar e inserção em diferentes espaços de atuação.

Na forma como foi desenvolvida por Phellipeau (2001), entendemos que a análise da "construção" de um espaço profissional remete, invariavelmente, a um exame minucioso das dificuldades e dos conflitos vividos pelas pessoas que se acham presas em sua órbita. O autor nos convida à evidenciação das configurações e das relações humanas que elas escondem, primeiro para entender como e por que se desenvolvem essas formações sociais e, em seguida, para explicar as dinâmicas e as transformações que lhes ocorrem de um período a outro. O autor, baseando-se nos pressupostos de Norbert Elias e sua sociologia histórica, chama esse exercício de *Teoria geral da gênese das instituições.* No caso da gênese da profissão política na França, presente na análise do texto mencionado, observamos a existência de conflitos envolvendo dois grupos que passariam a coabitar o espaço de disputas políticas, a saber, nobres e burgueses. Os espaços de enfrentamento pelo poder local, nos quais representantes da nobreza criaram modelos de conduta que garantiram as suas chances de poder e de prestígio social, passa a ser cenário de campanhas eleitorais baseadas na doação de presentes e prestação de serviços aos eleitores. Inicialmente, tais práticas eram feitas pelos burgueses ricos e, posteriormente, também se tornaram comuns entre os nobres sedentos pela manutenção de seus mandatos. Seria como se os burgueses, desprovidos de atributos sociais aristocráticos, vissem na oferta de "agrados" a possibilidade de concorrer com a nobreza e, por essa razão, passassem a fazer uso de práticas clientelares não comuns às disputas eleitorais, de modo que o sucesso de um grupo ou de outro estaria condicionado ao reconhecimento, por parte dos eleitores, de suas capacidades de trazer benefícios às comunidades e pessoas por eles representadas. Era, antes de qualquer coisa, uma competição por prestígio que se iniciava então entre meios aristocráticos e burgueses, de modo que os golpes que infligem uns aos outros de maneira toda especial para a ocupação de cargos e1etivos inclinavam esses adversários abastados a fazer novas promessas, já que a

configuração dessas lutas tornava mais dispendiosa a manutenção das antigas relações de dependência pessoal entre esses notáveis e seus "inferiores sociais [24]".

Com isso, se na França, aristocratas e burgueses coabitaram o congresso fazendo daquele um espaço de disputas entre grupos antagônicos, no caso brasileiro isso se deu a partir do contato entre portugueses e brasileiros nas *Cortes Gerais da Nação Portuguesa (1821-1822)* e das consequências que os contatos nesta assembleia trouxeram para a construção da ordem legislativa e constitucional do Brasil. Assim procedendo, para compreendermos o processo de "construção" do espaço de atuação dos representantes legislativos no Brasil faz-se necessário entendermos como e sob quais circunstâncias isso ocorreu. Em resumo, faz-se importante entendermos os conflitos e disputas inerentes ao processo que conduziu a deputação a se estruturar como um tipo de atuação profissional própria do espaço político. Devemos frisar, contudo, que essas lutas foram observadas não apenas nas relações entre os deputados portugueses e brasileiros nas *Cortes Gerais* de 1821 a 1822, como também entre os próprios portugueses como nos faz lembrar Pereira (2016). Segundo esse autor, já no início do século XVIII surgiu, no Brasil e em Portugal, uma nova classe social denominada burguesia. Esta nova classe não pertencia nem ao povo – plebe –, nem à nobreza, não tendo, portanto, os mesmos privilégios políticos que esta, sendo excluída, inclusive, da ocupação de cargos não eletivos ligados ao Parlamento português. Ainda segundo este autor:

> (...) é nesse ínterim que começam a haver conflitos, geralmente provocados pela burguesia, que almejava parte do poder político destinado exclusivamente à nobreza portuguesa. Influenciados pelos intelectuais do Iluminismo, que pregavam a revolução político-social com o advento da representação popular em nível nacional, incitaram diversos movimentos separatistas, como a Inconfidência Mineira e a Revolução Pernambucana[25]".

Essas questões sugerem a existência de divergências entre os portugueses e também entre os portugueses e os próprios brasileiros quanto à participação brasileira nas Cortes Gerais, conforme veremos mais adiante. Em se tratando especificamente da relação entre portugueses e brasileiros, é necessário destacar o distanciamento de opiniões e posicionamentos. Nesse aspecto, enquanto o primeiro grupo via na presença de representantes brasileiros na Cortes Gerais como uma barreira ao retorno das relações colonialistas, para os brasileiros abrir mão desses mandatos era o mesmo que abrir mão da legitimação da independência do Brasil. Segundo Phellipeau (2001), essas lutas servem para legitimar o

[24] Cf. PHELLIPEAU, op. cit. p. 197.
[25] Cf. PEREIRA, op. cit. p. 193.

prestígio de um grupo sobre o outro constituindo-se, nessas condições, em ocasião privilegiada para afirmar e perpetuar a distância social entre grupos que disputam poder, no caso do estudo supracitado, entre aristocratas e membros oriundos da burguesia. Essas lutas servem, desse modo, para atestar "em público tanto a qualidade social desses indivíduos como o lugar que ocupam na hierarquia própria dos membros dessa aristocracia" [26].

Com isso, tomar por objeto a elite política imperial brasileira nos leva a considerar que tratamos de um grupo relativamente homogêneo. A homogeneidade, sobretudo ideológica e de treinamento, seria responsável pela redução (ou até mesmo inexistência) de conflitos intra-elite e fornecia a concepção e a capacidade de implementar determinado modelo de dominação política. Tal realidade resultava da socialização pela qual seus membros passavam, principalmente por via da educação, da ocupação e da carreira política. Em se tratando daqueles que fizeram parte do Poder Legislativo, inicialmente formado pelos *Deputados de Corte,* essas questões ficaram bastante evidentes. Isso porque, apesar de o Congresso Nacional Brasileiro só ter sido instaurado oficialmente em 1823 para conceber a primeira Constituição nacional, a criação da função de representante provincial data de 1821, quando da instauração das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa.

No período anterior às Cortes Gerais, o parlamento do Império português era formado exclusivamente por portugueses, fato que sofreu alteração após a *Revolução do Porto (1820)* que estabeleceu novas regras para o seu funcionamento. As bases dessa revolução vinham da *Constituição de Cádiz* que estabelecia no país vizinho, a Esspanha, uma monarquia pré-constitucional e ainda colocava, pela primeira vez, em condições de igualdade, cidadãos da Europa e do ultramar.

A *Constituição de Cádiz*[27] foi o primeiro documento constitucional aprovado na Península Ibérica e influenciou no desenvolvimento do constitucionalismo espanhol, português e latino-americano. Dito isto, as suas instruções serviram de base para a realização das eleições para as *Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, realizadas em dezembro de 1820. A chamada *Junta Provisional Revolucionária* estabelecia várias determinações, entre as quais a anistia para presos políticos, inclusive os envolvidos na Revolução pernambucana de 1817, a convocação das primeiras eleições de Portugal para as *Cortes Gerais,* além de proclamar a soberania da Nação sobre o rei e intimá-lo a retornar para Lisboa (SILVA NETO, 2003).

[26] Cf. PHELLIPEAU, op. cit. p. 195.
[27] Também conhecida por Constituição Espanhola de 1812 ou *La Pepa.*

A primeira seleção de representantes legislativos do Império português, baseada na Constituição de Cádiz, elegeu 109 Deputados de origem lusitana, sendo que 100 assumiram o cargo imediatamente e os 09 restantes ficaram como substitutos. Somente em 07 de março de 1821, por intermédio de decreto real assinado por D. João VI, é que foi determinada a realização das eleições dos Deputados que iriam representar o Brasil nas Cortes Gerais. Este decreto também estabelecia que fosse pago 4.800,00 réis por dia para cada deputado que se pusesse a caminho de Lisboa, pagos pelo Real Erário[28].

A posição do monarca contava com o apoio de alguns parlamentares portugueses, à exemplo do deputado Pereira do Carmo que, em 30 de janeiro de 1821, defendeu que as eleições se estendessem até os deputados nos domínios ultramarinos, a fim de que fossem diretamente representados nas Cortes. Tal deputado aconselha, inclusive, que enquanto durassem as eleições na América, e possessões de outros continentes não pudessem tomar assento, os Deputados eleitos deliberassem o Congresso sobre a escolha provisória de cidadãos idôneos naturais do Brasil e das outras colônias asiáticas e africanas, desde que residentes ou, então, presentes em Portugal, para que, assim, não deixassem o "Reino Americano" e os demais domínios da monarquia de ter efetiva representação parlamentar na Corte Constituinte. Nesse sentido, seu intuito era o de preservar a integridade do Império português, bem como de evitar possíveis revoluções advindas por parte das colônias e, ainda, de melhorar as relações comerciais entre os reinos de Portugal e Brasil (SERRÃO, 2016).

Apesar de seus esforços, a sua proposta foi rejeitada pela maioria dos que faziam parte da Corte. O aurgumento central de seus pares era o de que podiam legislar à revelia das colônias, sobre as suas necessidades e interesses e organizar a Constituição política que tinha de reger todos os Estados da Coroa. Diante do exposto, entre os opositores de Pereira do Carmo se destaca o deputado Soares Franco, que defendia a ideia de que a representação provisória por meio de deputados substitutos – conforme sugeriu Pereira do Carmo – não seria conveniente, visto que estes seriam escolhidos em Portugal e por portugueses, e não na província e pelo povo que se pretendia ver representado. Dessa maneira, os substitutos não possuiriam procuração e seriam escolhidos à margem da legalidade.

Vale destacar que aqueles designados como representantes brasileiros nas Cortes Gerais não eram dotados, inicialmente, de trunfos econômicos ou sociais comparáveis aos dos deputados portugueses a quem, muitas vezes, tinham de enfrentar quando estavam na arena

[28] SILVA NETO, Casimiro Pedro da. A construção da democracia: síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das assembleias nacionais constituintes e do Congresso Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003, p. 41-42.

eleitoral, seja para defender os interesses do Brasil ou mesmo de suas províncias em meio às divergências de opinião frente à relação colonial ainda existente naquele momento. Os deputados brasileiros precisavam apoiar-se em recursos de outro tipo e trabalhar para a criação, bem como para a acumulação de um tipo novo de recurso que lhes conferissem a autoridade necessária para se envolverem com chances de sucesso, tanto na ocupação dos cargos, quanto para as suas propostas. Conforme veremos, deputados portugueses e brasileiros ocupavam posições hierárquicas diferentes dentro do parlamento português. Seria como se o primeiro grupo possuísse não apenas as prerrogativas necessárias, mas o domínio sobre as regras do jogo interno do parlamento. Eram eles que ditavam as regras e, não raro, legislavam em causa própria. De maneira mais objetiva, não se tratava apenas de defender o *status quo* que gozavam e as posições sociais ocupadas, pois essas disputas visavam especialmente garantir o domínio sobre as possessões portuguesas do além-mar. Os parlamentares portugueses sabiam que a entrada de "estrangeiros" nas Cortes Gerais lhes traria maiores dificuldades em atingir o intento de fazer retornarem as relações coloniais observadas antes de 1815[29].

Sobre os conflitos e dilemas vividos em torno da construção de uma categoria profissional, Elias (2001 e 2007) discute a visão evolucionista que aflora por trás de uma história da profissão política segundo a qual a entrada em cena dos profissionais se resumiria, pura e simplesmente, ao aparecimento de um novo tipo de pessoal político que se oporia aos grandes notáveis[30] e, depois, os substituiria. Em suma, para além das lutas que ligam os grupos de indivíduos que aspiram sentar-se no Parlamento, o modelo definido por Norbert Elias também permite explorar uma gama muito mais seleta de equilíbrios e de tensões microscópicas, de retiradas e reconversões, que caracterizam a interpenetração dos egressos dessas elites em sua busca por postos eletivos.

Vale ressaltar que a criação das Cortes Gerais, apesar de possibilitar o envio de representantes brasileiros para a metrópole, também ajudou a desenvolver um sentimento nacionalista que teve relativa importância para a posterior emancipação política do Brasil.

[29] Em dezembro de 1815, Dom João, ainda Príncipe Regente, elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Coincidentemente, 1815 também fora o momento em que Napoleão Bonaparte deixava de ser, definitivamente, uma ameaça à Europa. Portanto, pela ótica dos súditos portugueses, não havia razões plausíveis para que o Príncipe Regente e a família real continuassem a habitar a América. Além disso, o fato de o Rio de Janeiro ser a capital do Império Português e o Brasil deixar, institucionalmente, de ser Colônia de Portugal amedrontava os fiéis vassalos portugueses que, independente dos seus lugares na sociedade, mostravam-se cada vez mais insatisfeitos por estarem relegados a um plano político periférico (MEIRELLES, 2015, p. 43).

[30] Sobre isso, ver em especial Elias (2007) acerca da construção da profissão naval e Phelippeau (2010) sobre a construção da profissão política.

Fato é que, quando da chegada dos primeiros representantes brasileiros a Portugal, em abril de 1821, as Cortes Gerais já haviam tomado decisões que diminuíam a autonomia política brasileira, o que passou a influenciar os acontecimentos políticos e a gerar manifestações sociais de objetivo emancipatório no Brasil. Se para os portugueses a volta do rei D. João VI à Lisboa, em julho de 1821, estabeleceu um clima de maior segurança nas Cortes, no Brasil o clima de conflito e as sucessivas rebeliões em busca de alterações políticas se agravavam. Esse clima pode ser identificado a partir do exemplo de várias províncias. É o caso da Bahia, cujos deputados para as Cortes Gerais só foram eleitos em setembro em meio a intensos embates entre partidários e opositores da ordem constitucional da época. Em Pernambuco não foi diferente, e apesar da adesão à ordem constitucional portuguesa, logo os políticos locais passaram a lutar pela volta do movimento de 1817[31], em oposição às ideias portuguesas (BERBEL, 2006, p. 189). A capital, Rio de Janeiro, também seguiu esse mesmo caminho turbulento e foi palco para movimentos pró e contra os portugueses.

Leal (2002) relata que antes da chegada dos deputados brasileiros à Portugal já havia começado o movimento português para reaver o poder político sobre o Brasil. Em sentido parecido, Feloniuk (2014) sugere que o príncipe regente era um problema para as Cortes. Ele era o governo do Brasil e não estava submetido ao poder na Europa, tendo autonomia para governar. A transformação de capitanias em províncias diminuía o poder estabelecido na capital brasileira, outorgando poderes maiores às unidades e colocando todas elas à disposição do governo central em Portugal. Era uma forma, nesta perspectiva, de fragmentar o poder monárquico no Brasil. Com o tempo, viria a extinção de tribunais e diversas outras decisões que centralizavam a administração portuguesa.

A postura das Cortes pode ser compreendida a partir do posicionamento de Fernandes Thomaz, líder da Revolução do Porto (1820) e de um influente grupo de deputados. Era, certamente, um dos maiores obstáculos da deputação brasileira nas Cortes Gerais. Para o deputado, o exercício da soberania deveria ser uno e indivisível, com os deputados portugueses representando a totalidade do poder político (FELONIUK, 2014). De maneira mais específica, os representantes portugueses nas Cortes Gerais se uniam em torno de uma mesma pauta: transformação das capitanias em províncias; deposição de todos os governadores de capitania e controle das províncias pelas deputações provinciais, em termos

[31] A revolução dos Padres, ou Revolução Pernambucana, iniciou em março de 1817. Sua principal influência ideológica era o iluminismo, e ela se opunha ao absolutismo monárquico dos Bragança. O objetivo do movimento era a independência do Brasil e a proclamação da república. Os revolucionários conseguiram ficar no poder apenas três meses, quando forças portuguesas invadiram e contiveram o movimento que também contava com o apoio popular, sobretudo, em função da crise econômica proveniente de uma seca em 1816, a criação de novos impostos, e a grande presença de portugueses na região.

semelhantes aos da Constituição de Cádiz; retirada de toda autoridade militar das deputações provinciais; alocação do controle militar no reino; controle de todo o governo dos reinos feito pelo rei e seus ministros a partir de Lisboa; extinção de todos os órgãos criados pelo rei e pela regência depois da transmigração da família real; volta do príncipe regente do Brasil (D. Pedro) para a Europa; retirada da autonomia política do Brasil; extinção de todas as últimas instâncias de julgamento que não se encontrassem em Lisboa[32].

Ainda segundo Feloniuk (2014), o resultado da tentativa de implantação dessas medidas seria o aumento expressivo do apoio popular a José Bonifácio e ao príncipe regente, assim como o início do sistemático desrespeito de Pedro de Alcântara às ordens recebidas da Corte. Fato é que o Brasil nunca foi considerado, em todos os aspectos, uma colônia de Portugal. O governo aqui instalado não foi semelhante ao das ilhas portuguesas do Atlântico ou ao dos territórios que a monarquia portuguesa dominou. Desde o século XVI a metrópole via o Brasil como uma parte do reino, um território a ser ocupado para futuramente ter nessa população um fiel contingente de súditos da Coroa. Apesar disso, a coerção pela força, uma vez que os portugueses comandavam as armas, e as imposições comerciais levaram o Brasil a um tipo de dependência econômica em relação à metrópole, ou seja, tratava-se de um tipo de colonização de exploração. Conquanto, depois que foi sede da Coroa portuguesa, o que ocorreu entre 1808 e 1821, o Brasil conheceu certo grau de autonomia político-econômica. Isso passou a desagradar os deputados portugueses nas Cortes Gerais que, por sua vez, se apressaram em pleitear a "integração do reino" o que, na verdade, significava a "recolonização" das terras brasileiras. A essa altura, porém, o Brasil não era o mesmo de antes da chegada da Família Real portuguesa: o país não tinha mais uma máquina burocrática dominada por portugueses e já tinham se desenvolvido aqui alguns setores sociais com consciência suficiente para reconhecer os interesses do Estado nascente.

Em outubro de 1821, este projeto de "integração" resultou no denominado Decreto de Outubro[33], mas a missão das Cortes não era das mais simples. De um lado, estavam os portugueses que, além de contarem com o apoio de representantes de algumas províncias brasileiras com interesses políticos locais, representavam a força majoritária na tomada de decisões. De outro, estavam províncias que se opunham às decisões das Cortes portuguesas,

[32] Ob. Cit. p. 135.

[33] Esse foi um decreto assinado por D. João VI, em 29 de setembro (e 1 de outubro) de 1820, que estabelecia que a partir de então as províncias seriam governadas por juntas governativas provisórias, compostas de cinco ou sete membros. Esse decreto foi extinto por mando de D. Pedro I, pela Lei Imperial de 20 de outubro de 1823, no qual extinguiu-se as juntas governativas provisórias, criando em cada província o cargo de presidente, assistido por um conselho.

como São Paulo e Minas Gerais, o príncipe regente e a maior parte dos brasileiros – inclusive grupos de algumas províncias que apoiavam formalmente os portugueses.

Evidentemente, esses exemplos não esgotam o quadro dessas lutas travadas entre os representantes de grupos sociais cada vez mais desarmônicos. Entendemos também que a construção da profissão política e a consequente formação de uma deputação brasileira na metrópole não resulta apenas de conflitos entre grupos antagônicos, mas da imbricação de vários fatores. Dito isto, como exemplos podemos citar a própria legislação eleitoral (que estabelecia quem podia se candidatar ou votar nos representantes), o reconhecimento, por parte das províncias, de seus representantes legais, a organização do processo eleitoral, entre outros fatores.

1.2 Práticas eleitorais na escolha dos Deputados de Corte.

Bonavides (1998) considera a chegada dos brasileiros nas Cortes portuguesas como a origem do constitucionalismo brasileiro. Ainda que a representação estivesse atrelada à condição de colônia, a primeira forma de representação política a ser instituída no Brasil foi a eleição de deputados pelas várias províncias para as *Cortes Gerais Portuguesas*[34]. Essa forma de participação política, influenciada pela atmosfera da época e pela Constituição de Cádiz, pautou a formação do constitucionalismo brasileiro (BONAVIDES, 1998). Aqueles que foram denominados deputados de corte foram escolhidos a partir de um processo político sem precedentes na história do Brasil, e muitos destes já possuíam algum tipo de experiência política.

Nesse sentido, partindo do princípio de que a Nação deveria ser a união de todos os portugueses de ambos os hemisférios (art. 16 das Bases[35]), o pacto político que os uniria e constitucionalizaria o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves deveria ser elaborado mediante a presença dos representantes da metrópole e também das colônias. Para esse fim, várias prerrogativas constitucionais foram pensadas para diminuir as dúvidas quanto à seleção dos representantes das colônias. O conjunto das instruções acerca de como deveria ser o processo de eleição para deputados, com as devidas adequações, seguia método semelhante ao

[34] Falar aqui da representação dos municípios... falando da importância, mas também demarcando as diferenças.
[35] Oportuno dizer que o termo nação era ainda pontualmente usado no sentido de Império, abarcando portugueses e brasileiros, e partes geograficamente distintas (caso de Hipólito José da Costa, em 1814). Redator do *Correio Brasiliense*, Hipólito defendia que o Brasil fosse o centro do Império, ou seja, que detivesse a hegemonia no Reino Unido. Portugal e Brasil eram, nesta acepção, partes da mesma Monarquia, isto é, do mesmo Estado.

estabelecido na *Constituição Espanhola de Cádiz* de 1812[36] e nas *Ordenações do Reino* e se tornaria, com efeito, o primeiro Código Eleitoral a vigorar no Brasil[37].

Um primeiro ponto a ser destacado, quanto ao processo eleitoral para a seleção dos deputados de Corte, diz respeito à dificuldade para encontrar pessoas dispostas a representar o Brasil nas Cortes Gerais. Vale ressaltar que alguns dos eleitos sequer chegaram a partir para Lisboa (a exemplo de alguns deputados de Minas Gerais, São Paulo, Grande do Sul e Rio Grande do Norte). Diante desse desinteresse[38], além da inexistência de verdadeiros partidos políticos[39], não houve candidaturas acaloradas, eleições com intensa disputa, malícia para a fraude eleitoral, entre outras atividades próprias da prática política (MACEDO, 1876). Em outros termos, o que não significa dizer que seria acessível a qualquer pessoa a prerrogativa de candidatar-se ao cargo de deputado de Corte. Exemplo disso é o caso de Felippe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, que pretendeu representar a sua província, o Grão-Pará, mas não obteve mandato regulamentar para a função de deputado. Havia, de fato, uma preocupação por parte da Coroa portuguesa, e até mesmo da colônia, quanto aos designados para a representação brasileira nas Cortes Gerais, de modo que se buscava entre os postulantes ao parlamento àqueles que melhor poderiam se adequar ao Congresso (conforme veremos mais adiante). Lá, desde a sua criação, o Congresso era ocupado por pessoas provenientes das elites burguesa, eclesiástica e aristocrática de Portugal, enquanto que, no Brasil, houve uma procura maior por parte de integrantes das elites eclesiástica, rural e intelectual.

---

[36] No pouco nutrido grupo daqueles que assinalam a Constituição espanhola de 1812 como principal fonte da portuguesa, encontra-se Jorge Miranda (2001). Segundo esse autor, "a Constituição de 1822 foi obra das Cortes Constituintes eleitas em Portugal, no Brasil e nos territórios portugueses da África e da Ásia, de acordo com uma regra de proporcionalidade entre o número de eleitores e o número de Deputados a eleger – o que era bem significativo do princípio da igualdade de direitos e do conceito de Nação que os homens de 1820 adotavam" (MIRANDA, 2001, p. 13).

[37] Talvez constitua uma surpresa para muitos saber que a Constituição de Cádiz vigorou no Brasil antes mesmo da Constituição de 1824; e que teve importante influência sobre o constitucionalismo dos países de língua portuguesa. Para uma análise detalhada do tema, veja-se o imprescindível artigo de Barreto e Pereira (2011), que preenche uma importante lacuna na história do constitucionalismo luso-brasileiro. Em 21 de abril de 1821, no Rio de Janeiro, D. João VI jurou a Constituição de Cádiz e publicou-a por decreto. Revogou-a no dia seguinte, em circunstâncias muito bem documentadas por Barreto e Pereira (2011).

[38] Os conflitos não residiam na escolha dos representantes brasileiros para ocupar assento nas Cortes Gerais, mas na própria diferenciação estabelecida entre os deputados portugueses e brasileiros.

[39] além da inexistência de verdadeiros partidos políticos a partida de D. João VI acarretou a polarização das forças políticas no Rio de Janeiro. De um lado, o Partido Português, defendendo a recolonização, agrupava comerciantes e militares insatisfeitos com a autonomia da colônia. De outro, o Partido Brasileiro, que estava dividido em dois grupos: os democratas e os aristocratas, ambos com o mesmo interesse – a monarquia constitucional. Havia ainda os absolutistas, que insistiam na defesa do poder absoluto do rei e eram contra as Cortes que desejavam uma monarquia constitucional. Apesar de serem chamados de partidos, eram na verdade grupos de pessoas que se uniam em defesa de seus interesses. A designação – Partido Português e Partido Brasileiro – não tinha sentido de nacionalidade, visto que brasileiros e portugueses eram encontrados em ambos os grupos.

A ampla maioria dos deputados eleitos pelo Brasil já estava de algum modo próximo ao governo e/ou já tinha desempenhado algum tipo de participação política. Este é o caso de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva. Natural da província de São Paulo, Antônio Carlos nasceu em Santos em 1773 e faleceu no Rio de Janeiro em 1845. Formado em direito pela universidade de Coimbra, seguiu a carreira da magistratura. Antônio Carlos estreou exercendo o cargo de juiz de fora da cidade de Santos, depois exerceu o cargo de ouvidor de Olinda e em seguida foi nomeado desembargador da relação da Bahia, cargo que não chegou a ocupar. Em 1817, achando-se no exercício do cargo de ouvidor de Olinda, aderiu à revolução de Pernambuco fazendo parte de seu conselho. Por conta disso, foi preso e transportado para a cadeia da Bahia. Na prisão, em conivência com outros presos, passou a desempenhar atividade docente, estabelecendo uma espécie de Atheneu. Antônio Carlos lecionou a língua inglesa, direito natural e direito civil. Em 1821, já em liberdade, foi eleito deputado às Cortes portuguesas, onde defendeu diversos direitos do Brasil frente à metrópole.

Sua carreira política não inicia nem termina com a sua representação nas Cortes Gerais. Foi também Deputado na Constituinte brasileira de 1823 e relator da comissão que apresentou o projeto para a primeira Constituição brasileira. Tal assembleia constituinte acabou sendo dissolvida pelo Imperador D. Pedro I ainda em 1823. Diante disso, e juntamente com outros deputados, Antônio Carlos foi preso e deportado para a França, de onde foi permitido voltar em 1828. De volta ao Brasil, e ainda preso, foi processado, mas julgado inocente, de modo que se retirou para São Paulo, onde se manteve afastado da política até 1838, quando reaparece como Deputado em oposição ao Partido Conservador. Em 1832, foi nomeado ministro extraordinário e plenipotenciário junto à Corte de Londres, indicação recusada. No ano seguinte partiu para a Europa para tratar da volta de Pedro I para o Brasil. Foi membro do conselho do Imperador e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro[40].

O caso acima demonstra um tipo de perfil dos que ocupariam a primeira representação legislativa brasileira, a saber, pessoas com destacada participação política antes da formação das Cortes e com notório saber intelectual. Quanto ao caso a seguir, este demonstra outro perfil, aquele surgido para sanar o problema proveniente da baixa procura pelo posto de representação política além-mar. Muitos dos representantes brasileiros para as Cortes foram escolhidos dentre as pessoas que já se encontravam em Portugal. Dito isto, este diz respeito ao representante fluminense Francisco Villela Barbosa ou Visconde e Marquês de Paranaguá.

[40] Muitas das informações acerca da história de vida de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva foram retiradas do dicionário biobibliográfico brasileiro.

Filho do negociante Francisco Villela Barbosa e de dona Anna Maria da Conceição, Villela Barbosa, como ficou conhecido, nasceu no Rio de Janeiro em 1769 e faleceu em 1846. Órfão de pai e mãe ainda muito criança, e pobre, foi educado por uma tia materna. Com zelo, sua tia o educou e o preparou para os estudos e, como muitos outros contemporâneos seus, foi estudar direito na cidade de Coimbra. Tempos depois, desiste da faculdade de direito, mas não larga os estudos e acaba concluindo o curso de matemática. Em 1796, Villela Barbosa entra para o serviço da armada brasileira com a patente de segundo-tenente. Depois de ter feito parte de várias expedições ao Brasil, foi transferido para o corpo de engenheiros como primeiro-tenente em 1801, nomeado substituto e, mais tarde, catedrático da academia da marinha, onde lecionou até jubilar-se em 1822. Após a independência do Brasil, pediu demissão do posto e, posteriormente, foi nomeado coronel graduado do corpo de engenheiros.

Com isso, como exemplo do que ocorreu com Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, a carreira política de Villela Barbosa mesclou mandatos de representação política e ocupação de cargos públicos. Ademais, para além de deputado nas Cortes Constituintes de Portugal, foi ministro e secretário de estado dos negócios do Império e dos de estrangeiros em 1823, ministro da marinha por diversas vezes; Senador do Império; conselheiro de estado; dignitário e depois Grão-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul[41]; membro e vice-presidente da academia das ciências de Lisboa, da Sociedade Marítima, Militar e Geográfica da mesma cidade, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Fez parte do projeto de elaboração da Constituição de 1824 comandado por Pedro de Alcântara, sendo ele ministro do Império[42]. Além disso, foi um dos encarregados de tratar em Portugal do reconhecimento da independência do Brasil[43].

Villela Barbosa obteve 13 votos na eleição para deputado das Cortes Gerais, isso numa época em que o baixo número de eleitores era comum e, não raro, os mais votados não obtinham mais que quinze votos[44]. Os demais representantes da província Fluminense foram Fagundes Varela e D. José de Azevedo Coutinho, com onze votos; Martins Bastos, com nove

[41] Essa ordem foi criada em 1 de dezembro de 1822 por D. Pedro I, menos de três meses após a independência, como símbolo do poder imperial. A comenda foi abolida com a primeira Constituição republicana, de 1891 e restabelecida com sua atual denominação em 5 de dezembro de 1932, pelo presidente Getúlio Vargas. Conforme citado, Francisco Villela Barbosa recebeu o grau Grã-cruz, o qual era destinado a Chefes de Estado, Chefes de Governo, Príncipes das Casas Reinantes, Presidente do Poder Legislativo, Presidentes das Cortes Supremas de Justiça, Ministros de Estado, Embaixadores, Governadores, Almirantes, Marechais, Marechais do Ar, Almirantes de Esquadra, Generais de Exército, Tenentes-brigadeiros e outras personalidades de hierarquia equivalente. Informações disponíveis em: Visualizado em 03-12-2018, às 08:24.

[42] Para um maior aprofundamento acerca das questões em torno da elaboração, aprovação e prerrogativas contidas na Constituição de 1824 sugiro a leitura dos textos de Homem de Mello (1863 e 1985).

[43] Informações retiradas do dicionário biobibliográfico brasileiro.

[44] As eleições para a composição do parlamento português foram realizadas de forma indireta: eleitores de cada paróquia escolhiam outros eleitores que por sua vez elegiam os representantes nas Cortes.

votos; D. Francisco de Lemos e Lemos Brandão, com oito votos[45]. Esses números não refletiam apenas o ânimo da população quanto à participação nas eleições, mas o próprio código eleitoral da época que estabelecia diretrizes bastante excludentes, tanto no que se refere às prerrogativas necessárias para se candidatar a um cargo de representação política, quanto para aqueles que detinham o direito de votar.

Todas as normas estavam devidamente apresentadas na decisão governamental nº 57, que estabelecia as instruções sobre o processo eleitoral e a quantidade máxima de parlamentares para compor a assembleia das Cortes Gerais. O número de deputados deveria ser proporcional ao total de moradores de cada província, tendo sido fixado o número de um deputado para cada trinta mil habitantes livres, sendo que para cada um destes deveria ser eleito um substituto. As bases para o cálculo da população estavam no cadastramento de 1801, no caso de Portugal, e na contagem de 1808, no caso brasileiro. Não raro, havia discordância quanto ao número de habitantes e, nestes casos, era permitido que a província reclamante fizesse novo censo. A província Fluminense, por exemplo, reclamou um novo censo, mas o resultado foi ainda mais desagradável, já que número de habitantes contabilizados pelo novo censo foi significativamente menor do que o anterior (reduzindo de 235.079 habitantes contabilizados em 1808 para 159.281 no novo senso), o que resultou também na redução do número de representantes a serem eleitos por essa província (reduzindo de 07 para 05 deputados) (MORAES, 1982). Pelas instruções adotadas e considerando a base de cálculo do censo de 1808, o Brasil contava com uma população livre de 2.323.386 habitantes, o que lhe dava o direito de eleger 72 deputados de Corte, já Portugal, embasado no cadastramento de 1801, teria direito a 130 deputados (CARVALHO, 2003, p. 43).

Com o passar do tempo, vão sendo adotadas novas regras para a eleição de representantes legislativos no Brasil. Através da Constituição brasileira de 1891, e já na República, foi adotado o princípio de um deputado para cada setenta mil habitantes. Além disso, por meio da chamada Lei Saraiva foram acrescidas novas prerrogativas acerca de quem poderia votar. Essa lei datava ainda do Império e trazia em seu bojo a negação do direito do voto aos analfabetos. Em resumo, diante de uma sociedade em que a grande maioria das pessoas não sabiam ler nem escrever, era notório o abismo entre o número de eleitores aptos a votar e o número de habitantes, que se acentuava ainda mais quando se tratava de estados onde a educação era mais deficitária.

[45] *Astro da Lusitânia* de 31 de julho de 1821 (correspondência do Rio de Janeiro).

Outro dado importante consiste no número de parlamentares por estado e ao tempo de duração dos mandatos. Durante a chamada Primeira República no Brasil (1889-1930), cada estado elegia três senadores – tal como ocorre ainda hoje – com mandatos de nove anos, já o número de deputados federais, conforme já antecipado, continuava proporcional ao número de habitantes de cada estado com mandatos de dois anos cada. Durante a Primeira República (1889-1930), por exemplo, Sergipe tinha o direito de eleger 04 deputados federais, somente a partir das eleições de 1946 é que Sergipe passa a eleger o número de 08 deputados federais por legislatura.

Atualmente, o número de parlamentares que compõem a CD segue o princípio da proporcionalidade com regras definindo o número de parlamentares a partir do coeficiente de eleitores de cada estado da Federação. O número total de deputados é estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, sendo feitos os ajustes necessários no ano anterior às eleições para que nenhuma das unidades federativas tenha menos de oito ou mais de setenta deputados. Atualmente, apenas o Estado de São Paulo possui uma bancada com setenta deputados (SOARES, 2011). Essa forma de cálculo tem gerado críticas de diversos estudiosos, por exemplo de Nicolau (1997), que aponta essa como uma das principais patologias de nosso sistema representativo. Para esse autor, tal cálculo gera uma "não-proporcionalidade" e dá pesos distintos aos votos dos eleitores de diferentes circunscrições eleitorais, o que viola o princípio democrático de que todos os cidadãos tenham votos com valores iguais evidenciado na máxima "um homem, um voto". Dito de outra forma, considerando as diferenças subjacentes entre o estado mais populoso, que é São Paulo, e o menos populoso, que é Roraima, a representação na Câmara Federal é de um parlamentar para cada 650 mil habitantes e de um parlamentar para cada 72 mil habitantes[46], respectivamente. Nesse sentido, proporcionalmente, os 08 deputados de Roraima precisam de menos votos para serem eleitos e, consequentemente, os cidadãos daquele estado possuem uma representatividade maior do que os milhões de eleitores de São Paulo têm na CD. De acordo com os dados disponibilizados pelo site da CD, o número de deputados em cada Estado brasileiro é o seguinte: Acre 08, Alagoas 09, Amazonas 08, Amapá 08, Bahia 39, Ceará 22, Distrito Federal 08, Espírito Santo 10, Goiás 17, Maranhão 18, Minas Gerais 53, Mato Grosso do Sul 08, Mato Grosso 08, Pará 17, Paraíba 12, Pernambuco 25, Piauí 10, Paraná 30, Rio de Janeiro 46, Rio Grande do Norte 08, Rondônia 08, Roraima 08, Rio Grande do Sul 31, Santa Catarina 16, Sergipe 08, São Paulo 70 e Tocantins 08.

[46] Cálculo feito de acordo com a projeção populacional do IBGE para 2018.

Para Nicolau (1997), três são as razões para essa desproporcionalidade representativa no Brasil. Desse modo, dois deles advêm da própria Constituição Brasileira de 1988: por um lado ela determina um número mínimo de representantes por unidade federativa independentemente de sua população, medida que "sobrerrepresenta as unidades que por um critério de distribuição rigorosamente proporcional deveriam ter um número inferior" [47]; por outro lado, ela determina um número máximo de setenta "cadeiras" por estado, o que sub-representa estados com populações maiores como, por exemplo, o estado de São Paulo. Por fim, o terceiro fator que contribui para esta desproporcionalidade está na não revisão periódica do número de representantes de cada estado comparativamente às alterações ocorridas na população (migração interestadual e diferentes padrões de crescimento populacional).

1.3 Quem é quem nas Cortes Gerais portuguesas e a quem representam?

Das 19 províncias que compunham o Brasil em 1820, apenas Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Cisplatina[48] e Sergipe[49] não enviaram representantes às Cortes. Salvo as particularidades de cada uma dessas províncias, o caso de Minas Gerais é certamente o mais emblemático. Dito isto, apesar de ter apresentado a maior delegação eleita – 17 deputados – e se tratar de uma província relativamente importante na conjuntura política e econômica da época, nenhum desses chegou a ocupar assento nas Cortes Gerais. Episódios assim nos permitem supor dificuldades quanto à escolha e ao envio de representantes brasileiros. Fato é que pelo número de habitantes o Brasil poderia enviar uma deputação de até 72 representantes, apesar disso só foram eleitos 70, sendo que deste montante apenas 47[50] deputados assumiram seus postos de representação (Ver Tabela 1).

Com relação à representatividade, algumas categorias profissionais estavam devidamente representadas pelos parlamentares eleitos, entre elas clérigos (com 16

[47] Cf. NICOLAU, Op. Cit. p. 11.
[48] A província Cisplatina correspondia ao atual território do Uruguai. Os argentinos reivindicavam-na como parte do antigo Vice-reinado da Prata. O Império do Brasil a mantinha como necessária para a defesa das províncias do Sul. A separação ocorreu em 1825, com a independência do território que formou a República Oriental do Uruguai.
[49] Sergipe emancipou-se politicamente da Bahia em 8 de julho de 1820, portanto, em meio ao processo de escolha dos representantes provinciais para ocupar assento nas Cortes Gerais. Até então era Capitania de Sergipe del-Rei viria a ser elevada à categoria de província quatro anos depois e, finalmente, tornou-se estado com a Proclamação da República, em 1889.
[50] Os textos consultados divergem quanto a exata quantidade de representantes que chegaram à Lisboa, sendo que esse número transita entre 47 representantes (MACÊDO, 2015; CARVALHO, 2003) e 46 (FERREIRA, 2007).

representantes eleitos), bacharéis e profissionais liberais (com 12 representantes), latifundiários (com 06 representantes), militares (com 07 representantes), médicos (com 04 representantes), comerciantes (com 02 representantes) professores (com 02 representantes) e funcionários públicos (com 02 representantes eleitos) (MACEDO, 1876, p. 23). Usando o método prosopográfico, Neves (2003) descreveu o grupo como formado basicamente por indivíduos com formação acadêmica em universidades europeias, com destaque para a Universidade de Coimbra (metade dos deputados brasileiros eleitos para as Cortes Gerais haviam estudado na Universidade de Coimbra). Essa característica não era obrigatória entre os parlamentares brasileiros, mas tal dado ajuda a entender a conjuntura em que essas carreiras estavam a se desenvolver. No Brasil da primeira metade do século XIX, existiam poucas instituições de ensino superior e, não raro, aqueles brasileiros que queriam formação intelectual dedicavam-se à feitura de um curso superior no velho continente e lá adquiriam seus respectivos títulos de "doutores". Do mesmo modo, a elevada concentração de diplomados entre aqueles que representariam o Brasil nas Cortes portuguesas não parecia estar relacionada à busca de melhores posições dentro do espaço político, visto que, conforme alguns autores, naquele momento não havia uma procura pela ocupação dos postos de representação parlamentar (CARVALHO, 2003; CUNHA, 2007). Também não se podia dizer que a passagem por instituições de ensino superior se constituía em condição para a ocupação de cargos parlamentares. Conquanto, a oportunidade de estudar fora do país permitiu, àqueles que mais tarde ocupariam tais funções, o contato com ideologias liberais que se difundiam no velho continente e que, somado ao evidente "embaraço" provocado pela baixa procura de brasileiros por candidaturas às Cortes Gerais, criou as condições para o ingresso na carreira política de alguns que, à época, ainda eram estudantes e por essa razão encontravam-se morando em Portugal.

Vale observar que, para além da predominância de representantes com formação superior em Coimbra, outro fator importante para a escolha desses deputados era o desenvolvimento de uma carreira política mais ou menos consolidada, conforme os deputados eleitos pela província de Minas Gerais Lúcio Soares, José Eloy Ottoni, Belchior Pinheiro, José de Rezende Costa, Lucas Monteiro de Barros, José Custodio Dias, Coronel João Gomes Mendonça e José Cesário: Lúcio Soares era bacharel em direito, magistrado e ouvidor, chegou a ministro da justiça e senador do império; José Eloy Ottoni foi professor de latim e de retórica em Lisboa, secretário da embaixada portuguesa em Madrid e nomeado oficial de secretaria da marinha; Belchior Pinheiro foi escrivão dos diamantes; José de Rezende Costa era escriturário do Real Erário e de Casa e Estado das Rainhas de Portugal (em Lisboa, 1804),

já no Brasil foi nomeado administrador da fábrica de lapidação de diamantes, contador geral e escrivão da mesa do tesouro; Lucas Monteiro de Barros, o visconde de Congonhas do Campo, era Desembargador e ouvidor geral da comarca de Villa Rica, chegou a presidente da província de São Paulo e senador do império; José Custodio Dias era sacerdote católico, foi deputado geral[51] e senador; Coronel João Gomes Mendonça, o Marquês de Sabará, foi um dos redatores da constituição do império, Conselheiro de Estado e oficial general do exército, além de senador; José Cesário foi deputado geral, presidente de província em São Paulo, magistrado, ministro do supremo tribunal de justiça, Conselheiro do Estado e senador[52].

Os dados apresentados sobre esses representantes mineiros não destoam dos demais representantes provinciais. No geral, lidamos com uma elite política, com participação efetiva no mundo do governo, ocupando altos cargos burocráticos no Brasil-Reino e no Brasil-Império. Trata-se, neste aspecto, de uma elite formada por profissionais ligados ao aparato estatal, seja através de cargos de representação política como de deputados e senadores, como também por indicação como ministros, secretários, magistrados, militares (NEVES, 2003) e cujas carreiras políticas antecedem e sucedem a participação nas Cortes Gerais. Em outras palavras, já eram parte da elite política formadora de uma cultura política antes mesmo da independência, e assim mantiveram-se após a independência graças às alianças, relações pessoais e contatos com o imperador e dentro do mundo do governo. Em resumo, no que se refere ao perfil social dos representantes brasileiros, a exemplo do que acontecia no caso português, os deputados brasileiros eram provenientes da elite eclesiástica, rural e intelectual e que se encontrava próxima ao governo (ocupando cargos ou com participação política anterior, a exemplo da Revolução Pernambucana que conforme veremos a partir dos perfis de alguns dos parlamentares, serviu de primeiro envolvimento político para alguns que mais tarde viriam a ocupar uma cadeira nas Cortes Gerais).

Devemos ressaltar, ainda, que as eleições dos representantes das diversas províncias do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves para as Cortes Gerais não se realizaram ao mesmo tempo (os deputados do Reino de Portugal já estavam reunidos nas Cortes quando ainda não se sabia da adesão das províncias do Brasil à revolução constitucionalista que a instaurou) e alguns deputados tomaram assento meses dois dos primeiros (CUNHA, 2007). Os deputados brasileiros foram eleitos basicamente entre maio e novembro de 1821, sendo os

[51] Deputado geral era o nome dado aos integrantes da Câmara dos Deputados da Corte no Brasil Império (1822-1889), o equivalente aos deputados federais atualmente.

[52] Para levantamento dos perfis e informações sobre as profissões e cargos ocupados pelos deputados mineiros fizemos uso dos dados coletados por Silva (2007), os quais foram acessados pela autora a partir das biografias contidas nas Revistas do Arquivo Público Mineiro e Projeto Temático USP (Brasil: formação do Estado e da Nação).

representantes da província de Pernambuco os primeiros a chegar a Lisboa, em 29 de agosto do mesmo ano. A representação do Reino do Brasil às Cortes Gerais não foi paritária com a do Reino de Portugal e Algarves. Além do número de representantes ultramarinos (47 brasileiros exerceram mandato, e de 16 representantes de províncias na África e na Ásia) serem menor em comparação com os europeus (estes ocuparam efetivamente 100 cadeiras), boa parte da deputação brasileira partiu para Lisboa sem sequer estar de posse de um programa político ou um conjunto de princípios básicos para o exercício de suas respectivas funções.

Seguindo nesse caminho, Ferreira (2007) nos fornece com precisão a relação de todas as bancadas que representaram o Brasil naquelas Cortes e outros dados sobre algumas particularidades de cada província. A província do Pará, por exemplo, aderiu às Cortes já em 01 de janeiro de 1821. Nessa província a eleição dos deputados ocorreu em 19 de dezembro de 1821, sendo eleitos D. Romualdo Seixas de Souza Coelho, bispo do Pará, que assumiu o cargo em Lisboa em 01 de abril de 1822 e Francisco de Souza Moreira, advogado formado em Coimbra, que apenas veio a se apresentar nas Cortes em 02 de julho de 1822. Já a província da Bahia aderiu ao constitucionalismo em 10 de fevereiro de 1821, e as eleições para deputados vieram a se realizar em 02 de setembro daquele ano. Foram eleitos Francisco Agostinho Gomes, diácono, autodidata em ciências naturais e participante da Revolta dos Alfaiates, de 1798; José Cipriano Barata de Almeida, jornalista e médico formado em Coimbra que participou da Revolta dos Alfaiates e liderou a Revolução de 1817 em sua ramificação na Bahia; José Lino Coutinho, médico formado em Coimbra; Domingos Borges de Barros, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra e futuro Visconde de Pedra Branca; Padre Marcos Antônio de Sousa, que depois chegou ao cargo de bispo de São Luís, no Maranhão; Alexandre Gomes Ferrão, agricultor que já havia sido vereador em Salvador; Pedro Rodrigues Bandeira, comerciante e proprietário de imóveis em Salvador e um dos principais acionistas do primeiro banco criado na Bahia; Luís Paulino de Oliveira Pinto da França, militar que havia lutado pelo exército português contra a Revolução de 1817 em Pernambuco. Todos eram naturais da Bahia e tomaram assento nas Cortes de Lisboa em 15 de dezembro de 1821.

Foram eleitos como representantes de Pernambuco: João Ferreira da Silva, proprietário rural e revolucionário de 1817; Manuel Zeferino dos Santos, revolucionário de 1817; Inácio Pinto de Almeida e Castro, padre em Jaboatão dos Guararapes e simpatizante do movimento de 1817; Felix José Tavares Lira, agricultor e senhor de engenho; Francisco Muniz Tavares, padre, escritor e historiador, líder da Revolução de 1817; Domingos

Malaquias de Aguiar Pires Ferreira, agricultor, estudioso de Matemática e Ciências Naturais, depois recebeu o título de Barão de Cimbres; e Pedro de Araújo Lima, o único representante pernambucano formado em Coimbra, doutor em Cânones e Jurisprudência, havia sido nomeado ouvidor em Paracatu, interior de Minas Gerais. Todos os deputados de Pernambuco assumiram seus cargos nas Cortes em 19 de agosto de 1821, sendo a primeira delegação brasileira a chegar a Lisboa.

O Sertão de Pernambuco, comarca separada, elegeu os seus próprios deputados: José Teodoro Cordeiro, que não viajou para Lisboa, e Serafim de Sousa Pereira, que faleceu. Manuel Felix de Veras, senhor de engenho em Garanhuns, assumiu como suplente, mas apenas em 16 de agosto de 1822. No Maranhão as eleições foram realizadas em 05 de agosto, sendo escolhidos Joaquim Antônio Vieira Belford, desembargador em São Luís e formado em Direito em Coimbra, e José João Beckman e Caldas, diácono. Ambos entraram nas Cortes em 06 de novembro de 1821.

O Rio de Janeiro, por abrigar a capital do Brasil e a Corte do império, sofreu um processo diferenciado com revoltas contrárias e a favor à adesão constitucional, sendo que dos sete eleitos, entre titulares e suplentes, cinco residiam em Portugal: Luís Martins Basto era negociante e morava em Portugal desde 1801, quando se formou em Cânones em Coimbra; João Soares Lemos Brandão era bacharel em Direito e senhor de engenho no Rio de Janeiro; Luís Nicolau Fagundes Varela era poeta e bacharel em Direito (o seguindo que residia no Rio de Janeiro); Custódio Gonçalves Ledo era médico formado em Coimbra e residia no Porto; Francisco Villela Barbosa que era formado em Matemática na Universidade de Coimbra, professor da Academia Real da Marinha e, mais tarde, Marquês de Paranaguá. Martins Basto, Lemos Brandão e Fagundes Varela assumiram o mandato em 10 de setembro de 1821, Gonçalves Ledo em 17 de setembro e Villela Barbosa apenas em 18 de outubro deste ano.

Outra província que também teve seu representante residente em Portugal foi Espírito Santo, que elegeu em 20 de setembro de 1821 José Bernardino Batista Pereira de Almeida Sodré, porém este não compareceu às Cortes. Foi substituído, dessa forma, em 18 de abril de 1822 por João Fortunato Ramos dos Santos, que era médico e professor na Universidade de Coimbra. A província de Goiás elegeu o português Joaquim Teotônio Segurado, natural do Além-Tejo, em 07 de agosto de 1821. Este era ouvidor na comarca de São João das Duas Barras desde 1809. Prestou juramento nas Cortes em 18 de abril de 1821. Santa Catarina elegeu o padre Lourenço Rodrigues de Andrade que se apresentou nas Cortes de Lisboa em 19 de novembro de 1821. Alagoas declarou adesão ao constitucionalismo em junho de 1821 e também manteve no cargo o antigo capitão-general. Foram eleitos deputados por Alagoas: o

padre Francisco de Assis Barbosa, vigário de Ipióca; Manuel Marques Grangeiro, advogado autodidata; e o coronel Francisco Manuel Martins Ramos. Foram apresentados nas Cortes juntamente com a delegação baiana em 15 de dezembro de 1821.

A Paraíba elegeu como deputados Francisco Xavier Monteiro de França, advogado autodidata que participou da Revolução de 1817 e tomou posse em 04 de fevereiro de 1822 e o padre José da Costa Cirne que também era ex-revolucionário de 1817 e assumiu em 15 de julho de 1822. No caso do Ceará, os deputados só foram eleitos em 25 de dezembro de 1821: padre Antônio José Moreira, vigário de Fortaleza; padre Manuel Filipe Gonçalves; Manuel do Nascimento Castro e Silva, advogado autodidata; e o padre José Martiniano de Alencar. O Piauí elegeu seus representantes em 30 de outubro de 1821: Miguel de Sousa Borges Leal, bacharel em Direito e magistrado, que tomou posse em 01 de agosto de 1822 e o padre Domingos da Conceição que assumiu seu cargo em 08 de julho de 1822. A província de São José do Rio Negro só aderiu ao sistema liberal constitucional em 14 de janeiro de 1822. Seus deputados foram José Cavalcanti de Albuquerque que só compareceu nas Cortes em 12 de outubro de 1822. A província de Minas Gerais, aliada à de São Paulo, elegeu entre deputados e suplentes 16 representantes, a maior delegação brasileira, porém estes deputados declararam apoio ao príncipe D. Pedro e não viajaram para Lisboa, de maneira que o mesmo aconteceu com os três eleitos do Rio Grande do Norte, que não foram a Lisboa alegando serem partidários da separação definitiva com relação a Portugal. Os deputados eleitos pelo Rio Grande do Sul, João de Santa Bárbara e José Saturnino da Costa Pereira não tomaram posse em Lisboa e o representante da Cisplatina, Lucas José Obes, ficou no Rio de Janeiro como procurador da província junto à regência do príncipe D. Pedro. Por fim, devido ao critério de um deputado para cada 30 mil habitantes, a província do Mato Grosso ficou sem representação[53].

A partir do levantamento de informações sobre os deputados brasileiros às Cortes Gerais elaboramos um banco de dados alimentado por um conjunto de variáveis como, por exemplo, província representada, região do Brasil, situação de deputação (se titular ou substituto), se ocupou assento, grau de escolaridade, local de formação, participação política anterior e posterior. O método prosopográfico nos foi útil não apenas quanto à escolha das variáveis, mas também para a organização dos dados, de maneira que algumas das informações já foram devidamente apresentadas, outras serviram de suporte para a feitura de quadros.

[53] Parte das informações sobre os representantes das províncias nas Cortes Gerais Portuguesas foram retiradas da pesquisa desenvolvida por Ferreira (2007) e se trata de uma monografia.

Tabela 1
Representantes Eleitos (Por Província)

	Província	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alagoas	03	3,3	3,3	3,3
	Amazonas	02	2,2	2,2	5,5
	Bahia	11	12,1	12,1	17,6
	Ceará	07	7,7	7,7	25,3
	Espírito Santo	02	2,2	2,2	27,5
	Goiás	03	3,3	3,3	30,8
	Maranhão	03	3,3	3,3	34,1
	Minas Gerais	16	17,6	17,6	51,6
	Pará	03	3,3	3,3	54,9
	Paraíba	04	4,4	4,4	59,3
	Pernambuco	12	13,2	13,2	72,5
	Piauí	03	3,3	3,3	75,8
	Rio de Janeiro	07	7,7	7,7	83,5
	São Paulo	08	8,8	8,8	92,3
	Santa Catarina	02	2,2	2,2	94,5
	Rio Grande do Sul	02	2,2	2,2	96,7
	Rio Grande do Norte	03	3,3	3,3	100,0
	Total	91	100,0	100,0	

Fonte: FELONIUK (2014); CARVALHO (2003).

Os dados acima apresentam algumas divergências quando confrontados com outras informações apresentadas anteriormente, exemplo disso é dado da Tabela 1 que traz um total de 91 representantes, enquanto que num momento anterior já havíamos afirmado que foram 70 eleitos e destes apenas 46 tomaram assento. Essas divergências, sobretudo com relação ao número total de representantes, ocorrem porque o dado contido na tabela não difere titulares de suplentes, informação esta que fica mais precisa na Tabela 3. Os dados também revelam uma maior incidência de representantes na região nordeste (61% do total), o que também ocorre quando confrontamos a relação entre titulares que ocuparam as cadeiras. São várias as razões que poderiam levar a um maior interesse por aqueles que residiam nessa região, mas me parece que o mais provável é que havia nas províncias dessa região um clima de maior perda de representatividade frente às demais províncias brasileiras, além de um descontentamento maior das províncias desta região com relação à Corte. Exemplo disso é a revolução pernambucana ocorrida poucos anos antes.

Tabela 2
Ocupou assento nas Cortes Gerais (Por Região do Brasil)

		Região do Brasil					Total
		Norte	Nordeste	Centro-oeste	Sudeste	Sul	
Ocupou	Sim	03	26	01	11	02	43

assento nas Cortes Gerais	Não	02	20	02	19	09	48
Total		05	46	03	26	11	91

Fonte: FELONIUK (2014); CARVALHO (2003).

Tabela 3
Representantes às Cortes Gerais (Por Região do Brasil)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Norte	03	7,3	7,3	7,3
	Nordeste	25	61,0	61,0	68,3
	Centro-oeste	01	2,4	2,4	70,7
	Sudeste	11	26,8	26,8	97,6
	Sul	01	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Fonte: FELONIUK (2014); CARVALHO (2003).

Se os dados quantitativos são importantes quanto à apresentação geral daqueles que ocuparam assento nas Cortes Gerais, eles não conseguem dar conta das diferentes posições das deputações provinciais quanto "às bandeiras" a serem defendidas no além-mar. Se uma parte dos deputados brasileiros nas Cortes Gerais defendia a separação definitiva do Brasil com relação a Portugal, outra parte, como os deputados pela província do Rio de Janeiro, defendia o projeto português de manutenção da condição de colônia (BERBEL, 2006, p. 189). Por razões óbvias não iremos aqui nos debruçar numa análise sistemática das diferentes delegações brasileiras e como estas se comportaram nas Cortes Gerais. Vamos apenas apresentar aspectos mais gerais sobre algumas delas nos dedicando com maior intensidade aos representantes paulistas, isso por entendermos que através deles poderemos demonstrar alguns dos aspectos mais importantes no tocante à participação brasileira nas Cortes Gerais.

É consensual entre diferentes autores (MACEDO, 1876; CARVALHO, 2003; FERREIRA, 2007) que a delegação paulista – composta de 08 representantes – possuía uma dinâmica de ação mais homogênea. Estavam, de fato, voltados para a representação das pautas que lhes foram transmitidas pelas suas municipalidades – instruções estas elaboradas em 09 de outubro de 1821 –, enquanto que os deputados das outras províncias não tinham um programa político para seguir e votavam os projetos discutidos nas Cortes conforme o discernimento próprio de cada representante. Nesse contexto, era possível dizer que além da busca dos paulistas pela representação fidedigna de suas províncias existiam outras questões igualmente importantes, como os interesses de políticos como José Bonifácio de Andrada e Silva que orientava a participação da bancada paulista frente à Corte. Entre as instruções de José Bonifácio, destacavam-se aquelas que estavam fundamentadas na ideia de igualdade

política entre os reinos europeu e americano, ou mesmo os pareceres como os da vereação de Itu, que sugeria que os deputados promovessem junto à Coroa portuguesa a emancipação do Brasil (CARVALHO, 2003). Afora estas "bandeiras", os deputados paulistas também reivindicavam a fixação da sede da monarquia alternadamente entre Brasil e Portugal, o estabelecimento de uma Regência permanente no Brasil com autoridade sobre as juntas provinciais, regulação do comércio interno e externo, além do estabelecimento de escolas primárias, o ensino prático de várias ciências (matemática, medicina, mineralogia, botânica, zoologia) e criação de uma universidade no Brasil (VARNHAGEN, 2010).

Desse modo, avançando nos estudos acerca da deputação brasileiras nas Cortes Gerais, Carvalho (2003) acrescenta análises importantes sobre as clivagens existentes entre os eleitos para representar o Brasil além-mar. A sofisticada análise do autor perpassa sob o *lócus* das diferentes formas de representação daqueles que foram enviados às Cortes, as trajetórias e as diferenças de conduta quanto à votação de determinadas questões. Esse estudo nos serve de base para o entendimento acerca da deputação paulista naquelas Cortes. Segundo o autor, diferente dos representantes de outras províncias, os paulistas possuíam um relativo padrão de comportamento que era observado tanto na representação da colônia, quanto no que se refere à representação dos interesses de suas províncias e municipalidades. A rigor, para os paulistas não havia nada "de mais acertado do que ouvir as câmaras municipais" [54] e defender os interesses das municipalidades a que estavam vinculados. Tais argumentos sugerem que os parlamentares não estavam tão somente "presos" a uma pretensa representação de suas províncias ou da colônia, mas, sobretudo, ligados à representação dos municípios que formavam os seus respectivos feudos[55]. Para contemplar aquilo que mais adiante chamaremos de bases políticas, os deputados paulistas criariam um famoso regimento que serviu de base para um vasto programa de governo.

Coabitavam naquela Corte diferentes grupos que se uniam ou se desvinculavam a depender do que estava sendo votado. Esses parlamentares estavam ligados a diferentes formas de representação política e se dividiam a partir de interesses particulares (sobretudo no que diz respeito à representação de suas províncias e/ou municipalidades) ou gerais (quando se trata de formar agrupamentos maiores a fim de defender os interesses da colônia frente à metrópole). Os portugueses formavam a maioria, seguidos pela delegação brasileira e depois pelos representantes das demais colônias da Ásia e da África. A grande questão que

[54] Cf. CARVALHO, op. cit, p. 161.
[55] Para entender melhor os usos dessa expressão no contexto da política imperial e subsequente sugiro a leitura do texto de Carvalho (1966) intitulado "Barbacena: a Família, a Política e uma Hipótese".

circunscrevia à representatividade das colônias e mesmo da coroa nas Cortes portuguesas estava relacionada às controvérsias trazidas pelo artigo 21 da Constituição portuguesa, que trazia em seu bojo sugestões sobre quem representariam os deputados eleitos, se aos interesses de suas províncias e/ou da nação como um todo.

O artigo 21 não foi interpretado da mesma forma pelos diferentes grupos que estavam a ocupar as cadeias nas Cortes Gerais. Nesse aspecto, para os partidários da ideia do mandato universal, os deputados às Cortes representavam toda a nação e não uma específica parte do Reino Unido, numa lógica que considerava que o artigo permitia a qualquer deputado de qualquer província legislar sobre matérias que fossem de interesse de qualquer parte e/ou população do Reino Unido, uma interpretação conveniente à maioria dos representantes da metrópole. Por outro lado, havia aqueles que partilhavam da ideia de que os deputados eram representantes única e exclusivamente da província pelas quais foram eleitos (o que reflete também a ideia de separatismo), de modo que a ideia de "nação" portuguesa era palavra de sentido vazio, pois o que havia eram dois reinos distintos sob a mesma Coroa (GOYARD-FABRE, 1989, p. 82).

Os deputados paulistas se inseririam mais nesse segundo grupo de parlamentares, pois eram, no geral, defensores de uma representação provincial e dos interesses da colônia. Ademais, em sua ampla maioria, colocavam-se em condição de subversão em relação à Corte portuguesa e aos interesses dos deputados que a ela representavam. Fato é que nenhum dos representantes da província de São Paulo assinou ou jurou a Constituição portuguesa de 1822. Além de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada – já devidamente apresentado – outro integrante paulista que merece destaque é José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada. Filho do coronel Francisco Xavier da Costa Aguiar e dona Barbara Joaquina de Aguiar e Andrada, irmã do primeiro ministro de Pedro de Alcântara, José Ricardo de Andrada nasceu em Santos, estado de São Paulo, em 1787 e faleceu no Rio de Janeiro em 1846. Formado em direito pela universidade de Coimbra, militou em 1810, com outros colegas da universidade, no corpo de voluntários acadêmicos por ocasião da invasão francesa. Conhecedor de boa parte dos idiomas europeus, José Ricardo de Andrada viajou por quase todo o continente, além de ter visitado vários países da Ásia.

Fato é que os representantes brasileiros possuíam o poder de sancionar ou rejeitar as disposições constitucionais, além de outras medidas que entendessem benéficas ou prejudiciais ao Reino do Brasil. Desse modo, se a ampla maioria dos deputados oriundos das províncias de Portugal, a maior bancada no parlamento, pretendia impor legislações de todas as matérias a todos os domínios portugueses, contra isso encontrava resistência da bancada

brasileira. O entendimento quanto à origem e à extensão dos mandatos dos deputados estaria no cerne de vários desentendimentos entre os parlamentares, principalmente em relação ao conteúdo dos artigos adicionais à Constituição relativos ao Brasil. Macedo (1876) cita um episódio envolvendo Diogo Antônio Feijó, que durante a sessão de 25 de abril de 1822, já em franco clima de dissidência entre os representantes brasileiros e portugueses, proferiu discurso e expôs sua tese defendendo que "antes de elaborada a Constituição, os deputados presentes em Lisboa não eram deputados de toda a nação (porque essa havia deixado de existir com a revolução e o rompimento do pacto social com o Antigo Regime), nem deputados pelo Brasil, mas sim pela província que os elegeu"[56]. Em outros termos, embora tenha-se firmado durante as discussões o caráter imperativo dos mandatos constituintes, pois estes estavam vinculados às Bases pelo juramento realizado, o que cada deputado entenderia mais tarde como o conteúdo do artigo 21 desse documento era o que causava polêmica. Durante todo o período de funcionamento das Cortes esta questão não fora pacificada.

Vale enfatizar que existiam diferentes dinâmicas de união e dissolução entre os deputados que se encontravam como representantes nas Cortes Gerais. Se de um lado os representantes brasileiros se uniam contra os portugueses, de outro existiam dissidências internas, sobretudo quanto à questão a quem representar, se às províncias em que haviam sido eleitos ou se ao Brasil como um todo e frente às imposições da maioria parlamentar formada pelos deputados portugueses. Sobre isso é possível dizer que, na maioria das vezes, um tipo de censo pátrio unia os deputados brasileiros em oposição às determinações dos portugueses (MACEDO, 1876).

Era necessário um acordo constitucional que promovesse ambos os interesses, que tratasse o Reino do Brasil e o de Portugal com igualdade, que restaurasse a dignidade portuguesa, mas que mantivesse o Brasil no seu curso de desenvolvimento político e econômico. O liberalismo português visava limitar os poderes absolutos da monarquia (mas não a extinguir), ao mesmo tempo tinha o interesse de restabelecer, sob forma oblíqua, o monopólio do comércio com o Brasil, fechando os portos deste para com as outras nações. O *vintismo*[57], no tocante à esfera econômica, esteve longe de promover verdadeiras transformações[58]. Os representantes brasileiros, por sua vez, queriam preservar a autonomia concedida por D. João VI e o livre comércio, já que esses fatores estavam propiciando aos

[56] Cf. MACEDO, op. cit., p. 27.
[57] O *Vintismo* é a designação genérica dada à situação política que dominou Portugal entre agosto de 1820 e abril de 1823, caracterizada pelo radicalismo das soluções liberais e pelo predomínio político das Cortes constituintes, fortemente influenciadas pela Constituição Espanhola de Cádiz.
[58] Cf. COSTA, op. cit. p. 448.

sul-americanos desenvolvimento econômico e social. Quanto a estas divergências, as Cortes eram liberais para Portugal, mas objetivavam recolonizar o Brasil, de sorte que o absolutismo com o Rei habitando no Brasil era mais suportável para a consciência brasileira que o liberalismo advindo da Revolução do Porto de 1820 (SALDANHA, 2001, p. 87).

1.4 A Constituição Brasileira de 1824 e o Sistema de Classificação Parlamentar.

A Assembleia Nacional Constituinte brasileira de 1823, em que pese o universo de escolha então extremamente restrito em que foram eleitos os deputados, viu o liberalismo que a impregnava colidir com o autoritarismo do Monarca que levou a um desencontro fatal, tanto para o destino da Assembleia Constituinte dissolvida pelo Imperador, como para o destino político do país ao longo do período imperial (1822-1889). Isso significa dizer que se, por um lado, os deputados constituintes foram eleitos livremente para redigir a primeira Constituição brasileira, por outro, todos os poderes monárquicos haviam sido preservados e o Imperador detinha o poder de pôr e dispor ao seu próprio gosto, ou seja, os constituintes até poderiam escrever a Constituição, mas ela não deveria ferir o poder do Imperador (FAORO, 2001). Em resumo, a Constituinte brasileira de 1823 não logrou êxito na estruturação de uma ordem política capaz de conciliar, organicamente, o Imperador ao país e o resultado disso foi a Constituição de 1824, outorgada de modo que Pedro de Alcântara pudesse decidir em favor próprio pela instauração do Poder Moderador (FAORO, 2001).

As circunstâncias apresentadas acima contribuíram, de forma nada favorável, para as interpretações acerca da gênese do constitucionalismo brasileiro distorcendo, por assim dizer, as interpretações que caminharam no sentido de considerar o Poder Moderador como um ponto de desequilíbrio e como uma força que transpassava qualquer barreira institucional se sobrepondo tanto aos partidos políticos, como ao Congresso e até à própria Constituição (FAORO, 2001; BENEVIDES, 2006). Com efeito, para um conjunto de autores, a formação do Estado brasileiro se deu em meio a uma contradição incontornável expressa na incongruência entre os princípios liberais e a realidade brasileira, supostamente timbrada pelo legado colonial, pela escravidão e pela ausência de projetos que vislumbrassem transformações sociais efetivas por parte daqueles que conduziram o processo de construção do novo Estado-nação.

De todo modo, essa forma de conceber a Constituição Brasileira de 1824 não estava completamente equivocada e o Poder Moderador se apresentava como um poder não

condizente com o que se esperava da constitucionalização de um país [59]. Todavia, essa não era a única verdade acerca da forma como o sistema político funcionaria a partir dali, e é nesse caminho, ou seja, o de considerar novos arranjos com os quais a nova ordem vigente viria a se assentar, que alguns autores trouxeram uma nova roupagem para as análises daquele período. Dito isto, a fim de refutar parte das hipóteses já consagradas na literatura sobre o assunto, o estudo de Oliveira (2014) tem ganhado relevo e permitido que uma contracorrente de interpretações mais difundidas ganhasse notoriedade. Essas novas interpretações tendem a compreender o nascimento do Império como resultado de um conjunto de acordos políticos de caráter clientelístico, materializado no governo de D. Pedro I (1822-1831) [60].

A grande contribuição dessas novas interpretações reside em dois aspectos. Primeiro, na forma como pensam a relação entre o poder executivo – representado na figura do Imperador – e o parlamento –membros da Câmara e do Senado Federal – em que se destaca a capacidade de os parlamentares se articularem com seus pares para criar grupos que permitiam tanto a manutenção de seus mandatos, quanto a capacidade de impor seus interesses sobre os do Imperador. Segundo, no peso que dão à dimensão provincial que, no limite, consistiu na principal esfera de poder local durante os primeiros anos do Império dando destaque às instâncias locais e, consequentemente, ampliando o conhecimento referente às diferentes províncias.

Nessa perspectiva, seria na congruência desses dois pontos – o do relativo poder atribuído aos parlamentares e o da importância das províncias no jogo político nacional – que se formaria uma base sólida de compreensão acerca do modo de funcionamento da política imperial. Com efeito, a hipótese reinante a partir disso seria a de que a consolidação do Estado imperial no decurso do século XIX não seria o produto de uma mera cooptação dos elementos provinciais pelo governo central enraizado no Rio de Janeiro, dominador e consensualmente estabelecido. Ela seria, antes, o resultado de um complexo jogo político que os agentes provinciais impuseram – no Parlamento, nas esferas de poder local, na imprensa e, não raro, mediante o uso de armas – para consolidarem sua participação no controle do novo Estado em construção (OLIVEIRA, 2014; SODRÉ, 1998). Isso significa dizer que o processo de formação do Estado nacional brasileiro se deu dentro de um movimento de ampla

[59] Sobre isso, ver em especial Benevides (2006), em que o autor analisa o constitucionalismo brasileiro e inglês, estabelecendo as principais diferenças.

[60] Barman e Barman (1976) atribuem essa mudança de perspectiva analítica a aplicação de novas abordagens, como a prosopografia e da adoção de conceitos como "tendência secular" e "conjuntura" comuns à *Escola dos Annales*. Para o autor, a entrada de novos métodos fez com que pesquisadores de diferentes tradições começassem a considerar os efeitos das estruturas sociais e políticas sob a vida das elites imperiais. Isto é, o que antes era feito a partir do domínio da vida política e social das elites, agora podem ser confirmados quantitativamente como tendências seculares.

complexidade desencadeado por sucessivas transformações precipitadas na América portuguesa desde meados do século XVIII, quando a política levada adiante por Lisboa com vistas a reestruturar as bases do Império luso pretendia remodelar a relação entre metrópole e colônia. De um lado, modernizando o aparelho estatal administrativo e tributário, fomentando as manufaturas em Portugal e reforçando o monopólio comercial, de outro lado e, contraditoriamente, setores proprietários da América portuguesa passaram a ter maior acesso a administração colonial, valendo-se dessa condição para amealharem fortunas, muitas vezes, à revelia da metrópole.

Diante disso, Oliveira (2014) constata que a separação entre Brasil e Portugal, assim como a criação de um Estado autônomo e sob o governo de D. Pedro I, só obtive êxito devido ao amplo apoio franqueado por grupos que vinham ascendendo economicamente desde o final do século XVIII, especialmente no centro-sul da América portuguesa, em virtude da dinamização das atividades econômicas do Rio de Janeiro. A importância da tese de Oliveira (2014) para nosso texto não reside apenas na forma como o autor concebe o lugar das províncias na construção do Estado recém-instaurado e como estas, por meio dos conselhos provinciais, articulavam-se com o legislativo e executivo viabilizando o sucesso da monarquia constitucional sediada no Rio de Janeiro. Porém, como a partir dos casos de São Paulo e Minas Gerais o autor consegue demonstrar um tipo de *horizontalização* da importância das províncias para o funcionamento do próprio Estado monárquico brasileiro?

Seria como se num determinado momento de nossa história – entre os anos de 1823 e 1834 para Oliveira (2014) – outras províncias tivessem ganhado importância para o funcionamento do aparato burocrático instaurado pela Constituição brasileira de 1824. Isso sugere que houve, do lado das demais províncias brasileiras, um relativo esforço a fim de indicar representantes para a Corte brasileira. Fato é que a projeção de paulistas e mineiros na Corte, tanto no legislativo, quanto no executivo (após a abdicação de D. Pedro I), fez com que se estabelecessem relações de mediação entre a construção simultânea dos poderes local e central, relação problematizada por Oliveira (2014) a partir do binômio "centralização" *versus "*descentralização". É, portanto, nesse ínterim que nosso argumento se assenta, ou seja, conforme veremos mais adiante, integrantes das elites políticas sediadas nas províncias se esforçaram para conseguir acesso direto ao Imperador, e isso fazia com que essas mesmas elites investissem na manutenção de cargos políticos, sobretudo, aqueles que estavam mais próximos ao chefe do executivo imperial e que, por conta disso, podiam estabelecer mediação entre o Imperador e as províncias representadas. Estes membros das elites políticas provinciais faziam parte do que Carvalho (2008) chama de elite imperial. A partir do

questionamento acerca de quem realmente exercia o poder no Império, o autor sugere uma reflexão acerca do binômio "posição ocupada" e "poder de decisão". Com isso, enquanto o primeiro define a elite política como se constituindo de pessoas que ocupam posições formais de poder, o segundo alega que o poder formal pode não coincidir com o poder real e sugere o exame de decisões concretas para que seja detectado o poder em ação e quem realmente o exercia. Assim, procedendo, dentro de uma estrutura de poder marcada por uma razoável diferenciação de esferas de influência e de focos de poder, é possível dizer que as decisões de política nacional no Império eram tomadas pelos ocupantes dos cargos do Executivo e do Legislativo, isto é, além do Imperador, os conselheiros de Estado, os ministros, os senadores e dos deputados.

Nesta seara, argumento semelhante é encontrado no texto de Vargas (2011) que, ao analisar as elites políticas provinciais, tomando como recorte geográfico o Rio Grande do Sul, nos fornece importantes pistas de como identificar não apenas o grupo que ocupa o topo da "pirâmide" política local, mas também a sua importância nas disputas pelo acesso de bens (políticos e simbólicos) através da mediação de pessoas próximas ao Imperador. No estudo, o autor desconsidera cargos como os de vereador e de deputado provincial, seus argumentos são de que essas funções não poderiam ser tomadas como de elite pelo fato de terem apenas poder de influência ser local. Em suma, esses cargos diziam pouco sobre quem de fato compunha o topo da elite política local, uma vez que as suas posições não permitiam que esses políticos fizessem qualquer tipo de mediação entre a província e o governo central. Assim, o núcleo político que formava a elite imperial era composto pelos Conselheiros e Ministros de Estado, Senadores e Deputados Gerais. Dessa maneira, além de possuírem acesso direto à Corte, os ocupantes desses postos tinham outro ponto em comum: a composição de estratégias e arranjos dentro da esfera familiar[61] "num projeto que envolvia a busca por riqueza, *status* social e poder político, além da diversificação da atuação de seus membros tanto em postos de mando locais quanto nacionais" [62].

Tais argumentos sugerem que a cúpula do governo imperial – aqui representado pelos cargos acima destacados – era formada por membros de famílias enraizadas nos mais distantes municípios do país, onde as mesmas dirigiam a política local, influenciavam nas eleições locais e agiam nos canais de mediação que constantemente se abriam entre as

[61] Para maior compreensão acerca das conexões entre as chamadas "famílias de elite", a política e outras esferas, sugiro a leitura de textos como os de Candido (1951), Lewin (1993), Carvalho (2008) entre outros autores. Nesses trabalhos será demonstrado como as relações familiares e parentais estão no bojo das relações sociais dos grupos dominantes, estruturando suas relações entre diferentes espaços, sobretudo de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX.
[62] Cf. VARGAS, op. cit. p. 28 – *Grifo nosso*.

províncias e a Corte. Escrevendo sobre a política imperial e sobre o lugar da família no jogo político da época, Graham (1997) argumenta que "em todas as partes do país se podia verificar o peso da família e da casa, a tensão latente entre pobres e ricos, um agudo senso de hierarquia social e a prática constante de prestar favores em troca de obediência" [63]. Vale ressaltar, também, que a relação entre família e política não é uma condição exclusiva do Império, visto que ao analisar os membros que compuseram as Cortes Gerais pudemos observar uma incidência relativamente grande de pessoas vindas de famílias abastadas e integrantes do grupo economicamente mais forte de suas respectivas províncias.

Conforme vem sendo apresentado, no período imperial (1822-1889) o contato entre as províncias e a Coroa era feito por meio de postos de representação política que se situavam próximas ao Imperador (VARGAS, 2011), sendo que os parlamentares que formavam essa ligação eram, no geral, membros de famílias poderosas que formavam verdadeiras oligarquias baseadas na consanguinidade e nos laços de parentesco. Algumas dessas famílias exerceram relativo protagonismo no que se refere ao acúmulo de recursos econômicos, o que ocorreu mediante o controle de boa parte dos negócios rentáveis durante o primeiro e segundo reinados, tais como a arrematação de contratos da Coroa, companhias de seguro, abastecimento via comércio de cabotagem e tráfico de escravos.

O protagonismo desses grupos não ficou apenas dentro do plano econômico, de forma que o estudo de Oliveira (2017) nos permite observar como essas elites econômicas passam a integrar também o espaço político. Para o autor, paulistas e mineiros passaram a compor, como nunca, espaços que os colocavam próximos ao centro decisório da política e da gerência da coisa pública. A instalação da Corte significava uma nova estrutura de destinação de receitas fiscais, empregos, cargos a serem ocupados e outras questões de ordem prática[64], o que permitiu a entrada de novos atores no cenário político nacional, bem uma relativa abertura para que outras províncias passassem a participar mais frequentemente das decisões do Estado brasileiro.

Ao observar o período imediatamente posterior à Independência, Sodré (1998) considera que a partida da família bragantina e de seus súditos para Lisboa fez com que a elite lusitana abandonasse os cargos públicos do país. Dessa maneira, isso abriu oportunidade para uma nova corrente reformadora da mentalidade administrativa, "a corrente dos senhores da terra, dos oligarcas poderosos que, até então, numa longa maturidade de séculos se haviam

[63] Cf. GRAHAM, op. cit. p. 27.
[64] Cf. OLIVEIRA, op. cit. p. 13.

conservado à margem da direção da coisa pública, construindo a riqueza do Brasil"[65]. Em resumo, se durante o "período joanino" (1808-1821) instaurou-se uma estrutura política que conferiu a soberania do Rio de Janeiro em detrimento das demais províncias, agora mais do que cooptar as lideranças de outras regiões para o fomento de uma infraestrutura (comercial, financeira e de transportes) que satisfizesse as demandas da Corte, essas mesmas províncias passariam a ter mais poder de decisão frente aos poderes instituídos pós Constituição de 1824.

Nas palavras de Sodré (1998):

> Esses oligarcas descem de todos os recantos onde a produção se desenvolve. Vêm do nordeste da cana-de-açúcar. Vêm do recôncavo baiano. Vêm do sertão bruto, em que se havia espalhado o gado, em latifúndios que não tinham limites. Vêm da zona açucareira da província do Rio de Janeiro. Descem do altiplano de Minas Gerais e de São Paulo. Concorrem para refundir a mentalidade da máquina política brasileira a que vão dar a força das suas energias concentradas e apuradas. Tomam conta do Brasil (SODRÉ, 1998, p. 160).

Apesar da importância da elite provincial na viabilidade do processo de independência, na composição das juntas governamentais, no endosso à Constituição de 1824, ou mesmo antes disso, na representação nas Cortes Gerais, muitos não lograram êxito na seleção feita por D. Pedro I para compor os ministérios criados imediatamente após a independência. Com efeito, não havia outro caminho senão a ocupação de cargos eletivos, tais como os postos de representação nas Câmaras Municipais, nos Conselhos Provinciais e, em especial, na CD. Vale ressaltar que, durante o Primeiro Reinado (1822-1831), a ocupação de postos na CD representava para seus titulares um modo de abrir espaço político na Corte, uma forma de ampliar suas redes de negócios e projeção política, não à toa, ao longo das primeiras legislaturas, os deputados gerais compuseram uma das principais forças de oposição ao governo de D. Pedro I. Sobre esse período, Oliveira (2017) argumenta que a abdicação do imperador em 1831, e a consequente instalação do Governo Regencial (1831-1840) baseado no Parlamento, aumentou a amplitude política dos vários representantes interioranos que já se encontravam instalados na Corte. Em suas palavras, "a luta política fez abrir espaços para que grupos regionais, como o do setor abastecedor, fossem corresponsáveis pela administração regencial" [66].

A manutenção do mando local exigia esforço das oligarquias no sentido de estabelecer contato próximo com o governo central, e isso era feito através de políticos que se consagravam como mediadores entre os anseios locais e a Corte. Via de regra, os cargos que mais importavam para a constituição dessa relação eram os de conselheiro de estado, senador

[65] Cf. SODRÉ, op. cit. p. 161.
[66] Cf. OLIVEIRA, op. cit. p. 18.

e deputado geral. O Conselho de Estado costumava ser ocupado por políticos mais experientes. Conquanto, não existia eleição para preencher seus postos, de modo que a seleção de seus membros era feita diretamente por indicação do Imperador e os conselheiros indicados exerceriam tal função de forma vitalícia. Os membros do Conselho de Estado deliberavam sobre assuntos de amplitude nacional, certamente por essa razão, Joaquim Nabuco chamou este conselho de "*O cérebro da monarquia*"[67]. Outra instituição igualmente importante para o funcionamento da política imperial era o Senado. Nesse sentido, assim como os conselheiros de Estado, os Senadores também tinham mandato vitalício e tinham suas escolhas submetida ao Imperador. Entretanto, para a indicação dos senadores o Imperador não tinha livre escolha, uma vez que deveria se basear numa lista de três nomes de políticos eleitos pela província. Não à toa, tal posto de senador do Império era ocupado por membros da elite provincial. Devemos elucidar também que, diferente dos dias atuais, no Império cada província possuía uma representação proporcional à sua população. Apenas à título de exemplo, Minas Gerais possuía 10 Senadores, Bahia e Pernambuco possuíam 06 senadores cada, São Paulo e Ceará 04, Rio de Janeiro 03 e Sergipe 02 senadores.

Entre os cargos destacados acima, certamente, o mais popular[68] era o do deputado geral. Diferente dos anteriores, esse cargo era conseguido por meio do voto e os mandatos eram de quatro anos – tal como ainda é atualmente. Segundo Neiva e Izumi (2017), a CD exerceu uma função peculiar durante o Império: era por meio dela que o "espírito" regional chegava até o governo central, era lá que, e não no senado, que se dava a efetiva expressão dos interesses regionais/provinciais (ou de suas elites). Os deputados gerais contrastavam, assim, com os senadores, que se apresentavam como atores essencialmente nacionais[69]. Naturalmente, o fato de a ocupação do cargo de deputado geral se dar pelo voto e por um tempo determinado, o mandato, – e não pela anuência do Imperador e de forma vitalícia como no caso dos cargos de senador e de conselheiro de estado – fazia com que aqueles que objetivassem tal cargo exercessem maior esforço para "agradar" suas bases de apoio político.

O cargo de deputado geral tinha menos poder do que o de ministro ou o de senador e poucos que o ocupavam faziam, efetivamente, parte da elite política próxima ao imperador. No entanto, a passagem por ele era, muitas vezes, um importante passo nesse sentido. A ocupação desse cargo funcionava como uma espécie de "trampolim" para a chegada em

[67] Para um maior entendimento acerca desse tema sugiro a leitura do texto de Cecilia Helena L. de Salles Oliveira, intitulado "O conselho de Estado e o complexo funcionamento do governo imperial, de 2007.
[68] O sentido adotado aqui da palavra popular se assenta no fato de que era este o posto mais numeroso entre os que exerciam algum tipo de representação federal.
[69]Cf. NEIVA e IZUMI, op. cit. p. 2.

espaços políticos de maior destaque, como é o caso do senado, conforme pode ser observado na tabela 4. Ao observarmos os dados desta tabela, percebemos que mais da metade dos senadores do Império ocuparam anteriormente o cargo de deputado geral, não raro, como é o caso do Barão de Maruim, a chegada ao senado é precedida por mais de um mandato na CD e pela ocupação de outros cargos, como o de presidente de província.

Tabela 4
Cargos de representação política exercidos pelos senadores durante o Império

Cargo exercido	**Número**	**%**
Deputado geral	154	51,00%
Presidente de província	89	29,47%
Deputado provincial	46	15,23%
Vice-presidente de província	13	4,30%
Total	**302**	**100**

Fonte: NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. Os homens do Imperador. In: 9º CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA: Democracias em Recessão? Montevidéu, Uruguai. 2017.

Conforme demonstrado por Vargas (2011), obter um posto de representação política na CD era visto pelas elites provinciais como ocupar uma posição privilegiada e, não raro, a entrada nesse círculo restrito resultava de meses de negociações nos seus distritos eleitorais e era consagrada após uma vitória em pleitos bastante disputados. O número de representantes na "Câmara Baixa" (como também era chamada a Câmara dos Deputados) era, tal como no Senado, proporcional a população de cada província. Para citar um exemplo, na 10ª Legislatura (1857-1860) faziam parte daquela casa legislativa 118 representantes das 20 províncias. A província de Sergipe, por exemplo, tinha direito a 04 representantes, a de Pernambuco 13, a de São Paulo 09, a de Minas Gerais 20, a do Rio de Janeiro 12, a da Bahia 14 (para saber das demais províncias veja o Anexo 3). Os dados disponíveis nos permitem dizer que o número de representantes da província de Sergipe na CD não sofreu alteração ao longo do Império. Ao longo do Segundo Reinado (1840-1889) – período mais estável para a CD – Sergipe contabilizou um total de 21 deputados. Vale destacar que o sistema eleitoral da época estabelecia o voto censitário sob regras restritivas tanto para quem podia votar quanto para quem podia se candidatar a qualquer um dos cargos de representação política[70]. De

[70] Conforme os Art. (s) 90 ao 96 no Capítulo 6º do Titular 4º da Constituição de 1824, que o voto seria indireto e aberto, além de restrito a homens brancos, católicos, nascidos no Brasil ou naturalizados e acima de vinte e cinco anos (essa idade mínima só não era válida no caso de homens casados, clérigos, militares e bacharéis formados), com rendas líquidas anuais que iriam de cem mil réis para as eleições chamadas primárias, até quatrocentos mil réis para as eleições de Deputados, Senadores e membros dos Conselhos de Província. Ficavam de fora dessa lista mulheres, negros cativos, ou libertos, analfabetos e pessoas sem posses. Atualmente, vigoram os direitos políticos adquiridos em virtude da Constituição Federal de 1988, exercidos mediante soberania popular pelo sufrágio universal, sendo o voto direto e secreto, obrigatório para maiores de 18 anos e facultativo para analfabetos, maiores de setenta anos, ou entre dezesseis e dezoito anos.

início, vele mencionar que o direito ao voto só era garantido aos homens com mais de 25 anos, além de que existiam critérios de renda. Os chamados cidadãos votantes eram divididos entre os eleitores de paróquia e os eleitores de província: os eleitores de paróquia eram todos aqueles que comprovavam uma renda anual mínima de 100 mil réis, já os eleitores de província tinham que comprovar uma renda mínima de 200 mil réis. Os eleitores de paróquia votavam nos eleitores de província que, uma vez eleitos, votariam nos candidatos a deputado geral e senador. Isso significa dizer que o sistema eleitoral do período era organizado de forma censitária e indireta. Havia restrições de renda maiores para os candidatos a deputados gerais e senadores: os candidatos a deputado deveriam comprovar renda mínima de 400 mil réis por ano, já os candidatos ao senado deveriam comprovar o dobro disso, ou seja, 800 mil réis anuais. Dito de outra forma, quando falamos em representantes políticos estamos falando de membros de uma restrita elite detentora de capital econômico e de uma posição praticamente inacessível aos membros das camadas mais populares.

Fato é que nas eleições imperiais não eram todos que podiam votar e ainda havia a necessidade de convocação dos eleitores pelos patrões, pelas autoridades do governo, pelos juízes de paz, pelos delegados de polícia, pelos párocos, pelos comandantes da Guarda Nacional. Segundo Carvalho (2008), o que estava em jogo nessas eleições não era o exercício de um direito dos cidadãos, mas o domínio político local. O chefe político não podia perder as eleições, tendo em vista que a derrota significava desprestígio e perda de controle de cargos públicos como, por exemplo, os de delegado de polícia, de juiz municipal, de coletor de rendas, ou mesmo de postos na Guarda Nacional. No geral, as eleições eram tumultuadas e violentas. O governo tentava sempre reformar a legislação para evitar a violência e a fraude, mas sem muito êxito. Nas primeiras eleições imperiais a formação das mesas eleitorais dependia da aclamação popular, mas a consequência disso costumava ser a de que a votação primária acabava por ser decidida literalmente no grito. Como nos informa Carvalho (2008), "quem gritava mais formava as mesas, e as mesas faziam as eleições de acordo com os interesses de uma facção[71]".

Nesse contexto de eleições turbulentas e até movidas por fraudes, surgiram vários especialistas em burlar os resultados, personagens normalmente ligados a uma liderança local. O principal deles era o *cabalista* e sua função se assemelhava ao que faz hoje o "cabo eleitoral[72]". A ele cabia garantir a inclusão do maior número possível de partidários de seu

[71] Cf. CARVALHO, op. cit. p. 33.
[72] Na percepção de Singer (1965, p. 77) o cabo eleitoral é uma espécie de líder local, que cuida dos interesses de seus representados, principalmente junto às "autoridades públicas", fazendo as vezes de, segundo a expressão do

chefe na lista de votantes. De acordo com o que já foi mostrado antes, a principal forma de escolha dos cidadãos votantes era a comprovação de renda, sendo que cabia ao cabalista fornecer a prova que, em geral, era o testemunho de alguém pago para jurar que o votante tinha renda legal (CARVALHO, 2008). Ainda segundo esse autor, o cabalista devia garantir o voto dos alistados. Na hora de votar, os alistados tinham que provar a sua identidade e aí entrava outro personagem importante: o fósforo. Se o alistado não podia comparecer por qualquer razão, inclusive por ter morrido, comparecia o fósforo, isto é, uma pessoa que se fazia passar pelo verdadeiro votante.

Nestas circunstâncias, o voto tinha um sentido completamente diverso daquele imaginado pelos legisladores. Não se tratava de um exercício de autogoverno, de participar na vida política do país, tratava-se de uma ação estritamente relacionada às lutas locais. O votante não agia como parte de uma sociedade política, de um partido político, mas como dependente de um chefe local, ao qual obedecia com maior ou menor fidelidade. O voto era um ato de obediência forçada ou, na melhor das hipóteses, um ato de lealdade e de gratidão (PEREIRA DE QUEIROZ, 1976; CARVALHO, 2008; GRAHAM, 1997). À medida que o votante se dava conta da importância de seu voto para os chefes políticos ele passava a barganhar mais, a vendê-lo mais caro. A esse respeito, Carvalho (2008) acrescenta que, nas cidades, onde a dependência social do votante era menor, o preço do voto subia mais rapidamente. Os chefes locais não podiam confiar apenas na obediência e lealdade, tinham que pagar pelo voto: "o pagamento podia ser feito de várias formas, em dinheiro, roupa, alimentos, animais[73]". É possível dizer que a crescente independência do votante exigia também precauções adicionais do chefe político para não ser enganado. Por meio dos cabalistas, os chefes políticos locais mantinham seus votantes reunidos e vigiados em barracões, ou currais[74], onde lhes dava farta comida e bebida, até a hora de votar. O *cabalista* só deixava o votante após ter este lançado seu voto.

---

autor, um "advogado administrativo" da sua comunidade – uma vila, uma favela, um quadro associativo de um clube recreativo etc.). Controlando, em geral, uma centena ou uma dezena de votos, o cabo eleitoral os vende ao "político de clientela", que "não passa de um cabo eleitoral suficientemente poderoso". Ainda sobre o *savoir-faire* político na atual conjuntura histórica e política ver em especial Santos (2016). Segundo a autora, o "cabo eleitoral" abrange categorias distintas em uma hierarquia política, sobretudo se considerarmos que todos os sujeitos que postulam cargos políticos são potencialmente cabos eleitorais. A autora concebe esse fazer não como uma função, mas como profissão inerente ao espaço de disputas políticas, a percebendo como uma etapa de grande importância para o sucesso nas campanhas políticas. Como diz, no geral, eles são considerados lideranças políticas, alguém que consegue trazer recursos para a comunidade na qual está ligado. Ou, simplesmente, alguém que conhece pessoas importantes.

[73] Cf. CARVALHO, op. cit. p. 35.

[74] Reside aí origem do termo "curral eleitoral".

A inflação pela qual passava o voto criava um desconforto nos proprietários rurais, que se queixavam dos custos crescentes das eleições. A elite política desejosa pela manutenção de seus mandatos de representação política via na possibilidade de diminuição do número de eleitores uma forma de diminuir esses custos. Alegavam, nesse sentido, que a culpa da corrupção estava na falta de preparação dos votantes analfabetos, ignorantes e inconscientes. Por isso, passaram a defender eleições diretas e o aumento das restrições ao direito do voto. Tratava-se, sobretudo, de reduzir o eleitorado à sua parte mais educada, mais rica e, portanto, mais independente. Fato que levaria à criação, em 1881[75], de uma lei que introduzia o voto direto. Essa lei, além de estabelecer novos valores mínimos para o exercício do voto, tornou os votantes eleitores, além de estabelecer novas regras para a comprovação da renda, não bastando mais apenas a declaração de terceiros[76].

Ao longo de todo o período imperial ocorreram significativas alterações nas regras eleitorais. Este é o caso do Decreto n° 842 de 19 de setembro 1855, conhecido como a Lei dos Círculos, que inaugurou no Brasil o voto distrital[77]. Por meio de decretos, as Províncias[78] foram divididas em círculos (distritos), devendo ser eleito um deputado por cada distrito. O candidato a deputado que obtivesse a maioria absoluta de votos no distrito era eleito, sendo possível se eleger por mais de um distrito, neste caso, o eleito escolhia o distrito que queria representar. Cinco anos depois foi editado o Decreto n° 1.082, de 18 de setembro de 1860. Também conhecido como Segunda Lei dos Círculos, esse decreto manteve basicamente todas as disposições da lei anterior, mas realizou duas importantes alterações: ampliação do número de deputados por círculo de um para três e exigência de desincompatibilização das autoridades de seus cargos seis meses antes dos pleitos.

A Segunda Lei dos Círculos foi substituída pelo Decreto n° 2.675, de 20 de outubro de 1875. Também conhecido como Lei do Terço, este decreto aboliu o voto por círculos, determinando que as eleições fossem realizadas por províncias. A finalidade dessa lei foi a de possibilitar maior representatividade das minorias, tema recorrente nos debates parlamentares.

---

[75] Trata-se da Lei Saraiva, Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881. A essa lei se deve a instituição, pela primeira vez, do Título de Eleitor, além da proibição do voto de analfabetos e adotou eleições diretas para todos os cargos eletivos do Império brasileiro: senadores, deputados à Assembleia Geral, membros das Assembleias Legislativas.

[76] Ainda segundo Carvalho (2008) esta e outras leis levariam a diminuição significativa do número de votantes e, consequentemente, da própria cidadania. Tomando como exemplo a perda de poder de voto dos analfabetos reduziu, de imediato, 80% da população masculina. Destas mudanças a Constituição de 1891 manteve quase todas, excluindo apenas a que determinava a comprovação de renda mínima anual de 200 mil-réis

[77] No voto distrital cada partido político apresenta um candidato por circunscrição eleitoral e o mais votado é o eleito. Fonte: glossário eleitoral, disponível no Portal TSE.

[78] No período imperial, era essa a denominação dada a cada uma das divisões administrativas que compunham o Império, as quais, com a República, passaram a ser denominadas estados.

Tal lei reservava um terço dos votos depositados nas urnas para o partido de oposição nas eleições para vereadores, deputados provinciais e deputados gerais, a intenção era garantir à oposição uma participação mínima nas assembleias. Outra mudança importante trazida pela Lei do Terço foi a criação do título de qualificação do eleitor e a participação da justiça comum no processo eleitoral.

Ademais, uma outra alteração no sistema eleitoral do Império brasileiro veio através do Decreto n° 3.029, de 09 de janeiro de 1881, mais conhecido como Lei Saraiva[79]. Esta lei decorreu dos anseios da sociedade brasileira por mudanças na legislação eleitoral. Um dos principais pontos de inovação foi a introdução do voto direto, reivindicação constante nos jornais, nas ruas e nos debates parlamentares. Além do voto direto, a Lei Saraiva estabeleceu o voto secreto, confiou o alistamento à magistratura e instituiu o título de eleitor, em substituição ao título de qualificação criado em 1875. É importante ressaltar que a lei não aboliu o voto censitário, ao contrário, estipulou rígidos critérios para a comprovação da renda e instituiu a vedação ao voto do analfabeto (BRASIL, 2014)[80].

Por fim, com relação às lógicas do processo que resultava na eleição de representantes legislativos no Brasil imperial, vale ressaltar o papel desempenhado pelos agrupamentos políticos (muitas vezes não identificados com os partidos) e as suas alianças com o poder. Com a criação do Conselho de Ministros em 1847, o Brasil adotava uma forma específica de governo parlamentarista que consolidaria a centralização do poder no país. Nesse modelo especificamente brasileiro, o Imperador escolhia diretamente o presidente do Conselho de Ministros (o equivalente ao primeiro-ministro), e este formaria o gabinete de governo com a anuência da Coroa. Para ser mais específico, nas palavras de Joaquim Nabuco (1936) "a coroa nomeia o gabinete, o gabinete escolhe os presidentes [das Províncias], estes os eleitores que fazem os deputados que apoiam o gabinete, agem como instrumento antidemocrático da reação[81]". Nesse cenário, mesmo entre os cargos acessados por meio do voto – como o eram postos de deputado provincial e deputado geral – era bastante comum a vitória daqueles que estavam ligados ao partido que estava no comando do Conselho de Ministros. Se, por um lado, isso sugere que as eleições não significavam a vontade do povo, mas a combinação da cúpula e das tomadas de decisão nos salões dos poderes (NUNES, 2006), por outro lado, é

[79] O Conselheiro José Antônio Saraiva foi o responsável pela reforma eleitoral que se materializou na Lei saraiva, mas a redação coube a Ruy Barbosa.
[80] Parte das informações contidas aqui acerca dos decretos que figuraram o sistema político brasileiro durante o Império foram retirados do texto: Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições no Brasil: uma história de 500 anos** / Ane Ferrari Ramos Cajado, Thiago Dornelles, Amanda Camylla Pereira. – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.
[81] Cf. NABUCO, op. cit. p. 46.

possível dizer que estar no poder trazia alguma vantagem frente ao eleitorado, seja pela forma como as elites políticas manipulavam as eleições – como veremos mais adiante –, ou mesmo pela capacidade daqueles que estão no poder em manter fiéis suas bases de apoio político.

Diante disso, se havia uma clara vantagem para os políticos que estavam no poder no sentido de permanecer (se reeleger) em seus cargos de representação política, o mesmo não se podia dizer dos partidos políticos. Estes, além de não possuírem consistência ideológica, uma vez que defendiam interesses parecidos ("nada mais conservador que um liberal no poder", dizia Oliveira Viana[82]), não raro se revezavam no poder sem grande contestação. Prova disso é que em pelo menos dois momentos – durante o chamado Gabinete da Conciliação (1853-1858) e durante a Liga Progressista (1862-1868) – liberais e conservadores dividiram o poder. A legislatura de 1838-1941 se tornaria o "berço" dos partidos políticos que comandaram e se revezaram na trajetória política do Segundo Reinado (1840-1889): o Partido Conservador, também conhecido como *Saquarema*, e o Partido Liberal, também conhecido como *Luzia* (NABUCO, 1936). Tais partidos se revezaram no poder entre 1840 e 1889 através de trinta e seis gabinetes (conjuntos de integrantes do Conselho de Ministros), sendo justo dizer que não passavam de simples agregados de clãs organizados para a exploração do poder. Conquanto, isso não mudará com a instalação da República.

Durante a Primeira República (1889-1930), o sistema partidário desempenhou papel de elemento subsidiário do Estado oligárquico, de modo que a instauração do republicanismo não vai afetar de imediato o domínio dos grandes proprietários rurais nas antigas províncias agora chamadas de estados. Em nível nacional, durante a Primeira República ocorreu uma competição política entre os senhores do açúcar e os cafeicultores (principais detentores do capital econômico), tendo este último grupo se organizado em torno do *Partido Republicano Paulista (PRP)*. Apesar da relativa superioridade econômica dos cafeicultores da região sudeste do Brasil no cenário nacional, no nordeste do país os *senhores do açúcar* eram detentores de grande poder econômico e também quem comandava a política local. Os senhores do açúcar formavam um grupo, bastante numeroso e relativamente homogêneo, que, não raro, estabelecia laços matrimoniais entre membros de famílias prestigiosas, ou mesmo entre membros de uma mesma família, sendo esta última prática uma estratégia usada para a manutenção do poder econômico dentro de um mesmo grupo familiar.

1.5 Arranjos Institucionais, Mandonismo local e agrupamentos políticos.

[82] OLIVEIRA VIANNA, Francisco J. O Idealismo da Constituição, 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

Quando da proclamação da República no Brasil, em 1889, eram nítidas as diferenças entre monarquistas e republicanos, enquanto os primeiros se manifestavam perplexos, os republicanos festejavam a chegada de uma nova ordem (DANTAS, 1989; 2004 e; FIGUEIREDO, 1986). Nascida de um movimento que tinha o predomínio dos senhores do café, a República foi instaurada com forte presença militar, situação que permaneceu inalterada durante os dois primeiros governos republicanos: o de Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891) e o do Marechal Floriano Peixoto (1891-1894).

Ainda no governo de Deodoro da Fonseca foi convocada a Assembleia Nacional Constituinte que teve como resultado a primeira constituição do Brasil republicano, a Constituição de em 1891. Sob influências do positivismo, os parlamentares formularam uma constituição de caráter liberal que trazia, em seu bojo, a descentralização político-administrativa, a separação entre Igreja e Estado, a liberdade de culto religioso, a naturalização de estrangeiros, a dissolução dos partidos Liberal e Conservador, o fim do mandato vitalício para os senadores, a adoção do presidencialismo e da livre escolha dos ministros pelo presidente, entre outros. Seguindo os princípios de Montesquieu e de seu *Espirito das leis*[83], os poderes da República ficaram divididos em três: Executivo, Legislativo e Judiciário, pondo fim ao Poder Moderador que concebia ao Imperador poderes quase que absolutistas. Adotou-se também o federalismo, por meio do qual ficou definida a descentralização administrativa e foi concedida certa autonomia aos estados federados, de modo que o governo central ficaria voltado para a garantia da ordem constitucional[84].

Além dessas e de outras mudanças que atingiram diretamente a dinâmica política do país, as implicações sob o aparato institucional-burocrático do Estado também foram marcantes. Uma dessas implicações diz respeito à escolha dos governantes dos estados que, deixando de ser indicados pelo chefe do executivo nacional, passaram a ser eleitos pelo voto popular. O principal resultado disso é que os governos dos estados passaram a ser ocupados por "políticos da terra". Essa novidade exigia um conjunto de características não disponíveis a maioria daqueles que estavam envolvidos na política, muitos dos quais não possuíam experiência em campanhas eleitorais, nem tampouco respaldo político para fazer valer projetos de governo que correspondessem aos discursos da campanha.

Alguns autores (PEREIRA DE QUEIROZ, 1976; DÉCIO SAES, 1982) identificaram os anos iniciais da República como um período de instabilidade política nos estados, uma

83

84 Ver constituição de 1891, artigo 70.

consequência direta do acentuado conflito entre os grupos locais que revelaria a importância de consensos e novas alianças entre os grandes proprietários rurais. O caso do estado de Sergipe serve bem para dar a dimensão disso: ao final da primeira década da República cerca de vinte e duas pessoas já tinham ocupado o cargo de Executivo estadual (ver Tabela 5), o que sugere a dificuldade dos grupos políticos locais em se adaptar às novas conjunturas inauguradas com a República. Entre outras coisas, isso demonstra que a primeira década da República brasileira ficou marcada por uma intensa crise de representação marcada pela intensificação das lutas políticas, num difícil processo de integração dentro do regime de descentralização administrativa.

Tabela 5
Presidentes do Estado de Sergipe (1889-1905)

Nome	Profissão	Período de Governo
Tomás Rodrigues da cruz (1852/1919)	Empresário	15.11.1889 à 17.11.1889
Antônio Diniz Dantas Melo José Siqueira de Meneses (1852/1931) Antônio Siqueira Horta	Militar Militar Prop. Rural	18.11.1889 à 02.12.1889
Vicente Luís de Oliveira Ribeiro (1852/1895) Baltasar de Araújo Góis José Siqueira de Meneses (1852/1931)	Prop. Rural Professor Militar	18.11.1889 à 02.12.1889
Baltazar de Araújo Góis José Siqueira de Menezes (1852/1931)	Professor	02.12.1889 à 13.12.1889
Felisbelo Firmo de Oliveira Freire (1858/1916)	Médico	13.12.1889 à 17.08.1890
Augusto César da Silva (1833/1918)	Militar	17.08.1890 à 04.11.1890
Lourenço Freire de Mesquita Dantas (1848/1902)	Juiz	04.11.1890 à 26.01.1891
Luís Mendes de Morais	Militar	26.011891 à 28.05.1891
Vicente Luís de Oliveira Ribeiro (1852/1909)	Prop. Rural	28.05.1891 à 24.11.1891
Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909) Marcelino José Jorge (1860/1945) Olindo Rodrigues Dantas (1861/1932)	Advogado Militar Médico	27.11.1891 à 18.05.1892
José Calazans (1863/1948)	Militar	18.05.1892 à 11.09.1894
João Vieira Leite (1867/1902)	Médico	11.09.1894 à 24.10.1894
Manoel Presciliano de O. Valadão (1849/1921)	Militar	24.10.1894 à 27.07.1896
Antônio Leonardo Silveira Dantas (1858/1919)	Padre	27.07.1896 à 24.10.1896
Martinho César da Silveira Garcez (1850/1918)	Advogado	24.10.1896 à 11.10.1897
Daniel de Campos (1855/1922)	Médico	08.04.1898 à 24.07.1898
Martinho César da Silveira Garcez (1850/1918)	Advogado	24.07.1898 à 14.08.1898
Apulcro Motta (1857/1924)	Jornalista	14.08.1899 à 24.10.1899
Olímpio Campos (1853/1906)	Padre	24.10.1899 à 24.10.1902

Fonte: DANTAS, Ibarê. Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964), 1989.

Renúncias, revoltas, deposições, substituições controvertidas e até duplicidade de Assembleias Legislativas são alguns dos fatores explicativos para essa elevada rotatividade de chefes do executivo estadual observada em Sergipe nos primeiros anos da República. Entre outras coisas, esses fatores demonstram as tensões provenientes do processo de adaptação

daqueles que dominavam a política local no período imperial ao entrarem em conflito com os *outsiders*, grupo representado em terras sergipanas pelos republicanos históricos.

De uma maneira geral, as implicações institucionais da República levaram ao acirramento das clivagens entre grupos divergentes que passaram a protagonizar disputas pela ocupação dos postos de representação política nos diversos estados da federação. Diante disso, tomando o caso de Sergipe, nos primeiros tempos da República os dois principais grupos políticos eram os monarquistas – divididos entre Liberais e Conservadores – e os republicanos históricos. Enquanto o primeiro grupo já gozava de prestígio político, econômico e social, o segundo não dispunha de grande prestígio eleitoral. Além disso, na medida em que os monarquistas entravam no jogo político através da criação de partidos ou por meio da filiação a partidos já existentes – fato que lhes rendia o vulgo de "adesistas" – conseguiam impor seu domínio e, mesmo fora do governo, acumulavam forças. Esse movimento estava fortemente ligado aos integrantes do *Partido Liberal*, não havendo, ao menos inicialmente, grandes manifestações de políticos provenientes do *Partido Conservador* (valendo ressaltar que, como veremos mais adiante, o Padre Olímpio Campos representou uma importante exceção).

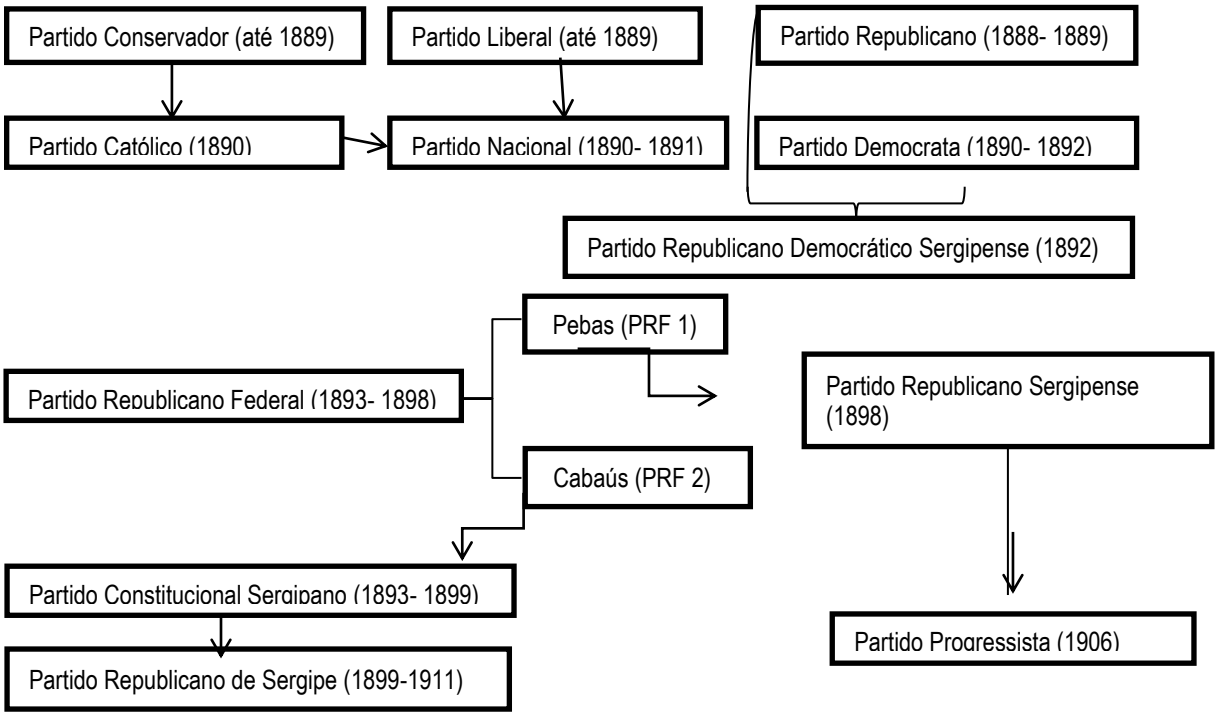
O movimento republicano contava com o apoio significativo do patronato rural, ainda que fosse possível notar nesse mesmo grupo a presença de políticos solidários ao Império. Geralmente, os republicanos históricos se articulavam em juntas governamentais, mas, não raro, também se lançavam nas disputas políticas "sozinhos". Este foi o caso de Felisbelo Freire que, indicado pelo presidente Deodoro da Fonseca, ocupa o cargo de governador de Sergipe entre 1889 e 1890. Sobre o governo de Felisbelo Freire, Dantas (1989) argumenta que seu mandato ficou marcado por uma administração considerada progressista, mas encontrava obstáculos entre os opositores – no geral ex-monarquistas – que acumulavam forças. Na tentativa de fortalecer o seu grupo, Felisbelo Freire convidou Leandro Ribeiro Siqueira Maciel – um dos mais prestigiados políticos sergipanos da época e ligado ao grupo monarquista – para atuar em seu governo. Dito isto, a proposta foi recusada por Leandro Maciel que, por sua vez, passou a apoiar Coelho e Campos, o Padre Olímpio Campos e o Barão de Estância criando, assim, uma sigla de oposição ao governo estadual chamada de *Partido Nacional* (FONTES, 1958). Ainda segundo Dantas (1989), este grupo teria formado "a mais expressiva cúpula dos ex-monarquistas, que continuaria exercendo bastante influência na política republicana. E, essa influência não foi maior, desde cedo, deveu-se às

interferências do Poder Central na política local, sem critérios estabelecidos, a não ser as eventuais preferências pessoais[85]".

A essa altura monarquistas e republicanos se dividiam em três partidos políticos. O primeiro grupo se articulava entre o *Partido Nacional* e o *Partido Católico.* Em tempo, é importante dizer que, apesar das ligações ideológicas desses dois partidos e de seus membros serem remanescentes do quadro monárquico, haviam divisões internas entre ambos: o *Partido Nacional* tinha em suas bases políticos ligados ao *Partido Liberal* e que, portanto, não estavam na vanguarda do antigo regime – como, por exemplo, Coelho e Campos e Leandro Maciel –, já o *Partido Católico*, que estava sob a liderança do Padre Olímpio Campos (político que, durante o Império, foi ligado ao *Partido Conservador*[86] tendo sido deputado provincial e deputado geral). Por fim, havia também uma terceira via composta pelo *Partido Democrata*. Tal partido tinha à sua frente Felisbelo Freire e congregava os republicanos históricos, políticos geralmente com pouco ou nenhum suporte eleitoral. O organograma abaixo permite observar a evolução partidária da qual estamos tratando:

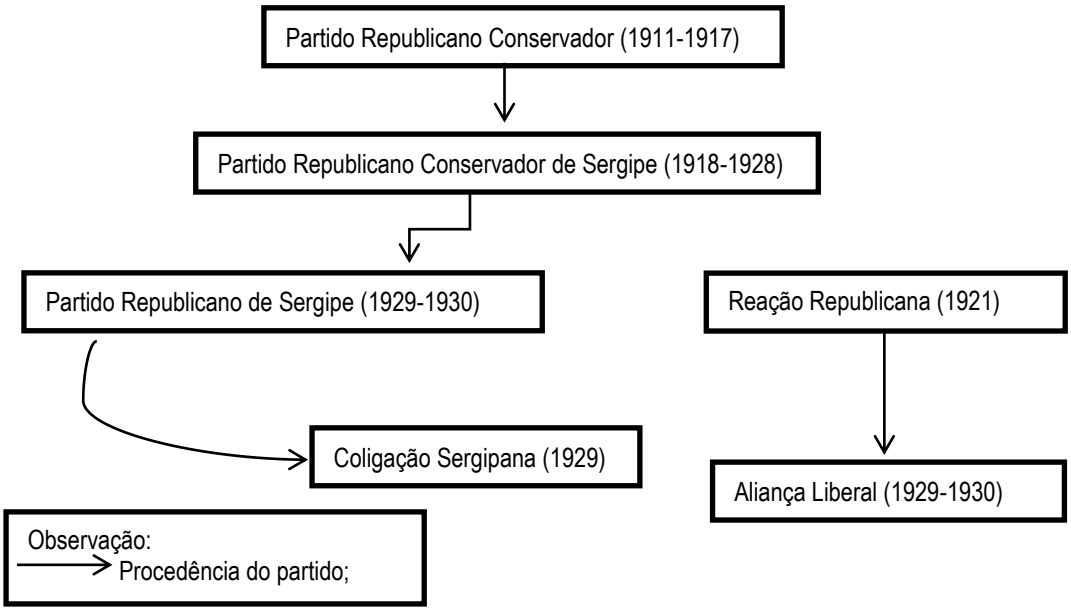
Organograma 1:

Evolução político-partidária em Sergipe (1888 – 1930).



[85] Cf. DANTAS, op. cit., p. 31.

[86] Entre as consequências trazidas pela República encontramos a dissolução dos partidos Liberal e Conservador, da Câmara dos Deputados e do Senado vitalício. Transformações estas, que somadas as perdas dos títulos nobiliárquicos, atingiam de cheio os monarquistas.



Fonte: Elaboração própria.

As diferenças entre republicanos e monarquistas foram diminuindo à medida em que o próprio processo político ia levando à formação de novas alianças e coalizões que resultavam em intercâmbios de nomes de um partido para outro ou de uma facção para outra. Tão logo houve a primeira eleição para a Assembleia Estadual, à exemplo do que acontecera em outros estados, em Sergipe os partidos *Nacional* e *Católico* se coligaram e elegeram 22 deputados, enquanto que o *Democrata*, frente às dificuldades de gerenciar tensões internas, acabou elegendo apenas dois representantes. Nesse aspecto, o então governador de Sergipe, Mendes de Morais, pouco fez para interferir nesse pleito, e por isso sofreu pressão que o levou a exoneração do cargo, sendo substituído por Vicente Ribeiro, um fazendeiro de Laranjeiras/SE, republicano desde outubro de 1888 e que, no Império, militava no Partido Conservador (DANTAS, 1989, p.33). Seu governo foi marcado por sucessivas crises e falta de apoio, tanto dos ex-monarquistas quanto dos republicanos. Se esforçou para protelar ao máximo a convocação da Constituinte Estadual, com o objetivo de evitar a provável vitória de Loureiro Tavares, ligado ao grupo de oposição e também antigo desafeto. Após muitas manobras, conseguiu o apoio de 12 dos 24 deputados estaduais e se elegeu governador Constitucional. Enfim, o projeto republicano estadual não resultou de um projeto de um grupo especifico ou de uma classe, a essa altura, consideravam-se republicanos não apenas os que já estavam engajados no movimento desde antes do fim do Império, mas também aqueles que passaram a aderir ao movimento desde a abolição, especialmente parte do patronato rural.

Com a saída de Deodoro da Fonseca do posto de presidente do Brasil em novembro de 1891 e a ascensão de Floriano Peixoto, vários governadores ligados ao governo anterior foram exonerados, entre os quais o de Sergipe, Vicente Ribeiro. Seu substituto interino, Major Joaquim Baltasar, pouco tempo depois deixou o governo, sendo substituído por uma segunda junta tríplice composta por Leandro Maciel, Olinto Dantas e Marcelino José Jorge que, no governo, anularam os atos do governo anterior e dissolveram a Assembleia Legislativa convocando nova eleição para Constituinte, realizada em 06 de março de 1892[87].

A essa altura os partidos que disputaram a eleição anterior já não figuravam no cenário político, e as clivagens entre os grupos se dava mesmo a partir da ligação dos políticos com o antigo regime, colocando em lados opostos ex-monarquistas (que se dividiam entre os que figuravam no Partido Conservador e os ligados ao Partido Liberal) e republicanos históricos. Na eleição de 1892, o partido que fazia oposição ao grupo republicano formou chapa única e se apresentou sem legenda partidária (DANTAS, 1989, p.34). Nesse mesmo tempo, foi eleita nova Assembleia Constituinte que alterou a Constituição estadual de 1892. Dessa maneira, por meio de acordos entre membros da cúpula governista da época, o coronel José Calazans foi escolhido como presidente de Sergipe. Sua gestão ficou marcada por uma relativa estabilidade: passou a arrecadar mais do que gastava, criou e reestruturou vários órgãos públicos que passaram a receber, além de melhorias estruturais, regulamentos e regimentos que acabaram corrigindo costumes e racionalizando a máquina administrativa.

Apesar de ter desenvolvido uma gestão relativamente satisfatória, José Calazans foi exonerado e, pela forma como se deu sua saída, é possível dizer que ela teve a ver com questões pessoais representadas por seu impasse com o Coronel Manuel Prescelino de Oliveira Valadão (DANTAS, 1989). As tensões entre os dois se acentuaram quando Calazans resolveu não apoiar Oliveira Valadão na campanha para o Senado (FONTES, 1971). A essa altura, Oliveira Valadão se tornava uma importante referência republicana no estado, sobretudo devido às suas ligações com o presidente Floriano Peixoto. Nascido em 1849, na cidade de Vila Nova, hoje Neópolis-SE, e filho do tenente José Manuel de Oliveira e de Maria José de Oliveira Valadão, desde adolescente Oliveira Valadão se dedicou a uma carreira militar de prestígio, tendo chegado ao posto de secretário do então general Floriano Peixoto entre 1890 e 1891, quando este era ministro da guerra. Em função da ascensão de Floriano Peixoto à presidência do país, em finais de 1891, Valadão foi nomeado secretário da presidência. Eleito deputado Federal pela Constituinte, exerceu o mandato até o fim da

[87] Cf. NOBRE DE LACERDA, op. cit. p. 51.

primeira legislatura (1891-1983). Mais tarde, foi novamente eleito Deputado Federal pela 6ª legislatura (1903 a 1904) e reeleito para a seguinte (1906 a 1908), cujo mandato interrompeu por ter sido eleito Senador, em abril de 1907, na vaga aberta pela morte de Olímpio Campos. Além disso, foi eleito presidente de Sergipe para o biênio de 1894-1896.

A ascensão política de Oliveira Valadão e de seu grupo político está relacionada a vários fatores, entre os quais destacamos o seu prestígio dentro do exército durante a chamada República da Espada (1889-1894)[88] e suas ligações com grupos políticos locais que passaram a apoiar a sua candidatura para o governo estadual. Esse movimento foi liderado por intelectuais e/ou políticos como Gouveia Lima, Silvio Romero, Felisbelo Freire e João Ribeiro que, à época, residiam no Rio de Janeiro e estavam à frente do *Partido Republicano Democrático Sergipano (PRDS)*. Assim, tal partido foi formado por dissidentes do *Partido Democrata* – derrotado na eleição de 1891 –, mas também era integrado por intelectuais, por pessoas influentes na imprensa local e até por políticos remanescentes da antiga ordem monárquica (personagens detentores de grande prestígio social e, especialmente, de redes de relações pessoais entre integrantes dos meios político e intelectual sergipanos). Em resumo, o *PRDS* conseguiu coadunar diferentes lideranças entorno da figura de Oliveira Valadão.

Em paralelo ao crescente fortalecimento do "*grupo valadonista*" em Sergipe, estava a se formar uma primeira tentativa de criação de um partido federal, o *Partido Republicano Federal (PRF)*. O objetivo desse partido era respaldar o governo do presidente Floriano Peixoto. Dessa forma, os desdobramentos disso na realidade sergipana foram sentidos de forma inusitada e, dentro de um alinhamento do governo local com as determinações do governo federal, estabeleceram-se duas chapas em torno desse mesmo partido: uma referente aos conservadores, que mantinha controle sobre boa parte do quadro político local, e outra concernente aos republicanos, liderada por Oliveira Valadão e apoiada pelo governo federal e por dissidentes da antiga ordem política no estado.

As eleições de 1894 ficaram marcadas não pelo caráter democrático, mas pelos inúmeros problemas provocados pela não aceitação do resultado das urnas. Tal disputa colocava em lados opostos os políticos ligados ao grupo conservador que apoiava Coelho e Campos, e que tinha à frente políticos como Leandro Maciel e Olímpio Campos, e o grupo formado por intelectuais e dissidentes do primeiro grupo que apoiavam Oliveira Valadão.

[88] República da Espada é o nome que se dá ao período inicial da República no Brasil (entre 1889 e 1894). Ganhou este nome, pois o Brasil foi governado por dois militares neste período: Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

Tabela 6
Eleição de 30.07.1894 para Presidente e Vice-Presidente do Estado

Candidatos	Votação	
	Resultado 1	Resultado 2
Coelho e Campos	4.576 (1)	2.961 (2)
Oliveira Valadão	3.459 (1)	4.925 (2)

Fonte: Jornal de Sergipe, 19.08.1894.

O grupo ligado ao partido conservador foi derrotado pelo grupo de Oliveira Valadão, embora os resultados do pleito tenham trazido discordância mesmo entre seus correligionários[89] (Veja tabela 6). Esse episódio aumentou ainda mais as tensões entre os grupos envolvidos na política local. Assim, frente a esse impasse, quando os deputados eleitos entraram na Assembleia Legislativa de Sergipe para a sessão preparatória, encontraram 11 (onze) cidadãos não diplomados e um deputado eleito ocupando as cadeiras do plenário (DANTAS, 1989). Recorreu-se ao então presidente do Estado, José Calazans, que também se encontrava descontente com os resultados das urnas. Porém, não conseguindo assegurar a posse dos deputados do grupo vencedor, este governador baixou um decreto convocando os deputados eleitos para a cidade de Rosário do Catete[90], instalando naquela localidade a nova sede do governo.

Com essa medida, estabeleceu-se uma duplicidade de Assembleias Legislativas no estado cujos membros, apesar de vinculados ao mesmo partido político (o *PRF*), pertenciam a duas facções políticas diferentes e que ficariam comumente conhecidos como *Pebas* e *Cabaús.* Os que ficaram na capital – e, portanto, mais próximos à areia das praias – passariam a ser chamados de *Pebas*, já os que se deslocaram para a região dos engenhos ficariam conhecidos como *Cabaús.* Além da localização geográfica da Assembleia, essas duas facções também se diferenciavam por suas características ideológicas e sociais: os *Pebas* representavam os ex-monarquistas e eram ligados ao grupo de Oliveira Valadão (por isso, eram chamados de *valadonistas*), já o grupo dos *Cabaús* era formado pelos republicanos históricos.

A competição entre esses grupos foi crescendo e se tornou mais explícita nas eleições de julho de 1896 quando duas chapas eleitorais, uma para cada grupo, foram formadas. Na ocasião, o grupo dos *Pebas* apresentou, como candidatos, Martinho César da Silveira Garcez, para presidente do estado, e José Joaquim Pereira Lobo, para vice-presidente, já o grupo dos

[89] Ver Martinho Garcez – *Mensagem à Assembleia Legislativa*, Aracaju, 1897, p.14.
[90]

Cabaús apresentou Davino Nomísio e Manoel Batista Itajaí para presidente e vice-presidente, respectivamente. Numa eleição muito acirrada, a ponto de os dois lados contarem vitória antes dos resultados, o grupo de Oliveira Valadão permaneceu no poder. Paralelo a isso, em junho de 1897 ocorre a cisão do *PRF*, episódio que dividiria vários estados da federação, dentre os quais Sergipe. Martinho Garcez, então presidente do estado de Sergipe oferecia apoio irrestrito ao então presidente da República, Prudente de Morais, o mesmo não se podia dizer de seu vice e também genro de Oliveira Valadão, Pereira Lobo. Desse modo, Martinho Garcez pediu demissão do cargo, mas dias depois tentou se restabelecer no posto deixado. Contudo, Pereira Lobo recusou-se a deixar o cargo, obrigando o ex-presidente a entrar com ação judicial solicitando o seu retorno. Esse impasse perdurou até a intervenção do governo federal que, por sua vez, garantiu o retorno de Martinho Garcez.

Os conflitos políticos, a instabilidade das alianças, entre outras questões representadas aqui pelo desgaste entre o presidente do estado e Pereira Lobo, genro do principal nome dos *Pebas*, pareciam indicar uma cisão no interior dessa facção que, ao se confirmar, oportunizou o surgimento de novas alianças que passariam a se opor ao "grupo valadonista". É nesse realinhamento político e também familiar que se situam dois importantes nomes da política local: Oliveira Valadão e Olímpio Campos. Segundo Dantas (1989), o impasse entre Valadão e Garcez abriu precedente para que este último se aproximasse do padre Olímpio Campos (um dos líderes dos *Cabaús)*. Ainda segundo o mesmo autor, esse momento coroou uma longa disputa pela qual o padre Olímpio Campos passaria a figurar como uma das mais proeminentes figuras da política sergipana de seu tempo.

Esse episódio marcou um realinhamento político em Sergipe a partir das migrações entre as facções. Conquanto, esse evento teve outros desdobramentos para além dessa reacomodação das forças políticas locais e seu exame nos permitiu perceber a importância que os grupos ou facções exerciam sobre as disputas eleitorais nas primeiras décadas do período republicano. Um primeiro aspecto relevante disso tem a ver com a importância do pertencimento a um grupo político para a inserção nas disputas eleitorais, visto que a possibilidade de se pleitear um posto de representação política dependia da relação do possível candidato com o (s) grupo (s) político (s) a que (aos quais) estava ligado. Além disso, é possível dizer que pertencer a um grupo político favorecia o pretenso candidato tanto nas campanhas para o executivo, quanto para postos legislativos. Outro aspecto relevante é a fluidez com que se definiam as fronteiras entre os grupos/facções políticas aqui apresentados. A aproximação entre Olímpio Campos e Martinho Garcez se configura como um bom exemplo disso: o desentendimento entre Garcez e Oliveira Valadão oportunizou uma

aproximação entre Coelho e Campos e a ala dos *Pebas* que cindiu com o *"grupo valadonista".*

Quanto ao processo político-partidário nesses primeiros anos da República em Sergipe, chama a atenção a distribuição de políticos num cipoal de partidos que servem apenas de meros apêndices de seus "donos" e para identificar os grupos políticos. Em outros termos, a baixa importância que os partidos tinham frente ao sistema de alianças e à formação de grupos naquele período os colocavam como instrumentos de subserviência de uma oligarquia partidária[91]. No geral, até os anos de 1930 os grupos políticos sergipanos estavam divididos não por partidos políticos, mas pela relação de seus membros com o Império (conservadores, liberais e republicanos). Não raro, era possível encontrar membros de partidos diferentes fazendo parte de um mesmo grupo, ou até mesmo rivais de grupos diferentes filiados a um mesmo partido (ver o exemplo do caso do *PRF*), isto é, se as fronteiras entre os grupos políticos sergipanos desse período eram mais observáveis, o mesmo não se podia dizer das fronteiras político-partidárias.

1.6 Reordenamento burocrático e mudanças no quadro político sergipano.

Como vimos no tópico anterior, durante as primeiras décadas da República, as vinculações partidárias atuavam sobre as chances de sucesso nas disputas políticas locais, conquanto, faz-se necessário destacar que dentro desse jogo institucional as relações de cunho pessoal e/ou familiares também desempenhavam papel importante. Exemplo disso pode ser o caso das relações parentais existentes entre Oliveira Valadão e seu genro Pereira Lobo, de modo que a influência política do primeiro operou em favor do segundo. Valadão deixa o governo de Sergipe em 1918 e indica Pereira Lobo como o seu sucessor, de modo que este é eleito praticamente sem concorrência. Apesar de seu governo ter sido marcado por bastante oposição, Pereira Lobo conseguiu manter seu grupo político unido e, como resultado, conseguiu eleger a maioria da bancada federal e ainda indicar o seu sucessor no governo do estado, Maurício Gracco Cardoso. Radicado no Rio de Janeiro desde 1915, Gracco Cardoso passou a estreitar relações com o então senador, por Sergipe, Oliveira Valadão. Tais relações facilitaram a incorporação de Gracco Cardoso ao "grupo valadonista", e com o apoio deste grupo político ele foi eleito deputado federal por Sergipe, em 1921, e senador em 1922.

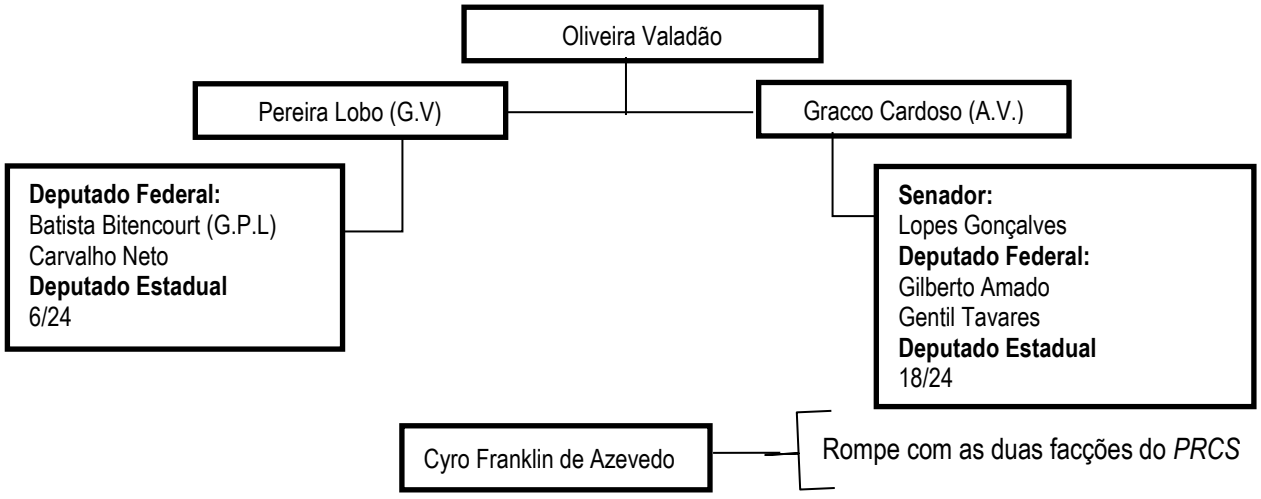
[91] Sobre isso ver Robert Michels (1982).

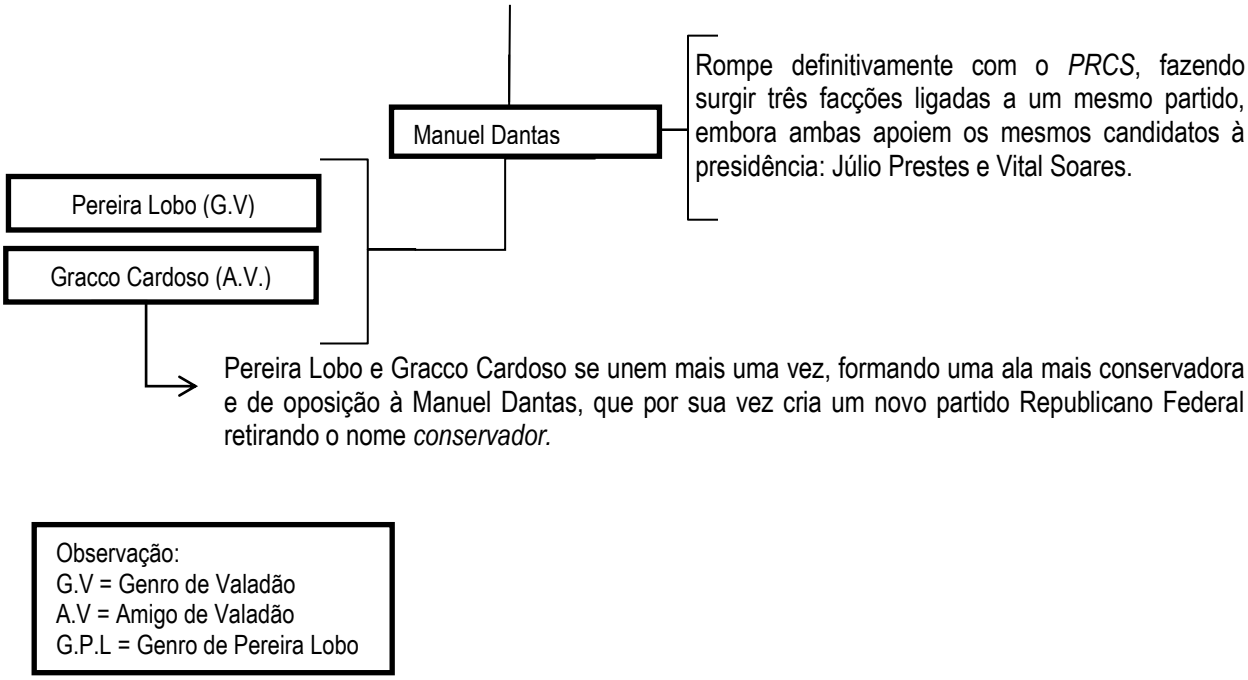
Gracco Cardoso ficou no Senado até 1922 quando, numa clara troca de lugar, foi para a presidência do estado; enquanto Pereira Lobo foi ocupar a sua vaga no Senado. Com isso, a oligarquia Valadão-Lobo continuava no poder. Dito isto, fato é que em meio ao movimento tenentista, o grupo que estava ligado ao *PRCS* cindiu formando duas facções: uma apoiando Pereira Lobo e a outra Gracco Cardoso. Nesse sentido, escrevendo sobre os efeitos desse episódio na política local, Dantas (1989) argumenta que o quadro político situacionista se fracionou em dois grupos. No Senado, Lopes Gonçalves ficou do lado do presidente do estado, bem como os deputados federais Gilberto Amado e Gentil Tavares e 18 dos 24 deputados estaduais; já ao lado de Pereira Lobo permaneceram os deputados federais Batista Bitencourt (seu genro) e Carvalho Neto. Com isso, os dois últimos anos do mandato de Gracco Cardoso ficaram marcados pela oposição da facção opositora e dos quadros do movimento tenentista no estado.

Esse impasse gerou uma crise sucessória que só foi resolvida com a intervenção do Presidente da República, Artur Bernardes, que apoiou o diplomata aposentado, Cyro Franklin de Azevedo, para presidente do estado. No poder, Cyro de Azevedo rompeu com as facções ligadas aos dois chefes políticos citados e passou a compor o seu governo com políticos ligados ao movimento tenentista. Porém, em face do falecimento de Cyro Azevedo em 1927, houve outra crise sucessória. O resultado disso foi a eleição de Manuel Correia Dantas ao governo do estado. A ascensão de Manuel Dantas ao governo levaria a uma rearticulação entre Gracco Cardoso e Pereira Lobo que, de antigos desafetos, formariam uma nova chapa denominada *Coligação Sergipana* contra o governo de Manuel Dantas que, por sua vez, romperia definitivamente com o *PRCS* (Ver organograma II).

Organograma 2:

Oligarquia e Partido político: o Caso do Partido Republicano Conservador e o grupo Valadonista.





Fonte: Elaboração própria.

A partir desse organograma, demonstramos o processo de constituição dos dois principais grupos políticos que atuaram em Sergipe nas primeiras décadas do século XX: o *olimpista* e o *valadonista*. Em comum, estes dois grupos políticos possuíam características oligárquicas, mas eles também possuíam algumas diferenças. Com isso, sendo capitaneado por um grande líder que chegou a ocupar os principais postos políticos de Sergipe, o *"grupo olimpista"* era ligado às velhas oligarquias estaduais do período imperial e foi beneficiado pela chamada "Política dos Governadores" que colaborou para a continuidade das formas de poder de base oligárquica. Já o "*grupo valadonista*", este não dispunha de uma grande liderança e a sua importância política se baseava nas ligações dos seus integrantes com o governo federal através da filiação ao PRC e da institucionalização do PRCS no estado. Em ambos os casos, chama a atenção a importância de se estar ligado a um grupo político para se chegar ao poder em Sergipe durante a Primeira República (1889-1930). O que esse arranjo político e os exemplos citados acima demonstram é que, num período em que a coerção era mais importante que o voto propriamente dito, o que predominava na prática política sergipana eram os conchavos, os apadrinhamentos e as relações parentais e/ou de amizade.

Dessa forma, para refletirmos melhor sobre o lugar dos partidos frente à formação dos grupos locais, vamos tomar como exemplo o PRCS em Sergipe. A esse respeito há de se destacar duas questões: se, por um lado, havia um grupo situacionista que favoreceu sua

fundação no estado, esse mesmo grupo não deixou de exercer um papel de elemento integrador na estrutura oligárquica. O partido servia de elo entre os governos estadual e federal, de modo que a Presidência da República agia diretamente sobre a seleção dos nomes que teriam as suas candidaturas apoiadas nos estados e, assim, interferia nas decisões político-partidárias e no próprio resultado das eleições. Por outro lado, tal como ocorrera no momento da formação das facções *Pebas* e *Cabaús,* chama a atenção as cisões dentro desse partido que também o dividiu em três facções: uma sob o nome de Olímpio Campos, outra liderada por Oliveira Valadão e, tempos depois, uma liderada por Manuel Dantas. Nesse sentido, tendo em vista que em torno de um mesmo partido formavam-se facções e até grupos diferentes, é possível dizer que os partidos políticos não funcionavam enquanto elemento fundamental de agregação dos grupos políticos locais durante as primeiras décadas da República.

Conforme mostrado no texto, a tentativa de ocupação dos postos de representação política por republicanos históricos causou uma relativa instabilidade política que, por vezes, foi acentuada pelas intervenções do governo Federal. Um sintoma disso é o fato de que, ao final da primeira década do período republicano, 21 pessoas já tinham ocupado o posto de presidente do estado de Sergipe. No entanto, tão logo foi instaurada a "Política dos Governadores", no que foi possível notar o favorecimento de uma estrutura de poder oligárquico sustentado localmente pelas relações coronelistas (como o caso de Olímpio Campos nos permitiu observar) e com menos rotatividade na ocupação dos postos eletivos. Nessa estrutura, a prática pluripartidária (tal como sugere os organogramas 1 e 2) foi praticamente dissipada em favor de um alinhamento político-partidário das lideranças locais com o governo federal. Tal alinhamento tornava inviável qualquer tipo de concorrência e, no geral, o pleito era decidido em chapa única, ou seja, a partir do alinhamento dos grupos políticos locais com o governo federal passou a vigorar uma espécie de "unipartidarismo não institucionalizado". Isso ocorria porque, apesar de não haver prerrogativas institucionais, na prática os políticos locais tendiam a se aglutinar dentro do partido que dava sustentação ao governo federal. Não raro, era possível notar políticos ligados a um mesmo partido e envolvidos em grupos diferentes, numa lógica que sinalizava para uma baixa força dos partidos enquanto elemento de agregação dos grupos políticos locais.

Após as mortes de Olímpio Campos e Fausto Cardoso, o estado se viu desprovido de um grande nome no qual poderíamos supor a formação de um grupo político, isso levou a uma maior importância das ligações político-partidárias, é o caso do *PRCS*, que passaria a dominar a política local por um período relativamente longo. Somente na terceira década do século XX é que vamos perceber o surgimento de novos partidos e agrupamentos, com

destaque para o Movimento Tenentista, a Reação Republicana (RR) e a Aliança Liberal (AL). Estes teriam sido as principais manifestações dissidentes que marcaram a Primeira República. É importante destacar, nesse momento, a importância do Movimento Tenentista e da AL em Sergipe, para que possamos entender a situação política que vai ser instaurada no Estado após a Revolução de 1930.

O Movimento Tenentista encontrou grande receptividade local, não apenas durante a revolta de 1924, mas nos anos posteriores passando pela Revolta de 1926 e a Revolução de1930. É fato que parte dos rebeldes foram incorporados pelo governo de Manuel Dantas (1927-1930) (Ver anexo I sobre as trocas de apoio entre o Presidente do Estado e o pretenso presidente da República, Júlio Prestes), embora isso não tenha evitado que parte dos sujeitos ligados ao movimento não se alinhasse com o movimento da AL, que também se manifestava em Sergipe (DANTAS, 1989).

Nascida em junho de 1929 como resultado da cisão do estado de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, no processo de sucessão presidencial, a *AL* não custou a repercutir nos vários estados da federação, aglutinando as forças dissidentes do quadro político nacional, passando a despertar fortes simpatias entre as massas urbanas. É certo dizer que a AL dava continuidade aos protestos contra a ordem político-social do país, protestos estes que passavam pela RR. Além desse legado de denúncias contra a ordem oligárquica, a AL encontrava o Movimento Tenentista mais preparado politicamente, assim como era estimulada pelas inquietações das camadas médias urbanas, um tanto suscetíveis às mudanças. Em Sergipe essa aliança foi organizada por um grupo de intelectuais composta de professores e jornalistas que haviam participado nas reivindicações anos antes, e que agora estavam ao lado de lideranças do Movimento Tenentista que estavam articulados com o governo estadual, ocupando postos de indicação política, como secretarias entre outras.

Nesse capítulo, procurou-se debater a gênese da atuação parlamentar no Brasil, assim como os conflitos e dilemas vividos na construção dessa atividade profissional. Ao debater isso, nosso interesse não era apenas mostrar quem eram aqueles que formavam a representação brasileira – primeiro nas Cortes Gerais e depois no próprio estado brasileiro após a independência –, mas que estava no bojo desse fazer parlamentar a busca pela representação de bases de apoio político, e isso foi observável, por exemplo, nos dilemas enfrentados pela deputação brasileira quanto a quem representar nas Cortes Gerais: os interesses da nação ou os interesses das províncias as quais estavam ligados. No pano de fundo desses interesses, haviam as leis eleitorais que ditavam a ordem, constituindo implicações sobre o modo como os pretensos políticos deveriam se portar frente aos pleitos,

seja na filiação a partidos políticos ou mesmo na formação de alianças não institucionais (entre famílias, grupos e facções), por outro lado, as oligarquias conduziam os pleitos conforme sua vontade, fazendo com que partidos políticos e outras instituições não passassem de meros apêndices de seus interesses.

Se essa primeira parte foi importante para observarmos a importância das redes de apoio parlamentar para a ocupação de espaços de poder, a segunda parte mostrou-se igualmente importante, isso porque foi a partir da Independência do Brasil, que os europeus que aqui viviam perderam seus empregos no aparato estatal, fazendo com que houvesse uma movimentação das províncias no sentido de se aproximarem do governo central. Foi nesse período que houve uma federalização da elite local, essas elites locais já manipulavam as eleições municipais e gozavam dos privilégios que isso lhes trazia (PEREIRA, 2016), o que se materializava a partir da ocupação de cargos de representação política, com destaque para aqueles que as colocavam mais próximas ao Imperador como, por exemplo, os de Ministros de Estado, de Senador e de Deputado Geral. Ao ocuparem esses postos, essas elites passaram a ter acesso direto a diferentes recursos materiais e simbólicos e, assim, a arregimentar tradicionais, mas, e principalmente, de suas famílias, o que se sagrava como o cerne do *métier* político (GRAHAM, 1997; PEREIRA DE QUEIROZ, 2006; CARVALHO, 1996; 2008). Outrossim, com a República e com a consequente construção de uma nova ordem institucional a qual essas mesmas elites estavam submetidas (a exemplo da necessidade de estarem vinculados a partidos políticos)[92], o alinhamento com o governo central (agora federal) passou a se dar a partir dos partidos políticos. A partir de então eram eles, os partidos,

[92] O debate sobre os partidos políticos não é novo nas Ciências Sociais. Weber (2003) já demonstrava interesse por esse tema e considerava os partidos políticos como *link* entre a sociedade e o universo político. Duverger (1980), por seu turno, definia as instituições políticas como mecanismos capazes de formar uma elite política específica, à saber, a própria elite política. Mais recentemente, surgiram arranjos teóricos e conceituais nos quais os sistemas nos quais os partidos estavam inseridos também passaram a ser considerados. Segundo esses autores, a posição e mesmo a "força" dos partidos políticos mediante a seleção de aspirantes está condicionada a uma estrutura eleitoral favorável, na qual os partidos e seus respectivos quadros estão inseridos (MAINWARING, 1991; BRAGA, 2008), ou mesmo com classificação dos sistemas partidários baseada no número de partidos e no nível de polarização com diferenças substanciais no grau de institucionalização e, portanto, como a competição entre partidos que funcionam em contextos menos institucionalizados na América Latina (MAINWARING, 1999; MAINWARING e SCULLY, 1995; PANEBIANCO, 1988; 2005). Em conformidade com esse postulado, emergiram uma série de considerações segundo as quais o sistema político brasileiro tem beneficiado os partidos políticos, tornando-os imprescindíveis às disputas eleitorais, uma vez que, a lei eleitoral estabelece a regra basilar de que só se é possível disputar cargos políticos no Brasil se os aqueles que assim desejarem estiverem filiados a partidos políticos. Nosso trabalho não irá entrar nos pormenores dessa questão, mas será possível perceber ao longo do texto que segue que, apesar da inegável força dos partidos políticos, estamos falando de instituições cujas "fronteiras" são frágeis, e se é mesmo verdade de sua importância, é também verdadeiro o postulado de que os partidos são apêndices de seus "donos" e dirigentes. Ou seja, os partidos possuem força consagrada pelo sistema eleitoral, mas que o comanda controla também os quadros que disputarão as eleições, dentro de uma lógica na qual os partidos passam a se comportar como "filtros" em que os pretensos candidatos não representam os anseios da população que vai votar, mas dos interesses dos próprios partidos e de seus dirigentes (VIEIRA, 2013).

que determinavam o lugar dos aspirantes ao poder frente às clivagens políticas. Em suma, este capítulo demonstrou como as sucessivas transformações históricas, políticas e sociais recaíram

Capítulo 2

DA FAMÍLIA ÀS REDES POLÍTICAS EM SERGIPE: Mudanças e Continuidades na Gramática Política Local.

No capítulo anterior debatemos a gênese da atuação parlamentar no Brasil, os conflitos e dilemas vividos em torno da construção dessa atividade, bem como as bases que serviram para o recrutamento daqueles que foram designados deputados de Corte e, posteriormente, deputados gerais e deputados federais. Demonstramos, também, como a relação político-eleitor foi se alterando ao longo do tempo – primeiro no Império (1822-1889) e depois na Primeira República (1889-1930). A esse respeito, podemos dizer que se, por um lado, a legislação eleitoral trazia implicações sobre o modo como os pretensos políticos deveriam se portar frente aos pleitos, seja na filiação a partidos políticos ou mesmo na formação de alianças não institucionais (entre famílias, grupos e facções), por outro lado, as oligarquias conduziam os pleitos conforme sua vontade, fazendo com que partidos políticos e outras instituições não passassem de meros apêndices de seus interesses.

Com a independência do Brasil e a consequente construção de uma nova nação, houve uma movimentação das províncias no sentido de se aproximarem do governo central. No Império, as elites locais já manipulavam as eleições municipais e gozavam dos privilégios que isso lhes trazia (PEREIRA, 2016), o que se materializava a partir da ocupação de cargos de representação política, com destaque para aqueles que as colocavam mais próximas ao Imperador como, por exemplo, os de Ministros de Estado, de Senador e de Deputado Geral. Ao ocuparem esses postos, estas elites passaram a ter acesso direto a diferentes recursos materiais e simbólicos e, assim, a arregimentar uma base de apoio político que tinha como intuito não apenas responder às expectativas de suas bases, mas, e principalmente, de suas famílias, o que se sagrava como o cerne do *métier* político (GRAHAM, 1997; PEREIRA DE QUEIROZ, 2006; CARVALHO, 1996; 2008). Outrossim, com a República e com a consequente construção de uma nova ordem institucional na qual tais elites estavam submetidas (a exemplo da necessidade de estarem vinculados a partidos políticos), o alinhamento com o governo central (agora federal) passou a se dar a partir dos partidos políticos. A partir de então eram eles, os partidos, que determinavam o lugar dos aspirantes ao poder frente às clivagens políticas.

De maneira mais objetiva, este capítulo se insere na problemática mais geral da tese na medida em que fornece análises sobre as transformações pelas quais passou o *savoir-faire* parlamentar no Brasil, uma prática que foi da manutenção do poder de representação com base nas famílias e parentelas até a formação grupos de poder ligados por redes políticas cada vez mais extensas e diversificadas. Apesar de estar no bojo da relação político-eleitor, a busca dos congressistas pela maximização de suas chances de reeleição, ou mesmo de avançar na carreira legislativa, houve uma relativa diversificação das estratégias de manutenção desses mandatos. Seguindo nessa linha, objetiva-se aqui demonstrar como a transformação das relações sociais e também políticas no estado de Sergipe (com referência à região nordeste do Brasil) desenhou a passagem da política de base familiar para a política de redes (PEREIRA DE QUEIROZ, 2006; LEWIN, 1993). Mais precisamente, a passagem para uma prática política inserida na lógica da troca de favores de caráter clientelista e paternalista e do contato entre políticos e mediadores situados em todo o estado.

2.1 Família como categoria política

A existência de um sistema democrático subentende uma visão institucionalizada da política, que nega o caráter operatório dos laços familiares e de outras práticas consideradas "não democráticas". A animosidade em trazer para o debate a relação entre organizações não institucionais e a política se deve, em grande medida, a toda uma construção histórica e sociológica presente na literatura brasileira desde, pelo menos, *Raízes do Brasil (1936)*, de Sergio Buarque de Holanda, e *O Ideialismo da Constituição (1939)*, de Oliveira Viana. No entanto, os estudos que os seguiram os transformaram em referências rotinizadas e de menor importância. Prova disso é que os estudos brasileiros que se seguiram dedicados aos partidos políticos, e também a outras organizações tidas como institucionais, passaram a se utilizar de referências europeias que pouco diziam sobre nossa realidade. Melhor dizendo, se à época da feitura dos textos supracitados, o Brasil passava por um processo de modernização/industrialização e se os problemas sociais ficavam mais acentuados e complexos, os pensadores da política brasileira que os seguiram deram mais importância a classificar os partidos do que a refletir sobre os incômodos problemas levantados por aqueles que pensaram o Brasil da década de 1930. Com efeito, as relações entre parentesco e política foram relegadas à microssociologia e à antropologia, o que pode ser entendido como uma forma de proclamá-las como uma especificidade local ou mesmo como uma modalidade de prática política não realizável numa sociedade moderna.

Diferente disso, a ideia aqui não isola a família de outras instâncias da sociedade, mas perceber como diferentes instituições e espaços de socialização e de poder (partidos, poder legislativo, poder executivo, mídias e Tribunais de Contas, entre outros) operam como espaços privilegiados de determinadas famílias e parentelas e de entender como estas se utilizam de diferentes recursos (cultural, econômico, político) historicamente acumulados para manterem seu controle sobre o aparato estatal e sobre as suas bases de apoio político. Essa forma de conceber a família como espaço de poder e de socialização política é testada ao longo deste capítulo a partir da compreensão do recrutamento de parlamentares para o preenchimento da bancada sergipana na Câmara Federal no decorrer do tempo. Dessa forma, isso é feito através da identificação das estratégias utilizadas pelas famílias de políticos sergipanas, assim como pelo exame da importância da ocupação de postos de representação política para a manutenção do controle do Estado e para a consequente ampliação de um patrimônio político[93].

Ao considerar a família enquanto categoria de prática política, dotada de uma de cumplicidade não tão diferente do existente entre outros grupos sociais (associações profissionais, organizações religiosas entre outras), Cânedo (2002) reflete sobre a especificidade dos laços familiares em relação às demais relações que são mobilizadas na competição política. Para a autora, dado o risco que se circunscreve às disputas políticas, um envolvimento solitário torna ainda mais difícil a chance de sucesso.

Ao analisar o processo de transmissão do capital de origem familiar na França, Piçon e Piçon-charlot (2002) argumentam que a transmissão às gerações mais jovens dos capitais acumulados pela família é a condição de reprodução das posições dominantes do ponto de vista social. Para os autores, trata-se de diversos tipos de capitais em suas diferentes formas, de modo que a riqueza nunca é puramente econômica. Ainda segundo os autores, baseados nas condições analisadas na França do século XIX, além da fortuna material a antiga burguesia e a nobreza rica tiveram tempo de adquirir algum capital na área cultural, em suas relações sociais e na ordem do simbólico (por exemplo, todo o prestígio associado ao nome de uma linhagem, o que, por si só, constitui um inestimável capital). A combinação dessas diferentes formas de capital define a alta sociedade, fixa seus limites e, tendo sido transmitida, garante a permanência da presença das famílias nesse nível social. No decorrer das gerações,

[93] A forma como pensamos o patrimônio político está assentado no sentido dado por Abélès (1989), que compreende como a memória das posições políticas ocupadas por diferentes ascendentes, mas igualmente um elemento ideológico distintivo que se espera seja transmitido numa parentela.

tal permanência supõe um grande domínio das condições da socialização das crianças e adolescentes, assim como um controle eficaz da educação dos jovens futuros herdeiros.

Esses autores concebem a família como peças centrais no processo de acumulação, conservação e transmissão do capital econômico e das outras formas de capital que formam as grandes fortunas (SAINT-MARTIN, 1985; 1992; CORADINI, 1996; 2001; 2002; GRILL, 2008). De tal modo que, em contradição com o senso comum que vê nas classes dominantes um grupo mais propenso ao individualismo e ao culto da personalidade como realização particularmente acabada das potencialidades individuais, o indivíduo é denegado consideravelmente nessas estruturas familiares que, de forma natural, cultivam o sentido de coletivo. Para Piçon e Piçon-charlot (2002), a pessoa é, antes de tudo, o elo da linhagem, de uma cadeia dinástica que mantem sua supremacia em relação ao indivíduo, de modo que, "a importância do nome da família como emblema de excelência, que não poderia pertencer pessoalmente nenhum dos membros do gruo familiar, é reveladora dessa absorção do indivíduo em um conjunto que transcende e lhe fornece sua força"[94].

Tomando como pressupostos os apontamentos destacados pelos autores supracitados podemos dizer que as famílias mais importantes da província faziam uso de suas posições adquiridas de forma herdada para manterem-se nas posições. Isto posto, dentre os grupos familiares em Sergipe que estão ligados à esfera política, um dos que mais forneceu quadros para a política sergipana foi a família Rollemberg, levando em consideração os dados que foram coletados, reproduzindo-se nela desde meados do século XIX, sendo a famílias que mais foi romanceada em Sergipe, de acordo com o historiador Araújo (2002; 2007).

Seguindo essa lógica examinaremos as origens sociais da família Rollemberg, o início de suas relações com a política, aspectos sociais pautados nos padrões de escolarização, carreira profissional e de casamentos dos membros da família, bem como na preferência nas disputas por cargos eletivos, e as estratégias utilizadas por seus membros para se consagrarem socialmente e politicamente.

Os membros dessa família consagraram-se no cenário político desde o século XIX, através da ocupação de postos de representação política ou até mesmo de cargos públicos sem mandato. Ainda em nossos dias, não é difícil encontrar esse sobrenome entre os pretensos políticos que estão a disputar as eleições locais, ou até é possível observar a consagração social ou reconhecimento do grupo familiar, através de obras publicadas, homenagens, as

[94] Cf. PIÇON e PIÇON-CHARLOT, op. cit. p. 14.

mais diversas, a exemplo dos nomes de membros da família em obras públicas, como ruas, bairros, avenidas, escolas públicas e etc.

2.2 Família, parentela e clientelismo em Sergipe.

Após o advento da independência as oligarquias locais se organizaram no sentido de manterem suas posições (social e política) e, para isso, a proximidade com o governo central era imprescindível, uma vez que permitia vantagens por meio de recursos, notabilidade, cargos no aparato estatal, obtenção de favores do governo, crédito em bancos oficiais, moratória para suas dívidas, concessão de novas terras ou cargos públicos para si ou para membros de sua parentela. Ao se inserirem na elite política imperial, estes homens, que já eram bastante conhecidos e respeitados na província, ampliaram ainda mais as suas clientelas regionais frente ao "aumento de sua capacidade de fazer e encaminhar pedidos e de conceder favores aumentou muito o seu poder [...] dentro do mundo da política, eles passaram a ocupar um papel central (VARGAS, 2011)[95].

Se por um lado, a representação das oligarquias locais estava ligada à circulação de suas elites, por outro lado, a partir do segundo reinado observamos que o Estado brasileiro – através das redes que se estruturavam a partir do Imperador – suplantou qualquer tipo de dissidência local cooptando membros das oligarquias locais para a estrutura do estado (SODRÉ, 1998). Ainda para Sodré (1998), a cooptação dessas oligarquias representava uma das principais "bandeiras" do governo imperial que queria chegar aos mais distantes locais onde – no geral – sua autoridade chegava enfraquecida, "obscurecida pelas autoridades locais, mais fortes pela ação direta e pela reunião, em poucas e fortes mãos, de uma força decisiva no tabuleiro das necessidades e na configuração dos moldes institucionais"[96].

Com efeito, a ocupação de postos de representação política estava pautado numa dupla assertiva: de um lado significava, às elites locais, o acesso aos recursos advindos do aparato estatal, permitindo a supremacia destas à tocante manutenção das relações clientelares em suas bases políticas; por outro lado, significa a possibilidade de o governo central cooptar essas mesmas elites a fim de diminuir os focos de resistência provinciais, algumas das quais provenientes ainda do período regencial[97].

---

[95] Cf. VARGAS, op. cit., p. 31.
[96] Cf. SODRÉ, op. cit. p. 162-163.
[97] O período regencial teve como uma de suas características vários movimentos de oposição ao governo central, entre os quais se destaca a Balaiada, a Sabinada, a Revolta dos Malês, a Farroupilha entre outras.

Os políticos que ocupavam altos cargos na Corte, independente da província que representavam, não dirigiam apenas os negócios da nação. A expectativa dos seus familiares, de suas clientelas, de seus eleitores e aliados políticos possuía um peso igual ou maior do que as suas obrigações para com o governo imperial (GRAHAM, 1997; RODRIGUES, 2006; VARGAS, 2011).

Nesse aspecto, em se tratando das famílias tidas como elites é possível dizer que, apesar de sua posição (social, econômica e política), os mais jovens sobreviviam graças a seus vencimentos no serviço público. Para eles, o cargo público não era apenas um serviço se compararmos aos políticos ingleses, ou para os políticos profissionais (CARVALHO, 2008). Muitos filhos de fazendeiros viviam para a política, mas também da política para tomarmos de empréstimo um termo weberiano. Ao analisar a evolução histórica e também social da medicina durante a segunda metade do século XIX, Petrarca (2017) nos fornece, a partir do caso de Sergipe, importantes informações sobre as formas como política e profissão se intersectam a partir de grupos familiares e de relações parentais. Esse artigo revela como fatores externos ao profissional – no caso a medicina – contribuíam para a entrada dos bacharéis em espaços de poder e de cargos oriundos do aparato estatal. Segundo a autora, dentro de um contexto no qual a medicina clínica era vista como um ofício secundário e não desfrutava de prestígio social e valorização profissional num mercado privado de cura, cujas enfermidades eram vistas como problemas políticos e como tal exigiam a intervenção do estado, as vinculações destes médicos com a elite política local lhes oportunizava o acesso a postos de trabalho, passando a exercer uma medicina pública e política, seja na ocupação de cargos de saúde e higiene, seja na forma de cargos políticos eletivos (deputado, senador e presidente de província, no caso). O texto de Petrarca (2017) transita entre outros tantos que estabelecem diálogo entre bacharelismo e oligarquia agrária (HOLANDA, 2016; FREYRE, 2003; CARVALHO, 2008), a novidade está na forma como a autora concebe o lugar do sistema de parentela na organização social e política da época. Segundo a autora:

> a ‘política de parentela’ que emerge desse sistema representa a força desses chefes políticos locais e seus aliados nos agrupamentos políticos e sua influência nas demais esferas da vida social [...] as alianças constituídas eram múltiplas e, em geral, envolviam desde parentes consanguíneos e parentes por afinidades a aliados políticos e laços de compadrio. Isso resultou numa fórmula bastante conhecida: ‘*parentes + afins*’[98].

Diante disso, coadunando os pontos de intersecção entre os textos de Carvalho (2008) e Petrarca (2017), é possível dizer que a ocupação de cargos públicos estava em acordo com a

[98] Cf. PETRARCA, op. cit. p. 92 - *grifo nosso.*

posição que o sujeito e/ou mesmo sua família e parentela ocupava dentro da estrutura de poder da época. Além disso, pensando na relação profissão e política, sem o acesso aos postos políticos (eletivos ou não) os bacharéis – e pensando aqui em outras profissões que usavam de *expertise* para terem acesso à cargos – pouco podiam fazer e, consequentemente, seu reconhecimento e prestígio social – e também de sua família – não era acessado.

A província de Sergipe não enviou representantes às Cortes Gerais, enquanto províncias como Minas Gerais, Paraná e Cisplatina não o fizeram como forma de protesto em relação ao caráter ainda colonizador imposto por Portugal, a província sergipana se inseria noutra modalidade de impedimento, à saber, ainda estava vinculada a Bahia e, portanto, não podia enviar representantes.

Sergipe é um Estado do nordeste brasileiro[99], se situa próximo a linha do Equador, o que torna a sua temperatura relativamente elevada durante boa parte do ano (médias térmicas anuais de 24º a 26º). A depender da região, seu clima caracteriza-se como úmido, semiúmido ou semiárido. Limita-se ao norte com o Estado de Alagoas, ao leste com o Oceano Atlântico e ao sul e oeste com a Bahia, estado ao qual a sua história está profundamente vinculada. Antes de ser Estado, foi capitania e província, segundo a própria evolução da história do país. No Brasil-colônia, as suas terras integravam a capitania da Bahia, só se transformando em capitania em 1589, com a fundação do arraial de São Cristóvão. Surgiu assim "Sergipe d'El-Rei-" (pertencia diretamente ao rei de Portugal), que ensejava usar o território como fortaleza contra piratas estrangeiros e avanços dos índios que, porventura, viessem do interior. Entre 1763 e 1820, voltou a ser anexada a Bahia, até que D. João VI, por meio de decreto real, tornou Sergipe independente. Após a independência do Brasil, foi transformada em província (1822) e em 1889 passou a ser Estado.

Tal como em outras províncias, o latifúndio[100] era uma das principais fontes de poder da classe dominante e a posse de terra funcionava como um artificio na estruturação do controle social, desde os órgãos de repressão às agências estatais que favorecem o clientelismo; aos organismos de difusão ideológica da sociedade civil, inclusive na vida política. Pensando a história de Sergipe a partir do ponto de vista econômico, vamos nos deparar com ciclos que ora coexistiam, ora desapareciam em detrimento do fortalecimento de outro. A primeira atividade econômica foi – tal como em outras partes da colônia – a extração

[99] Embora comum entre os historiadores do século XIX, o conceito de "Nordeste" tal como concebemos hoje não existia. Não se usava a expressão, por exemplo, o termo "província nordestina", nem tampouco "Nordeste". Durante o Império a divisão regional era mais simples: havia apenas Norte e Sul. A definição de "Nordeste" foi elaborada no século XX.

[100] Ver a importância do latifúndio enquanto meio de estruturação do poder provincial em Graham (1997), Carvalho (1966; 2008).

de pau-brasil; a pecuária também exerceu destaque, sobretudo durante o século XVII, resultante da expansão dessa atividade econômica e da dependência com a província vizinha (a Bahia) que vivia desde o século XVI franca expansão dessa atividade econômica. A criação de gado foi predominante na capitania de Sergipe d'El Rei, de modo que suas terras recebiam denominações dela derivadas como por exemplo: Divina Pastora, Campo do Brito, Estância, Campos, Curral das Pedras e entre outras (BEZERRA, 1986).

Apesar da importância dos demais ciclos econômicos, o destaque recai mesmo sob a produção açucareira, conforme nos é esclarecido nos estudos de Passos Sobrinho (1987), que se assenta numa análise da produção latifundiária sergipana durante os séculos XIX e XX. Para o autor, a produção açucareira era a principal fonte de riqueza provincial, e seu início está diretamente ligado a expansão dessa monocultura para além do recôncavo baiano. A expansão foi pungente, exemplo disso, em 1724, existiam 25 engenhos em Sergipe, em 1802, já se somavam 140 e em 1854 já eram 665 engenhos (ver Tabela 7).

O panorama socioeconômico de Sergipe, nas primeiras décadas do período oitocentista, era o seguinte: a capitania contava com uma cidade, a capital, sete vilas – Santa Luzia, Thomar, Propriá, Lagarto, Itabaiana, Santo Amaro e Vila Nova; quatro povoações – Laranjeiras, Pacatuba, Japaratuba e São Pedro (antigas missões). Sua população era de 55.600 habitantes, sendo 13.217 brancos, 20.849 pardos, 1.641 índios e 19.893 negros[101].

A aristocracia sergipana é, geralmente, identificada com os senhores de engenho. Apresenta-se, porém, bem modesta quando comparada às de outras províncias açucareiras do Nordeste, em que as suas propriedades rurais não se assemelham em extensão territorial, menores em consequência da pequena área que constituía a Província, nela existindo no final do Império, 840 engenhos. De acordo com o levantamento feito por Passos Sobrinho (1987), baseado na pesquisa no arquivo público do Estado de Sergipe (APES), mais precisamente nos arquivos referentes as Câmaras Municipais (pacote 45)[102], em 1854 haviam 665 Engenhos de açúcar; 129 alambiques; 566 fazendas de gado e aproximadamente 640 sítios[103], divididos conforme tabela abaixo:

Tabela 7
Província de Sergipe – 1854 (estabelecimentos rurais)

Município	**Engenhos de açúcar**	**Alambiques**	**Fazenda de Gado**	**Sítios**
Santa Luzia	36	12	2	20
Estância	51	36	36	80

[101] Cf. PASSOS SOBRINHO, op. cit. p. 20.
[102] As informações sobre a fonte acessada podem ser encontradas na própria obra do autor.
[103] Quanto ao número de sítios havia apenas uma estimativa.

Espírito Santo	24	12	0	200
Campos	1	0	50	1
Itabaianinha	45	17	25	50
Lagarto	18	5	143	-
Simão Dias	2	0	44	Inúmeros
São Cristóvão	45	11	12	205
Socorro	20	1	3	56
Divina Pastora	61	3	0	40
Laranjeiras	64	16	0	Inúmeros
Rosário	50	10	0	100
Capela	129	11	34	Inúmeros
Maruim	17	4	0	40
Santo Amaro	10	1	8	46
Itabaiana	36	7	103	-
Vila Nova	36	9	54	4
Propriá	20	4	50	-
Total	665	129	566	-

Fonte: PASSOS SOBRINHO, Josué Modesto dos. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju, UFS, Programa editorial UFS, 1987.

Como pode ser constatado na Tabela 7, o cultivo de cana de açúcar havia se espalhado praticante por toda a província. Entretanto, uma área se destacava como centro produtor: a bacia do Cotinguiba, que compreendia os municípios de Capela, Laranjeiras, Divina Pastora, Rosário, Santo Amaro, Maruim, Socorro e Itabaiana, perfazendo, à época, um total de 389 engenhos. Ainda segundo Passos Sobrinho (1987), "os engenhos do Cotinguiba eram mais produtivos, pois as condições naturais de solos, formados por uma associação de argila, calcário, húmus e minerais, resultando no solo de massapê, o mais propício à cultura canavieira"[104]. Isso explica o fato de estar localizada nessa região 3/4 de toda produção de açúcar da província. Conforme veremos mais adiante, a concentração de engenho não era a única particularidade dessa região, assim como destacada por autores como Graham (1997) e Carvalho (2008), o poder político das elites regionais derivava do latifúndio, assim, é significativo o fato de ter sido também nessa região o cerne onde se formariam os principais troncos políticos e familiares da província.

Conforme sugere Passos Sobrinho (1987), a produção do açúcar exige um volume inicial de dinheiro considerável, destinado à compra de equipamentos, construção de prédios, e a compra de animais e escravos. O autor não via, ou ao menos não encontrou informações que sugerissem, que os criadores e lavradores sergipanos do século XVII dispusessem de volume de recursos monetário compatível. A hipótese do autor é a de que a proximidade com Salvador – principal centro comercial da região – e, consequentemente, com inúmeras casas

[104] Cf. PASSOS SOBRINHO, op. cit. p. 21-22.

comerciais, somado à proximidade dos senhores de engenho sergipano com o comércio baiano, fez com que se oportunizasse financiamentos concedidos pelas casas comerciais baianas aos proprietários sergipanos.

Outra importante fonte para esse debate é Dantas (1980), que destoa da hipótese de Passos Sobrinho (1987), ao menos em relação à origem dos recursos para a construção do sistema de cultivo e escoamento da cana de açúcar. Para esse autor, a ocupação das regiões mais propensas ao cultivo da cana de açúcar se deu por meio de ciclos migratórios de diferentes lugares, principalmente, Bahia e Pernambuco, e das disputas por sesmarias[105]. Ainda para o autor, a ocupação teve por base de organização a unidade familiar, como pode ser observado nas famílias que se fixam em várias regiões da província. É esse o caso dos Egas e Muniz Barreto e Rosa Maria de Sá, que fixaram no engenho Dranga, na vila de Itabaiana, enquanto Estácio Muniz Barreto e Francisca Xavier de San José instalaram-se no engenho Porteira, na Vila de Santo Amaro das Brotas. Essas famílias formariam os dois grandes troncos que se espalhariam nos engenhos do Cotinguiba, multiplicando-os em propriedades de 400 e 700 tarefas, de acordo com o número de filhos. Aparecem, assim, os Muniz Barreto, os Teles Barreto, os Prado Pimentel, os Azevedo Sá, os Faro, os Acioly, os Meneses Barreto, os Meneses, os Meneses Sobral e os Prado Trindade, que faziam os grandes ramos das famílias da Porteira e do Dranga. Diante disso, corrobora com a tese desse autor relatos de Sebrão Sobrinho (1954) que, ao descrever a cidade de Maruim a concebe como "uma cidade cosmopolita, sede de vice-consulados de Hamburgo, da Suécia e da Noruega, possuindo uma '*sociedade de estrangeiros*' rica, composta de alemães, ingleses, franceses, italianos, espanhóis e portugueses"[106].

Já os Dias Coelho e Melo, de Itaporanga, formam uma família importante, sediados no engenho Colégio, depois Escurial, respectivamente, do Barão de Itaporanga e do Barão de Estância (ver anexo 8), que se uniram, por laços matrimoniais, com o Comendador Boto[107], com José de Faro Rollemberg e Gonçalo de Faro Rollemberg. Outro tronco importante

[105] Segundo Nozoe (2006) o sistema de sesmarias teria sido uma adaptação de uma estratégia utilizada pelos portugueses ainda no século XIV. Utilizado para estimular a agricultura em Portugal, mediante a necessidade de produção com guisa à satisfação de demandas e soluções práticas ao que se apresentava como impeditivo ao crescimento português. Sua aplicação no território colonial brasileiro, não obstante as reiteradas tentativas de adaptação às condições locais, resultou no uso mais ou menos generalizado da posse como recurso de acesso a terra, que culminou, por sua vez, com a suspensão das concessões de terras em sesmarias, em 1822. O caráter político da concessão de datas, não sendo meramente territorial. A partir da perspectiva de que o conflito era estruturante e instrumento de reiteração de força e poder da Coroa, as sesmarias funcionaram também como forma de submissão.

[106] Cf. SOBRINHO, op. cit. p. 119 – *grifo nosso*.

[107] Segundo Oliveira Vianna (1999), os Boto constituíram a primeira oligarquia brasileira, cuja ascensão resulta das alianças com base nas relações familiares, manifesta, por exemplo, pelos laços matrimoniais, e também políticos, observados na ocupação de postos de representação política.

começa com o capitão-mor Guilherme José Nabuco de Araújo, um ramo procedente da Bahia, os Nabuco de Araújo. Ainda dessa região sul da Província, mais precisamente a Vila de Estância, aparecem os Silveira, representados por Manuel Fernandes da Silva e Monsenhor Silveira, que são apresentados por Dantas (1980) como "o primeiro presidente da Província, depois da Independência, e o segundo fundador da imprensa sergipana, deputado geral e figura de grande talento"[108]. Já de Lagarto, surgem os Martins Fontes, capitão-mor, deputado provincial e deputado geral. Os Rabelo Leite fixaram-se no engenho Tartaruga, em Laranjeiras, vindo de Penedo/AL.

Do engenho Comandaroba saíram os Freitas Garcez, oriundos de São Paulo, uma família de origem espanhola que se estendera pela Província; Barros Pimentel, capitão-mor e figura importante nas lutas da Independência, os Meneses Sobral, cujo representante, o Cônego[109] José Francisco, foi deputado provincial e participou da Independência. Era comum o assassinato de membros dessas famílias, normalmente resultantes de conflitos familiares ou políticos. É o caso do capitão-mor José de Barros Pimentel, tendo sido o comendador Boto acusado de mandate. Os Oliveira Ribeiro, de Brejo e Varzinha, em Laranjeiras, cuja figura maior foi o ministro do Supremo Tribunal Federal, Pedro Antônio Oliveira Ribeiro, depois de desembargador em São Paulo. Os Costa Carvalho, da Vila de Santa Luzia, e os Carvalho de Simão Dias pertencem às famílias de destaque da sociedade local, tanto na Província quanto na República. Os Araújo Maciel, outro ramo procedente do Norte, que crescera na região do Rosário do Catete e alcançaram posição de destaque na economia açucareira e na política do Império e da República.

Segundo Sodré (1998), a formação das oligarquias teve no Brasil uma origem natural e lógica, provindo da extensão da terra e dos meios e processos de que fora preciso lançar mão para atingir um nível de produção que mantivesse os homens presos ao solo. É no segundo reinado que se inaugura um tipo de política de clãs perfeitamente sólida e delineada em toda a sua estrutura. O poder desses clãs advinha não apenas das relações parentais e familiares, como também da posse de terras, bem como da sua produção, do seu sistema de emprego e da expansão geográfica. As oligarquias locais passaram a ter a sua representação nos quadros

[108] Cf. DANTAS, op. cit. p. 31.
[109] Segundo o dicionário, Cônego é um padre secular pertencente a um cabido, a uma colegiada ou a certas basílicas, que segue uma regra e por vezes goza de um benefício eclesiástico.

políticos do regime, em que indicavam a força das suas propriedades, a riqueza das suas terras e o número de acompanhantes que constituíam quase o *arriére band* do patriarca[110].

Não é mero acaso que as principais famílias, as que detinham os maiores volumes de riquezas, também eram as que figuravam na esfera política local e nacional. Conforme pode ser observado no relato de Sodré (1998):

> O parlamentarismo imperial vai receber em seu seio os representantes dessa aristocracia rural, desses senhores da terra, dessas oligarquias regionais. São os filhos doutores, educados em Coimbra ou viajados pela Inglaterra, que vêm ao Rio de Janeiro, à corte, falar em nome de seus interesses, legislar de acordo com o ambiente em que se criaram. Muitos desses desgarram, por força da educação. Ficam urbanos, citadinos, ficam letrados. Os exemplos são numerosos e a citação nominal seria extensa. O mais conhecido deles pode ser apontado sem a mínima dúvida. Foi Joaquim Nabuco. Nabuco representou, como tão fielmente assinalou Graça Aranha, no paralelo entre ele e Machado de Assis, o letrado puro, o indivíduo da *urbs*, o filho da cidade – representou, nessa fase de regressão ao litoral, na sua cultura adventícia, na sua ânsia de escapar á influencias da terra, de se tornar superior, de se fazer pessoalmente autônomo, o caso frisante da passagem de quadros, do quadro agrário, a que pertencia, para a elite letrada, em que ingressou e na qual representou papel de inconfundível relevo (SODRÉ, 1998, p. 166 – *grifo do original*).

A formação desses clãs funciona como a única força organizada que o país possuía, e cuja organização se processa nos três séculos de domínio português, na longa fase colonial, era a do senhor de terras. Os representantes das oligarquias ficavam em sua maior parte, entretanto, fiéis ao espírito que os gerara, ao meio em que se haviam feito e regressavam aos seus engenhos, nos intervalos dos trabalhos legislativos. Demonstravam-se, também, fieis aos seus engenhos e traziam traços de suas linhagens.

Desse modo, colabora com essa hipótese textos como o de Albuquerque (2002) que, ao analisar os aspectos do baronato sergipano, observa que a concessão de títulos de nobreza na província esteve inserida nas vicissitudes do relacionamento entre Governo Imperial e aristocracia local. De acordo com o autor, a distribuição de títulos nobiliárquicos estreitava a ligação da realeza com a elite provincial, apresentando-se como uma estratégia do Império para cooptar a aristocracia local. Nas palavras do autor:

> A concessão de títulos de nobreza em Sergipe esteve inserida nas vicissitudes do relacionamento entre Governo Imperial e aristocracia desde 1840 até o final do Império. A distribuição de títulos nobiliárquicos estreitava a ligação da realeza com a elite provincial, apresentando-se como uma estratégia do Império para cooptar a aristocracia [...] Como já destacamos, em oposição ao avô e ao pai que insistiram nos títulos mais elevados, D. Pedro II criou a hegemonia do baronato sem grandeza

[110] Se no uso mais comum dessa expressão dentro de seu contexto histórico da Europa medieval trazia em seu bojo a ideia de defesa e guerra; no contexto local brasileiro uso esse mesmo termo como indicador de fins eleitoreiros, para a contagem dos votos, e do prestígio que advém da soma de riqueza que representava.

> (título mais baixo da hierarquia nobiliárquica). Entre os titulados sergipanos residentes na Província figuram apenas barões. Três deles, no entanto, ostentaram a mercê de Barão com grandeza eram eles: João Gomes de Mello (Barão de Maruim), José da Trindade Prado (Barão de Propriá) e Antônio Dias Coelho e Mello (Barão de Estância) (ALBURQUERQUE, 2002, p.112).

Apesar de Albuquerque (2002) ter percebido que os títulos de nobreza estreitavam as relações com o governo central, este desconsidera o fato de que antecede essa aproximação a ocupação de postos de representação política em praticamente todos os 13 casos de sergipanos agraciados por títulos nobiliárquicos durante o período imperial. Em outras palavras, se no plano nacional a concessão dos mais de 1.439 títulos de nobreza estava em posse dos grandes proprietários rurais ou mesmo pela posição que ocupavam dentro da esfera militar como no caso do Rio Grande do Sul (VARGAS, 2011), o baronato sergipano subverteu esse modelo, visto que, quase em sua totalidade, os que receberam títulos de nobreza figuravam na elite política local.

Portanto, é possível dizer que havia, em comum, entre todos estes agraciados por títulos de nobreza e/ou patentes militares advindos da Guarda Nacional, não apenas a posse de terra, como também a participação ativa na política eleitoral, sobretudo, de postos como Deputado Geral e Senadores. Dos engenhos mais imponentes saiam não apenas políticos, mas também médicos, bacharéis, a elite letrada, alguns dos quais começavam a substituir, na representação política da Província, seus pais e parentes que os haviam encaminhado às escolas superiores de Medicina da Europa e da Bahia; e de direito de Recife e São Paulo. Entre eles, destacam-se José de Barros Pimentel formado em 1841, em Medicina em Paris, e Sebastião Gaspar Almeida Botto, que se elegeu deputado para a Câmara do Império na legislatura 1843/1844, em que por mais de quatro mandatos representou a Província.

Nunes (2006) nos lembra que a ocupação de cargos políticos não se tratava meramente de um interesse das elites provinciais, mas também da imbricação de fatores externos, a exemplo do interesse do governo de centralizar o poder, compensando através da concessão de títulos nobiliárquicos e condecorações à lealdade das elites políticas provinciais. Decerto, o governo central considerava que "a nobreza representava um *status* sociais que transformava seus membros em indivíduos com determinados privilégios e regalias, que os distinguia do resto da sociedade"[111]. Ainda segundo a autora, em Sergipe, essas compensações surgiram a partir de 1848 com o agraciamento do título de Barão de Maruim a João Gomes de Melo, proprietário de engenho, seguido em 1849 por Bento de Melo Pereira, como Barão da Cotinguiba. Em 14 de março de 1860, após passagem de Pedro II por Sergipe, em

[111] Cf. NUNES, op. cit. p. 50 – *grifo do original.*

comemoração ao aniversário da Imperatriz, foi também dado ao Coronel Domingos Dias Coelho e Melo o título de Barão de Itaporanga, ao Coronel José da Trindade Prado, Barão de Propriá e Gonçalo Accioli de Faro Rollemberg, o título de Barão de Japaratuba. Já em 1872 recebiam os títulos de Barão de Aracaju, José Inácio Accioli do Prado, de Barão de Laranjeiras a Felisberto de Oliveira Freire e de Barão de Itabaiana a Leopoldo de Araújo Nabuco[112].

Muitas dessas famílias dominavam as diferentes regiões da província a partir da formação de verdadeiros feudos, cuja base de poder estava na posse da terra e em sua capacidade de coerção. Não são raros os casos de famílias com raízes ainda no período colonial e que ainda hoje figuram na cena política local, sendo a família Rollemberg um bom exemplo disso. Essa família provém do militar holandês Manuel Rollemberg, que desertou do Exército do general Sigismundo Von Schkoppe, na época do domínio holandês, refugiando-se no interior de Alagoas e Sergipe, vindo por fim a fixar-se em Japaratuba como senhor de engenho[113]. O seu filho do mesmo nome casou-se com a filha de Gonçalo Paes de Azevedo Faro, do engenho Várzea. Assim, entrelaçando-se os troncos das maiores famílias provinciais, formou um ramo importante de origem europeia, João Batista Figueiredo, do engenho de Bandoleira, de Capela, de origem portuguesa, com doze filhos, constituiu uma imensa família que povoa os municípios da região de Capela, Aquidabã, Muribeca, Nossa Senhora das Dores e outros (ver organograma 3).

2.3 Esboço genealógico da família Rollemberg e a política de parentela em Sergipe

Da mesma maneira que ocorre com muitas famílias tradicionais em quase todo o Brasil, a "formação" da família Rollemberg está vinculada às suas raízes em terras sergipanas desde o século XVIII, com Manuel Rollemberg (nascido em 1713) (ARAÚJO, 2002). Há ainda quem especule que a presença dos Rollemberg em Sergipe tenha ocorrido no final do século XVI, com a chegada à Bahia em 1597, de D. Ana do Prado Rollemberg, que estabeleceu laços matrimoniais com o português Maurício Vieira Dantas.

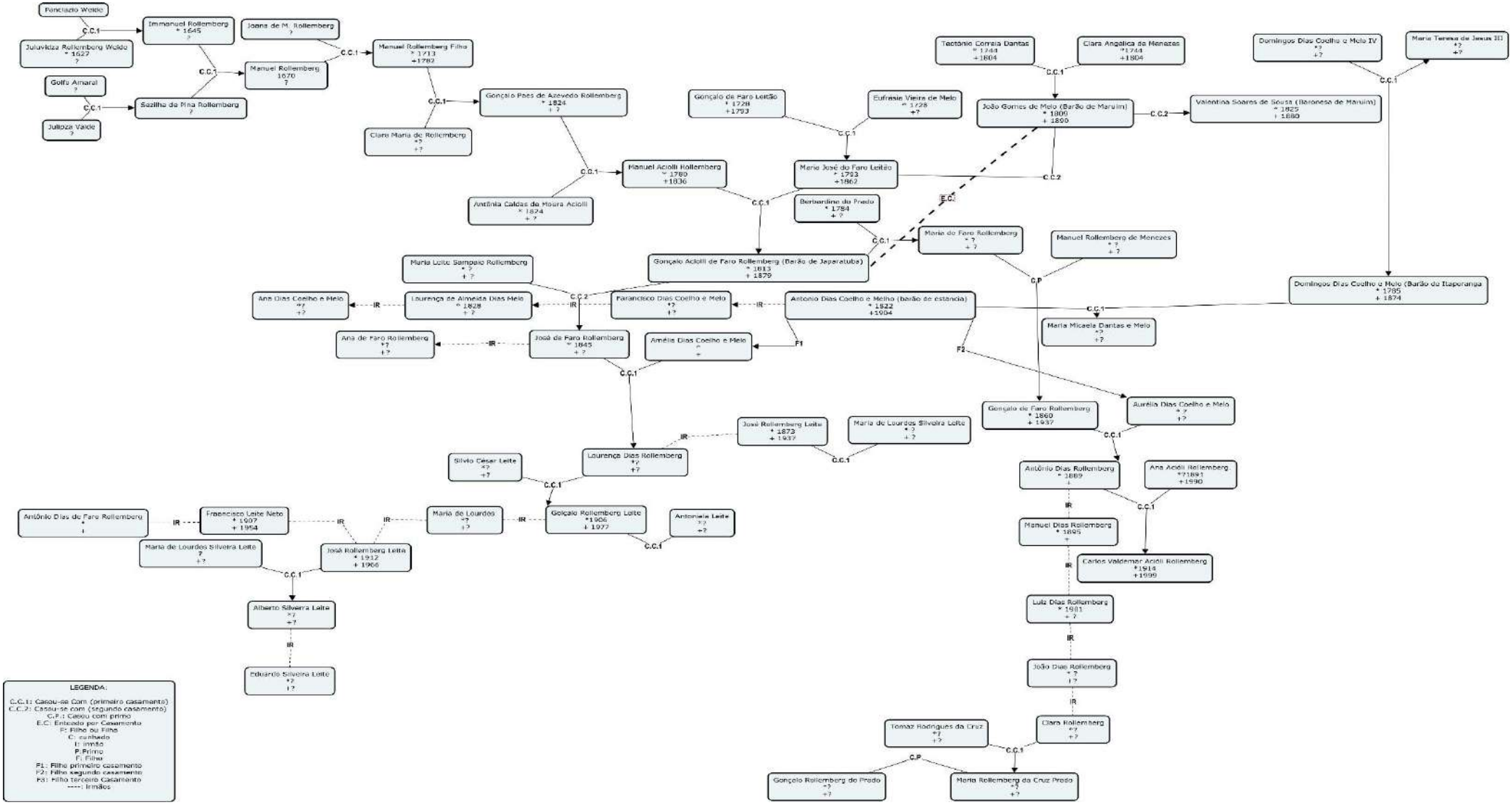
---

[112] Para um maior aprofundamento acerca da genealogia do baronato sergipano sugiro a leitura de Sebrão Sobrinho (1954), o qual faz uma importante genealogia dos principais políticos sergipano, demonstrando a ligação entre o baronato local e a origem lusitana e europeia.

[113] Não entraremos aqui num debate mais sistemático acerca da origem dessa família. Para maiores esclarecimentos sugiro a leitura do texto de Luiz Carlos Rollemberg Dantas, cuja tese vai de encontro com a apresentada por Dantas (1980) e outros autores. Com efeito, ao estudar a origem da família Rollemberg e sua influência nas terras de Sergipe desde o século XVI Luiz Carlos Rollemberg Dantas refuta a tese de origem Batava, sustentando a hipótese de origem prussiana da família Rollemberg. Para maiores esclarecimentos a respeito ver Dantas (1960).

As fontes indicam que a família Rollemberg é de descendência prussiana, todavia, aparentam uma confusão quanto às suas raízes no que se refere aos primeiros Rollemberg em Sergipe. O que se sabe é que o nome da família foi conservado originalmente por linha materna (ROLLEMBERG DANTAS, 1960). Para efeito do presente trabalho, considerar-se-á o ramo da família que se firmou no vale do Japaratuba, no tradicional engenho da família, engenho Tôpo, um dos mais importantes produtores de açúcar em Sergipe no século XIX, conforme constata Passos Sobrinho (1987). O engenho foi residência do Barão de Japaratuba, Gonçalo Accioli de Faro Rollemberg (1819-1874), filho do destacado produtor de cana-de-açúcar, Manuel Accioli Rollemberg Azevedo (1780), dono de outro engenho Murta (Capela), pertencente à família desde o século XVIII, e filho de Gonçalo Rollemberg Paes Azevedo e Antônia Rollemberg Moura Accioli, os quais tiveram uma filha, Maria Accioli de Faro Rollemberg. Gonçalo de Faro Rollemberg teve dois casamentos, o primeiro com Bernadina do Prado, gerando dois filhos – José de faro Rollemberg (1845-1889) e Maria de Faro Rollemberg, o segundo casamento foi com Maria Leite Sampaio, gerando Ana de Faro Rollemberg. Interessa-nos, mais ainda a linhagem proveniente de seu primeiro matrimônio que, como será mostrado mais adiante, servirá de esteio para a relação dessa família com a política.

Organograma 3: Família Rollemberg (1627-1995)



Fonte: MYHERITAGE; GENI; Elaboração Própria

A respeito dos políticos originários da família Rollemberg, considerando aqueles que tiveram maior destaque no espaço político, chegamos a uma lista de treze pessoas (Conforme observado na Tabela 9). A idade média de entrada desses indivíduos na política é de aproximadamente 30 anos (28,8 anos). O mais velho a entrar na política foi José de Faro Rollemberg, por volta dos 40 anos, idade comum entre os políticos nascidos antes de 1868, que atingiram a maturidade antes da queda do Império (LOVE & BARICKMAN, 2006). Em se tratando especificamente de José de Faro Rollemberg, penso que sua entrada tardia na atividade política se deve à percepção dele em considerar essa atividade (política) como uma segunda opção ocupacional, ou ainda, em função de seu prestígio social, por ser filho do Barão de Japaratuba, e comandante superior da Guarda Nacional, culminando inevitavelmente na sua entrada na política (ver Organograma 4). Todavia, há exceções na idade média de entrada na política antes da queda do Império, como no caso de Gonçalo de Faro Rollemberg, o mais jovem da família a entrar na política, aos 21 anos, idade em que se formou em Medicina.

A entrada na política eletiva ocorreu, na maior parte dos casos considerados, por meio do cargo de Deputado Estadual, ou seu correspondente na época do Império, deputado provincial. Dos treze casos considerados, oito tiveram na deputação estadual (ou provincial) sua entrada na atividade política eleitoral, tornando-se a maior incidência de cargos eletivos entre os membros, com o primeiro deputado ocupando o cargo em 1881, e o último em 1979.

A ocupação do posto de deputado federal está presente no perfil de seis indivíduos, com o primeiro caso em 1915, e o último em 1987, sendo que em três casos a ocupação de deputado federal[114] foi o único cargo eletivo exercido, já em outros dois casos não foi possível obter informações a respeito da ocupação em outros cargos eletivos. Entre os demais cargos, encontramos uma frequência de cinco membros que ocuparam o posto de Senador, com a primeira incidência em 1918 e a última em 1995; três ocuparam o posto de chefe executivo do Estado (ou Província) nos anos de 1885, 1894, 1975; e por fim, o cargo de prefeito apareceu apenas uma vez, no ano de 1979.

Importante ponderar que em vários casos que foram considerados, a carreira política se deu através da ocupação de mais de um tipo de mandato, fato que corrobora para um número relativamente maior de cargos em relação ao número de sujeitos aqui considerado. É o caso de Francisco Leite Neto, identificado na Tabela 9 como membro da quarta geração de políticos, nasceu em 14 de março de 1907, na cidade de Riachuelo (SE), e faleceu no Rio de

[114] O correspondente a esse posto durante o Império era chamado de Deputado Geral.

Janeiro, em pleno exercício do mandato no Senado Federal, no dia 10 de dezembro de 1964. Foi deputado estadual, Secretário Geral de Governo, Senador da República e Interventor Federal (ver tabela 8).

Tabela 8:
Carreira Política de Francisco Leite Neto

Tipo de Mandato	Base eleitoral	Início	Término
Deputado Estadual – SE	Riachuelo e região Cotinguiba	1935	1937
Interventor do Estado	Riachuelo e região Cotinguiba	1945	-
Deputado Federal – SE	Riachuelo e região Cotinguiba	1946	1951
Deputado Federal – SE	Riachuelo e região Cotinguiba	1951	1955
Deputado Federal – SE	Riachuelo e região Cotinguiba	1959	1963
Senador – SE	Riachuelo e região Cotinguiba	1963	1964

Fonte: Secretária-geral da Mesa, Coordenação de Arquivo e Coordenação de Biblioteca[115].

Portanto, a partir dos casos apresentados e disponibilizados na Tabela 9, esse grupo familiar era composto por homens de meia-idade, que iniciavam as suas vidas políticas em posições locais, mas concentravam as suas carreiras políticas em posições federais. Apesar da escassez de dados mais precisos, eles passaram em média 30 anos na política, com variações bem grandes, em que alguns chegaram a passar aproximadamente 45 anos na política (Gonçalo Rollemberg), enquanto outros ficaram 17 anos (Armando Leite Rollemberg), incluindo nessas contagens as eventuais interrupções.

A conexão da família Rollemberg com a política está relacionado a vários fatores, entre os quais a posse de considerável volume de capital econômico, proveniente tanto da produção da cana de açúcar, de sua relação com o governo central, manifesto na posse de títulos nobiliárquicos e na distribuição de patentes militares[116], após a criação da guarda nacional (ver anexo 5), assim como os laços matrimoniais, ora feito entre membros da mesma família, ora entre membros de famílias igualmente prestigiosas.

Entre os membros dessa família, destacamos Gonçalo Accioli de Faro Rollemberg, não apenas pela fortuna acumulada ou pelo título de Barão de Japaratuba, mas como referência para entendermos a gênese da entrada dessa família na política local e nacional. Conforme podemos observar no Organograma 4, é dele que partem as duas principais ramificações que mais tarde servirá de esteio para a formação de uma família de políticos: a

[115] Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1690, visualizado em 25-11-2019.
[116] Como veremos mais adiante, a distribuição de patentes de conotação militar estava condicionada ao prestígio com que alguns sujeitos gozavam durante o Império e na primeira República.

primeira através de seu filho, José de Faro Rollemberg (1ª Geração); e a segunda através de seu neto, Gonçalo de Faro Rollemberg (2ª Geração).

Filho de Manuel Accioli Rollemberg, um dos principais produtores de cana-de-açúcar no século XIX, senhor do Engenho "Flor de Murta", Gonçalo Accioli de Faro Rollemberg casou-se duas vezes: primeiro com Bernadina do Prado, e depois com Maria Leite Sampaio[117]. Teve seis filhos, três do primeiro matrimônio: José de Faro Rollemberg, Ana de Faro Rollemberg e Maria de Faro Rollemberg (Maria do Topo); e três do segundo matrimônio: Manuel Leite Sampaio Rollemberg, José Machado de Faro Rollemberg e João Machado de Faro Rollemberg, sendo esse último membro da segunda geração de políticos da família. Nesse aspecto, em se tratando do primeiro casamento interessa-nos o caso de Maria de Faro Rollemberg (Maria do Topo), que foi casada com seu primo Manuel Rollemberg de Menezes, filho de Semeão Teles de Menezes e de Rosa Cândida Dias Sobral. O interesse se deve ao fato de ter sido este casamento entre primos a principal ramificação política da família. Desse matrimônio, nasceram Maria de Faro Rollemberg, que se casou com Manuel Rollemberg de Menezes II, e seu irmão, Gonçalo de Faro Rollemberg, que se casou com Amélia Dias Coelho e Mello (dona Sinhá), filha de Antônio Dias Coelho e Mello (Barão de Estância), com quem teve oito filhos, José de Faro Rollemberg[118], Antônio Dias Rollemberg, Lourença Dias Rollemberg, Luiz Dias Rollemberg, João Dias Rollemberg, Manuel Dias Rollemberg, Amélia Rollemberg Leite e Clara Rollemberg da Fonseca, muitos dos quais ocupariam importantes cargos de representação política.

Outra importante ramificação foi formada a partir de José de Faro Rollemberg. Filho de Gonçalo Accioli de Faro Rollemberg e Bernadina do Prado – portanto, do primeiro matrimônio de seu pai. Desse modo, tendo sido ele o pioneiro dessa família a ocupar cargo de representação política. José de Faro Rollemberg, nasceu em fevereiro de 1845 no engenho Murta, município da Capela, e faleceu em Maruim a 1 de outubro de 1889. Guaraná (1925) o descreve como homem de grande saber, embora não tenha tido carreira escolar e acadêmica condizente com o seu intelecto. Cursou preparatórios no Ginásio Baiano do Doutor Abílio César Borges, depois Barão de Macaúbas, voltando pouco tempo depois para a província, onde passou o resto da vida. Muito moço acompanhou o seu progenitor em uma viagem à

[117] Segundo Alburquerque (2002), apesar de o título ser conferido apenas e exclusivamente aos maridos, suas esposas usufruíam a distinção e eram consideradas nobres e chamadas pelo título que pertencia aos cônjuges como se este tivesse sido concedido ao casal. Ainda segundo o autor, a distribuição de títulos nobiliárquicos para mulheres era efêmera (apenas 2,5% do total dos titulares no Brasil) e, no geral, estavam relacionados aos feitos caridosos da escolhida; sua proximidade à casa imperial ou quando estas eram viúvas de titulados, geralmente recebendo um título de grau mais elevado em relação ao do falecido.

[118] A repetição de nomes na família é uma constante. Nesse caso, trata-se do sobrinho de primeiro grau do primeiro José de Faro Rollemberg.

Europa, e de volta entregou-se à vida na lavoura, enveredando ao mesmo tempo pelo caminho da política, na qual fez brilhante carreira, tornando-se, a curto espaço, chefe popular e acatado até pelos adversários.

José de Faro Rollemberg, que atuou na política sergipana até o fim do segundo reinado, fez parte de um partido, no qual foi formado para defender os interesses dos senhores rurais e de alguns setores médio da sociedade que faziam oposição às elites escravocratas rurais do Partido Conservador, o Partido liberal. Conforme Leandro e Santos (2010), as características políticas de José de Faro se apresentavam, em parte, harmônicas com o partido, rejeitando ser o sucessor do título nobiliárquico de seu progenitor e libertando os seus escravos um ano antes da Lei Áurea[119]. Dito isto, uma possível explicação para o desapego às posições inegavelmente prestigiosas da época pode ser observada a partir de tendências políticas inovadoras, de forma que reverberavam no aumento do potencial eleitoral num momento em que o emprego crescente de procedimentos democráticos para preencher os cargos mais altos na política estava alocado a expansão do eleitorado (CONNIFF, 2006). Em outras palavras, havia uma parte da elite política que, pretendendo ocupar altos cargos políticos, viu nos partidos com "inclinações democráticas" – Partido Liberal e Partido Republicano – uma possibilidade de acesso aos espaços de poder frente à perda de prestígio daqueles simpáticos à manutenção da escravidão e do Império. Isto posto, e em se tratando de José de Faro Rollemberg, é possível dizer que a sua negação em aceitar o título de barão está pautada na própria relação que o fenômeno do baronato tinha com a estrutura escravocrata.

Seu casamento com Amélia Dias Rollemberg, filha do Barão de Estância, em 6 de maio de 1886, iniciou a fusão entre dois troncos da nobiliarquia sergipana – Barão de Japaratuba e Barão de Estância, respectivamente (ALBUQUERQUE, 2002; 2005). A descendência desse casal pode ser observada no Organograma 4 e consultada nas notas genealógicas elaboradas pelo desembargador João Dantas Martins dos Reis[120].

Apesar de haver toda uma tradição sociológica que concebe as alianças matrimoniais como forma de "sobrevivência" do sobrenome, ou do capital simbólico familiar (SAINT-MARTIN, 1985), ou ainda enquanto domínio prático da lógica necessária para garantir a permanência de uma ordem política baseada no poder sob a burocracia do estado (CANÊDO, 1994), numa lógica segundo a qual o matrimônio é percebido como estratégia de reprodução

[119] Poucas vezes, os títulos nobiliárquicos foram rejeitados. Em Sergipe, só temos conhecimento da rejeição de José de Faro Rollemberg ao título de Segundo Barão de Japaratuba. Segundo Alburquerque (2002) o quase barão alegou o antiescravismo como motivo para rejeitar o título na década de 1880.

[120] REIS, João Dantas. Barão de Japaratuba. In: MOYA Salvador (org.), Anuário genealógico brasileiro, São Paulo, 1941.

que permite a união de descendentes de famílias tradicionais – fortalecendo alianças políticas, bem como unindo parentes consanguíneos, mantendo os recursos familiares dentro do círculo familiar –, defendemos a necessidade de relativizar os fatores que possibilitam o casamento entre os membros da elite local. Não podemos presumir, *a priori*, que os casos aqui processados resultam somente de estratégias de manutenção e ampliação do capital econômico, de acordos feitos à revelia dos noivos e firmados entre seus progenitores. Nesse sentido, precisamos entender que, quando falamos da elite imperial, estamos tratando de um grupo relativamente homogêneo, não apenas ideológica e de treinamento para usarmos os termos de Carvalho (2008), mas que transitam nos mesmos espaços sociais – os mesmos ciclos, as mesmas escolas, faculdades, festas entre outros –, e estabelecem relações de amizade, de compadrio e também matrimoniais. Dentro de uma perspectiva sociológica, isso sugere que a circulação das elites dentro dos mesmos espaços ocasionava a ampliação da possibilidade de esses mesmos membros se envolverem maritalmente. Isto posto, tanto nesse quanto nos demais casos apresentados não temos como precisar se estamos tratando de um matrimônio pensado e organizado pelos progenitores, ou se trata de laços matrimoniais provenientes do próprio convívio entre os noivos.

Não podemos desconsiderar, ademais, a importância do latifúndio enquanto meio de estruturação de poder provincial (GRAHAM, 1997; CARVALHO, 1966; 2008). Não foram raros os casos encontrados de senhores rurais precedendo de nomes de família, os títulos conferidos pelo governo Imperial – Comandante, Coronel, Tenente-Coronel, Major, vaidosamente ostentados. A identificação da Guarda Nacional com as oligarquias locais em Sergipe, utilizando os postos para atender aos seus interesses, realisticamente é descrita pelo presidente Dr. Joaquim Jacinto Mendonça, um dos presidentes que mais tempo governou a Província (1/06/1861 a 13/06/1863), no último relatório à assembleia Legislativa, conforme citado em Nunes (2006):

> Nesta província continua a existir nominalmente. Sabe-se que ela existe pelos grandes empenhos que empregam na procura dos Postos; uma vez obtidos, poucos são os agraciados que se compenetram de que além das honras e proeminências que eles lhes conferem, mais alguma coisa lhes resta fazer. Sabe-se que ela existe quando é mister sustentar um capricho; conquistar uma eleição; criar esta ou aquela dificuldade à autoridade desafeta; ou finalmente quando se põe em atividade recrutamento, porque então há quem não seja Guarda Nacional fardado e pronto para o serviço[121] (NUNES, 2006, p. 52)

[121] Relatório do Presidente Joaquim Jacinto de Mendonça feito em 3 de abril de 1863, citado por Nunes (2006) p. 52.

É possível constatar o prestígio de José de Faro Rollemberg a partir de sua ocupação em postos importantes durante o Império, entre os quais o de Coronel da Guarda Nacional. Segundo Pereira de Queiroz (2006), reside na distribuição dessa patente entre sujeitos de importância nas diferentes províncias do Brasil, as raízes do coronelismo enquanto fenômeno político, segundo o qual os municípios e regiões tornavam-se espécie de feudos políticos que eram transmitidos por herança que, embora não configurada legalmente, existia de forma informal.

O coronel era um título que, embora remonte à criação da Guarda Nacional, não está alocado apenas nas posições e condições militares. Há de se pesar sob essa função os elementos simbólicos dentro do âmbito político e também social. O peso político começava com a forma como ocupavam, ou eram escolhidos a ocupar, a patente de Coronel ou outra patente igualmente prestigiosa. Esses oficiais eram indicados pelo governo central entre as pessoas mais ricas dos municípios e que possuíam relativo poder sobre a população. Nela, combinavam-se as influências do governo e dos grandes proprietários e comerciantes. A dependência dos trabalhadores rurais em relação aos coronéis e a possibilidade de conferência dos votos criaram uma situação na qual o "voto de cabresto" era praticamente obrigatório. Dessa forma, os coronéis municipais se aliavam às oligarquias estaduais, representadas principalmente pelos governadores, senadores e deputados federais, e estes ao governo federal, numa intensa rede de favores (LEAL, 2012).

Se o domínio das oligarquias no cenário político brasileiro, durante o Império, não era novidade, a grande surpresa estava na persistência dos grupos dominantes logo após a instauração do novo regime, mostrando que o processo eleitoral baseado no voto – de homens, maiores de 21 anos e alfabetizados – não eliminou por completo os vícios presentes no antigo regime. Em resumo, se por um lado "a base da antiga estrutura eleitoral se alargava, por outro os chefes políticos locais e regionais se mantiveram praticamente os mesmos, e continuaram elegendo para as Câmaras, para a presidência dos Estados, para o Senado, seus parentes, seus aliados, seus apaniguados, seus protegidos"[122]. Na instauração de uma nova ordem política e social, os partidos políticos serviam – mais do que antes – de elemento de manifestação desses alinhamentos.

Ao analisar o diário de Dona Sinhá[123], Albuquerque (2005) demonstra como a família Rollemberg estava envolvida com a política local e com o acesso aos postos que os colocavam próximos ao imperador. Segundo o autor, ao falar da vida de Aurélia, "antes de

[122] Cf. PEREIRA DE QUEIROZ, op. cit. p. 163.
[123] Apresentar quem era dona Sinhá.

seu casamento, em 16 de fevereiro de 1884, Aurélia viveu na corte, em virtude das obrigações de seu pai que, por três vezes, foi eleito deputado geral"[124]. Casada, passou a viver no engenho da sogra, onde deu à luz a maior parte de sua dezena de filhos. Segundo Lewin (1993) e Pereira de Queiroz (2006), a prática de estabelecer filhos recém-casados em propriedades contíguas às propriedades onde residiam os pais de um dos cônjuges era bastante comum. Para Lewin (1993), essa prática sugere a existência de padrões "*virilocais* ou *uxorilocais* de preferência residencial, pelo menos para grupos de descendência selecionados"[125]. O casamento entre Gonçalo Rollemberg e Dona Sinhá assinalam uma das partes mais importantes da inserção familiar e parental na política local. Seus descendentes diretos e indiretos passariam a ocupar postos, tanto de representação política quanto através de cargos de confiança e por indicação. Do ponto de vista material, esse matrimônio também foi interessante: de um lado o noivo, médico e herdeiro do Engenho do Topo; e do outro, a noiva herdeira de uma das famílias mais tradicionais da província.

Gonçalo de Faro Rollemberg, considerado, na Tabela 9 como membro da segunda geração de políticos. Filho de Manuel Rollemberg de Menezes e Maria de Faro Rollemberg, e neto por parte de mãe do Barão de Japaratuba. Nasceu em 13 de setembro de 1860, no engenho Maria Telles, em Maruim (SE). Sua ascendência direta ocorre entre primos, Manuel Rollemberg de Menezes e Maria de Faro Rollemberg (Ver organograma 4). Não eram raros os matrimônios entre parentes próximos, como, por exemplo, primos-irmãos e entre tios e sobrinhos. A prática da endogamia era favorecida, talvez imposta em alguns casos, por interesses ligados à preservação da casta ou do patrimônio familiar[126]. Os casamentos eram geralmente ajustados pelos pais, à revelia dos noivos, sempre obedientes à vontade paterna. Os laços matrimoniais funcionavam como importante estratégia de reprodução social, à exemplo daquelas ligadas à educação ou a economia (NUNES, 2006). Era, à propósito, a mais acionada e celebrada pelas famílias mais importantes da província. Se por um lado, a frequência tinha a ver com a quase inexistência de facilidades de comunicações que restringiam as possibilidades de novos contatos e novas relações de amizade fora do restrito ambiente domiciliar. Por conseguinte, as alianças matrimoniais era um investimento capazes de unir descendentes de famílias tradicionais de proprietários de terra ou mesmo fortalecer aliados políticos, além de vincular matrimonialmente pessoas de uma mesma família,

[124] Cf. ALBUQUERQUE, op. cit. p. 29.
[125] Cf. LEWIN, op. cit. p. 116 – *grifo nosso*.
[126] Ver em especial Rezende, 1969.

mantendo os recursos familiares dentro do mesmo ciclo (SEIDL, 2002; LEANDRO e SANTOS, 2010).

Gonçalo de Faro Rollemberg cursou durante três anos a Faculdade de Medicina da Bahia, transferindo-se depois para o Rio de Janeiro, onde obteve o título de doutor em 1881. Nesse mesmo ano, foi eleito deputado provincial em Sergipe. No regime republicano, foi eleito em 1894 vice-presidente de seu estado na chapa encabeçada por Manuel Valadão, que tomou posse em 24 de outubro. Substituiu o titular de 11 de dezembro de 1894 a 16 de fevereiro de 1895. Voltou à cena política em 1918, eleito senador por seu estado para um mandato de nove anos. Foi casado com Aurélia Dias Dantas Melo, filha de Antônio Dias Coelho e Melo, o barão da Estância, senador sergipano no período imperial. Desse casamento, teve dez filhos, sendo seis mulheres e quatro homens; desses últimos, três se tornaram figuras políticas, Antônio Dias Rollemberg (1889-1930), Luiz Dias Rollemberg (1901-?) e Manuel Dias Rollemberg (1895-1945). Foi a partir de Gonçalo Rollemberg e de seus descendentes que evidenciamos quatro gerações de políticos, e uma maior presença da família nos espaços públicos. Diante do exposto, escrevendo sobre essa família, Leandro e Santos (2010) sugerem que não apenas seus descendentes diretos se envolveram com a política, como também as gerações que o sucedem. Ainda segundo o autor, dos 29 netos de Gonçalo Rollemberg (15 homens e 14 mulheres), cinco se destacaram na esfera pública: Carlos Waldemar Accioli Rollemberg (1914-2000), filho de Antônio Dias Rollemberg e Anna Accioli Rollemberg; Francisco Leite Neto (1907-1964), José Rollemberg Leite (1912-1996) e Gonçalo Rollemberg Leite (1906-1977), filhos de Lourença Rollemberg Leite e Silvio César Leite (da família Leite de Riachuelo); Augusto Leite Rollemberg (Cajueiro, 1913; Murta, 1985), seu irmão Armando Leite Rollemberg (1920-1994), Ministro e Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Deputado Federal em várias legislaturas, professor da Faculdade de Direito de Sergipe, filho do primeiro casamento entre José de Faro Rollemberg e Josephina Leite Rollemberg (provavelmente da família Leite)[127].

Dos seus 51 bisnetos, apenas dois figuram na cena pública, o Desembargador Roberto Eugênio da Fonseca Porto (1958), filho de Lauro Britto Porto, nascido em 1911 na cidade de Nossa Senhora da Dores que, por sua vez, tem como genitores Francisco de Souza Porto, comerciante e político conhecido, e Lauro de Britto Porto. Lauro Porto foi casado com Maria Aurélia da Fonseca Porto, filha do comerciante João Quintiliano da Fonseca, nascido em

[127] Cf. LEANDRO, op. cit. p. 47.

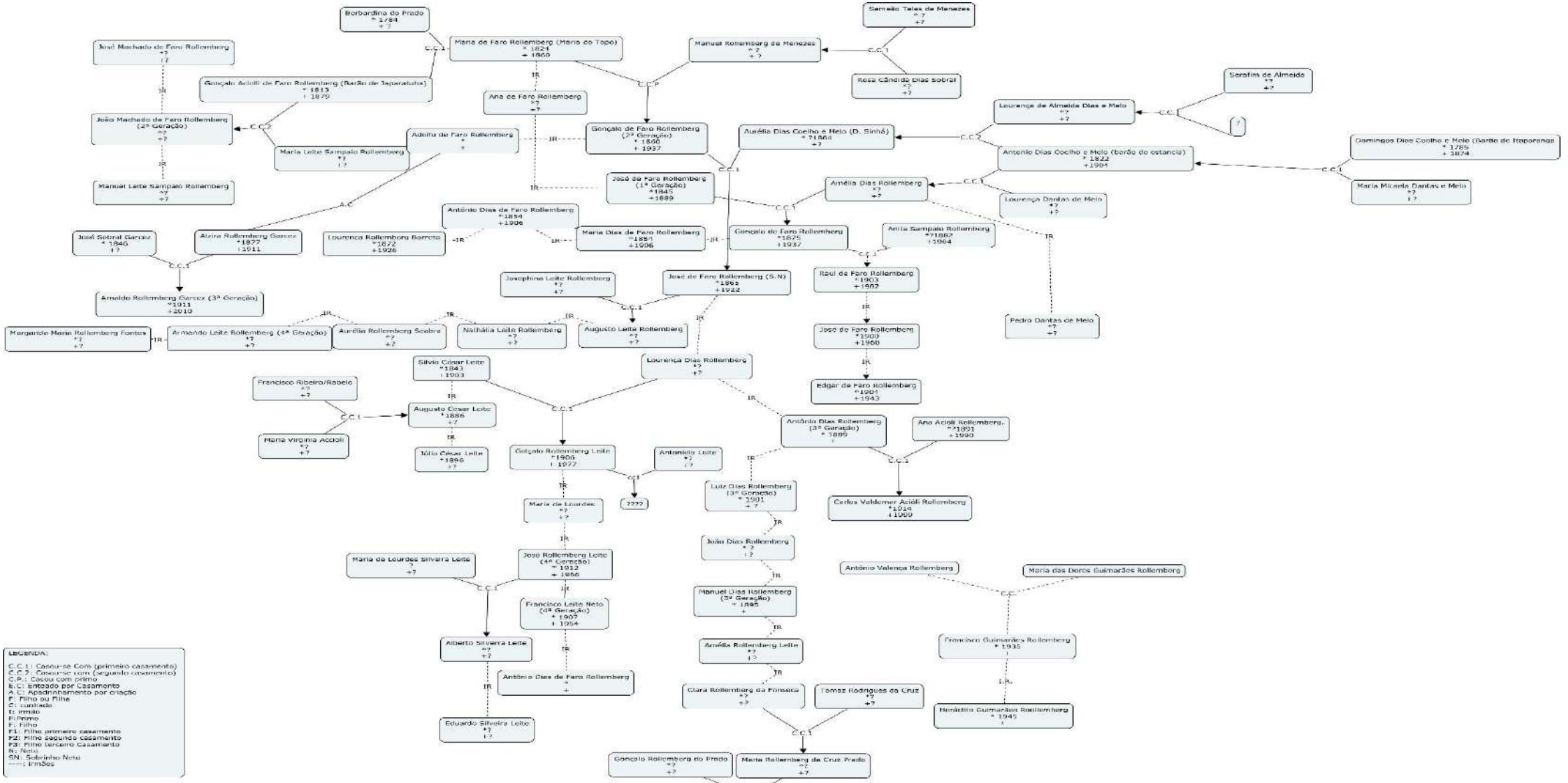
Maruim no ano de 1886, município onde integrou, junto com a sua família (ALBUQUERQUE, 2005).

Outro bisneto de Gonçalo Rollemberg que se destacou foi César Fonseca Mandarino (da família Mandarino de Itaporanga), ex-prefeito do município de Itaporanga, nascido em 1958. Filho do Engenheiro Agrônomo Umberto Napoleone Mandarino (1923), fazendeiro e tradicional político de Itaporanga, casado com Ruth Rollemberg da Fonseca (1926) que também é filha de João Quintiliano da Fonseca e Clara Rollemberg da Fonseca.

Diante do exposto, é ´possível notar que as estratégias matrimoniais se consagravam como a principal estratégia de consagração social e de reprodução de poder na família Rollemberg. As alianças por vias matrimoniais foram iniciadas pelas famílias Dias Coelho e Mello e Teles Menezes – ainda no período monárquico e se estendendo até o republicano –, e cujas ramificações reverberaram num alto número de descendentes com ramificações de sobrenomes como Leite, Barreto, Mandarino, Fonseca, Menezes. Sendo que estas últimas foram agregadas a partir da árvore genealógica da qual nasceu o Senador Gonçalo Rollemberg. Os Dias Coelho e Mello e os Rollemberg se fortaleceram juntos depois do casamento entre José de Faro Rollemberg, filho do Barão de Japaratuba e Amélia Dias Rollemberg, filha do primeiro casamento do Barão de Estância, os quais tiveram Eliza Rollemberg e Adolfo de Faro Rollemberg, que herdou de seu avô materno, o Barão de Estância, o Engenho Escurial, um dos principais bens da família (Ver organograma 4).

Apesar da constituição da riqueza dessas famílias terem sido alcançadas através da posse de terra, do cultivo de cana-de-açucar, por meio das lógicas matrimoniais aqui apresentadas, os Francos – outra importante família – mostraram-se mais eficientes no tocante acumulação de recursos sociais variados. Cabe destacar que mesmo com as multiposições ocupadas pelos membros da família Franco, foi a esfera política que conferiu maior poder a família, por isso parece ter sido sempre salutar a busca pela ocupação de cargos políticos (debateremos sobre essa família mais adiante).

Organograma 4: Entroncamento Aurélia (D. Sinhá) e Gonçalo de Faro Rollemberg (1860-2000)



Fonte: MYHERITAGE; GENI; Elaboração Própria.

Diante desses postulados e dos termos definidos por Lewin (1993), é seguro dizer que quando tratamos dos Rollemberg estamos lidando com uma oligarquia familiar cuja base de poder vem do latifúndio e do domínio do processo de produção da cana de açúcar e seus derivados, e com pesado investimento no espaço político. Acrescentamos, ainda, que o esforço desses sujeitos é no sentido de garantir a perpetuação do mando local a partir da consagração de familiares e parentes no espaço de poder – político e econômico. Nossa constatação encontra embasamento em estudos que lidam com outras realidades, como é o caso do texto de Lewin (1993) que, ao tratar da política de base familiar na Paraíba, demonstra que as oligarquias estaduais fazem de sua parentela uma das mais importantes afiliações políticas. Os membros do grupo de base familiar organizavam localmente o eleitorado para fornecer os votos, defendiam os seus interesses partidários em seu município natal e os serviam lealmente nos cargos políticos de que fossem detentores ou nos postos do serviço público em que interessavam por nomeação. Em síntese, se de um lado a política era dominada por famílias e parentelas perpetuadas no poder, o voto e as alianças também eram feitos dentro do plano familiar, eram os pais (patriarcas) quem definiam em quem seus familiares votariam. Dito isto, esse acordo era feito de forma fechada e dificilmente algum familiar romperia com tais determinações[128].

Assim, à medida em que uma parentela pode ser considerada um grupo quase corporativo de maior duração que o período de vida de um político, pode-se dizer também que ela constituía uma organização econômica em virtude dos direitos coletivos e individuais sobre a terra detidos por seus membros. Nessa perspectiva, em se tratando especificamente da família Rollemberg, até mesmo a existência de dois ramos distintos, mas que carregavam uma mesma origem e um mesmo sobrenome, é visto como uma forma de consolidar-se como um grupo corporativo, na medida que "dois ou mais ramos de uma parentela geralmente coordenavam suas atividades econômicas de maneira aumentar sua solidariedade"[129].

Lewin (1993) argumenta ainda que, o sistema político de base familiar – no caso do texto, da Paraíba –, baseava-se nas características mais gerais da organização brasileira de

[128] Patriarcado aqui está sendo definido como um sistema social de relações de gênero em que existe desigualdade entre estes. Relações de gênero são relações sociais entre homens e mulheres que estão engastadas numa série de instituições e estruturas sociais. O conceito de patriarcado incorpora o de relações de gênero, mas o extrapola em dois aspectos: primeiro, inclui a desigualdade frequentemente encontrada em relações desse tipo. Segundo, chama a atenção para a interconectividade dos diferentes aspectos delas, que constituem um sistema social. Ainda segundo Walby (1990), o conceito de patriarcado já provocou muita controvérsia – frequentemente, devido a mal-entendido. Em particular, às vezes se presume que o uso analítico do conceito de patriarcado seja universalista e essencialista, reduzindo as diferenças sociais entre homens e mulheres a diferenças biológicas e ignorando as diferenças nos padrões de relações de gênero nas diferentes épocas e lugares.

[129] Cf. LEWIN, op. cit. p. 113.

parentesco para as articulações sociais subjacentes às práticas de lealdades ou conflitos observáveis no interior da elite. As principais características observadas pela autora quanto à organização brasileira de parentesco e sua significação para a organização oligárquica são: a descendência ambilinear e superficial, a organização segmentar, as preferências matrimoniais endogâmicas e o caráter quase corporativo de parentela. O sistema de parentesco determinava quem pertencia ao grupo familiar por nascimento e quem podia ser recrutado para a ele afiliar-se pelo casamento ou através da inclusão cerimonial. Nas palavras de Lewin (1993):

> Traçando linhas divisórias entre os ligados por laços de sangue, casamento e afiliação ritual, de um lado, e o resto da sociedade, de outro, o sistema de parentesco afetava grandemente a base grupal da organização oligárquica por todo o país. No interior do grupo familiar, o parentesco determinava em ampla medida a disparidade de acesso a recompensas materiais, *status* e participação no processo decisório. Visto de outra perspectiva, o sistema de parentesco refletia o quanto o grupo familiar tinha de levar em consideração a sociedade mais ampla e a maneira como organizava a sua interação com ela. O grupo familiar selecionava pessoas de fora, particularmente através do casamento, acomodando-as como membros do grupo segundo categorias definidas de recrutamento. As regras não escritas do sistema de parentesco ajudavam-no a selecionar com sucesso, no sentido de adquirir ou manter o poder para defender-se na sociedade inclusiva. Além disso, e pela mesma razão, o sistema de parentesco influenciava a extensão da mobilidade na estrutura social e, por conseguinte, a capacidade da elite oligárquica de manter a sua posição privilegiada na sociedade politicamente organizada (LEWIN, 1993, p. 115).

Não por acaso, Petrarca (2017), tomando de empréstimo alguns dos termos usados por Lewin (1993), considera a família Rollemberg como uma família de políticos, cujas características podem ser constatadas no estudo supracitado, sobretudo em relação ao investimento em matrimônios dentro (tios, sobrinhas, primos) e fora da parentela, possibilitando aliança com outros grupos e famílias. Ainda de acordo com Petrarca (2017), um importante marco para a presença dos Rollemberg na política é o casamento entre Maria José Rollemberg (viúva proprietária de três engenhos na região do Cotinguiba) com João Gomes de Mello (Barão de Maruim). Conforme argumenta:

> (...) ao casar-se com a referida viúva ampliou sua propriedade, abrangendo os municípios de Rosário do Catete, Siriri, Japaratuba e Santo Amaro das Brotas. Sua incursão na política começa pelas alianças com Almeida Boto, mas o casamento e a conquista do título de Barão de Maruim lhe permitiram novos vínculos, essenciais para sua eleição a deputado provincial em 1847[130].

Desse modo, ele se torna uma das principais lideranças do Vale do Cotinguiba. Os enteados do Barão de Maruim, dentre eles o Barão de Japaratuba (avô de Gonçalo de Faro

[130]Cf. PETRARCA, op. cit. p. 102.

Rollemberg) une-se pelo matrimônio com outras famílias de chefes políticos locais, como os Prado, Sampaio e Madureira[131].

Em sentido parecido, Leandro e Santos (2010) argumentam que o duplo casamento, ocorrido entre membros das famílias Dias Coelho e Mello e Rollemberg, permitiu um grande "empreendimento" econômico, político e social. O primeiro casamento, entre Amélia Dias e Mello (Rollemberg), filha do Barão de Estância, com José de Faro Rollemberg estabeleceu uma ligação entre duas famílias de Barões, de um lado a famílias Dias Coelho e Mello que possuía um duplo baronato, Cel. Domingos Dias Coelho e Mello (Barão de Itaporanga) e Antônio Dias Coelho e Mello (Barão de Estância), e de outro a família do Barão de Japaratuba, Gonçalo de Faro Rollemberg, avô do noivo. O segundo casamento entre Aurélia Dias, conhecida como D. Sinhá, e Gonçalo de Faro Rollemberg, caracterizou-se como sendo um "investimento" material e social importante, uma vez que o noivo era médico e herdeiro do engenho Topo, destacada na produção de açúcar na Cotinguiba, e herdeiro de 1/4 (um quarto) dos bens do casal brasonado dos Dias Coelho e Mello, pais de D. Sinhá. É desse casamento que surgiriam a primeira geração de filhos com pais que já haviam ocupado posto de representação política. Trata-se de Luiz Dias, Manuel Dias e Antônio Dias Rollemberg, sendo este último, o pai de Carlos Waldemar Accioli Rollemberg, que ocupou o mesmo cargo político de seu pai, o de Deputado Federal.

Tabela 9:

Informações acerca das atividades eletivas dos membros da família Rollemberg

Nome	**Nascimento**	**Cargos Eletivos**	**Idade de Entrada**	**Geração**
José de Faro Rollemberg	1845	Dep. Provincial (?) / Vice-presidente Província (1885)	40	1ª
Gonçalo de Faro Rollemberg	1860	Dep. Provincial (1881) / Vice-presidente Província (1894-1895)/ Senador (1918-1926)	21	2ª
Joaquim Machado de Faro Rollemberg	1845	Dep. Provincial/ Vice-presidente da província (1885)	37	2ª
Luiz Dias Rollemberg	1901	Dep. Federal (1927)	26	3ª
Antônio Dias Rollemberg	1889	Dep. Federal (1915)	26	3ª
Manuel Dias Rollemberg	1895	Dep. Estadual	-	3ª
Francisco Leite Neto	1907	Dep. Estadual (1935-1937) / Secretário Geral de Governo (1946-1951), 91951-1955), (1955-1959) e (1959-1963) / Senador (1963-1965) / Interventor Federal (1945)	28	4ª
José Rollemberg Leite	1912	Governador (1947-1951) / Senador (1965-1971) / Governador (1975-1979)	35	4ª
José Machado Rollemberg Mendonça	1926	Dep. Federal/Secretário do Estado	-	4ª

[131] Apesar de os laços matrimoniais funcionarem como forma de ampliação do capital econômico, eles também escondem tensões, sobretudo por herança, as quais conduzem a divisões e a dissidências que, por sua vez, contribuíram para a perda da liderança e sua fragmentação. Sobre os dilemas e conflitos inerentes nas relações de sucessão do capital político-familiar ver em especial Colussi e Diehl (2008).

Armando Leite Rollemberg	1921	Dep. Estadual (1947-1950), (1951-1954) Dep. Federal (1955-1958), (1959-1962), (1963-1967) Ministro do Supremo Tribunal Federal de Recursos (1963)	26	4ª
Carlos Waldemar Accioli Rollemberg	1914	Dep. Federal (1946)	32	4ª
Heráclito Guimarães Rollemberg	1941	Dep. Estadual (1967-1971), (1971-1975), (1975-1979) / Prefeito de Aracaju (1979-1985) / Senador (1985)	26	-
Francisco Guimarães Rollemberg	1935	Dep. Federal (1971-1975), (1975-1979), (1979-1983), (1983-1987)/ Senador (1987-1995).	36	4ª

Fonte: CPDOC; Guaraná (1925); Santos (2002); Bittencourt (1913); Site do Senado Federal do Brasil.

Notemos que a primeira e a segunda "geração política" da família (José de Faro Rollemberg e Gonçalo de Faro Rollemberg, respectivamente) possuem origens sociais ligadas à propriedade de terra, aumentando a incidência de políticos na família, com pais que também foram políticos, a partir da terceira geração política. Partindo das duas primeiras gerações, observamos que política era mais uma ocupação "eventual", decorrente do prestígio social que gozavam, caracterizando-os como indivíduos que "viviam para a política" – para usar de um termo weberiano –, uma vez que eram economicamente independentes do recurso financeiro que a política podia proporcionar. Por essa razão, até meados da década de 1930, a atuação na política se encontra de forma incipiente na família Rollemberg, posto que a propriedade rural, com a sua importância econômica e simbólica, ainda assegurava um expressivo predomínio social. Outro ponto que nos chama a atenção na Tabela 9, e que merece um destaque, é a maior frequência de atuação política da família em determinados períodos históricos.

Com isso, mesmo tendo uma maior frequência de indivíduos do ramo familiar pesquisado que entrou na política na "República Velha", a influência política do grupo se inicia de forma mais intensa a partir da década de 30, que irá se concretizar com a fundação da União Republicana de Sergipe (URS), pelo coronel Gonçalo Rollemberg do Prado (DANTAS, 2004). Esse partido representava a "classe" dos indivíduos mais descontentes com o "novo" estado inaugurado com a Revolução de 1930, a dos usineiros, e com a interventoria de Augusto Maynard.

2.4 Influência político-partidária da família Rollemberg e a nova reordenação de forças políticas em Sergipe

Nessa parte do texto, o objetivo é demonstrar que o insulamento burocrático presente no governo Vargas não excluiu as relações clientelares existentes desde a primeira República

(NUNES, 1997). Contrário disso, esse período ficou marcado pelo que podemos chamar de uma segunda fase do domínio coronelista, e que, em alinhamento com os interventores, que não encontraram outro meio senão o de se comporem com os chefes políticos locais, passariam a abandonar a coerção em favor de maiores relações de troca com sua clientela. Já quanto aos partidos políticos, estes praticamente inoperantes na Primeira República, passariam a figurar como importante elemento de identificação dos grupos políticos, que passariam a se articular em torno de partidos políticos através da institucionalização no âmbito estadual. Outrossim, o lugar dos partidos políticos dentro do jogo político não seguiu uma linearidade, pois é possível identificar ao menos três diferentes fases, quais sejam: aquela que marcou o biênio 1933/34, marcada pela crescente autonomia do sistema partidário; o triênio seguinte, 1935/37, caracterizado pela subjugação, até sua total extinção com o golpe de 1937 (DANTAS, 1989).

A revolução de 1930 afetou o equilíbrio de forças em vigor durante toda a Primeira República. No plano nacional, a fração cafeeira perde o controle hegemônico da sociedade, ao passo que se desencadeia um processo de industrialização, formando um novo arranjo entre as forças mais influentes do cenário político nacional: o patronato rural, a fração industrial e as massas urbanas. Em substituição à descentralização administrativa presente até o fim da Primeira República, instaura-se uma centralização autoritária com a presença de uma burocracia situada no seio da sociedade política, administrando as demandas daquela composição de forças (DANTAS, 1987; 2004; NUNES, 1997; GARCIA, 1988)). No tocante aos Estados, antes autônomos, estes estavam sob o domínio de interventores indicados pelo poder central, muitos dos quais sem raízes locais, governavam nomeando prefeitos e autoridades municipais, sem ouvir os tradicionais líderes locais. Nascia, assim, um novo quadro político exigindo redefinições, adaptações e concessões dantes inimagináveis.

Em Sergipe, o desgaste das velhas oligarquias foram as primeiras consequências. A mudança política trazida pela presença dos interventores, respaldados pelo poder central e pelo exército, significou para as lideranças políticas locais a perda parcial do controle do aparato estatal (DANTAS, 1989). O sistema autoritário estabelecido não comportava a existência de um poder extralegal no âmbito estadual e/ou municipal. Isso não significa dizer que esses sujeitos deixaram de figurar no cenário político. Se antes seu poder estava relacionado ao controle local do eleitorado e ao alinhamento político com o governo federal, agora adotavam novas estratégias de manutenção desse poder. Alguns autores (DANTAS, 1987; FAORO, 2004) são unânimes em afirmar que a principal fonte de poder político a partir da Revolução de 1930 se assentava no que chamariam de “honra social”, isto é, do prestígio

socialmente reconhecido baseado numa tradição de mando adquirido no Império e na Primeira República. Entre os fundamentos desse prestígio, devemos destacar as habilidades pessoais, a parentela solidária e o tipo de relacionamento com os governantes interventores, bem como a relação com a sua "clientela". Diante disso, colabora com essa afirmação os argumentos como os de Canêdo (2002), em que reflete que a partir dos anos 1930 não foi mais possível valer-se unicamente das prerrogativas inerentes ao sistema de reprodução direta, que fazia com que um patrimônio político herdado e a posse de um diploma de prestígio se constituíssem em estágio praticamente suficiente à iniciação e ascensão na carreira política. Ainda de acordo com a autora, nos bastidores, passou a haver modos diversos de acumulação e de conservação do saber político, formas particulares de tirar proveito dele e diferenças impostas pelas maneiras distintas de aquisição e de transmissão das práticas, por meio das quais os políticos afirmam seu código comum de significação, presente em cada uma de suas ações.

Para Souza (1978), as interventorias se constituíram como forma de interligar as oligarquias estaduais, os ministérios e a Presidência da República. Esse mecanismo consistia essencialmente no seguinte: o Executivo Federal nomeava para chefia dos governos estaduais indivíduos que, embora nativos dos estados, e mesmo identificados em suas perspectivas ideológicas aos grupos dominantes, eram ao mesmo tempo *outsiders*, isto é, destituídas de maiores raízes partidárias e pessoais; indivíduos com escassa biografia política ou que, se possuíam alguma, a fizeram até certo ponto fora das maquinas partidárias tradicionais nos estados. Um bom exemplo do que estamos falando aqui é o caso de Augusto Maynard Gomes, que com carreira ascendente no exército foi nomeado interventor por duas vezes, primeiro no governo provisório e posteriormente durante o Estado Novo.

Nessa seara, embora essa forma de organização estivesse presente no Nordeste de um modo geral, observamos que em estados como Sergipe (com Maynard Gomes) e Bahia (com Juracy Magalhães), a dominação dos interventores teve que passar pelo alinhamento com a elite política local. Se num primeiro momento essa articulação se deu com a elite dissidente, passando-se os primeiros anos pós Revolução, observou-se uma maior articulação também com as principais famílias políticas. Ao analisar esse período na Paraíba, Lewin (1993) observa que, no cenário de transição entre a velha e a nova República, o voto passou a ter um sentido muito mais de adesão do que de uma escolha individual[132] e, com efeito, as relações parentais tornaram-se imprescindíveis para a mobilização do voto e dos eleitores. Em suma,

[132] Para um maior aprofundamento acerca da diferença entre o voto como adesão e enquanto uma escolha individual sugiro a leitura do texto de Palmeira (2002).

isso fez com que as relações parentais tornassem importantes não apenas para o político local – conforme mostrado anteriormente –, mas também para a estruturação do poder dos interventores. Isto sugere a existência de uma relação dúbia, na qual se privilegiava a busca do governo federal por um tipo de política de grupo, institucionalizada e burocratizada (NUNES, 1997), em detrimento da existência de relações diádicas e, portanto, não institucionais.

Sobre esse fenômeno, alguns autores a exemplo de Landé (1977a), tem contribuído para entender a coexistência de relações formais e informais na política. Para o autor, a política é um fenômeno que se manifesta tanto nos espaços formais quanto informais, por isso sugere a necessidade de compreender o fenômeno político a partir da interação entre esses dois espaços que, num primeiro olhar, parecem antagônicos, mas que na prática se constituem como resultado da interferência constante de um sobre o outro. Ainda para esse autor, enquanto que no modelo denominado política de grupo, encontramos a existência de fidelidades que unem o indivíduo a grupos maiores, de modo que os interesses coletivos de cada grupo tenham preferência sobre os interesses pessoais de seus líderes; o segundo modelo é marcado por uma unidade estrutural que não é o grupo, mas a díade manifestada através de relações políticas originárias de laços primários a partir do auxílio mútuo entre duas pessoas.

O texto de Landé (1977a) nos permite observar dois diferentes níveis em que se assentam as relações que o autor chama de política diádica e política de grupo. Num primeiro nível, a relação entre burocratização do Estado e articulação com o clientelismo, através das ligações entre interventores, “coronéis” e líderes políticos locais e; um segundo nível alocado no funcionamento dos grupos políticos e sua articulação com os partidos políticos e com o sistema de parentela, que se intersectam a partir do controle desses partidos por pessoas oriundas de famílias importantes no estado. Em tempo, é oportuno dizer que, na ocasião, apesar de o Governo Federal se consagrar como importante incentivador da burocratização do Estado e do alinhamento entre governo federal e estadual através das interventorias, o controle local dos interventores só foi possível mediante a formação de alianças com os líderes políticos locais.

A Revolução de 1930 não apenas alterou o equilíbrio de força da classe política local, como também trouxe uma maior necessidade de os líderes locais estabelecerem uma nova relação com os partidos políticos. No geral, assumindo posição de dirigente. Se na primeira República os grupos e seus líderes se aglutinavam junto aos partidos que estavam no poder no plano federal; agora, os principais nomes da política local criavam partidos políticos capazes de representar seus interesses. Estes partidos passariam a existir como apêndices não apenas desses grupos, mas também de categorias profissionais, como é o caso da URS, que se

consolidou como “partido dos usineiros”. Seria como se as oligarquias não apenas estivessem presentes no nível da política eleitoral, mas também da política partidária[133]. Essa relação de força dentro dos partidos políticos não é novidade nos estudos sociológicos, com destaque para o pioneirismo de Robert Michels (1982) e sua conhecida “Lei de Ferro”. Coube a esse autor pela primeira vez usar o prefixo “lei” para defender a tese da presença da aristocracia, mesmo em estado tido como democrático. Em sua famosa “lei de ferro da oligarquia”, o autor estava certo de que a organização significava oligarquia, ou seja, de que no interior das organizações sempre haveria a dominação das minorias sobre as maiorias, desmitificando, desta forma, a ideia de uma democracia organizacional, tão propalada pelos partidos políticos progressistas alemães, no interior dos quais ele realizou sua investigação empírica. Em resumo, Michels afirma que “na vida prática moderna a aristocracia se satisfaz em apresentar-se com aparência democrática, se bem que a substância da democracia está impregnada de elementos aristocráticos. Por uma parte temos uma aristocracia com forma democrática, e por outra, a democracia com conteúdo aristocrático”[134].

Com isso, se para a elite local a institucionalização de partidos políticos no estado era uma forma de continuar próximo ao poder, o mesmo não se pode dizer dos interventores. Neste aspecto, tanto em Sergipe como em outros estados havia uma notória oposição das interventorias quanto aos partidos políticos, conforme sinaliza Dantas (1989):

> A exemplo do que ocorreu praticamente com todos os interventores, em Sergipe, até fins de 1932, enquanto a sociedade política predominava sobre a sociedade civil, a interventoria buscava legitimar-se fora dos partidos. Para tanto, recorria à imprensa, aos contatos diretos e a *Legião de Outubro*, como grupo de apoio forma à denominada obra revolucionária. Mas, embora Maynard se declarasse apolítico e tentasse organizar um partido de apoio ao governo central, quando o processo de constitucionalização do país tomava impulso, a ambiguidade entre as posturas autoritárias e a adesão ao sistema representativo, peculiar na prática tenentista, inibia o processo de democratização da sociedade. Não obstante a vitória da eleição para a Constituinte, em 1933, e da apertada derrota em 1934, faltou à interventoria maior empenho e habilidade para a construção de um partido reformista de maior consistência (DANTAS, 1989, p. 121 – *grifos do original*).

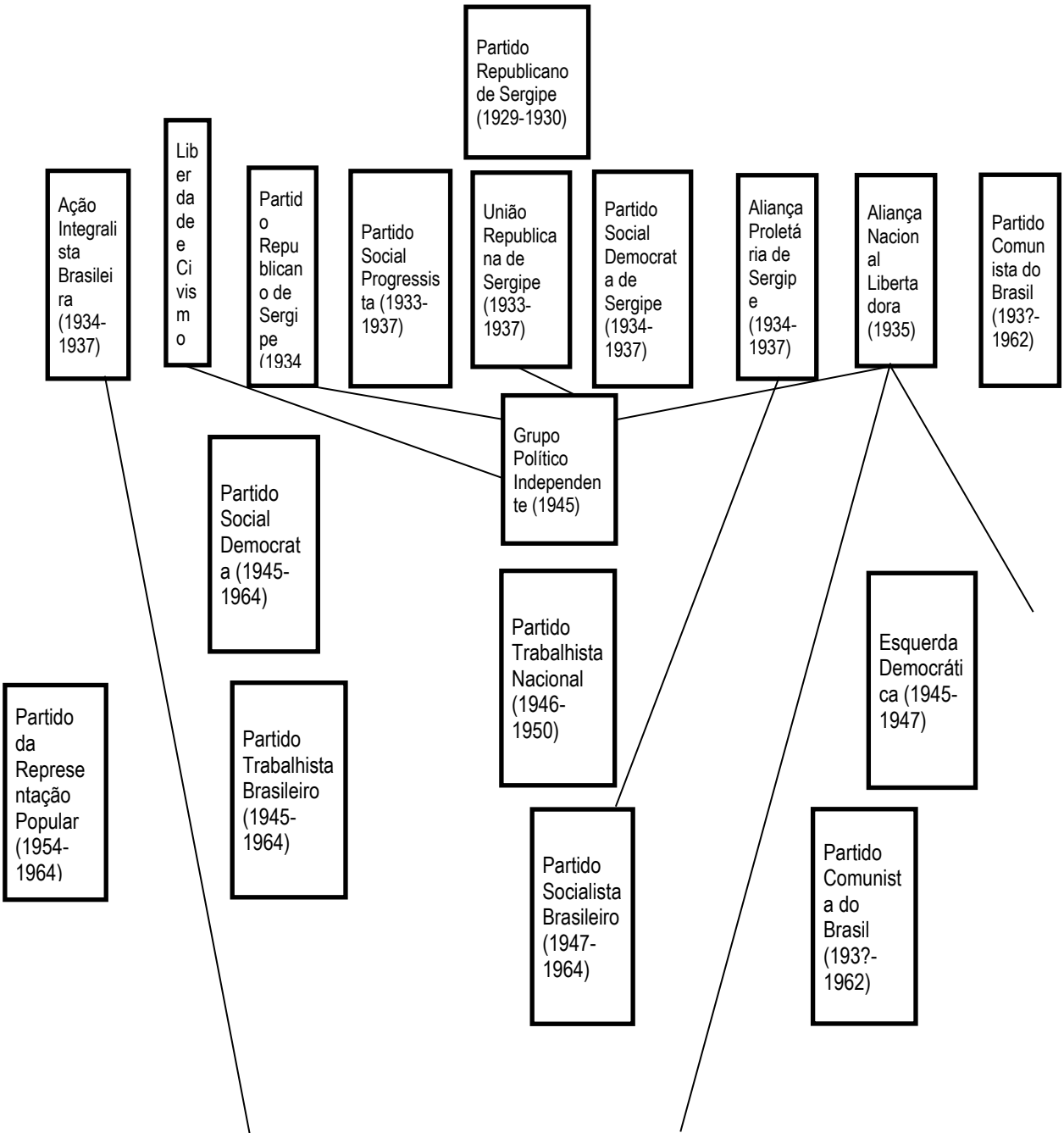
---

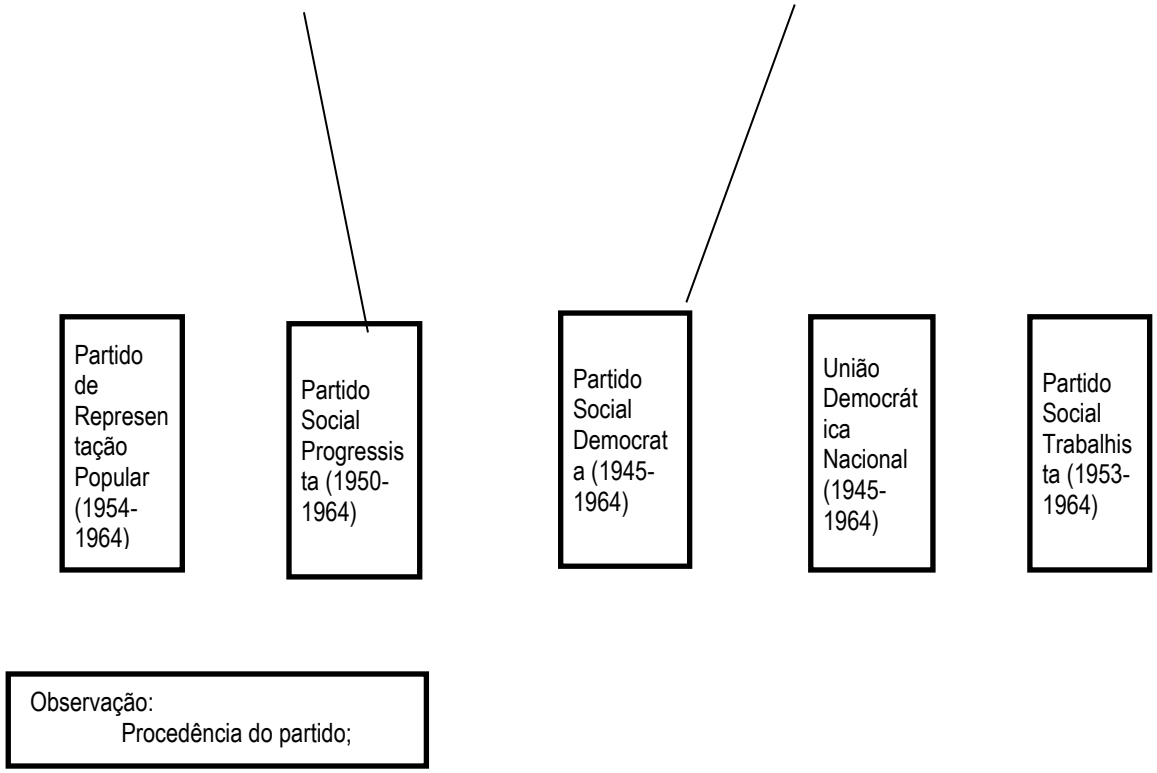
[133] Essa relação de força dentro dos partidos políticos não é novidade nos estudos sociológicos, com destaque para o pioneirismo de Robert Michels (1982) e sua conhecida “Lei de Ferro” dos partidos políticos. Coube a esse autor pela primeira vez usar a terminologia “lei” para defender a tese da presença da aristocracia mesmo em estado tido como democrático. Em sua famosa "lei de ferro da oligarquia", o autor estava cerco de que a organização significava oligarquia, ou seja, de que no interior das organizações sempre haveria a dominação das minorias sobre as maiorias, desmitificando, desta forma, a ideia de uma democracia organizacional, tão propalada pelos partidos políticos progressistas alemães, no interior dos quais ele realizou sua investigação empírica. Em resumo, Michels afirma que "na vida prática moderna a aristocracia se satisfaz em apresentar-se com aparência democrática, se bem que a substância da democracia está impregnada de elementos aristocráticos. Por uma parte temos uma aristocracia com forma democrática, e por outra, a democracia com conteúdo aristocrático" (MICHELS, 1982, p. 108).

[134] Cf. MICHELS, op. cit. p. 108.

Quanto à citação acima, chama-nos a atenção tanto a inexperiência partidária dos interventores, como os efeitos disso no fracasso da interventoria *maynardista.* Estamos falando de um período no qual – diferente do que ocorreu na Primeira República – os partidos políticos passariam a expressar não apenas a diversidade de interesses na sociedade, como também servirem de instrumento de luta pela hegemonia de vários grupos dessa mesma sociedade, a exemplo da Aliança Proletária de Sergipe, agremiação criada em março de 1934, cujo objetivo era alistar, organizar e instruir o eleitorado católico. Fato é que essa aliança colocaria a Igreja Católica, há muito fora do jogo político, na posição de influência direta sobre a escolha dos que a ela estavam ligados.

Organograma 5:
Evolução político-partidária em Sergipe – 1930 – 1964.





Fonte: Elaboração própria

Estes grupos e agremiações formavam um importante instrumento de constituição e identificação dos grupos políticos (ver os organogramas 1 e 5), numa celeuma de tendências político-ideológicas sem precedentes no Estado, no qual as diversas correntes políticas puderam, com entusiasmo e excessos, atacar seus adversários e divulgar suas promessas. Apesar de o período que marca a Constituinte de 1933 e as eleições de 1934 terem sido criados no Estado seis partidos políticos, o que se viu na prática foi a formação de dois grandes blocos nos quais esses partidos estavam divididos: o situacionista e o grupo dos usineiros (Ver organograma 5). A utilização de agrupamentos entre partidos diferentes – que vai levar o nome de coligação – é sintomático de eleições majoritárias, as quais, segundo Duverger (1980), quando se trata de eleições em turno único há uma tendência natural de disputas bipolares, e os grupos aqui expostos representavam exatamente essa primeira tentativa no Estado de criar uma coligação formada por vários partidos.

O grupo mais afetado com a Revolução de 1930 foi o dos usineiros e pecuaristas que passaram a ser governados por interventores e também perderiam o controle sobre o aparato estatal, estabelecendo uma crise entre a sociedade política e o grupo mais poderoso economicamente (DANTAS, 1989). A partir de 1933, já com a instauração da Justiça Eleitoral, observou-se que o desencadeamento do processo de constitucionalização do país fez com que a competição política se deslocasse de fato e de direito para o sistema partidário. Dentro desse contexto, o primeiro partido criado foi o dos usineiros e pecuaristas, a União Republicana de Sergipe (URS), fundado na Usina Pedras, pertencente ao coronel Gonçalo Rollemberg, mais conhecido como Gonçalo das Pedras, em março de 1933.

Uma segunda agremiação foi o Partido Social Progressista (PSP), que teria surgido da aproximação de remanescentes da Coligação Sergipana junto com alguns membros da AL que não se integraram ao governo de Maynard Gomes. Para Dantas (1989), esta era uma união circunstancial, identificada apenas pela "marginalização que o governo Manuel Dantas impusera aos grupos dos ex-presidentes, já que também estiveram separados de 1924 a 1930, depois de integrarem a mesma oligarquia em mandatos sucessivos"[135]. A presidência desse partido ficou com Amintas José Jorge, enquanto que Artur Fontes ocupava a primeira secretária e Gonçalo Rollemberg Leite, a segunda. Havia também, entre outros membros, Gracco Cardoso, Luís Rollemberg, Antônio Batista Bitencourt, Gentil Tavares, general Otávio Fontes Pitanga, Hunald Santaflor Cardoso. Enfim, era uma agremiação formada por um quadro de políticos ligados a "República Velha" e com a presença de alguns intelectuais.

Havia também o Partido Liberdade e Civismo (PLC), que estava ligado ao grupo dos interventores. Apesar disso, o principal nome e também presidente do Estado, Maynard Gomes, sempre fez questão de demonstrar sua posição contrária a vinculação político-partidária. É oportuno dizer que a sua imagem de "apolítico" contrastava com seus interesses de manutenção da posição ocupada na política estadual, o que pode ser constatado em sua movimentação no sentido de construir base de apoio político, inclusive com pessoas que antes de 1930 figuravam na elite política estadual. Não raro, costumava fazer campanhas para registrar adesão, ao passo em que manifestava a ideia de convocar todos os envolvidos na administração pública, inclusive prefeitos de diversos municípios, funcionários, com o fim de solicitar apoio para seu governo. Ademais, além de Maynard Gomes figurava nesse partido Rodrigues Dória, Edison Nobre de Lacerda e Leandro Maciel. Sendo que este último gozava de grande prestígio e que ainda estava ligado ao antigo PRS.

Enfim, a Revolução de 1930 colocou em jogo no estado três grupos políticos, que estavam articulados com três partidos distintos. Eram estes: o grupo formado pelos interventores, que estavam ligados ao Partido Liberdade e Civismo, e que envolvia forte contingente de grupos subalternos urbanos e parcela significativas do patronato rural. O grupo denominado por alguns autores como "decaídos", formado pelo ex-presidente do estado, Manuel Dantas, seu sobrinho, Humberto Dantas, seu irmão, Teófilo Dantas, ex-prefeito da capital, Leandro Maciel, seu ex-secretário de obras Francisco de Sousa Porto, candidato eleito que foi impedido de assumir pela Revolução. Já o terceiro grupo, este era formado pelos ex-presidentes do Estado, Pereira Lobo (1918-1922) e Gracco Cardoso (1922-1926) que, nos

[135] Cf. DANTAS, op. cit. p. 106.

últimos anos antes da Revolução, haviam criado uma coalizão denominada Coligação Sergipano, e a essa altura estava ligado ao Partido Social Progressista (PSP). Dito isto, enquanto Pereira Lobo tinha o controle do jornal *Sergipe Jornal*, Gracco Cardoso contava com o apoio de *A República*, jornal que estava sob o controle das famílias Leite e Rollemberg. Esse grupo ainda contava com políticos remanescentes da AL, tais como Artur Fortes e Marcelino José Jorge. Por fim, havia um quarto grupo formado por usineiros e pecuaristas, que estavam ligados à União Republicana de Sergipe (URS).

Basicamente, foram estes os grupos que disputariam a eleição de 03.05.1933, para Assembleia Nacional Constituinte. Dos quatro representantes do estado eleitos para a Constituinte, três estavam ligados à legenda Liberdade e Civismo, e um ligado a URS. A vitória nessa ocasião do grupo ligado ao interventor foi de grande importância, sobretudo porque isso daria maior força ao projeto desenvolvido pela presidência da república, conforme pode ser visto em matéria veiculada no jornal *Diário da Tarde*, publicada em 25.04.1933 (ver no anexo 6 a matéria na integra).

Apesar de a URS estar relacionada ao grupo economicamente mais poderoso do estado, não conseguiu se impor ao grupo tenentista que à época dominava a máquina pública (DANTAS, 1989; 2004). A vitória dos interventores se deve, por um lado, a estruturação do governo estadual com os governos municipais, através da aproximação de Maynard Gomes com prefeitos e políticos locais, seja através do envio de recursos para os municípios, ou mesmo pela disponibilização de cargos no aparato estatal, a exemplo dos postos de indicação em secretarias. Ademais, outro exemplo é o apoio de Leandro Maciel a esse grupo. Em linhas gerais, Leandro Maciel era um político habilidoso e que há algum tempo vinha construindo suas bases nos municípios e restabelecendo o apoio irrestrito com que gozava antes de 1930.

Apesar da ampla vitória dos interventores na Constituinte, Sousa (1991) aponta que esse também foi o momento em que os grupos conservadores passaram a se articular no sentido de se organizar para as próximas eleições. Ainda segundo a autora, se antes este grupo de oposição contestava por meio da imprensa, agora passariam a fazer uso da própria estrutura política favorável à criação de novas legendas para criar no estado uma série de partidos políticos, que representavam – cada um ao seu modo – os diferentes grupos políticos que passariam a figurar na política estadual a partir dali.

Coube aos conservadores ligados à URS se articular para a próxima campanha eleitoral a ser realizada no ano seguinte. Fato é que o período que intermediava as eleições para a Constituinte e as eleições estaduais de 1934 ficaram marcadas pela polarização política entre dois grupos: o dos interventores e o dos conservadores. A reordenação dos grupos

políticos que se formariam no curso de 1934, inclusive com a criação de novos partidos, alinhavam-se em torno de uma ou de outra dessas duas forças polarizadas entre si.

O resultado, dessa vez, foi favorável ao grupo conservador, que conseguiu eleger três dos quatro Deputados Federais e dezesseis dos trinta membros da bancada para a Assembleia Constituinte do Estado. Diante desse revés, Maynard Gomes relutou a entregar o governo e passou a ocupar o aparelho do estado através da força e do apoio federal. Apesar da resistência, Maynard Gomes não conseguiu manter por muito tempo seu governo, renunciando em 27.03.1935. Fato que levou a nova eleição, só que desta vez orquestrada pela Assembleia Constituinte Estadual que deu a Eronides Ferreira de Carvalho a vitória sobre Maynard Gomes, 16 e 14 votos, respectivamente.

Com esse resultado, os conservadores retornam ao poder. Como de costume, os conservadores, sobretudo os usineiros, não ocupavam cargos políticos, no geral indicavam e financiavam campanhas de pessoas alinhados aos seus interesses. Eronides de Carvalho chegava ao poder não apenas com o apoio do grupo economicamente mais poderoso do estado, representado pelos usineiros – que passariam a observar a crescente substituição dos antigos engenhos pelas usinas –, como também respaldado pela aliança entre a URS e o PSD[136], coalizão que havia nascido às vésperas das eleições de 1934, e que expressava a aliança entre dois grupos que, apesar de pertencer a classe economicamente mais poderosa do estado, não possuíam grandes afinidades entre si. Seus principais expoentes, Gonçalo Rollemberg ligado aos usineiros e Leandro Maciel, ligado ao setor açucareiro.

Com a vitória de Eronides de Carvalho e a renúncia de Augusto Maynard, a URS elegeu Augusto César Leite para senador, irmão do Dr. Sílvio César Leite e tio de Francisco Leite Neto, político que atuou nas três instâncias legislativas: Assembleia Estadual, Câmara Federal e Senado. É importante deixar claro que Eronildes de Carvalho representou a "classe conservadora" dos usineiros, contrários aos *maynardistas* (DANTAS, 2004). Sua participação no PRS e, por conseguinte, a relação com seu sogro, fez com que Francisco Leite Neto se inserisse na máquina político-administrativa na segunda Interventoria de Maynard Gomes, como Secretário Geral do Governo (1942-1945). Essa segunda Interventoria é caracterizada

[136] A coalizão URS e PDS, nascia às vésperas das eleições de 1934, e expressava a aliança de dois grupos que, apesar de situados no seio da classe dominante, não possuía, entre si, grandes afinidades. Seus principais expoentes, Gonçalo Rollemberg ligado aos usineiros e Leandro Maciel, proveniente também de uma aristocracia, só que açucareira.

ela conciliação de alguns usineiros da ex-URS com o governo de Maynard, "formalizado" pelo casamento entre sua filha e um Garcez[137].

Nesse sentido, podemos inferir que essa aproximação entre a "situação" e representantes de famílias expressivas, tais como os Garcez e alguns aderentes das famílias Rollemberg e Leite, é fruto de uma prática da elite política brasileira para prevenir possíveis golpes de Estado, que, durante a primeira metade da República, ocorreu com muita frequência. A fim de assegurar seus postos, a elite política procura cooptar antigos opositores ou grupos políticos de peso, distribuindo cargos importantes na administração, prevenindo possíveis hostilidades políticas (CONNIF, 2006).

Francisco Leite Neto, representado na Tabela 9 como membro da 4ª geração de políticos da família Rollemberg é filho de Sílvio César Leite e de Lourença Rollemberg Leite. Após iniciar os estudos em sua cidade natal, fez o curso ginasial no Colégio Salesiano, em Aracaju, e no Colégio Antônio Vieira, em Salvador, ingressando a seguir na Faculdade de Medicina da Bahia. Abandonou o curso de médico no segundo ano e diplomou-se em odontologia, matriculando-se em seguida na Faculdade de Direito da Bahia, pela qual se bacharelou em 1935.

Casou-se com Celina Carvalho, com quem teve cinco filhos, e ingressou na vida política ao lado e sob influência de sogro, Antônio Manuel de Carvalho Neto, que foi deputado federal de 1921 a 1926 e retornou à Câmara Federal de 1947 a 1948 e de 1951 a 1954. Assim, em outubro de 1934 elegeu-se deputado para a Assembleia Constituinte de Sergipe. Com a promulgação da nova Constituição estadual e a transformação da Constituinte em Assembleia Legislativa ocupou a cadeira de deputado até 10 de novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo, os órgãos legislativos do país foram suprimidos.

Com a nomeação de Erônides de Carvalho, foi designado diretor da penitenciária do estado. Em 1938, assumiu a cátedra de economia e finanças da Escola Técnica de Comércio de Sergipe. Em 1941, com a substituição de Erônides de Carvalho pelo capitão Milton Pereira de Azevedo, deixou a direção da penitenciária para assumir a Secretaria Geral do estado de Sergipe. Permaneceu nesse cargo durante a interventoria de Augusto Maynard Gomes, iniciada em 1942, e, em 1945, com a desagregação do Estado Novo e a reorganização partidária, ingressou no Partido Social Democrático (PSD), fundado por essa época.

[137] Trata-se de Lígia Maynard Garcez que contraiu matrimônio aos 16 anos com José Garcez Vieira, união que durou 50 anos, tendo seis filhos (Maria Lygia, Ana Maria, Maria Augusta, José Garcez, Júlio Augusto e Alberto), 16 netos e 12 bisnetos. Dona Lygia faleceu em 19 de outubro de 2009.

Com isso, assumindo interinamente a função de interventor federal em Sergipe em 19 de outubro de 1945, Francisco Leite Neto foi efetivado no cargo em substituição a Augusto Maynard, que se exonerou para candidatar-se ao governo do estado. Dois dias depois, entretanto, Getúlio Vargas foi deposto por um golpe militar e substituído na presidência da República por José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Por determinação deste, todos os interventores nos estados foram substituídos pelos presidentes dos tribunais de Justiça. Assim, no dia 3 de novembro, Leite Neto entregou o governo ao desembargador Hunald Santaflor Cardoso.

Eleito em dezembro de 1945 deputado federal pelo PSD, assumiu sua cadeira em fevereiro de 1946. Participou dos trabalhos constituintes e, com a promulgação da nova Constituição (18/9/1946), exerceu seu mandato na legislatura ordinária que se seguiu. Reeleito na mesma legenda, nos pleitos de outubro de 1950, de 1954 e de 1958, participou da Comissão de Finanças e da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira – que chegou a presidir –, atuando como relator do orçamento do Ministério da Educação e Cultura e da Receita Geral da União.

Na eleição de outubro de 1960, elegeu-se senador na coligação formada pelo PSD e o Partido Republicano Trabalhista (PRT). Mais adiante, deixa a Câmara em janeiro de 1963, e inicia o mandato no Senado em fevereiro seguinte[138]. No poder, conseguiu ajudar seu irmão, José Rollemberg Leite, que se elegeu governador do estado no pleito de 1947. Com a redemocratização, em 1945, José Rollemberg Leite alinhou-se no PSD. Disputou a eleição de 19 de janeiro de 1947 para o governo contra o favoritismo de Luiz Garcia, da UDN (União Democrática Nacional), e a pregação ideológica de Orlando Dantas, candidato da Esquerda Democrática. Alguns historiadores como, por exemplo, Ibarê Dantas, consideram esta como uma eleição radicalizada e influenciada pela Liga Eleitoral Católica (LEC), presidida, à época, por Hélio Ribeiro. A LEC tinha feito, meses antes, um acordo informal com os candidatos da UDN, em torno de temas católicos que deveriam ser levados ao povo, como a condenação ao divórcio e ao aborto, dentre outros temas.

A UDN avaliou que o apoio dos comunistas, então na legalidade, deveria representar mais votos do que o apoio dos católicos, capitaneados pela LEC, e rompeu o acerto anterior. Frente a essa mudança de opinião da UDN a LEC passou a apoiar e patrocinar a campanha de

[138] Os dados apresentados acerca da biografia de Francisco Leite Neto foram acessados no arquivo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leite-neto-francisco, visualizado em 24-10-2019, às 21:15.

José Rollemberg Leite, pela coligação PSD-PR, que venceu a eleição com diferença substancial, 40.847 votos contra 25.793 de Luiz Garcia votos e; 948 votos de Orlando Dantas.

Sua carreira política não inicia nem termina com a ocupação do cargo de Governador. Antes disso, teve o seu primeiro cargo (de comissão) de Diretor-geral do Departamento de Educação do Estado de Sergipe, por decreto do Interventor em 11 de julho de 1941. No dia 2 de janeiro de 1942, assumiu o cargo de diretor de Departamento de Obras e Estradas, acumulando dois cargos de diretoria. Foi também Senador da República (1965-1970), inicialmente pelo PSD e depois passou para a ARENA, em função do bipartidarismo, imposto pelo regime militar. Sobre sua migração para o partido governista, Dantas (2014) sugere que essa foi uma condição relativamente comum frente aos Atos Institucionais (AIs), mais especificamente o AI-2[139]. Para esse autor, assim como ocorreu em outros estados, em Sergipe a grande maioria dos políticos em exercício optaram pelo partido do governo. O quadro que se organizou ficou o seguinte: todos os deputados estaduais migraram para a ARENA[140]; enquanto que para a Câmara Federal, o bloco que optou pelo MDB foi relativamente elevado. Dos sete parlamentares da representação de Sergipe para aquela "casa", quatro aderiram a ARENA e três ao MDB. Entre os que figuraram na oposição destacava-se nomes como os de Arnaldo Rollemberg Garcez (voltaremos a debater seu caso mais adiante), ex-PSD; Lourival Batista, ex-UDN, e José Passos Porto, ex-UDN, indicando, assim, a predominância dos quadros provenientes da UDN (Conforme pode ser observado na tabela 10). Desse grupo, Lourival Batista foi o político que mais se destacou no período pós-1964. Ainda para este autor, a migração se desenrolou como forma de manutenção dos grupos dominantes locais no poder, de modo que estes, não obstante à imposição do governo federal, não relutaram em migrar para o partido do governo. Ademais, além de lhes permitirem maiores chances de sucesso nas campanhas eleitorais futuras, também lhes garantiriam acesso a maiores recursos para manutenção desses mesmos mandatos.

---

[139] O Ato Institucional Número Dois (AI-2) foi baixado pelo regime militar, em 27 de outubro de 1965, como resposta aos resultados das eleições que ocorreram no início daquele mês. Seguindo a estratégia delineada pelos militares anteriormente a 31 de março de 1964, foi necessária a edição de mais um Ato Institucional, agora com 33 artigos, pois certos dispositivos da Constituição de 1946 não eram compatíveis com a nova ordem "revolucionária". Entre outros pontos, como o aumento do número de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de onze para dezesseis, fazendo com que o governo tivesse maioria no STF e permitindo que civis fossem presos e processados por crimes contra a segurança nacional, interessa-nos saber que este AI também foi responsável pela instauração do bipartidarismo. Ou seja, tornou o pluripartidarismo ilegal e instituiu apenas dois partidos: o ARENA e o MDB. Sendo o primeiro o partido do governo e o segundo um tipo de oposição consentida.

[140] Essa foi uma rara exceção quando comparado com o cenário encontrado em outros estados.

Tabela 10
Candidatos Eleitos para Deputado Federal – 1966.

Candidatos	Origem partidária	votação
ARENA		
Augusto do Prado Franco	UDN	21.360
Arnaldo Rollemberg Garcez	PSD	13.696
Raimundo Menezes Diniz	PR	12.825
João Machado R. Mendonça	UDN	12.496
Luiz Garcia	UDN	12.278
José Passos Porto	UDN	8.899
MDB		
José Carlos Mesquita Teixeira	PSD	13.225

Fonte: FORTES NETO, José Bonifácio. Democracia de raros, in: Revista brasileira de estudos políticos. Belo Horizonte, UFMG, 1968, p. 107.

Uma das principais consequências da maciça migração partidária dos principais quadros da política local foi mesmo o grande investimento nas campanhas políticas dali em diante. Conforme demonstra Fortes Neto (1968), "nunca, em nenhum pleito sergipano, houve tanta corrupção como neste. Nunca se gastou tanto dinheiro em troca de voto"[141]. Ainda segundo Fortes Neto (1968), e é aí que reside sua importância nesse momento, a "briga" não ocorreu somente entre os dois partidos compulsórios, mas, principalmente, no seio da ARENA. Em suma, isto ocorreu em decorrência da campanha de voto nulo desencadeada às vésperas das eleições, que não surtiu efeito decisivo, visto que entre os 148.617 votantes houve apenas 5.968 votos nulos para Senador (4,07%), 5.001 na eleição para a CD (3,02%) e 4.726 no pleito para a assembleia legislativa (3,01%). A maior percentagem de votos nulos ocorreu no pleito em que houve cédula única, pelas razões obvias da fraca alfabetização do eleitorado. a menor percentagem aconteceu na votação para a Assembleia Legislativa, quando havia maior motivação local e maior empenho dos cabos eleitorais[142].

Notemos que a partir do *Estado Novo* o grupo familiar dos Rollemberg, na figura de alguns políticos, começa a "preparar o terreno" de sua influência política a partir da chefia em grupos partidários em Sergipe. Conforme sugere Codato (2013), apesar dessa interventoria, a exemplo da anterior, ter como objetivo a centralização do poder, bem como a diminuição do poder das oligarquias locais, alguns elementos ajudam a perceber diferenças fundamentais

[141] Cf. FORTES NETO, op. cit. p. 104.
[142] Obviamente, há diferentes substanciais quanto a dinâmica eleitoral dos diferentes níveis de disputas políticas, sendo prudente dizer que as disputas por cargos de Deputado Estadual e de Deputado Federal operam em lógicas diferentes. Trataremos dessa questão mais adiante.

entre esse momento e o momento anterior[143]. Em suas palavras, "por mais autoritárias que fossem as medidas para cancelar os espaços tradicionais da elite política tradicional [...] ou para abolir os símbolos 'regionalistas' [...] as facções regionais não apenas teimavam em persistir, como continuavam dando o tom das lutas intraoligárquicas"[144]. Isso significa dizer que, apesar do esforço do governo federal para diminuir o poder das elites locais, o que se viu foi uma aproximação com as oligarquias dissidentes (coronéis, líderes locais e prefeitos) mediada pela troca de apoio por distribuição de cargos e secretarias, e/ou como no caso de Eronides de Carvalho, as oligarquias locais, representadas por usineiros e donos de engenho, passariam a compor a principal base de apoio de um interventor.

Apesar de apresentar membros espalhados nos três agrupamentos políticos, é clara a orientação política "conservadora" e com tendências oligárquicas da família Rollemberg, uma vez que os três principais partidos (PSD, URS e UDN) não destoavam muito no ponto de vista ideológico. A partir de 1946, os Rollemberg se inserem fortemente na esfera política, passando a ter quatro membros eleitos na mesma eleição, sendo dois deputados federais, os primos Francisco Leite Neto e Carlos Waldemar Rollemberg, e dois deputados estaduais, os primos Joé Rollemberg Leite e Armando Leite Rollemberg.

Diante disso, o exemplo de D. Sinhá, descrito no livro de Albuquerque (2005), nos leva a constatação de que a família Rollemberg era uma família relativamente numerosa, com vários descendentes, muitos dos quais sequer envolveram-se na carreira política. Despojados de interesse, ou mesmo por terem sido excluído do jogo de sucessão dos postos políticos – aqui eu falo quase como uma sucessão monárquica, no qual o filho continua a carreira exercida pelo pai – esses outros nomes que não se tornam parte desta tese, mostra outra variável em torno do debate sobre a transmissão do capital político. A esse respeito, segundo Cânedo (2002), apesar de o nome da família recair como um tipo de competência do saber político, como forma de consagração de sucessivas gerações de uma mesma família ou parentela na atividade política, essa herança não é passada de forma direta. Se é verdade que temos vários casos em que os laços consanguíneos não foram suficientes para desenvolver o "gosto" pela política e, consequentemente, não se envolveram nesse espaço de disputas; por outro lado, foi também encontrado casos de "apadrinhamento", em que sujeitos oriundos de famílias menos prestigiosas fizeram uso do sobrenome Rollemberg – de forma consentida pelos membros da família – como forma de aquisição desse capital político-familiar. É o caso

[143] No caso do texto a comparação é feita entre a interventoria pós Revolução de 1930 e aquela estabelecida pós o golpe que inaugurou o Estado Novo.
[144] Cf. CODATO, op. cit., p. 190.

de Arnaldo Rollemberg Garcez, nasceu a 19 de janeiro de 1911, em Itaporanga, Sergipe. Filho de João Sobral Garcez e de Alzira Barreto Garcez. Segundo Santos (2002), o nome originário da família materna era Barreto, mas ganhou o Rollemberg por conta de ter sido amparada, em sua criação, por Adolfo de Faro Rollemberg, do Engenho Escurial, conforme pode ser constatado no texto de Santos (2002):

> Meu nome dentro do traço de família era Arnaldo Barreto Garcez. Como meus avós morreram muito cedo, quem criou minha mãe foi Adolfo Rollemberg, que, sem dúvida nenhuma, um dos homens importantes de Sergipe, por sua prudência, por sua capacidade, por seu equilíbrio e, sobretudo, por sua moral. Era um homem que ditava regras e resolvia as questões dos outros. E ele não resolvia sobre pressão, por uma questão de ordem moral. Foi um homem solteiro, não casou e criou praticamente minha mãe. Meus avós morreram em São Paulo. Então, ele mandou buscar para viver no Escurial, minha avó, minha mãe e uma irmã dela, que se chamava Amélia. Adolfo tinha, no Engenho Escurial, um grande salão, onde os seus empregados dançavam. Naquela época, não era fácil. Havia o que se chama de distância social (OSMÁRIO, 2002, 136).

O Escurial era um dos mais importantes engenhos da província e pertencia ao Barão de Estância (ver anexo 6). Quando morreu em 1904, seus bens já estavam partilhados entre seus herdeiros, sendo os maiores beneficiados os sucessores de sua primeira filha, Amélia Dias Rollemberg, casada com José de Faro Rollemberg – filho do Barão da Japaratuba. Seu bem mais precioso e cultuado, o Engenho Escurial, ficou para seu neto Adolfo de Faro Rollemberg. Como Adolfo Rollemberg não teve filhos, acabou "adotando" a mãe de Arnaldo Rollemberg Garcez e suas irmãs como filhos. Fato é que, não raro, Arnaldo Garcez evocava sua relação com a mãe e, consequentemente, com Adolfo Rollemberg, seu cuidador. Como diz: "traços característicos de uma herança de família e de uma criação no Escurial com as mãos sérias de Adolfo Rollemberg" (SANTOS, 2002, p. 136).

Arnaldo Rollemberg Garcez casou-se com sua prima, Maria Augusta Garcez e não deixou descendentes diretos, apenas uma filha de criação, que se chama Maria Augusta Garcez. Fato é que, em posse de um sobrenome de grande prestígio no estado, e reconhecido pela sociedade como "herdeiro" do capital político advindo desse mesmo sobrenome passou a ser incentivado pelo tio e futuro sogro, Sílvio Garcez. Com efeito, entrou na vida política, filiando-se à União republicana em 1932, partido que era liderado pelo médico Augusto César Leite. Para Dantas (1989), a ascensão política se deve a vários fatores, entre os quais o próprio domínio exercido pelo PSD e pelo PR, que abrange o quatriênio 1951 a 1955. Quando Arnaldo Rollemberg Garcez assumiu o governo do estado, em 12.02.1951, já era dotado de experiência política. Desse modo, embora tivesse por atividade principal a administração de sua propriedade rural, já havia sido deputado à Constituinte estadual, permanecendo na

Assembleia até novembro de 1937, quando ocorreu o golpe de Estado Novo. Posteriormente, como ex-membro da União Republicana de Sergipe (URS) e ligado ao interventor Eronides de Carvalho, integrou, em 1940, o Conselho Administrativo do Estado por cerca de um ano. Com a formação do novo sistema partidário, foi um dos fundadores do PSD e, em 1946, foi coado para a interventoria do Estado, apoiado por Maynard. Dantas (1989) ainda aponta para as dificuldades encontradas na gestão das tensões entre Arnaldo Garcez e o chefe de seu grupo político, Leite Neto.

A trajetória de Arnaldo Rollemberg Garcez foi marcada pelo pioneirismo partidário, junto a fatos importantes relacionados à redemocratização do Brasil e de Sergipe. Junto a outros políticos importantes do estado, em 1945 firmou-se no PSD (Partido Social Democrático). Em 1950 venceu a eleição que tinha como candidato da UDN, Leandro Maciel. Com isso, terminado seu tempo de governo em 1959/1963 tornou-se Deputado Federal pelo PSD. Reelegeu-se pela ARENA como Deputado por mais dois mandatos. Foi Prefeito de Itaporanga entre 1983 e 1987 e de 1993 a 1997.

A longevidade na carreira política apresentada no Quadro 7 sugere que lidamos não apenas com políticos de diferentes gerações que ocupam postos de representação em momentos diferentes, mas com sujeitos de diferentes gerações que acionam os mesmos tipos de recursos para se consagrarem nas posições de representação política. No caso, o nome da família que recai como um tipo de competência do saber político, como forma de consagração de sucessivas gerações de uma mesma família ou parentela no mesmo ramo de atividade (LEWIN, 1993; CANÊDO, 2002).

Isto posto, podemos dizer que, do ponto de vista do sucesso dos membros da família Rollemberg e, sobretudo, na observação de todos os postos políticos que cada um desses ocupou, é preciso relativizar a ideia de linearidade na trajetória de seus membros. Em síntese, quando colocados lado a lado, observamos que as suas carreiras, aparentemente semelhantes, escondem diferentes caminhos percorridos para a entrada ou ascensão dentro desse espaço de disputas, bem como as motivações e escolhas a que estiveram submetidos. Os sujeitos aqui considerados alcançaram os mais altos postos na carreira política local, e sobreviveram às mudanças de regimes políticos, econômicos e sociais, assim como a própria renovação das gerações – dentro e fora de sua família – que figuraram a cena local e que vez ou outra colocavam em xeque sua supremacia. O que estamos chamando atenção aqui é para o fato de que, apesar de tomarmos o nome da família como um tipo de recurso disponível, como um tipo de competência reconhecida socialmente, cada sujeito possui sua própria forma de lidar com as implicações que uma campanha e carreira política exige.

A biografia da maioria dos políticos aqui considerados mostra a importância da precocidade política, fruto da atividade pedagógica familiar, dando sentido ao duplo jogo do trabalho de representação no qual as suas famílias se empenham: o domínio da cultura familiar e o da cultura política[145]. Ao analisar a família Rollemberg e, mais precisamente, o a adoção do sobrenome e as relações familiares e simbólicas que isso esconde, observamos num primeiro momento que um grupo familiar está para além da consanguinidade, sendo percebida também, como um grupo de adesão. No caso em tela, a simples adoção de um "sobrenome" Rollemberg por Arnaldo Garcez sugere também uma "transmissão simbólica" de sua reputação e do capital social acumulado pela família, apropriando-se dos "trunfos familiares", assim como os deveres e obrigações pertinentes aqueles que os detêm, tais como constantes renovações dos laços sociais familiares. Por conseguinte, e diante do mesmo caso (o de Arnaldo Garcez), o "sobrenome" Rollemberg potencializa o conjunto dos recursos políticos pessoais, e também é acionado para criar uma distinção entre aqueles que possuem uma "vocação familiar"[146], ou "predisposição ao poder", e os "profanos" para usar os termos definidos por Grill (2008) para tratar de outra realidade[147].

Ao comentar um tipo de gramática política adquirida no meio familiar Cânedo (2002) cita o caso de Tancredo Neves. Conforme relato do político citado no texto mencionado: "meu pai lia atentamente todos os jornais da época, que publicavam na íntegra os discursos proferidos no Senado e na Câmara. E ele me incentivava a ler em voz alta esse discurso para ele ouvir. Lembro que eu lia discursos exaustivos de Rui Barbosa, lia discursos exaustivos de Irineu Machado [...]"[148]. A autora acrescenta ainda que, embora o convívio sob regras mais ou menos estruturadas para a transmissão dos saberes políticos, o que mais importava eram as lógicas das obrigações clientelares que se encontravam no bojo desse sistema de transmissão de saberes e aprendizagem prévia do serviço público. Esse tipo de prática, ainda segundo a autora, "ensina o herdeiro a agir conforme as regras admitidas, contribuindo para garantir

[145] A esse respeito, me parece que os bastidores da formação cultural e política da família Rollemberg, assim como da preocupação de seus membros com relação a espaço de poder na província (durante o Império) e no estado (durante a República), sugiro a leitura do livro "Memórias de dona Sinhá", escrito com notório zelo por Samuel Albuquerque.

[146] Entendemos "vocação familiar" como uma predisposição dos membros de uma família às atividades políticas, uma vez que estes estão desde cedo familiarizados com as lógicas da política, sofrendo um processo de "naturalização" dessas lógicas, seja nas reuniões familiares, à mesa de jantar, etc., apontando para uma espécie de politização precoce, ligada uma concepção própria do grupo familiar sobre política, bem como a práticas sociais comuns (SEIDL, 1999b; GRILL, 2008).

[147] Mais especificamente, o autor mencionado analisa o espaço político maranhense.

[148] Relato de Tancredo Neves, disponível em Cânedo (2002, p. 182).

fidelidades políticas, que valerão, mais tarde, com teste para o apoio familiar à carreira e como garantia dos votos a partir da cidade natal"[149].

São três as questões levantadas pelo texto supracitado, a primeira recai sobre a importância dos saberes adquiridos no âmbito familiar e como a aquisição de uma gramática política favorece o gosto e o conjunto de disposições para a atividade pública. Em segundo plano, a autora também destaca a importância dos laços clientelares que criam um tipo de vínculo moral entre patrão e cliente dentro das regras estabelecidas – embora não oficialmente – pelo clientelismo; por fim, há também o destaque para o local de origem, identificado no texto como "cidade natal" sugerindo a existência de uma zona de controle do voto alimentada pelas relações de troca entre diferentes sujeitos.

Analisar as sucessivas gerações tendo como base a família Rollemberg nos permite constatar todas essas questões, à medida que lidamos aqui com uma família cujo poder inicial está no latifúndio, com as suas bases mais ou mesmos organizadas no Império, e que frente as mudanças históricas, sociais e também econômicas foram obrigadas a aprender a jogar com novas regras da "ordem democrática"[150], além daquelas das quais já estavam habituadas.

A tendência que se observa é no sentido de uma profissionalização do *métier* político, "ligada aos progressos da implantação dos partidos políticos sobre o conjunto do território e ao cuidado deles em apresentar o maior número de candidatos em todas as eleições, na mira de um crescimento de sua audiência e de um melhor controle dos mandatos eletivos"[151].

Nesse aspecto, concordamos com os argumentos de Saint Martin (2008) quando afirma que as mudanças históricas, sociais e políticas tendem a criar fissuras, permitindo a chegada de novos sujeitos em cena, ainda que isso não signifique a perda de poder dos grupos historicamente dominantes. Em seus termos, "as mudanças e governo, de política, o que se denomina 'alternância', com frequência acarretam inflexões nas equipes de poder e em diretores de ministérios, mas não altera em profundidade os equilíbrios estruturais"[152]. Em outras palavras, mesmo que hajam fissuras e inflexões a probabilidade de *outsiders* pouco conhecido na classe política tornar-se, em pouco tempo, Presidente da República é relativamente baixa. O mesmo ocorre quando se trata de cargos proporcionais que, assim como os majoritários, tendem a favorecer os que já estão no poder e, portanto, controlam a máquina pública. Podemos observar, empiricamente, essa constatação de Saint Martin (2008)

[149] Cf. CANEDO, op. cit. p. 182-183.
[150] Refiro-me, mais particularmente, a Proclamação da República e a primeira Constituição Republicana de 1891.
[151] Obviamente está não é uma particularidade do Brasil frente a mudança de sistema político e econômico; Gaxie (1993) afirmou algo semelhante a propósito da França no fim do século XIX.
[152] Cf. SAINT MARTIN, op. cit. p. 44.

a partir do texto de Cânedo (2002) quando comparada as diferentes estratégias de manutenção dos mandatos de representação política entre mineiros e paulistas. Se para o primeiro grupo houve uma relativa continuidade na elite política nacional; no segundo grupo, apesar de um hiato de quase 60 anos – da revolução de 1930 a chegada de Fernando Henrique no poder –, conseguiram manterem-se em postos do legislativo federal e também em postos ministeriais de vários presidentes. A autora tece a hipótese de que as mudanças, oriundas da revolução de 1930, afetaram os modos de seleção dos políticos profissionais. A partir de então, "não foi mais possível valer-se unicamente das prerrogativas inerentes ao sistema de reprodução direta, que fazia com que um patrimônio político herdado e a posse de um diploma de prestígio se constituíssem em estágio praticamente suficiente à iniciação na carreira política"[153].

Dito de outra forma, haveria, nos bastidores dessas transformações, modos diversos de acumulação e de conservação do saber político, formas particulares de tirar proveito dele e diferenças impostas pela maioria distintas de aquisição e de transmissão das práticas, por meio das quais os políticos afirmam seu código comum de significação, presente em cada uma de suas ações. Seriam como se ocorresse a partir de 1930 transformações não apenas no espaço de poder, mas na própria necessidade de novas estratégias para manterem-se nos postos mais importantes.

2.5 "Vinhos antigos em novas garrafas" ou reordenações políticas em conformação com redes de relações políticas?

A frase entre aspas refere-se à tese de Madeira (2006) intitulada *"Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de exarenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro",* na qual o autor analisa a transição do bipartidarismo para o multipartidarismo, demonstrando a permanência de quadros consagrados dentro do regime não democráticos e que permaneceram na cena política mesmo depois do período de redemocratização. Em resumo, a tese se assenta na perspectiva segundo a qual, "novos" partidos políticos não são tão novos assim, pois são formados por elites políticas que mantêm uma atuação ativa e ininterrupta (Muitas das quais com atuação desde o multipartidarismo anterior – 1945/65). Desta forma, tal como observa o autor, há uma quantidade significativa de famílias ou

[153] Cf. CANEDO, op. cit. p. 173.

máquinas políticas e eleitorais que transpõem "com êxito as fronteiras representadas pela troca de sistemas partidários"[154]. Em outras palavras, dentro do jogo de troca de nomes dos partidos políticos como os descritos nos Organogramas 1 e 5, e da permanência de oligarquias partidárias – nos termos definidos por Michels (1982) – no controle dos mesmos, entendemos que a transformação oriunda do sistema partidário não se mostrou capaz de solapar o domínio de grupos políticos já consagrados.

Ainda sobre a permanência de grupos ligados a elite política local, nosso texto tem demonstrado que a passagem do predomínio de práticas políticas baseada no domínio de "currais" eleitorais transmitidos como "feudos" e dentro de uma lógica sistêmica parental e familiar, para uma política baseada na composição de redes diversificadas e capazes de formar e manter bases cada vez mais amplas e distantes do tradicional eleitorado dos parlamentares, não significou a perda de poder de pessoas ligadas às famílias tradicionais do estado, mas a reordenação de forças desses sujeitos, assim como a adoção de uma nova relação com eleitores, cabos eleitorais e referentes. Não foram poucos os casos em que essa tendência se manifestou. Podemos citar, à título de exemplo, o caso dos ex-monarquista que ficaram fora do jogo político nos primeiros anos de República, e depois tornaram-se "adesistas", ou seja, se ligando as estruturas políticas do período e sendo privilegiados pelo *status* do qual gozavam durante o Império. No caso em pauta, a adesão daqueles que no antigo regime figuravam no Partido Conservado e Partido Liberal não foi novidade, uma vez que a migração/adesão seria a única forma possível para entrarem no "jogo" político e assim se firmarem frente às novas conjunturas pós instauração da República (DANTAS, 2009).

Tal como constatou Madeira (2006), em Sergipe também houve a permanência de quadros políticos originários do período militar. Exemplo disso são os políticos fundadores, no estado, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em abril de 1966[155]. À época, Sergipe contava com uma bancada federal de três Senadores (Heribaldo Vieira, eleito em 1958 pela UDN, Leite Neto, eleito em 1962, pelo PSD e Júlio Leite, eleito também em 1962, pelo PR) e sete deputados federais (Arnaldo Garcez, José Carlos Teixeira, ambos do PSD, Euclides Paes Mendonça, Edvaldo Diniz, Lourival Baptista, João Machado Rollemberg Mendonça, todos da UDN, e Ariosto Amado (PSB), que assumiu a vaga de Armando Rollemberg (PR), nomeado ainda pelo presidente João Goulart para o Tribunal Federal de

[154] Cf. MADEIRA, op. cit. p. 11;

[155] Embora esse partido, tenha sido criado em 1965 no plano federal, com o objetivo de cumprir o papel de oposição consentida ao Governo Militar instaurado em 1964, ele só se instituiu oficialmente em Sergipe em 1966.

Recursos, atual STJ). Apenas José Carlos Teixeira, dentre todos os eleitos de 1962, não tomou o caminho da situação, assumindo o comando do MDB, para organizar a resistência ao autoritarismo em Sergipe. E foi seguido por Ariosto Amado (FORTES NETO, 1962; 1968).

O texto também mostrou que esses políticos não apenas representaram a retomada de poder das velhas elites econômicas e políticas, como também demonstrou uma relativa estabilidade a partir de então. Em outro momento, observou-se algo semelhante, isso quando o golpe de 1930 tirou do poder todos os grupos ligados as oligarquias e, dentro do projeto de centralização política de Vargas, foram substituídos por interventores, muitos dos quais sem raízes locais. Nesse caso, como no outro exemplo, houve um primeiro momento de reordenamento de forças e, depois, a retomada de poder das velhas elites através da ocupação de postos de representação política por membros das famílias tradicionais. Mais do que os antigos quadros políticos permanecendo no governo militar (conforme tabela 10), também é possível constar, assim como Madeira (2006), que muitos dos sujeitos que figuram até hoje na cena política local são oriundos daquele período. À exemplo do próprio Francisco Rollemberg que permaneceu até 2002 na CD, ou José Carlos Machado foi candidato a governador, à época e que esteve como vice-prefeito de Aracaju no período de 2012 a 2016.

Para efeito dessa tese, isso significa dizer que famílias e parentelas – parte importante da elite política local –, como também os partidos políticos, não perderam sua importância como meio de formação de bases de apoio político, ou mesmo como recurso passível de ser convertido para o espaço de disputas políticas. Esse capítulo demonstrou que as famílias e os seus respectivos membros, frente ao aumento da concorrência eleitoral, muitas das quais em concorrência com outras famílias – vide o caso dos Reis e os Ribeiro, em Lagarto –, passaram a trabalhar na ampliação de redes de contato e de formação de bases de apoio político cada vez mais distantes de seu eleitorado tradicional: suas cidades-natal, distrito ou região. Essa percepção fez com que àqueles que pleiteavam "cadeira" na CD tivessem que ampliar as áreas de contato, fazendo trabalhos no sentido de tornarem-se conhecidos em outras regiões do estado. Em resumo, não mais fazendo uma política concentrada e de manutenção de bases tradicionais, mas de formação de alianças com sujeitos de diferentes lugares. Assim, procedendo, a partir dos casos aqui apresentados é possível demonstrar que as mudanças oriundas do sistema partidário não significaram a entrada de novos personagens na cena política, mas a reordenação do *métier* de políticos já consagrados no espaço de disputas locais. O que parece uma tendência, tanto para os casos acima identificados – passagem para a República e do pós golpe de 1930 –, como também para períodos subsequentes, como é o caso do reordenamento de forças após o golpe de 1964 e da instauração do bipartidarismo,

que levou sujeitos que militavam em partidos diferentes a se aglutinarem na ARENA (DANTAS, 2014). Ou ainda como no caso demonstrado por Madeira (2006) e a continuidade de quadros consagrados no período militar na esfera política pós redemocratização.

A partir do exame de alguns políticos, oriundos de tradicionais famílias, do estado é possível perceber justamente essas reordenações empiricamente. Com efeito, o aumento do coeficiente de membros da família Rollemberg em postos de representação política surgem algumas hipóteses que consagra a imbricação entre o capital político familiar, as reordenações que esses membros passaram, e a própria estrutura política e social na qual tais trajetórias ocorrem. A hipótese mais plausível acerca dessas questões reside no texto de Dantas (1987), o qual nos permite entender com relativa temporalidade o desenvolvimento dos saberes e práticas políticas a partir das transformações oriundas do mandonismo local. Segundo o autor – e aí reside uma das principais divergências com relação ao tema e a opinião de outros pesquisadores como Pereira de Queiroz (1976), Décio Saes (1982) Carvalho (1997) e o próprio Leal (1975) –, o voto nem sempre configurou como a principal fonte de poder da elite política local. Em seus termos, o coronelismo se desenvolveu a partir de três fases distintas: a primeira marcada pela coerção e pela extensão das milícias particulares (1900-1930); uma segunda fase marcada pela perda do poder de coerção do coronel, em detrimento daquilo que chamou de "tradição do mando", ou seja, o seu prestígio social. Nessa fase, o coronel passa a se adequar ao novo cenário político-econômico, enquanto aos interventores não restaria alternativa senão a de barganhar com as antigas lideranças locais. Com efeito, o poder do coronel deixa de ser baseado no mando e dentro das relações parentais, e passa a se manifestar também em forma de um tipo de solidariedade que estaria ligada a determinadas profissões (os médicos e advogados, por exemplo) ou mesmo baseado no que Lewin (1993) e outros autores chamam de amizade instrumental[156].

A última fase se consagrou a partir do segundo governo Vargas (1950-1954) e se insere dentro de um período que ficou comumente conhecido como quarta república ou República democrática populista[157], que não apenas serve de esteio para a criação de diversos

[156] Segundo essa autora a partir desse período a solidariedade deixa de ser vertical e passa a ser horizontal. Horizontal porque agora a solidariedade está vinculada a determinadas profissões, por exemplo, os médicos. A solidariedade é horizontal porque deixa de ser baseada no mando do coronel e dentro das relações de parentela, e passa a ser baseada naquilo que Linda Lewin (1993) chama de amizade instrumental. Para saber mais sobre os usos sociológicos do termo "amizade instrumental" sugiro a leitura de Wolf (1956 e 2003).

[157] Segundo Ferreira (2010), embora as eleições de 1933 tenham constituído, a partir da Assembleia Nacional Constituinte, o voto secreto e a Justiça Eleitoral, assim como a expansão do direito do voto feminino, foi apenas a partir de 1946 que essas diretrizes foram, de fato, consagradas. Em dezembro de 1945, o eleitorado brasileiro foi às urnas e, pelo voto secreto e sob a fiscalização do Poder Judiciário, elegeu o presidente da República, deputados federais e senadores. A eleição é considerada a primeira efetivamente democrática ocorrida no Brasil. Os parlamentares formaram uma Assembleia Nacional Constituinte, livremente eleita e politicamente soberana,

partidos políticos, como também simboliza o fortalecimento desses mesmos partidos enquanto instituições capazes de representar os interesses de diferentes camadas sociais. Com a liberdade política, o direito ao voto e as medidas populistas difundidas, o coronel do meio rural passou a utilizar de medidas paternalistas, estabelecendo uma relação dependente com o indivíduo, que em troca lhe concede o voto. Nesse jogo, surge a figura do cabo eleitoral, que materializava a extensão das redes do Coronel, cujo poder agora – mais do que antes – dependia da quantidade de votos que consegue arrebanhar, não mais pelo poder coercitivo, mas principalmente pelo cumprimento de favores e serviços da população que lhe garante o voto transformando-o em uma moeda de negócios. O coronel dá ao indivíduo o que ele necessita em troca da sua "moeda comercial": o voto. "[...] São as relações mercantis se ampliando dentro do processo eleitoral, concorrendo no fundo para minar suas bases ideológicas e comprometer a própria existência do coronelismo"[158].

Em tempo, é oportuno dizer que o fenômeno do coronelismo não se apresentou da mesma forma em todos os estados, assim como também não acabou no mesmo momento. A esse respeito, segundo Farias (1999):

> No Brasil, a partir do movimento político-militar de 1930, a prevalência do coronelismo na política nacional foi rompida – o que não significa dizer que sua influência foi eliminada no plano nacional, através, por exemplo do PSD –, mas continuou o seu predomínio nos planos estaduais e municipais, tendo vida mais longa, sobretudo nas áreas menos desenvolvidas"[159].

O autor cita o caso do Piauí para demonstrar a permanência do coronelismo através do monopólio da política coronelista, de forma que só irá acontecer no final da década de 1950, ao mesmo passo que, ao apresentar o caso de São Paulo, argumenta que "frente a expansão da indústria e urbanização a partir dos anos 1930, a volta da democracia em 1945 assistiu ao domínio do coronelismo com outros padrões de política: o clientelismo, o corporativismo, o universalismo de procedimentos"[160]. Assim, a partir dos argumentos do autor e da análise empírica desenvolvida por Dantas (1987), podemos dizer que Sergipe se insere mais no primeiro modelo [do Piauí], ao mesmo passo que também podemos concluir – ainda dentro da tipologia desenvolvida na tese de Farias (1990) – que, quanto mais desenvolvida é uma

---

inaugurando, no Brasil, o regime de democracia representativa. Na Assembleia Constituinte estavam representados diversos setores da sociedade brasileira, de liberais a comunistas. Embora sob forte influência da democracia-liberal vitoriosa ao final da Segunda Guerra Mundial e com o repúdio ao autoritarismo do Estado Novo. Para maior aprofundamento no tema, sugiro a leitura de Lavareda (1999).

[158] Cf. DANTAS, op. cit. p. 33.

[159] Cf. FARIAS, op. cit. p. 8.

[160] Cf. FARIAS, op. cit. p. 8.

região, mais a sua política tende a repercutir no padrão dominante nacional; o mesmo também ocorre quando se trata do oposto.

Dentro desse processo histórico e também social, Singer (1965) sugere que tenha surgido o político profissional. Para o autor, e aí reside uma importante observação a partir do uso da tipologia weberiana dos tipos "puros" de dominação: o coronel representa um tipo de dominação tradicional, geralmente condicionado a posse de grandes propriedades rurais, nas quais possui autoridade indiscutida e quase ilimitada. Há, ainda, os representantes dos grupos econômicos, como sendo os representantes da dominação racional-legal que se origina de regras, estatutos e leis sancionadas pela Sociedade ou Organização. No geral, os representantes do grupo econômico se elege às custas de seu potencial econômico. A compra de votos de eleitores e a formação de alianças com cabos eleitorais se constituem como complemento necessário do representante do grupo econômico. Ainda para o autor, o número de grupos econômicos que procuram colocar representantes seus em órgãos legislativos e mesmo em executivos está crescendo, o mesmo vem acontecendo com o poderio econômico desses grupos. Nas palavras do autor, "isso se deve, de um lado, a expansão da economia capitalista no Brasil, da qual estes grupos são expressão direta. Resulta, por outro lado, também, da intervenção crescente do estado no campo econômico, o que amplia a área de contato entre governo e grupos econômicos, valorizando cada vez mais a ação de representantes de tais grupos"[161]. Há, ainda, o político de clientela, cuja base de dominação se assenta naquilo que Weber (1998) chamou de demagogo, mas que para nós seria o político de clientela. O político de clientela difere do representante do grupo econômico por não estar ligado a interesses econômicos definidos. No fundo, ele não passa de um cabo eleitoral suficientemente poderoso para conquistar algum cargo eletivo, embora, para tanto, ele possa contar com a ajuda de outros cabos eleitorais (é esse tipo de político que a tese tratará com mais dedicação no quarto capítulo).

Dessa forma, entrelaçando os argumentos de Singer (1965) e Dantas (1987) é possível traçar, dentro de uma perspectiva histórico-social, as transformações que levaram não a decadência de um modo de fazer política, mas a adaptações pelas quais os sujeitos políticos passaram ao longo do tempo. Podemos dizer, com efeito, que o coronelismo produziu, em outras épocas, grandes caudilhos políticos, que eram verdadeiros "suseranos", contando, como "vassalos" numerosos chefes locais e cujos municípios lhes serviam como feudos quase que impossíveis de serem penetrados por outros coronéis. Singer (1965) afirma que essas

[161] Cf. SINGER, op. cit. p. 76.d

mudanças não ocorreram apenas por questões políticas – a lei eleitoral, por exemplo –, ou sociais – a perda do prestígio do coronel frente a expansão do mundo urbano –, mas também a fatores econômicos. Para o autor, a penetração da indústria, foi "mortal" para o coronel, "pois ela provocou o adensamento da população urbana, cujo comportamento político é assim diferente"[162], ou ainda pelo sindicalismo[163] – que pode ser entendida como consequência do crescimento da indústria –, uma vez que, mesmo em regiões onde a indústria existia, o poder dos coronéis foi paulatinamente se solapando em detrimento do surgimento de organizações de trabalhadores. Não há novidade na percepção de Singer (1965) acerca da relação entre coronelismo e transformações econômicas, o próprio Leal (2012) já havia manifestado semelhante opinião quando considerou que a aproximação dos coronéis com a estrutura do estado se deve à decadência econômica dos fazendeiros e, portanto, coronéis detentores de relativo poder sobre as regiões onde vivem. Para esse autor, o coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel.

Há, também, o político profissional que é resultado de todo um processo de adaptação as novas demandas e regras do jogo político. Podemos considerar como exemplos desse grupo de políticos os membros da família Franco, tradicionalmente usineiros que se tornaram políticos e depois donos de industrias como a fábrica de tecidos Companhia Industrial São Gonçalo e a Sergipe Industrial; e de redes de radiodifusão espalhadas por todo o estado, como Jornal da Cidade, TV Atalaia e as rádios Atalaia AM e FM. Podemos ver os membros dessa família como políticos profissionais, que são eleitos baseados numa lógica coronelista e de domínio de bases eleitorais cativas, mas que desenvolvem atividade política de representantes de grupos econômicos, dominando diversos setores da economia local, inclusive, defendendo os interesses dessa categorias. Isso significa dizer que o desenvolvimento da economia capitalista no Brasil, de forma mais geral, e em Sergipe de forma mais específica, repercutiu no plano político no sentido de tornar os representantes de grupos econômicos a figura central do processo político, durante o período democrático (1946-1964), e até depois do golpe militar, em 1964. Não somente elegem-se, em número cada vez maior representantes de grupos econômicos para o legislativo, como também no próprio processo de articulação dos grupos políticos com o poder econômico – isto é, a economia burguesa capitalista – ganha novos representantes.

---

[162] Cf. SINGER, op. cit. p. 73.

[163] Nessa tipologia também se insere o político cuja base do poder está no domínio ideológico de um grupo de pessoas. Essa tipologia será mostrada no próximo capítulo a partir do caso de políticos com clara definição ideológica com a esquerda, é o caso dos deputados federais eleitos pelo PT em Sergipe.

Ao analisar as principais famílias do período colonial, Araújo (2002; 2007) identifica a origem da família Franco. Segundo o autor, essa família tem origem a partir de João Gonçalves Franco (I), cujo surgimento ocorre no período Provincial, mais particularmente, no século XVII. Com isso, a sua principal atividade econômica provinha dos rendimentos do açúcar. Acredita-se que foi ele o dono do engenho Serra Negra ou Bom Jardim, que em 1788 pertencia a Manoel Ferreira da Cruz, morador de Santo Amaro das Brotas, pai de outro João Gonçalves Franco (II), membro que deu continuidade aos projetos econômicos relacionados ao cultivo da cana de açúcar. Não iremos nos debruçar numa análise longa sobre esta família e sua entrada e consagração no espaço político, interessa-nos, por sua via, debater como eles articularam a trajetória econômica e familiar com as transformações históricas e sociais e a entrada na política. Escrevendo sobre o colunismo social em Sergipe, Cruz (2015) nos traz importantes informações sobre o espaço ocupado por essa família na sociedade sergipana a partir de meados do século XX até o início do XXI. Segundo essa autora, um traço marcante desse grupo familiar reside na diversificação econômica com a qual assegurou uma das principais fortunas do estado.

Além disso, embora essa família figure na cena política local desde o século XIX, foi depois durante o Período Democrático ou Quarta República (1945-1964) que se envolvem diretamente na política, não mais indicando e "apadrinhando" aliados, mas eles mesmos se inserindo no espaço de disputas políticas. Em tempo, é oportuno dizer que esse período coincide com o que Dantas (1987) chamou de terceira fase do coronelismo, no qual os antigos líderes locais passam a concorrer às eleições, dispondo de seus nomes para essas disputas. O primeiro dessa linhagem e que passa a comandar por décadas o espaço político sergipano é Augusto Franco, que foi eleito pela ARENA, partido de situação no período da Ditadura Militar, deputado federal entre 1967 e 1971, depois foi Senador entre 1971 e 1979 e, por fim, no auge da expressão política da família Franco, tornou-se governador de Sergipe, eleito de forma indireta entre 1979 e 1982. Depois, foi eleito novamente para deputado federal, entre 1987 e 1991, agora pelo PDS. Pela atuação destacada na política em Brasília, acabou eleito presidente do Partido Democrático Social (PDS) a nível nacional (SANTOS e LEANDRO, 2010).

A força política de Augusto Franco não reside apenas na ocupação de postos de representação política, seu poder reside naquilo que Dahl (1961) chamou de capacidade de tomar decisões políticas importantes. A contribuição desse autor para a entendermos o lugar de Augusto Franco, frente ao espaço de disputas políticas em Sergipe, reside na elaboração de uma terceira via para além das abordagens já consagradas na Ciência Política norte americana

(institucional e reputacional). De acordo com o autor, para saber quem manda politicamente em uma cidade, um estado ou uma nação, não basta saber quem ocupa os cargos formais (institucionais) ou mesmo os que são reconhecidos pela sociedade como prestigiosos (reputacional); é necessário saber quais decisões políticas importantes para a cidade ou região foram tomadas ao longo dos últimos cinco ou dez anos e, a partir disso, avaliar quem estava por trás dessas decisões. No contexto aqui considerado, Augusto Franco não foi apenas um personagem que ocupou cargos políticos, ou mesmo um coronel tal como tem sido concebido pela literatura especializada, cujo poder se assenta no domínio de uma região por meio do controle do voto, mas como alguém que em meio à decadência econômica dos fazendeiros frente a expansão do sistema capitalista, teve que se aliar ao governo estadual e também federal, numa rede de favores cujo coronel estaria na base do sistema comumente conhecido como "Política dos Governadores". Em outros termos, nessa acepção, o coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel (LEAL, 2012). Isto posto, falar de Augusto Franco é falar da materialização de um tipo de caciquismo – tal como é definido na literatura hispano-americana. Sua posição se assemelha a de outros personagens que, em períodos e locais distintos, conseguiram demarcar posição frente aos demais grupos políticos existentes, à exemplo de Olímpio Campos, Fausto Cardoso, Os Brito, os Rollemberg, Eronildes de Carvalho, Leandro Maciel, os Garcia e Manoel Teles; ou mesmo em outros estados como Miguel Arraes, Chico Martins, Zezé Abílio, os Pereira (em Pernambuco), ou Delmiro Gouveia, Os Malta, Elísio Maia, Joaquim Rezende e Ulisses Luna (em Alagoas).

Ao acentuar as diferenças entre coronelismo e mandonismo, Carvalho (2007) se baseia nos pressupostos de Leal (2012) de que o coronelismo aparece como um sistema político datado – presente na primeira República –, enquanto que o mandonismo seria um fenômeno mais geral, semelhante ao caciquismo, e alocado na existência local de uma estrutura de dominação, de um chefe, ou mesmo um mandão que, em função do controle de alguns recursos estratégicos, exerce sobre a população ou classe política um domínio pessoal e arbitrário que impede que haja livre acesso entre mercado e a sociedade política. Em resumo, para Carvalho (2007), o mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Dialogando com essa perspectiva, Costa (2010) sugere que "enquanto o coronelismo morreu em 1930 e foi enterrado em 1937, o mandonismo existe desde a colonização e sobrevive, ainda hoje, em regiões isoladas, embora tenda a desaparecer com a ampliação dos direitos de cidadania.

O prestígio e o *status* do qual gozava Augusto Franco não reside pura e simplesmente na ocupação de cargos eletivos, mas em sua capacidade de mando e de articulação com os diferentes quadros políticos do estado durante pelo menos três décadas. Isso pode ser constatado no relato de um entrevistado durante o levantamento de dados para esta tese. Trata-se da entrevista feita a um dos membros da família Rollemberg, que ocupou mandato de deputado federal e Senador por período superior há três décadas, inclusive, tornando-se o último Rollemberg a ocupar um posto de representação política de grande potencial. Em suma, diz respeito a Francisco Rollemberg.

Francisco Guimarães Rollemberg nasceu em Laranjeiras (SE), em 7 de abril de 1935, filho de Antônio Valença Rollemberg e de Maria das Dores Guimarães Rollemberg. Muitos parentes seguiram a carreira política, entre os quais Arnaldo Rollemberg Garcez, governador do estado de 1951 a 1955 e deputado federal de 1958 a 1971; Carlos Valdemar Acióli Rollemberg, deputado por Sergipe de 1947 a 1951; Armando Leite Rollemberg, deputado federal de 1955 a 1963 e ministro do Tribunal Federal de Recursos (TFR); e João Machado Rollemberg Mendonça, deputado federal de 1963 a 1969, constituinte de 1987 a 1988 e deputado federal de 1987 a 1989 e de 1990 a 1991.

Assim sendo, Francisco Rollemberg fez os seus estudos primários e secundários na Escola Laranjeirense, no Colégio Tobias Barreto, no Ateneu Sergipense e no Colégio Estadual da Bahia. Em 1959, formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, especializando-se em ginecologia pela Universidade de São Paulo (USP). Como diz em entrevista, sua carreira política se fez no interior do estado, mais precisamente nas cidades de Laranjeiras e Riachuelo. Seu prestígio profissional, assim como "seu assistencialismo", levou seu pai a questionar se era essa mesmo a profissão que ele queria, pois como diz "meu pai dizia que do jeito que eu conduzia meu trabalho, não ia ganhar muito dinheiro [...] eu não ligava, sabe. Eu me sentia bem em ajudar as pessoas mais pobres e era também uma forma de retribuir o que o estado tinha me concedido por cursar uma universidade pública"[164].

Parte das informações aqui apresentadas fazem parte de um relato concedido ao pesquisador em julho de 2016. O acesso a ele se deu durante o início do trabalho de campo, embora ainda não fosse pretensão do pesquisador o início das entrevistas, surgiu a oportunidade em meio a um velório em que o ex-deputado estava. Na ocasião, em conversa com os familiares, fui apresentado ao ex-deputado como "pesquisador da UFS", fato que

[164] Esse relato faz parte de meu acervo pessoal e é parte de uma entrevista com o ex-deputado, Francisco Rollemberg. Esta entrevista ocorreu no dia 17 de junho de 2015, em seu apartamento, localizado em uma das regiões mais prestigiadas da capital do Estado.

atraiu a sua atenção, passando a indagar sobre o que pesquisava, foi quando me apresentei e em meio a conversa manifestei interesse de entrevistá-lo, de forma que foi aceita imediatamente. O futuro entrevistado que acabou se tornando testemunha viva de uma passagem importante da história política do estado, fez questão de marcar de imediato o dia e horário para que eu fosse até o seu apartamento, localizado em uma área nobre da capital. É oportuno dizer que, em outras ocasiões, também voltei a ter contato com ele, seja para tirar alguma dúvida com relação aos pontos da entrevista, ou mesmo para perguntar-lhe algo acerca de um episódio ou outro do tempo em que se manteve representante do estado em Brasília. Sua fineza e solicitude sempre foram marcas de nossas conversas.

Sua carreira profissional é indissociável da sua carreira política, sendo possível dizer que uma servia de base de sustentação da outra, a primeira lhe teria trazido a visibilidade e reconhecimento necessário, enquanto que a segunda lhe teria aberto caminhos impossíveis de serem acessados senão por via política. Em 1968, participou do Congresso Comemorativo do 30º aniversário do Serviço Nacional do Câncer, no Rio de Janeiro, e do V Congresso da Associação Médica Brasileira, em Caxambu (MG). Assumiu, nesse ano, a presidência do Centro de Estudos Dr. Carlos Firpo, do Hospital Santa Isabel de Aracaju, e se filiou à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que dava sustentação política ao período militar instaurado no Brasil em abril de 1964. Elegeu-se deputado federal em novembro de 1970 como o candidato mais votado de Sergipe, com 19 mil votos. Assumiu a sua cadeira na Câmara dos Deputados em janeiro de 1971, ano em que ingressou no curso de direito do Centro Universitário de Brasília e participou do XXVII Congresso Brasileiro de Cardiologia realizado no Distrito Federal como representante da Comissão de Saúde da Câmara. Em 1972, organizou um seminário sobre aborto.

Em setembro de 1973, participou da convenção nacional da ARENA que indicou o general Ernesto Geisel para a presidência da República e o general Adalberto Pereira dos Santos para a vice-presidência, para o período de 1974 a 1979. Ainda em 1973, fez o curso da Escola Superior de Guerra (ESG), e foi à Europa em viagem de estudos. Nessa legislatura foi vice-presidente das comissões de Saúde e Especial da Bacia do São Francisco, membro da Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste e suplente das comissões de Redação e do Polígono das Secas da Câmara dos Deputados. Reelegeu-se em novembro de 1974 e, dois anos, depois se bacharelou em ciências jurídicas e sociais pela Universidade de Uberlândia (MG).

O entrevistado atribui a sua entrada na política eleitoral a vários fatores, de um lado a influência da família e o “reconhecimento interno de que seria um ‘bom político’”, e do outro

lado, a oportunidade que lhe foi dada por intermédio de sua relação com Augusto Franco. Por diversas vezes, o entrevistado fez questão de salientar a importância de Augusto Franco para sua ascensão dentro do espaço de disputas políticas. Como diz "Augusto Franco era um grande político, tudo meio que passava por ele, sabe [...] e isso tudo dentro de um contexto que era comum a capacidade dos políticos conseguirem ajuda para os municípios, e também era importante estar vinculado a um grupo forte no estado". Sua fala induz a conclusão de que a relação com Augusto Franco era imprescindível para o seu sucesso eleitoral, salienta ainda da importância não apenas de ser membro do grupo, como também do lugar que ocupa dentro desse mesmo grupo.

A despeito da forma como funcionavam as eleições naquele período, a fala do entrevistado permite perceber como os sujeitos políticos vivenciavam a competição política local. Segundo o entrevistado, as disputas para o cargo de deputado federal em Sergipe funcionavam dentro de uma lógica majoritária, e não proporcional conforme estava na Constituição. Na prática, isso significa dizer que, diferente do que temos hoje acerca do coeficiente cada vez maior de candidatos, à exemplo da última eleição que contou com centro e cinco candidatos concorrendo a oito no cargo[165], elevando a concorrência de treze candidatos por vaga, nas eleições das décadas de 1970 e 1980 o número reduzido de candidatos reduzia a concorrência (conforme consta a tabela 11).

Tabela 11

Votação para a Câmara dos Deputados – Sergipe (1978)

Candidatos	Situação	Votos na Capital	Votos no Interior	Votos em Brasília	Total de Votos
ARENA					
Antônio Carlos Valadares	Eleito	4.270	27.254	6	31.530
Francisco Guimarães Rollemberg	Eleito	10.027	19.347	25	29.399
Raimundo Menezes Dinis	Eleito	3.542	24.574	15	28.129
Sebastião Celso de Carvalho	Eleito	2.394	23.608	8	26.010
Adroaldo Campos Filho	1º Suplente	2.805	15.577	3	18.385
Eraldo Machado Lemos	Não Eleito	1.111	8.306	5	9.422
Walter Santana Leão	Não Eleito	1.853	740	-	2.593
Murilo Albuquerque Maciel	Não Eleito	626	1.064	12	1.702
Antônio Rabelo Morais	Não Eleito	199	616	1	816
Legenda Simples		929	519	7	1.455

[165] estamos chamando a atenção para o fato de que, nas eleições do período considerado haviam um número relativamente reduzido de aspirantes ao cargo de deputado federal, apenas à título de exemplo, nas eleições de 1974 foram dezoito candidatos para cinco vagas; enquanto que em 1978 foram dezesseis candidatos para cinco vagas. O que significa dizer que, a concorrência das eleições era de 3,6 e de 3,2 pessoas por vaga, respectivamente. Enquanto que nas eleições de 2018 houveram cento e cinco candidatos a exatos 3 vagas. O que equivale dizer que 13, pessoas por vaga na CD

Total Geral		27.756	121.603	82	149.441
MDB					
Jackson Barreto de Lima	Eleito	14.239	9.801	36	24.076
Tertuliano Azevedo	Eleito	7.260	9.488	24	16.772
Joaquim Antunes de Almeida	Não Eleito	1.876	11.096	12	12.984
Walter de Assis Ferreira Batista	Não Eleito	4.089	2.132	26	6.247
Clodoaldo Rolim Araruna	Não Eleito	2.199	3.037	4	6.010
José Soares Pinto	Não Eleito	3.112	6.54	1	3.767
Ediraldo Matos Silva	Não Eleito	1.138	558	7	3576
Legenda Simples		2.811	746	19	3.576
Total Geral		34.494	37.531	129	75.135

Fonte: TRE / DANTAS, Ibarê. A tutela militar em Sergipe: 1964-1984: (partidos e eleições num estado autoritário), Ibarê Dantas – 2º ed. São Cristóvão, 2014.

É baseado nessa baixa concorrência, assim como na própria conjuntura na época, favorável a uma prática "unipartidária" (se considerarmos o número de representantes da ARENA eleitos em detrimento dos representantes do MDB) que o entrevistado salienta que "para que um sujeito tivesse sucesso nas disputas era importante apoio de prefeitos, vereadores e cabos eleitorais, mas, sobretudo dos 'grandes caciques'". Acrescenta, ainda, que a interferência nas eleições se assentava, na maioria das vezes, na vontade de Augusto Franco, pois, como bem salienta nosso entrevistado, "as disputas para esse cargo estavam sempre definidas antes mesmo de acontecer à eleição". Segundo o seu relato, quando foi convidado pela primeira vez por Augusto Franco, este já indicou a região onde concentraria sua campanha. Como diz:

> Quando eu fui chamado por Augusto Franco para participar das eleições, ele mesmo já indicou a região em que eu iria atuar, tanto para fazer campanha quanto para trabalhar. A região escolhida foi a mesma em que eu já realizava meu trabalho como médico e cirurgião. Era incrível a forma como Augusto meio que partilhava todo o estado, e quem ele dizia que ia ganhar, ganhava[166]

A análise do relato acima permite-nos pensar que, durante as décadas de 1970 e 1980, os sujeitos que objetivasse representar o estado na CD teriam que passar antes pelo crivo de Augusto Franco e, como sugerem outros relatos seus, essa aliança era fundamental para o empreendimento no espaço político estadual, na medida em que era ele (o próprio Augusto Franco) que detinha o controle sobre o voto do eleitor, e assim dividia o estado em zonas de influência, delegando para os pretensos deputados os lugares onde fariam suas campanhas e pediriam votos. Como diz: "ele meio que dividia o estado, sabe [...] praticamente dizia quem

[166] Esse relato foi acessado por meio de entrevista, realizada em 17 de junho de 2015, com o ex-deputado federal Francisco Rollemberg.

iria fazer campanha e onde ia fazer, era como se ele repartisse todo o estado e quem tivesse ligado a ele teria mais chances de ganhar a eleição"[167]. Em outros termos, se antes as vinculações com um sujeito que detinha o domínio político e econômico no estado ditava a tônica dos investimentos na carreira política, a ausência desse apoio fazia com que os *outsiders* poucas vezes pudessem ter sucesso nas campanhas políticas.

A propósito, é bem verdade que as ligações que ajudam na formação dessas redes, e que dão sentidos a elas passaram a funcionar dentro de uma lógica de mão dupla. Se por um lado, como bem demonstrou Bezerra (2004), há uma relativa importância de as prefeituras disporem de representantes em Brasília capazes de aprovar emendas e envio de recursos (sobretudo, financeiros) para aquele município, por outro lado, o apoio de políticos e lideranças no âmbito municipal passou a funcionar como importante instrumento de campanha dos parlamentares, pois ao que parece é através desse apoio que o parlamentar – ou pretenso parlamentar – consegue mobilizar um número de votos capazes de garantir o sucesso na campanha.

Há uma relação de reciprocidade circunscrita nas relações entre parlamentares e aqueles que compõem as suas redes (prefeitos, vereadores, cabos eleitorais entre outros). Nesse sentido, tais relações trazem implicações na razão de ser do parlamentar, que não está necessariamente em representar a população, mas na mediação entre sua "clientela" e a estrutura do Estado, numa lógica de ajuda mutua entre os sujeitos envolvidos nessa rede (BEZERRA, 1999).

Tomando como ponto de reflexão o caso dos Rollemberg e depois da família Franco, observaremos que essas famílias se organizaram no sentido de não apenas apoiarem quadros que disputariam eleições e que, portanto, lhes serviriam de apoio para seus projetos. Todavia, agora, eles mesmos passariam a ocupar postos de representação política. Há, no entanto, uma diferenciação com relação às estratégias de consagração no espaço político dessas famílias. Desse modo, enquanto os membros da família Rollemberg se restringiram às disputas de cargos eletivos; os membros da família Franco passariam a dominar os espaços de consagração dessas disputas. Isso vai ocorrer, sobretudo, após o início do período militar e do reordenamento institucional do bipartidarismo, no qual os membros dessa família passa a estabelecer um alinhamento ideológico e de tratamento com o governo federal, o que lhes

[167] Esse relato foi acessado por meio de entrevista, realizada em 17 de junho de 2015, com o ex-deputado federal Francisco Rollemberg.

garantirá acesso aos cargos biônicos[168] (de Senador e Governador, mais precisamente), como também concessão de emissoras de TV local e entre outras vantagens. Segundo Abrucio e Samuels (1997), o fortalecimento de algumas elites tradicionais nos estados se deve ao impacto do federalismo, de modo que a transição democrática se encontra precisamente no grande poder obtido pelas elites estaduais de representar e lutar pelos interesses dos governos estaduais junto ao Poder Central. Ainda, segundo esses autores, essa situação origina-se de três causas: a primeira é a de que a carreira política brasileira se sustenta única e exclusivamente na manutenção de lealdades eleitorais junto ao âmbito estadual em que cada poder político é eleito, de modo que o ângulo nacional de atuação praticamente não existe, sobretudo, frente a fragilidade dos partidos políticos. Adiciona-se a isso o fato de essas mesmas elites terem se utilizado, desde o início da transição, de um forte aparato político ancorado nas maquinas públicas estaduais com o objetivado de influenciar decisivamente nos rumos da classe política brasileira. Por fim, as mais importantes lideranças estaduais e regionais estabelecem um jogo não cooperativo, o que implica a atuação meramente defensiva dos estados no plano intergovernamental, impedindo assim a articulação de um projeto em âmbito nacional[169].

Conforme exposto, as elites tendem a criar estratégias para permanecer no poder e, para isso, a consagração do sobrenome como recurso/trunfo político é fundamental. A família Franco, diferente da Rollemberg, não possui suas raízes no século XIX. Contrário disso, o *modus operandi* dessa família foi mesmo o de financiar campanhas políticas de pessoas que defenderiam seus interesses frente a ocupação de cargos de representação política. Eram, no geral, uma família voltada para o mercado financeiro. Contudo, é na seara política que os Franco exercem maior força, deixando sempre um membro ocupando uma posição, seja direta ou indireta. Podemos constatar isso a partir das eleições de 2014, quando o então principal articulador dessa família, Albano Franco, patrocinou as candidaturas de Maria do Carmo Alves, do Democratas (DEM), para o Senado e de Eduardo Amorim, do Partido Social Cristão (PSC), para o governo. No primeiro caso, como ficou comumente conhecido à época, o apoio se justificou por um tipo de acordo, no qual o nome de um dos representantes diretos da família: Ricardo Franco (PTB), sairia como primeiro suplente na chapa de Maria do

[168] Na política brasileira, cargo biônico é aquele cujo titular foi investido mediante a ausência de sufrágio universal e cujo parâmetro para escolha era a sanção das autoridades de Brasília à época do Regime Militar de 1964 nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Tal centralismo garantiu a continuidade do regime e impediu que os objetivos traçados pelos militares fossem alvo de sedições políticas. Na prática, as regiões sob o jugo de governadores e prefeitos biônicos possuíam autonomia reduzida visto que as decisões de relevo vinham do governo central, o que diminuía a influência das forças políticas locais. Disponível em:

[169] Cf. ABRUCIO e SAMUELS, op. cit. p. 139.

Carmo, enquanto que, no segundo caso, o sobrinho de Albano, Augusto do Prado Franco Neto (PSDB), estava sendo lançado ao cargo de vice-governador.

Desde a derrota para o senado em 2010, Albano Franco anunciou a sua aposentadoria na política, sem um grande nome que pudesse fazer frente às expectativas da família passou a articular, nos bastidores da politica, acordos que colocasse membros de seu grupo familiar de volta no cenário político local. Se é verdade que, na seara política, a Família Franco perdeu seu protagonismo – ao menos na ocupação de postos de representação política – a posse de grande volume de capital, assim como o reconhecimento social de sua força política, ainda os coloca como grandes aliados, de modo que estar ao lado dessa família, ter seu apoio manifestado é uma importante forma de chegar aos postos de representação política. Conforme salienta Cruz (2015) acerca desse episódio:

> O envolvimento de Albano Franco5 se expressou não apenas com o apoio financeiro à campanha, como foi ele também que acionou o marqueteiro de Pernambuco, Antônio Lavareda, que sempre prestou consultoria a partidos tucanos, para cuidar das campanhas de Eduardo Amorim e Maria do Carmo. A ativa vida política desta família garante postos de deputados estaduais, federais, senadores, governadores. Muitos perfazem caminhos traçados por antecedentes, experiências de ações nesta esfera marcadas no próprio nome e que servem de trunfo eleitoral (CRUZ, 2015, p.26)

Ainda de acordo com Cruz (2015), "a estratégia de lançar membros da família objetivou proteger o patrimônio da família, sobretudo quanto à renovação das concessões de rádio e TV. Nas eleições supracitadas, embora Eduardo Amorim tenha perdido a eleição, o êxito de Maria do Carmo, eleita com 48,91% ou 448.102 dos votos válidos, na campanha para o Senado, foi imprescindível para a entrada na política de Ricardo Franco, uma vez que a senadora eleita se comprometeu em deixar o cargo para o sobrinho do financiador de sua campanha. Fato é que Ricardo Franco assumiu por nove meses o cargo de Senador, enquanto Maria do Carmo, honrando o acordo feito antes das eleições, assumiu a Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (Semfas), de Aracaju[170].

Apesar de a família se constituir enquanto coletivo fundamental para a formação de grupos políticos, ou para expansão das pretensões políticas, é oportuno dizer que essa relação não se dá *a priori*, as famílias tradicionais precisam fazer alianças, não necessariamente matrimoniais, com outras famílias menos importantes. Conforme argumenta Villella (2009) em sua análise sobre o sertão do Pajeú:

[170] Informações retiradas do site *Infonet.* Disponível em: https://infonet.com.br/noticias/politica/maria-do-carmo-cede-cadeira-para-ricardo-franco/ , visualizado em 09/01/2020.

> Uma família que tenha pretensões políticas (concorrer a cargos eletivos) precisa, em primeiro lugar, se constituir, formar grupo, atualizar-se como sobrenome. Em contraposição, qualquer agrupamento político precisa – ao menos até minha última estadia de campo em 2008, embora houvesse para alguns intervenientes da política uma sensação de mudança cujos desdobramentos ainda não eram capazes de elaborar claramente – criar-se a si mesmo como família. Mesmo um pretendente à política como atividade profissional precisa incluir-se num agrupamento familiar com "tradição na política". Ou então família é capaz de constituir-se em torno de um pretendente ou de formar com ele uma espécie de dupla captura, um funcionamento em que cada parte retire um naco de vantagens do seu parceiro e agregue ao bolo uma porção específica de ingredientes. Em ato, essas exigências não são formuladas sob um discurso voluntário. Muitas vezes elas não aparecem sequer proferidas de modo unívoco, porque se compõem de ações dispersas e a custo unificáveis – o que não quer dizer que elas superem, não ao menos necessariamente, a reflexão dos intervenientes (VILLELA, 2009, p. 220- 221).

Não só facilmente descritas pelos laços de sangue, conexões intrafamiliares de pequeno e longo alcance são realizadas com o intuito de fabricar uma legitimidade, através de conexões entre parentes, encerradas na ideia de *sucessão* (ABÉLÈS, 1997). Ainda segundo Abélès (1997; 2000), inúmeros são os caminhos para se acionar uma identidade. Candidatos políticos ou mesmo políticos em exercício fazem constantes relações entre suas identidades e a de mentores ou parentes que já tiveram alguma importância política, com o intuito de demonstrar determinada "vocação política". Abélès (2000) nos mostra que tais acionamentos identitários demandam um grande esforço dos políticos, que fazem e refazem suas tramas e genealogias de parentesco até conseguirem legitimar, de alguma forma, seu pertencimento à política por meio dessas estratégias.

O presente capítulo nos permitiu uma reflexão sobre a autonomia do espaço político frente a outros espaços. Observamos que o advento da Independência do Brasil abriu novas demandas às elites locais, que agora passariam a colocar seus membros em postos de representação política a fim de continuar seus mandos locais. Para isso, várias estratégias foram se materializado. Num segundo plano, observamos que, o poder local centrado nas mãos das principais famílias da província e do estado (segundo a própria evolução histórica e política da nação) exigiu um alinhamento deles com o governo central primeiro pela cooptação através da concessão de títulos nobiliárquicos (ALBURQUERQUE, 2002), e depois para assegurar seus postos, essa mesma elite política procura cooptar antigos oponentes ou grupos políticos de peso, distribuindo cargos importantes na administração, prevenindo possíveis hostilidades políticas (CONNIF, 2006). O pêndulo vai mudar novamente após a Revolução de 1930, quando a criação do Sistema Eleitoral, e da consequente ampliação da fiscalização dos resultados, o domínio sobre os quadros políticos

passou a estar condicionado também ao controle sobre os partidos, fazendo surgir uma elite partidária. Observamos também, que após a passagem do Estado Novo para o período democrático houve mais uma vez significativas alterações, agora a sociedade civil, frente ao surgimento de inúmeras legendas passaram a encontrar novas formas de representação política, isso somado ao crescente número de pessoas indo para os centros urbanos, fez com que a elite política sofresse um novo revés, agora, diferente de antes, se tornava cada vez mais importante que eles mesmos disputassem postos de representação política.

Em resumo, esse capítulo se assentou na pretensão de demonstrar que o poder político e a manutenção de mandatos eletivos exigiram inúmeras mudanças no *savoir-faire* político, e se antes apenas as vinculações em nomes de importantes famílias era o suficiente para a manutenção da ordem política local, agora essas famílias passaram a ter de estabelecer redes de relações cada vez mais amplas. É oportuno recorrer a forma como Pereira de Queiróz (1979) e Lewin (1993) concebem a relação entre famílias e afins. A partir da forma como essas autoras concebem o conceito de parentela é possível observar a família para além das ditas "oligarquias familiares", uma vez que essas famílias não agiam sozinhas, até porque a ampliação de suas redes e contatos era necessária, e o chefe político precisava desses recursos caso quisesse permanecer no poder. As leituras dessas duas obras permitem apreender a parentela dentro de uma relação de temporalidade que, com o passar do tempo, vai se expandindo, e na medida que deixa de ser parte do meio rural e passa a ocupar o espaço urbano passa a atrair mais elementos constitutivos dessas redes (partidos políticos, por exemplo). De modo que a rede passa a ser formada por um conjunto variado de elementos que se articulam em diferentes níveis, que vai desde pessoas que ocupam posições institucionais (prefeitos, vereadores, deputados estaduais, presidentes de partidos políticos), a pessoas que ocupam posições não institucionais (cabos eleitorais, lideranças partidárias, lideranças sindicais, líderes de bairros, líderes associativos).

Na concepção dessas transformações, as redes se consagraram como principais formas de acesso aos postos de representação política, embora também seja verdade que as famílias continuam com sua importância frente a esse mesmo espaço (BERTRAND, 2012). Segundo Bertrand (2012), as elites locais, mesmo as provenientes de famílias tradicionais, passam a fazer uso de estratégias que lhes permitiam acesso a bases cada vez mais distantes de seu contato tradicional. Era chegada o momento das redes de sociabilidade e a manutenção das bases de apoio político estarem condicionadas a capacidade desses políticos conseguirem mobilizar e manter o contato com suas redes, seja através de mediadores, cabos eleitorais ou referentes locais. Ainda para Bertrand (2012), a interrogação inicial acerca dessas

transformações se estrutura na ordem sócio administrativa acerca da própria evolução da perspectiva de redes de sociabilidade dentro da análise da história, para que haja o interesse na análise do comportamento social dos membros das elites locais às quais o grupo de funcionários das finanças pertencia totalmente.

Capítulo 3

ATRIBUTOS SOCIAIS E PERFIS DE CARREIRA DOS DEPUTADOS FEDERAIS EM SERGIPE.

Após debater no primeiro capítulo desta tese os princípios organizadores do sistema de classificação parlamentar no Brasil, focando-se na gênese desse modo de fazer política e nos impactos do sistema político sobre esta carreira, foi possível acessar informações sobre o funcionamento da política brasileira durante o Império e, posteriormente, na República. Os resultados nos permitiram avaliar os impactos que o sistema eleitoral exerce sobre o formato da competição política, assim como o grau de representatividade apresentado pelo sistema político brasileiro e, finalmente, as implicações disso sobre o *metier* político-parlamentar. Já no segundo capítulo, e em posse dos resultados apresentados no capítulo anterior, foi possível perceber empiricamente os impactos que a legislação eleitoral exerce sobre o modo de os pretensos políticos se portarem frente aos pleitos, seja na filiação a partidos políticos ou mesmo nas alianças não institucionais entre famílias, grupos e facções, em um momento histórico em que as oligarquias conduziam os pleitos conforme sua vontade, fazendo com que partidos políticos e outras instituições não passassem de meros apêndices de seus interesses. Em resumo, esse capítulo nos serviu para compreender a passagem de diferentes formas de o *savoir-faire* político se manifestar e como os sujeitos envolvidos nesse jogo acessaram e mantiveram os postos de representação política.

Isto posto, o segundo capítulo nos permitiu, num primeiro nível, indagar sobre a autonomia do espaço político frente a outros espaços sociais, uma vez que, não raro, atributos considerados "não políticos", como carreira profissional, formação escolar, vinculações familiares, parentais e de amizade, mostraram-se importantes para o investimento na carreira parlamentar. E, num segundo plano, a partir de uma estratégia de análise e exposição dos dados baseado num tipo de história social, foi possível mostrar as diferentes estratégias adotadas por aqueles que detinham o poder para continuar como membro da elite regional – tomando como caso de estudo Sergipe –, observamos que, o poder local estava centrado nas mãos das principais famílias da província e do estado (segundo a própria evolução histórica e política da nação) e que, não raro, estar alinhado com o governo central primeiro pela cooptação através da concessão de títulos nobiliárquicos, segundo pelo alinhamento aos partidos políticos que representavam os interesses do governo federal, era o suficiente para a

manutenção da ordem política estadual e, portanto, a manutenção dos postos de representação política. O pêndulo vai mudar novamente após a Revolução de 1930, quando mais que estar alinhado ao governo federal, agora diante da criação do Sistema Eleitoral, e da consequente ampliação da fiscalização dos resultados, o domínio sobre os quadros políticos passou a estar condicionado também ao controle sobre os partidos, fazendo surgir uma elite partidária no sentido descrito por Durverger (1987). Observamos, também, que após a passagem do Estado Novo para o período democrático houve mais uma vez significativas alterações, agora a sociedade civil, frente ao surgimento de inúmeras legendas passaram a encontrar novas formas de representação política, isso somado ao crescente número de pessoas indo para os centros urbanos, fez com que a elite política sofresse um novo revés, agora, diferente de antes, não era imprescindível a indicação de aliados seus para defender seus interesses, agora eles mesmos, os membros da velha oligarquia, passariam a disputar as eleições, tornando-se políticos profissionais através do estabelecimento de contato com bases políticas que lhes permitissem a vitória frente à competição com outras oligarquias.

Para demonstrar essas transformações, tomamos como pano de fundo algumas das principais famílias que figuraram no espaço político local. Com isso, demonstramos que não houve alteração dos "donos do poder", para citar o termo de Faoro[171], mas na forma como se adaptaram às novas circunstâncias e regras advindas das transformações políticas, históricas e sociais observadas no Brasil em diferentes períodos. Obviamente, que dentro das circunstancias oriundas das transformações históricas e sociais, algumas famílias não conseguiram total adaptação e foram suplantadas por sujeitos que passaram a dominar o jogo de competição política. Não se tratou, porém, de demonstrar que a família perdeu seu prestígio e importância frente ao esquema de competição política, mas que perceberam a necessidade de novas estratégias, sendo o nome da família uma, mas não mais a única. Em resumo, observamos a mudança entre a política de base coronelista, baseada no domínio de zonas de controle do voto, para uma política de rede e de manutenção das bases de apoio político a partir da relação de troca entre os sujeitos políticos e às comunidades por eles representadas.

Partindo dessa constatação, o presente capítulo analisa o perfil social (conjunto dos atributos sociais, econômicos, associativos, educacionais, profissionais) dos deputados federais eleitos por Sergipe nas últimas cinco eleições federais (2002, 2006, 2010, 2014 e 2018). São dois os objetivos dos quais se propõe este capítulo: apresentar os parlamentares

[171] FAORO, Raymundo. Os donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. 3ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2001.

que representam o estado na atual conjuntura, demonstrando os atributos sociais dos quais dispõem, assim como apresentar o grupo que domina o espaço de disputas para a ocupação de cadeiras na CD; assim como demonstrar a permanência de lógicas encontradas em outros momentos, à exemplo do peso do sobrenome e mesmo das relações com as cidades e regiões de onde nascem os atuais representantes do Estado na CD.

O universo empírico para esses cinco pleitos nos levaria ao coeficiente de 40 parlamentares, considerando que o estado de Sergipe conta com 08 vagas na CD. Contudo, considerando que alguns destes deputados federais foram reeleitos[172] por uma ou mais vezes nesse período, esse número diminuiu para 25 deputados. Há de se destacar que 02 parlamentares se reelegeram por três mandatos, são eles: Fábio Reis e Laércio Oliveiras, ambos para as 54º (2011-2014), 55° (2015-2018) e 56º (2019-2022) legislaturas.

Nesse sentido, estudos sobre os perfis dos parlamentares brasileiros, nos moldes do que estamos propondo aqui, são relativamente escassos, tanto que ainda não representam uma agenda de pesquisa consolidada nas Ciências Sociais brasileiras e nem em outros países. Fato é que os estudos feitos, dentro do escopo aqui proposto, têm se assentado em pelo menos quatro tipos de análises: aquelas dos parlamentares de apenas uma legislatura (RODRIGUES, 2002; MARRENCO, 2007); de maneira mais rara, estudos sobre os eleitos de duas legislaturas (RODRIGUES, 2009); análises comparativas entre os perfis dos eleitos e os dos não eleitos (PERISINOTO e MIRÍADE, 2009; BRAGA, VEIGA E MIRÍADE, 2009); e, por fim, estudos de uma determinada característica dos parlamentares (RODRIGUES, 2006). São ainda mais raros os estudos que se dispõem a analisar os perfis sociais da classe política em períodos mais longos (MARRENCO, 2007). Muitas dessas restrições nas análises se assentam na dificuldade de conseguir dados para uma ampla gama de elementos que compõem os perfis dos parlamentares, um obstáculo que buscamos superar através de múltiplas fontes de informação.

A principal fonte de dados utilizada neste capítulo foram os perfis biográficos disponibilizados no *site* da CD. Pesa em favor dessa fonte o fato de ser oficial, quer dizer, ser da responsabilidade dos próprios parlamentares. Isso não significa, porém, que descartamos a existência de possíveis erros ou inconsistências nesses dados sobre os Deputados Federais, isso porque consideramos a possibilidade de alguns parlamentares não terem fornecido adequadamente algumas informações. Por essa razão, além do *site* da CD, também usamos aqui outras fontes de também natureza formal, à exemplo do STE, TRE e *sites* locais como

[172] Treze parlamentares conseguiram permanecer como representante na Câmara de Deputados por mais de um mandato, são eles:

infonet. Utilizamos também fontes secundárias, como trabalhos acadêmicos, livros e artigos sobre o tema.

Os dados coletados passaram, primeiramente, por uma análise de consistência, depois foram codificados e inseridos em planilha computacional. Para o gerenciamento e a análise do banco de dados, foi utilizado o *software SPSS*, que foi alimentado com informações acerca do perfil social e trajetória partidária dos deputados federais, cujas principais variáveis consideradas foram: idade, gênero, religião, escolaridade, ocupação profissional, ano da primeira filiação partidária, partido atual, ocupação de cargos em órgãos estratégicos (eletivos ou não), principal cargo para carreira política, eleições disputadas, principais apoios recebidos nessas eleições, se recebeu apoio de algum candidato ou partido, local e região de nascimento.

3.1. Apresentando o sistema de eleições proporcionais.

O parlamento brasileiro está estruturado dentro de um sistema bicameral (Câmara dos Deputados e Senado Federal), de modo que a CD ocupa historicamente posição privilegiada frente à opinião pública e mesmo entre a classe política. Este espaço se consagra como uma instância do poder político particularmente importante, não apenas para a democracia, como também para o estudo da classe política brasileira, uma vez que nenhum outro órgão do Legislativo congrega um número tão elevado de representantes de todas as unidades da federação (FLEISCHER, 1981). A CD é, assim, o órgão que pode fornecer a melhor amostra das características sociais da classe política brasileira, além de, naturalmente, outros dados sobre a vida partidária (RODRIGUES, 2006).

As eleições para deputados federais, distritais ou estaduais funcionam dentro de um sistema proporcional, nos quais os votos dos eleitores não vão apenas para os candidatos, mas para suas legendas ou coligações[173], de modo que a eleição de um deputado também depende de seu grupo partidário[174]. Como o próprio nome sugere, representar proporcionalmente é gerar no corpo representativo uma distribuição de poder entre as correntes políticas que represente o conjunto de preferências eleitorais. Assim, diferentemente da representação

[173] Para Schmitt (2005), não raro, os estudos sobre coligação eleitoral trazem um problema de nomenclatura, ora trazendo como *aliança* ora como *coligação.* Isso ocorre, segundo o autor, porque há uma diferenciação nas eleições anteriores e posteriores a 1964, reservando o primeiro termo para eleições anteriores a 1964, e o segundo termo para o período posterior ao regime militar. Com efeito, assim como o autor, entendemos que *alianças* e *coligações* são, portanto, denominações diferentes para o mesmo fenômeno – o das listas partidárias associadas disputando eleições proporcionais –, mas que [na literatura] são usadas para designar dois momentos distintos da história eleitoral brasileira.

[174] Os grupos ou coligações nesses casos passam a ter um maior peso e inevitavelmente operam como facilitadores ou dificultadores do acesso aos postos de representação política.

majoritária (presidentes, governadores, senadores e prefeitos), que se baseia na ideia de que a função do processo eleitoral é identificar o interesse do maior número de pessoas, na representação proporcional cada partido ou coligação deve eleger tantos representantes quantos votos receber nas urnas[175].

Ao revisar as leis de Durverger, Sartori (1986) acrescenta que a representação proporcional não produz efeito, pois ela pode ser a causa da remoção de obstáculos, mas não da multiplicação de partidos. Segundo este autor, os sistemas de pluralidade apenas facilitam a existência de dois partidos, e que a representação proporcional dificilmente leva ao bipartidarismo. Em outras palavras, a representação proporcional cria as condições para que mais partidos cheguem ao poder, que a representação política seja disseminada entre uma variedade de partidos e coligações. Para uma linhagem de pesquisadores sobre coligações no Brasil (SOARES, 1964; OLIVEIRA, 1973; SCHIMITT, 2005), elas (as coligações) operam dentro daquilo que Soares (1964) chamou de *teoria da economia dos esforços*, o que supõe que os partidos políticos, conhecendo as regras institucionais para a eleição de parlamentares, tentarão racionalmente maximizar o seu desempenho eleitoral aderindo a alianças de modo crescente. Nesse sistema é o número de votos de cada legenda ou coligação que define quantas "cadeiras" serão ocupadas por seus membros, num cálculo que pode deixar o mais votado de fora, em detrimento de candidatos favorecidos pelos votos da coligação ou da legenda.

A fim de tornar mais inteligível o funcionamento do sistema proporcional de lista aberta, apresentaremos aqui um caso hipotético. No caso hipotético haveriam três partidos ou coligações identificados pelas letras *A, B* e *C,* os quais disputariam 06 vagas para a CD. Imaginemos que o partido ou coligação *A* obteve 1/3 dos votos válidos (ou 33%), o partido *B* obteve metade dos votos (ou 50%) e, os representantes do partido ou coligação *C* conseguiram o total de 1/6 dos votos (ou 17%). Dentro da forma como estamos apresentando o sistema proporcional, isso significa dizer que o partido ou coligação *A* elegeu 02 representantes, o *B* elegeu 03, e o partido ou coligação *C* teve voto suficiente para eleger 01 representante. Ainda dentro desse esquema hipotético, o sistema proporcional possui uma variação chamada de "lista aberta", que faria com que o resultado do pleito fosse o seguinte: considerando que o grupo *A* frente ao direito de enviar 03 representantes para a CD tivesse 05 candidatos aspirantes. Diante disso, supondo que um primeiro candidato teve 20 votos, um

[175] A primeira análise sobre os efeitos políticos dos sistemas eleitorais foi feita por Duverger (1987). Segundo o autor, a representação majoritária favorece a consolidação de um sistema bipartidário, enquanto que a representação proporcional leva a um sistema multipartidário (DUVERGER, 1987).

segundo conseguiu 15 votos, um terceiro 2 votos, e o quarto e quinto 1 voto cada. Logo, os três que tiveram o maior número de votos foram eleitos e entrarão na CD, enquanto que os demais ficariam na suplência em caso de desistência ou saída de um dos eleitos (de seu partido ou coligação). Isso significa dizer que, no sistema de lista aberta o eleitor vê mais importância no candidato do que no partido ou coligação; o que nos leva também a outro fenômeno inerente a esse sistema de competição política: os chamados "puxadores de votos". Os "puxadores de votos" são candidatos que recebem muitos votos e por isso garantem mais vagas para o partido ou coligação, por isso, não são raros os casos de candidatos ligados ao grupo dos "puxadores de votos" entrar na CD mesmo tendo menos votos que os de outros grupos ou coligações.

Assim, os deputados federais passam por uma dupla disputa que, paradoxalmente, os levam a torcer para que candidatos membros de seu partido ou coligação também consigam votos suficientes (Veja tabela 12): uma primeira para conseguir que sua legenda ou coligação alcance o número mínimo necessário para eleger um candidato, e outra para que ele próprio seja o primeiro colocando ou esteja dentro do número de vagas disponíveis. Em suma, numa situação hipotética, de nada adianta o candidato obter quantidade significativa de votos se esse número não for o suficiente para eleger ao menos um candidato; ao mesmo passo que de nada adianta para ele conseguir uma boa quantidade de votos se não ficar entre as vagas disponíveis para sua legenda ou coligação.

Podemos constatar isso nas eleições para a Câmara Federal em Sergipe em 2018. Na ocasião, formaram-se cinco coligações, das quais apenas três lograram êxito nas disputas. É relevante acrescentar que, mesmo com considerável votação, alguns candidatos ficaram de fora das vagas disponíveis para a representação sergipana na CD. É esse o caso de Emília Correa, do PATRIOTAS, que mesmo figurando entre os cinco mais votados do estado, com o total de 52.921 (5,3%) votos, não conseguiu assento na CD. A candidata ficou numericamente à frente de políticos como Fábio Henrique, do PDT, que mesmo com seus 35.226 (3,53%) votos e em décimo segundo colocado na votação geral, conseguiu uma vaga na CD. Estamos falando que, mesmo tendo obtido quase vinte mil votos a menos, Fábio Henrique foi beneficiado pela Lei Eleitoral e ficou à frente da candidata da outra coligação. O caso de Fábio Henrique nos permite perceber também como ocorrem as disputas internas nas coligações e nos partidos dentro daquilo que chamamos, há pouco, de dupla disputa. A coligação da qual Fábio Henrique fez parte contou com quinze candidatos espalhados pelos seis partidos coligados (PSB, PDT, PPL, PTB, PROS e PRP). Como observável na Tabela 12, a coligação obteve 108.195 votos. Dentro da disputa interna Fábio Henrique ficou na melhor

colocação, seguido de Élber Batalha Filho, do PSB, que teve 16.857 votos. O último colocado dessa coligação foi Adeilde Repolho, do PPL, que contabilizou 370 votos. É possível dizer que, dentro das regras eleitorais, todos os quinze candidatos estavam disputando internamente pela primeira colocação – ou ao menos para ficar bem colocado caso a coligação garantisse o direito a mais de um candidato, como pode ser visto na Tabela 12 –, fato que levou, mesmo a aqueles mais cotados para a vitória, no caso de Fábio Henrique e Élber Batalha, a torcerem, em alguma medida, para os demais candidatos.

Nessa mesma lógica, o oposto ocorreu com a candidata Emília Correa, do PATRIOTAS. Vejamos que apesar de a mesma ter conseguido individualmente significativa quantidade de votos, os demais membros de sua coligação – treze no total – não conseguiram o mesmo sucesso. Fato que o segundo colocado de sua coligação, Astrogildo da Farmácia, do PODEMOS, obteve apenas 6.473 votos. Assim, procedendo, esses dois casos permitem-nos perceber empiricamente como ocorrem as disputas proporcionais no Brasil, bem como a dupla disputa dentro das coligações ou dos partidos políticos.

Vale acrescentar, no entanto, que esta será a última vez em que os partidos poderão formar coligações na disputa proporcional. Aprovada em 2017, a Emenda Constitucional n° 97 proíbe a formação de alianças para os cargos de deputado e vereador a partir de 2020. Pela nova regra, um candidato precisa ter um número de votos igual ou maior que 10% do quociente eleitoral (que é a quantidade de votos válidos dividida pelo número de vagas em cada estado) para ser considerado eleito ao Parlamento. O objetivo dessa Emenda Constitucional é evitar o chamado “Efeito Tiririca” ou os “Puxadores de Voto”. São casos em que um candidato consegue eleger-se com número muito alto de votos e assim “eleger” políticos que obtiveram quantidade inexpressiva de votos. Este foi o caso do deputado federal Tiririca nas eleições de 2010 – daí o motivo para essa emenda constitucional também receber esse nome – que ao ser eleito pela primeira vez em 2010, com 1,35 milhão de votos “conseguiu eleger”, pelo sistema de eleições proporcionais, outros cinco deputados federais. Vale destacar que, na ocasião, embora a votação de Tiririca não tenha beneficiado diretamente candidatos de seu partido, beneficiou candidatos de sua coligação, formada por PR, PSB, PT, PR, PC do B e PT do B. O último eleito da coligação, Vanderlei Siraque (PT), e o penúltimo, Delegado Protógenes (PC do B), obtiveram cerca de 90 mil votos cada um. Para termos uma ideia, nesse mesmo pleito, outros nove candidatos a deputado federal integrantes da coligação PSDB, DEM e PPS não foram eleitos mesmo tendo obtido mais votos que estes dois nomes.

Tabela 12

Distribuição dos Deputados Federais Eleitos por Sergipe em 2018 (Por Coligação)			
Coligação	Número de eleitos	Total de votos	%
PP / MDB / DC / PCdoB / PSD / PT / PHS	4	417.308	41,79
PRB / PPS / PSC / PR / PTC / PSDB / SD	3	290.253	29,06
PSB / PDT / PPL / PTB / PROS / PRP	1	108.195	10,83
PODE / AVA / PMN / PATRI	0	78.713	7,88
DEM / PRTB / PV	0	18.504	1,85

Fonte: TRE/SE.

A principal virtude do sistema proporcional, segundo os seus defensores, estaria em sua capacidade de espelhar no Legislativo todas as preferências e opiniões relevantes existentes na sociedade (NICOLAU, 2004). Os sistemas proporcionais procuram garantir uma relativa equidade matemática entre os votos e as cadeiras dos partidos ou coligações que disputaram uma eleição. Apesar desses argumentos, na prática, a maior ou menor correspondência (proporcionalidade) entre votos e cadeiras depende de uma série de fatores. No entanto, há de se considerar outras vertentes de análise que consideram o sistema político brasileiro como permissivo às desigualdades sociais, assim como ao favorecimento de um tipo de parlamentar voltados para seus interesses para seu eleitorado pessoal e com seus interesses privados, favorecendo um tipo de política clientelista, em detrimento de políticas voltadas para o interesse da nação. Não em vão, autores como Barry Ames (2003) partiria para uma crítica do sistema político brasileiro, segundo o qual "os deputados buscam suporte para suas promessas de campanha no Legislativo. Optam por bens geograficamente desagregados, por programas *pork-barrel*, quando a demanda por bens públicos é forte, relativamente estável e especifica a um distrito, e quando o sistema decisório é fragmentado, e não integrado"[176]. Ainda segundo esse autor, o Brasil é caracterizado pela existência de estados poderosos agindo de acordo com seus interesses próprios, ao lado disso, enormes desigualdades regionais deixam alguns municípios pobres, que o emprego governamental e subsídios são fontes fundamentais de renda. Consequentemente, a política brasileira favorece a provisão de benefícios locais, geograficamente separáveis. Ainda segundo Ames (2003), o sistema político brasileiro é um instrumento para a ampliação das desigualdades políticas e sociais, uma vez que o sistema proporcional de lista aberta permite e faz com que os representantes se elejam a partir de unidades geográficas com configurações extremamente distintas.

[176] Cf. AMES, op. cit. p. 68 – *grifo do original*.

Nesse aspecto, existem duas variantes de representação proporcional: *o voto único transferível* e o *sistema de lista*. O *voto único transferível* tem como propósito garantir que as opiniões relevantes da sociedade (abrigadas ou não nos partidos) estejam no Parlamento. O *sistema de lista* procura distribuir as cadeiras do Parlamento utilizando os partidos e coligações como unidade fundamental. No primeiro caso, é calculada uma quota de votos que cada candidato deve atingir para ser eleito representante. No segundo, é calculada uma quota de votos que cada partido ou coligação deve atingir (NICOLAU, 2004).

Tabela 13
Distribuição dos votos por candidato/partido para Deputado Federal (Sergipe – 2002)

Colocação	Partido	Total de candidatos	Total de votos da legenda	Total de votos do primeiro colocado Porcentagem acumulativa	Número de eleitos	Média
1º	PSDB	4	109.333	71.614	1	27.333
2º	PFL	7	130.590	67.722	2	18.655
3º	PSB	6	84.554	64.699	–	14.092
4º	PMN	2	63.886	57.949	1	33.443
5º	PMDB	3	52.865	49.138	1	17.621
6º	PT	11	109.705	28.879	1	9.973
7º	PL	3	52.836	45.158	1	17.612
8º	PPB	1	41.075	41.075	1	41.075
9º	PPS	3	39.181	35.599	–	13.060
10º	FALTA	FALTA	FALTA	FALTA	–	FALTA

Fonte: TRE/SE.

No caso brasileiro, adota-se o sistema proporcional de lista aberta[177]. Esse sistema – que é utilizado no Brasil desde 1945 – possui duas singularidades: "diferente do que ocorre na Finlândia, na Polônia e no Chile, por exemplo, o eleitor brasileiro tem a opção de votar exclusivamente em um partido (voto de legenda). Nessa circunstância, o voto é contabilizado para a distribuição das cadeiras, mas afeta a disputa entre os candidatos da lista" (NICOLAU, 2004, p. 57). A segunda singularidade é a formação de uma única lista de candidatos quando diferentes partidos estão coligados. Por essa razão, os candidatos mais votados, independentemente do partido ao qual pertençam, ocuparão as cadeiras eleitas pela coligação.

Nesse sistema, é necessário utilizar alguma fórmula para distribuir as cadeiras de cada distrito entre os partidos e coligações. As fórmulas podem ser divididas em dois grupos:

[177] Há uma segunda variável do voto proporcional de lista denominado como *voto proporcional de lista fechada*. Nesse sistema, o eleitor vota em um dos partidos e não pode expressar preferência por um determinado candidato da lista. As cadeiras que cada partido receber serão ocupadas pelos primeiros nomes da lista. Por exemplo, um partido que obtém três cadeiras irá ocupa-las com os três primeiros candidatos da lista. A maior crítica a esse sistema é a de que o partido passa a ter o controle do perfil dos parlamentares que serão eleitos e, assim, certos grupos dominantes no partido se beneficiem colocando seus quadros entre os primeiros nomes na lista.

maiores médias, que utilizam um divisor, e maiores sobras, que utilizam quotas. O cálculo que define os eleitos nesse sistema é feito a partir da definição do quociente partidário (QP) e quociente eleitoral (QE). Enquanto o QP reside no número de "cadeiras" que cada partido ou coligação têm direito[178]; o QE resulta de um cálculo feito logo após a apuração eleitoral levando em conta o número de votos válidos e o número de "cadeiras" a serem distribuídas entre partidos e coligações conforme pode ser observado nas eleições de 2002 e 2018 (Tabelas 12 e 13, respectivamente). O QE é, portanto, o número total de votos válidos para o cargo dividido pelo número de cadeiras a serem preenchidas[179]. Numa situação hipotética isso significa que, um candidato bem votado pode transferir votos, ajudando a eleger os companheiros de legenda ou coligação, à exemplo do que ocorreu nas eleições de 2002 quando Eneias Carneiro foi eleito deputado federal por São Paulo com 1,5 milhão de votos e levou consigo mais quatro deputados, incluindo Vanderlei Assis de Souza, que obteve exatos 275 votos[180].

A primeira eleição para a CD que utilizou a representação proporcional de lista foi em 1945. Na ocasião, chamou a atenção o favorecimento dado aos partidos mais votados de cada estado. Em primeiro lugar, calculava-se o QE dividindo-se o total de votos dos partidos (ou coligações) mais os votos em branco pelo número de cadeiras do distrito ou estado. A quota funcionava como cláusula de exclusão, ou seja, um partido que não recebesse pelo menos o mesmo número da quota não poderia receber as cadeiras disponíveis para cada estado. As cadeiras não ocupadas na primeira alocação (sobras) eram destinadas exclusivamente para o partido mais votado no estado.

A partir de 1950, houve uma alteração nas regras para distribuição das sobras. A votação de cada partido ou coligação passou a ser dividida pelo número de cadeiras que ele obtivesse na primeira alocação (pelo QE) mais 1[181]. As cadeiras não alocadas na primeira distribuição iriam para os partidos com as maiores médias. Essa fórmula continua em vigor e sofreu uma única alteração: desde 1998 os votos em branco deixaram de ser contabilizados no cálculo do QE.

No caso da Tabela 13, chama a atenção a relativa concentração de votos, tanto quando se trata do voto nominal, quanto do voto por legenda. Isso fez com que, entre os oito deputados federais eleitos por Sergipe no pleito de 2002, um fosse eleito pela média geral.

---

[178] Para calcular o QP precisamos considerar que: *QP = número de votos da legenda ou coligação*.
[179] Para calcular o QE é necessário considerar a seguinte fórmula: *QE = número de votos ÷ número de vagas a preencher*.
[180] Vide o caso do "Efeito Tiririca" e os "Puxadores de Voto".
[181] Por exemplo: um partido que recebesse seis cadeiras teria seus votos divididos por sete.

Trata-se de João Fontes de Farias Fernandes (PT), que mesmo ficando em 11º na colocação geral conseguiu se eleger para uma das vagas disponíveis na CD para Sergipe naquela eleição. Desse modo, em se tratando da concentração do voto nominal, apenas à título de informação no pleito de 2002 foram registrados 72 candidatos de 22 partidos políticos, tendo sido computados exatos 949.192 votos em todo o estado, deste montante, excetuando-se os votos brancos e nulos (49.552 e 32.967, respectivamente), computou-se 886.673 votos válidos distribuídos entre 777.748 (ou 89,62%) nominais e 89.925 (ou 10,38%) por legenda. No momento em que esses dados estavam sendo levantados, chamou a atenção o fato de os oito eleitos terem somado exatos 408.552 (ou 47,13%) dos votos válidos, concentrados em apenas 07 partidos. Ou seja, os demais 64 candidatos ficaram com 478.121 (ou 52,87%) votos. Algo semelhante ocorreu também em outros pleitos, é o caso das eleições de 2014, na qual foram registrados 72 candidatos de 24 partidos diferentes, computando 1.453,601 votos em todo o estado, dos quais excetuando os votos brancos (106.363) e nulos (152.225), computou-se 981.303 votos válidos. No caso especifico dessa eleição a concentração dos votos entre os eleitos é ainda maior, os oito deputados eleitos somaram juntos 595.157 (ou 61,01% do eleitorado do estado), ou seja, os demais 64 candidatos dividiram os demais 386.146 (ou 38,99%) dos votos restantes.

Esses dados sugerem a existência de um padrão de concentração e dispersão dos votos, fato também observado em outros pleitos, e que sinalizam para a existência de um trabalho por parte dos parlamentares eleitos no sentido de construir bases políticas consolidas. A análise desse aspecto das consequências da concorrência eleitoral se mostra bastante salutar, sobretudo, em se tratando do interesse em analisar os *inputs* recebidos de fora pelo Parlamento, para aqueles voltados para o entendimento do lado da demanda que recai sobre os representantes de cada estado na CD. O conhecimento da relação em torno da concentração e dispersão do voto permitiu constatar a importância das bases de apoio parlamentar, uma vez que o sucesso se mostra cada vez mais próximo daqueles que conseguem manter boas relações com suas bases. Em resumo, considerando a competição eleitoral cada vez mais acentuada, os municípios tendem a demonstrar padrão de competição marcadamente concentrado; ademais, embora a volatilidade usualmente identificada como atributo que atravessa todo nosso sistema político, em se tratando dos padrões de competição aqui considerados, verifica-se exatamente o oposto, a estabilidade dos padrões de concentração, quando comparados os resultados das duas eleições aqui consideradas. Ao analisar os índices de concentração do voto a partir do ponto de vista da geografia política, Carvalho (2003) sinaliza para a diferenciação entre os padrões de dispersão/concentração do voto a depender

da região na qual ocorre a eleição. Com efeito, o autor conclui que "nos estados mais pobres, nordestinos, apresentando em torno de 80% de seus municípios com a competição fortemente concentrada, com 20% de municípios situados na mesma faixa em estados da região Sul e Sudeste"[182]. O autor sugere a existência de uma relação estreita entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o caráter mais ou menos aberto da competição no interior dos municípios. Tanto os dados quantitativos, quanto os argumentos do autor servirão também de esteio para o debate a ser feito no próximo capítulo, com relação a importância das bases de apoio político e como as redes são mobilizadas no sentido de manter essas mesmas bases.

3.2 Atributos adscritos e adquiridos pelos Deputados Federais

Nossa amostragem analisa a CD a partir de um universo empírico restrito ao número de representantes de um único estado da federação, o que não significa, porém, que os resultados a serem apresentados dizem respeito a uma realidade peculiar e única. Conquanto, os resultados obtidos nos permitem acessar um conjunto de informações que poderão – a partir do contato com estudos sobre a realidade de outros estados – nos trazer importantes reflexões sobre o funcionamento daquela "casa" nas últimas eleições. Enfim, considerando as devidas proporções e limitações da presente pesquisa, este trabalho contribui para desvelar a natureza do fazer política.

Como ponto de partida, nos deteremos à exposição do que chamaremos aqui de atributos adscritos, que seriam, basicamente, algumas características sociais que diferenciam e definem as pessoas, por exemplo: gênero, grupo étnico, idade etc. Num segundo momento, iremos nos ater a uma apresentação dos atributos adquiridos – como, por exemplo, religião, grau de instrução, ocupação profissional, militância político-partidária ou em movimentos sociais, entre outros – que, por sua vez, têm relação com as conquistas ou valoração que marcam a trajetória de vida das pessoas (KELLER, 1967).

Com relação aos atributos adscritos, a Tabela 14 mostra a distribuição por sexo, faixa etária e grupo étnico dos representantes do estado de Sergipe na CD eleitos entre 2002 e 2018.

Tabela 14
Distribuição dos Deputados Federais Eleitos por Sergipe nos Pleitos de 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018
Segundo Sexo, Grupo Étnico e Faixa Etária

[182] Cf. CARVALHO, op. cit. p. 89.

Sexo					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Masculino	25	100,0	100,0	100,0
	Feminino	00	0,0	0,0	0,0
	Total	25	100,0	100,0	100,0

Grupo étnico					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Branca	19	76,0	76,0	76,0
	Negra	02	08,0	8,0	88,0
	Parda	04	16,0	16,0	16,0
	Total	25	100,0	100,0	100,0

Faixa etária					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	de 30 a 39 anos	02	8,0	8,0	8,0
	de 40 a 49 anos	08	32,0	32,0	40,0
	de 50 a 59 anos	08	32,0	32,0	72,0
	de 60 a 69 anos	04	16,0	16,0	88,0
	70 anos ou mais	03	12,0	12,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Ao comentar o fato de a grande maioria dos deputados federais serem do sexo masculino, a ex-deputada Denise Frossard (PPS/RJ) disse que a CD "[...] é uma casa de machos" (VIANNA, 2005, p. 1). A afirmação não é novidade nas análises sociológicas sobre a relação de gênero na política. O mundo da política ainda é muito masculino e na política federal não é diferente. Não raro, as mulheres são colocadas a disputar eleições apenas para cumprir obrigatoriedades institucionais e não para concorrer de fato aos cargos. É o caso do cumprimento da Lei 9.504/97[183] que determinou a paridade de gênero nas candidaturas, reservando 30% das vagas dos partidos ou coligações para cada sexo em eleições proporcionais (ou seja, para vereador/a, deputado/a estadual e deputado/a federal). Para Piovesan (2011), embora seja verdade que a Lei 9.504/97 teve um efeito positivo na

[183] Antecede essa lei a Lei 9.100/1995, que regulamentou as eleições municipais de 1996, prevendo para o cargo de vereador (a) a reserva de 20% das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser preenchidas por candidaturas de mulheres. Já a lei eleitoral supracitada e em vigor até hoje, indicou a reserva (não exatamente seu preenchimento) de 30% das candidaturas dos partidos ou coligações para cada sexo em eleições proporcionais (ou seja, para vereador/a, deputado/a estadual e deputado/a federal), com um dispositivo transitório que definia um percentual de 25% apenas para as eleições gerais de 1998.

ampliação das candidaturas num primeiro momento, em se tratando de eleger mais mulheres, este efeito foi praticamente nulo. Fato é que nas eleições imediatamente posteriores a criação dessa lei, não houve mudanças significativas no número de mulheres eleitas. Isto gerou uma nova intervenção através das cotas, com a tentativa de seu aprimoramento em 2009, através da Lei 12.034/2009. A nova redação é mais incisiva e torna claro o princípio da obrigatoriedade, ao dizer que do número de vagas resultantes "...cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo". A Lei define ainda que os partidos,

> [...] têm que destinar 5% do fundo partidário à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres[...] o partido que não cumprir essa disposição deverá, no ano subsequente, adicionar mais 2,5% do Fundo Partidário para tal destinação [...] reservar ao menos 10% do tempo de propaganda partidária para promover a difundir a participação política feminina. (Revista do Observatório, SPM, 2009 p.5).

A nova lei se consagrou como uma tentativa de regular, de forma mais incisiva, a ação afirmativa voltada para ampliar a inserção das mulheres nos partidos e, sobretudo, nos processos eleitorais, esperando-se que derive daí um resultado mais positivo em termos de elegibilidade. As eleições de 2010 foram o primeiro teste dessa nova medida. Dito isto, como mostraremos mais adiante, os dados não indicam que a lei tenha funcionado. Ao contrário, exatamente no ano em que se elegeu uma mulher para a presidência, nos outros níveis eleitorais os resultados chegaram a decepcionar. Nas cinco últimas eleições, a presença de mulheres na CD ocorreu da seguinte forma: Em 2002 foram eleitas 43 parlamentares (ou 8,3%), em 2006 e 2010 foram eleitas 45 deputadas (ou 8,7%), em 2014 foram eleitas 51 (ou 10%) e em 2018 foram eleitas 77 parlamentares (ou 15%).

No que se refere aos dados apresentados na Tabela 14, observamos que o estado de Sergipe ainda continua subrepresentado na CD no que diz respeito à paridade de gênero, sendo que para as últimas cinco legislaturas foram eleitos 25 deputados do sexo masculino (ou seja, 100% do total). No pleito de 2018, apenas Sergipe, Maranhão e Amazonas não elegeram mulheres para a CD. Vale acrescentar ainda que este dado não é uma condição apenas das cinco últimas legislaturas, após um levantamento rápido sobre a bancada feminina sergipana na CD foi constatado que não houve nenhuma mulher a ocupar postos nessa casa desde que Sergipe passou a figurar no cenário nacional na condição de província e depois de

estado[184]. Tivemos alguns casos de mulheres que ocuparam a posição de suplentes de deputados federais, como é o caso de Emília Correa (PATRIOTAS) que atualmente é vereadora por Aracaju e concorreu ao posto de deputada federal pela coligação PODEMOS, AVANTE, PMN e PATRIOTAS no pleito de 2018. Na ocasião, Emília Corrêa obteve 52.921 (ou 5,3%) votos, não sendo eleita por conta do coeficiente eleitoral (ver Tabela 12).

O segundo dado referente aos atributos adscritos diz respeito ao pertencimento étnico dos 25 parlamentares aqui considerados. Sabemos que este é sempre um tema sensível e por vezes subjetivo. Por isso, para tratarmos dessa temática descrevermos a forma como foram selecionados e devidamente categorizados atores aqui considerados. Nem todos os parlamentares declararam a que grupo étnico fazem parte[185]. Diante disso, após procurar nos espaços possíveis e descritos na introdução deste capítulo e notado a inexistência dessa informação – ao menos por vias declaratórias dos que compõem o universo de pesquisa aqui considerado – passei a categorizar esses atores com base em fotos e vídeos dos mesmos. Para tanto, os critérios utilizados foram os mais objetivos possíveis, como cor da pele e traços físicos. Em termos conceituais, foram considerados os argumentos de People e Bailey (2010), segundo os quais *"in essence, an ethnic group is a named social category of people based on perceptions of shared social experience or ancestry. Members of the ethnic group see themselves as sharing cultural traditions and history that distinguish them from other groups. Ethnic group identity has a strong psychological or emotional component that divides the people of the world into opposing categories of 'us' and 'them'"* [186]. A rigor, grupo étnico em contraste com o social, "*which divides and unifies people along a series of horizontal axes on the basis of socioeconomic factors, ethnic identities divide and unify people along a series of vertical axes*"[187]. Após essas primeiras considerações, os resultados foram os seguintes: 19 parlamentares (76%) foram considerados brancos, 04 parlamentares (16%) pardos e 02 parlamentares (8%) foram considerados negros, ou seja, os resultados demonstram uma relativa dominância da cor branca entre aqueles que representam Sergipe na CD. Observamos que essa não é uma condição apenas deste grupo ou restrita ao local em que foi escolhida a

[184] Esse levantamento foi feito a partir do texto "100 anos de eleições em Sergipe", feito pelo poder judiciário e tribunal regional eleitoral de Sergipe, Ano I, nº1 – julho de 2002, Aracaju-SE. Nessa obra há a relação de todas as bancadas para o Congresso Nacional (Câmara Federal e Senado) do período que se estende de 1901 até 2002, totalizando 27 legislaturas.

[185] Quanto aos deputados do último pleito essas informações foram acessadas sem muita dificuldade, uma vez que em todos os casos havia a devida declaração no site do TSE, na parte da prestação de contas, disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2018/2022802018/SE/candidatos, visualizado em 08/08/2018 às 10:51.

[186] Cf. PEOPLE e BAILEY, op. cit. p. 389.

[187] Cf. PEOPLE e BAILEY, op. cit. p. 389.

amostragem, em um estudo sobre os vereadores de São Paulo, Kerbauy (2014) constatou que "em relação à raça/cor, o maior percentual dos vereadores se declarou branco 60,0%, seguido por 30,7% de pardo ou moreno e, 5,8%, preto" [188].

O exame da distribuição por faixa etária, conforme mostrado na Tabela 14, mostra que dos 25 parlamentares 02 (ou 08%) têm entre 30 e 39 anos, 08 (ou 32%) têm entre 40 e 49 anos, outros 08 (ou 32%) têm entre 50 e 59 anos, 04 (ou 16%) têm entre 60 e 69 anos e, por fim, 03 parlamentares (ou 12%) têm 70 anos de idade ou mais. Os percentuais apontam que a representação sergipana na CD é relativamente envelhecida, uma vez que 60% daqueles considerados pela pesquisa encontram-se acima dos 50 anos de idade, sendo que o mais novo é o deputado Gustinho Ribeiro, eleito em 2018 com 36 anos de idade, e o mais velho é o deputado José Cleonâncio da Fonseca que se elegeu pela última vez aos 65 anos. Uma informação relevante e que nos permite compreender o porquê desse fenômeno é o fato de boa parte dos deputados serem políticos experientes, possuidores de mais de um mandato na CD ou mesmo de experiências políticas anteriores à sua chegada naquela casa (vide tabela 15).

Ainda no tocante às carreiras dos integrantes da amostra, 48% dos deputados federais aqui considerados possuem passagens por cargos político-administrativos, logo não-eletivos (somando cargos de primeiro e segundo escalões nos níveis municipal, estadual e federal). Além disso, cotejando as informações sobre o primeiro cargo eletivo ocupado, observamos que 28% dos deputados federais considerados ingressaram na carreira política via posições eletivas locais (vereança e prefeitura). A esse respeito, dois dados merecem destaque: (i) dos deputados federais analisados, 16% iniciaram suas carreiras eletivas como vereadores; e (ii) dos deputados sergipanos, 32% chegaram diretamente à CD Federais sem passar por vereança, prefeitura ou deputação estadual. Essa passagem concede aos parlamentares saberes próprios do universo político, mas que ao mesmo tempo precisariam evocar novas relações e vínculos para pleitear cargos mais elevados nas disputas eletivas.

Tabela 15
Número de Mandatos Deputado Federal em Sergipe

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Um Mandato	12	48,0	48,0	48,0
	Dois Mandatos	8	32,0	32,0	80,0
	Acima de três Mandatos	5	20,0	20,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

[188] Cf. KERBAUY, op. cit. p. 07.

Fonte: Elaboração própria.

No geral, o acesso ao posto de representação parlamentar se deu como resultado de uma carreira política precedente, fato é que em apenas 36% dos casos (09/25) a representação na CD foi o primeiro tipo de mandato eletivo ocupado. Em síntese, entre os 25 parlamentares considerados 04 já haviam sido vereadores, 03 tinham sido prefeitos, 08 foram deputados estaduais, 03 já haviam sido senadores, 01 havia sido deputado estadual e 01 já tinha sido governador do estado[189].

Um bom exemplo para ilustrar a carreira de alguns dos parlamentares estudados é o do deputado federal Cleonâncio Fonseca, destacado anteriormente como o mais velho a ser eleito por Sergipe. Sua carreira política é balizada pela ocupação de postos de representação tanto na CD quanto fora daquele espaço. O parlamentar ocupou por 04 vezes, e em momentos diferentes, um assento na CD, tornando-se uma das pessoas a permanecer mais tempo naquela casa. Tal parlamentar ocupou também postos no legislativo municipal (01 mandato) e executivo municipal (01 mandato) de sua cidade natal, Boquim-Se, e também ocupou assento na Assembleia Legislativa de Sergipe (por 07 mandatos).

Nascido em Boquim (SE) no dia 14 de dezembro de 1936, Cleonâncio Fonseca é agropecuarista e citricultor de profissão, filho de Venâncio Fernandes da Fonseca e Cleonice Soares da Fonseca. Seu irmão, Venâncio Fonseca, também seguiu a carreira política, exercendo o mandato de deputado estadual por Sergipe na legislatura de 1995-1999. Notário[190] público de sua cidade natal entre 1956 e 1963, Cleonâncio pleiteou em novembro de 1961 uma vaga para o Legislativo municipal. Eleito vereador pela União Democrática Nacional (UDN), exerceu o mandato entre os anos de 1962 e 1965. Filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – partido que dava sustentação política ao regime militar instaurado no Brasil em abril de 1964 –, Cleonâncio participou das eleições de novembro de 1966, tornando-se deputado estadual para a legislatura 1967-1971. Reeleito no pleito de novembro de 1970, iniciou novo mandato em março de 1971. Durante essa legislatura, candidatou-se a prefeito de Boquim pela legenda governista. Vitorioso, assumiu o cargo em fevereiro de 1973, interrompendo seu mandato na Assembleia Legislativa de Sergipe.

[189] Acrescento acerca dos números apresentados a informação de que, em alguns casos o mesmo parlamentar ocupou por mais de um mandato um dos cargos apresentados, isso nos permite entender a inexatidão dos dados quando confrontados com o número de parlamentares considerados no texto.

[190] Notário é uma profissão semelhante ao tabelião. É um profissional de direito, dotado de fé pública, ao qual compete, por delegação do poder público, formalizar juridicamente a vontade das partes, intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam ou queiram dar forma legal ou autenticidade, autorizando a redação ou redigindo os instrumentos adequados, conservando os originais e expedindo cópias fidedignas de seu conteúdo e autenticar fatos.

Eleito novamente deputado estadual, nas eleições de novembro de 1974, Cleonâncio encerra seu mandato de prefeito no início de 1975 e, em seguida, volta a atuar no Legislativo estadual. Em 1978, é Reeleito deputado estadual pela ARENA, mas devido à reorganização partidária que sucedeu a extinção do bipartidarismo (29/11/1979), no ano seguinte ingressa no Partido Democrático Social (PDS), agremiação que deu prosseguimento à linha de atuação da antiga ARENA. Em 1982, reelege-se deputado estadual para a legislatura 1983-1987. Em 1986, e já no Partido da Frente Liberal (PFL), Cleonâncio conquista uma vaga como deputado federal constituinte. Em 1990, é eleito novamente deputado federal, agora pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN) – agremiação à qual pertencia o então presidente Fernando Collor de Melo, eleito em dezembro do ano anterior –, para a legislatura 1991-1994.

Em outubro de 1994, conquistou mais um mandato na CD, desta vez pelo Partido Progressista Reformador (PPR), ao qual se filiara em maio do mesmo ano. Empossado em fevereiro de 1995, integrou, nessa legislatura, a Comissão de Agricultura e Política Rural. Em maio de 1995, filiou-se, por três meses, ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), aderindo, em agosto do mesmo ano, ao Partido Progressista Brasileiro (PPB), agremiação criada nesse mês a partir da fusão do PPR com o Partido Progressista (PP). Em 1998, Cleonâncio reelegeu-se deputado federal pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ao qual se filiara em outubro do ano anterior. Em novembro de 1998, votou a favor do teto de 1.200 reais para aposentadorias no setor público e do estabelecimento de idade mínima e tempo de contribuição para o setor privado, itens fundamentais para a definição da reforma dos sistemas previdenciários então proposta pelo governo federal. Votou também a favor da aprovação da lei de cobrança previdenciária de inativos, da criação da Lei de Responsabilidade Fiscal e da prorrogação da CPMF. No pleito de 2002, elegeu-se deputado federal pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB). Após assumir, posicionou-se contra a Reforma da Previdência e não esteve presente à sessão que aprovou a reforma tributária, ambas encaminhadas pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. Ainda em 2003, o PPB mudou seu nome para Partido Progressista (PP), isso depois de uma longa trajetória de mudança de nome, registre-se que esse partido é proveniente do antigo ARENA, partido de posição durante o período militar, e que atualmente identifica-se com o nome Progressistas. Mesmo com a mudança de nome Cleonâncio manteve-se filiado, passando a integrar no

decorrer da legislatura 2003-2006, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania[191].

O caso do deputado José Cleonâncio da Fonseca se apresenta importante não apenas como biografia do representante mais velho do estado na Câmara Federal, mas também como forma de percebermos a construção de uma carreira política pautada pela ocupação de vários cargos de representação política. Tal carreira política chama a atenção também por representar um tipo de política bastante recorrente nas eleições Brasil afora: assim como outros políticos de sua época (ver caso de Francisco Rollemberg apresentado no capítulo um desta tese), as inserções políticas de Cleonâncio Fonseca basearam-se num tipo de representação voltada para a construção de uma base política sólida e, em seu caso, ligada ao seu local de nascimento e ainda ao reconhecimento social de suas atividades profissionais e vocacionais. Fato é que durante muito tempo sua forma de fazer política lhe trouxe sucesso nas disputas eleitorais, o que praticamente impedia o acesso de *outsiders* aos postos de representação política sua região. Não raro, as disputas eleitorais eram decididas antes mesmo da eleição, durante a escolha dos candidatos pelos grupos políticos. Apenas para ilustrar isso, o deputado aqui considerado, nasceu na região sul do estado de Sergipe (ver Anexo 1) que é composta por dez cidades (Arauá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Itabaianinha, Indiaroba, Salgado, Pedrinhas, Umbaúba e Santa Luzia do Itanhy). É deste conjunto de cidades que costuma vir a maior parte dos seus votos. Conforme dados do TSE: dos 41.867 votos recebidos por Cleonâncio Fonseca nas eleições para a CD em 1994, 19.765 (ou 46%) vieram destes oito municípios; dos 27.025 votos recebidos por ele nas eleições para a CD em 1998[192], 12.776 (ou 42%) vieram desses mesmos municípios e; por fim, dos 41.075 votos recebidos por ele nas eleições para a CD de 2002, 15.672 (ou 38%) vieram dessas mesmas localidades. Ou seja, esses dados apontam esse conjunto de municípios da região sul de Sergipe como a principal base eleitoral do político em questão.

Em primeiro lugar, precisamos entender que lidamos aqui com um conjunto de políticos de elevado capital eleitoral e fortemente associado ao pertencimento a grupos familiares economicamente dominantes e especializados na política. Dessa forma, isso ajuda a explicar a entrada precoce e relativamente bem-sucedida nas disputas para um cargo na CD de integrantes de famílias com carreira política ascendente como, por exemplo, Fábio Mitidieri, Fábio Reis, entre outros. Não fosse a precocidade de uns, ainda precisaríamos destacar o

[191] Parte da biografia de seu José Cleonâncio da Fonseca foi retirada no CPDOC da FGV. Disponível em: http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/jose-cleonancio-da-fonseca, Visualizado em 07/09/2018 às 15:49.

[192] Em 1998 o deputado foi eleito por Média Geral Ponderada.

elevado grau de experiência política de boa parte dos que compõem a representação sergipana na CD, sobretudo quando consideramos mandatos externos a CD. Em suma, isso porque o exame das cinco legislaturas apresentados na Tabela 15 exprime a presença expressiva de parlamentares com apenas um mandato e a baixa continuidade na carreira parlamentar para a maioria dos deputados federais eleitos nestes pouco mais de 16 anos por Sergipe: dos vinte e cinco parlamentares, cinco (ou 20%) possuem acima de três mandatos, enquanto que oito (ou 32%) parlamentares possuem dois mandatos e doze parlamentares (ou 48%) possuem apenas um mandato (Ver tabela 15).

Em segundo lugar, e isso não exclui a primeira ponderação, mas explica outra variável presente na análise das carreiras parlamentares recentes, quando avaliamos mais de perto os dados acessados percebemos que dos 09 parlamentares que ingressaram na política tendo como primeiro mandato um posto na CD, 03 foram eleitos em um único pleito, me refiro à legislatura 2011-2014 (54ª legislatura). Nessa ocasião, dos 08 deputados eleitos na legislatura anterior (53ª legislatura) apenas 02 conseguiram reeleição, o que significa uma renovação de 75% no quadro de representantes parlamentares, percentual relativamente superior à média nacional que fica em torno de 40 a 50%. Em se tratando das legislaturas 2011-2014 e 2015-2018 a renovação foi de 46% e 43,5%, respectivamente (ver Gráfico 1). Acrescento ainda que dos seis novos parlamentares 03 estavam assumindo pela primeira vez mandato na CD, foram eles Márcio Macedo (58.782 votos), Pastor José Heleno da Silva (61.598 votos) e Laércio Oliveira (79.514 votos)[193]. Os parlamentares apresentados aqui como ocupantes de um primeiro mandato são novatos, assim, não apenas aqueles ausentes na legislatura imediatamente anterior, mas deputados sem nenhuma experiência prévia na CD[194], o que realça sua ponderação, revelando o contingente de ingressantes despojados de experiência no interior da instituição legislativa federal.

Do conjunto de dados acessados, também foi constatado que nenhum dos seis novos eleitos por Sergipe para a CD em 2010 era veterano, ou seja, nenhum desses seis novos deputados eleitos em 2010 já tinha ocupado posto na Câmara Federal anteriormente. Segundo Marenco (2000), quando o ingresso na atividade legislativa adquire um padrão endógeno, ocorrendo somente após um longo tempo de treinamento prévio – cargos públicos, vida partidária – semelhante a uma escola política onde o aspirante é *curtido*, está-se diante de uma classe política estável, dotada de lealdades hierárquicas e condições que favorecem a geração

[193] Dados disponíveis no portal do TRE/SE.
[194] A exceção de Laércio Oliveira que ocupou por três meses mandato na Câmara Federal, ocasião em que assumiu como suplente a vaga de CITAR NOME, que se ausentou para concorrer a prefeitura de Aracaju.

de um perfil homogêneo entre seus membros. Ao contrário, se a oportunidade para uma carreira se oferece a indivíduos que não são do *ramo*, com experiência política breve e compromissos partidários descontínuos, que se aventuram com êxito na política, o sintoma revela a presença de escassa profissionalização e precários vínculos hierárquicos internos às organizações políticas. A tese do autor após se debruçar sobre a análise de 14 eleições (de 1946 até 1998) é a de que, o caráter oligárquico[195] presente na ocupação de cargos políticos na CD tem sido enfraquecido, em detrimento da eleição de representantes não *treinados* no espaço de competição política. Vale destacar que nesse estudo o autor consegue identificar um processo de diversificação ou "popularização" do perfil socio-político dos parlamentares, com certa tendência a inclusão de segmentos da classe média e média-baixa da população. Assim, tal como vem ocorrendo em algumas democracias da Europa ocidental (COTTA e VERZICHELLI, 2007; COTTA e BEST, 2000), a classe política brasileira vem passando por um gradual processo de heterogeneização de suas características (RODRIGUES, 2006; 2014; SANTOS, 2000; 2003).

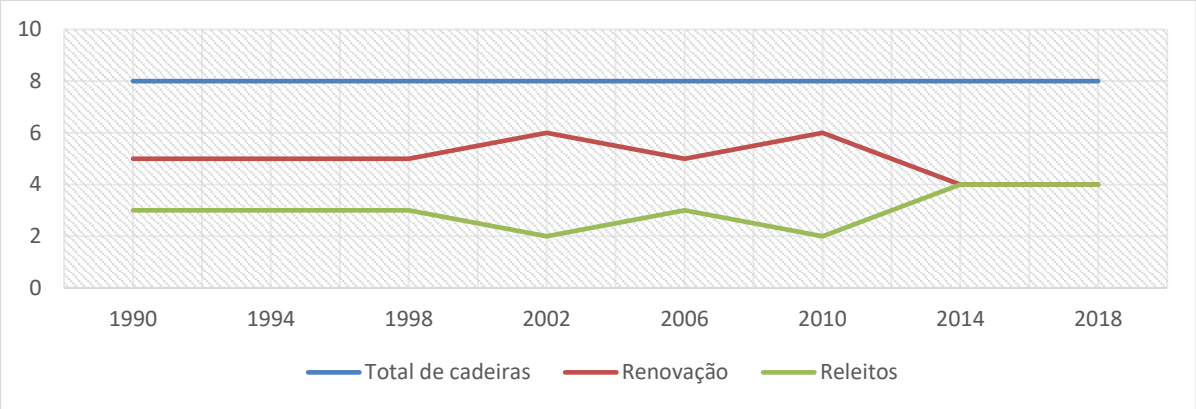
As dinâmicas dos processos de recrutamento político podem ser indicadas, preliminarmente, através de falas de como: *"quando eu disputei a primeira eleição, em 1970, havia mais ou menos uma distribuição de candidatura entre as regiões do estado, feita pelo líder e chefe do partido, no caso era Augusto Franco, que era muito habilidoso nesta distribuição"*[196]. Tal fala é de um dos parlamentares entrevistados se referindo a como era a dinâmica das candidaturas nos anos 1970. O relato sugere a existência de uma relativa insegurança associada à conquista ou à manutenção de uma cadeira parlamentar, como decorrência da fragilidade de lealdades hierárquicas internas à classe política. Esse fenômeno é reafirmado quando analisamos os processos de circulação parlamentar no Brasil, pois tal análise demonstra a descontinuidade que caracteriza a distribuição das "cadeiras" parlamentares.

Assim, a rotatividade eleitoral oferece a possibilidade de captar flutuações na distribuição de votos (individuais e/ou partidários) entre uma eleição e outra. Índices mais modestos sugerem um comportamento eleitoral estável. Inversamente, oscilações mais pronunciadas permitem identificar os momentos de realinhamento político, com a dissolução de identidades previamente constituídas. É certo, também, que movimentos de migração interpartidária entre uma legislatura e outra possam contribuir para incrementar os índices de

[195] O autor chama de traços oligárquicos um conjunto de atributos constitutivos do perfil parlamentar, à exemplo dos círculos restritos de políticos marcados pela longevidade nas carreiras políticas, reduzida competição e controle sobre máquinas e redes de lealdades eleitorais.
[196] Relato de Francisco Rollemberg, concedida ao pesquisador em 05.06.2017.

rotatividade, uma vez que sendo o desempenho partidário em eleições legislativas o resultado da soma da votação individual de seus candidatos, quando estes mudam de uma sigla para outra, terminariam contribuindo para desestabilizar os resultados partidários agregados (Ver gráficos 2 e 3). De qualquer forma, fluxos interpartidários são indícios de instabilidade eleitoral, uma vez que ocorrem como forma de melhorar o desempenho potencial de um candidato, ou ainda, quando os custos da infidelidade individual forem baixos.

Gráfico 1:
Índice de Renovação da Bancada sergipana na Câmara dos Deputados (1990-2018)



Fonte: TRE/SE.

A correspondência entre as taxas de renovação parlamentar e os níveis de flutuação eleitoral nas eleições para a CD pode ser constatada na simples observação das linhas do gráfico acima, os picos de renovação correspondem aos momentos que entendemos como peças-chave para a compreensão da política mais recente, especificamente, as eleições de 2002 e, mais tarde, as de 2010 (ambas com índice de renovação de 75%). Diante disso, ao mesmo passo que as eleições de 1990, 1994, 1998 e 2006 teriam sido as que registraram menor índice de renovação (37,7%).

Com efeito, em se tratando das legislaturas com maior índice de renovação, o primeiro pico se inaugura com níveis previsivelmente elevados de circulação parlamentar para as eleições de 2002. Isso porque, a vitória do PT nas eleições presidenciais de 2002 permitiu uma significativa alteração não apenas na classe política, representado pela relativa horizontalização e pelo acesso de postos eletivos a camadas mais populares que marcou aquele pleito (RODRIGUES, 2006), como também uma diversificação de políticos e partidos na ocupação de postos de representação na CD. A esse respeito, ainda que tenha ocorrido uma diversificação de perfis sociais e partidários entre os representantes de Sergipe na CD a partir das eleições de 2010, isso não significou a entrada de políticos despojados de capital

econômico e advindos de classes populares na representação sergipana na Câmara Federal. São, no geral, novos políticos, mas possuidores de relativo capital econômico. Isto é, a diversificação entre os representantes sergipanos na CD não significou a horizontalização da classe política como defende Rodrigues (2006), significou apenas uma mudança no perfil das oligarquias políticas locais que antes estava relacionada ao latifúndio e agora relaciona-se a setores empresariais (ver tabelas 19 e 20).

Ademais, apesar da vitória de Lula nas urnas ter repercutido favoravelmente para o aumento da bancada petista e de partidos considerados de esquerda na CD (ver Gráfico 2), em Sergipe o efeito foi inverso ao encontrado em outros estados (ver Gráfico 3). À título de informação, nas eleições de 1998 foram eleitos quatro representantes de partidos considerados de esquerda (um do PT, um do PPS, um do PSB e um deputado do PMN), três representantes de partidos considerados de centro (todos do PMDB) e um representante de partido de direita (PPB). Enquanto que na eleição seguinte houve um acentuado aumento de representantes de partidos considerados de direita, sendo eleitos dois representantes de partidos de esquerda (um do PMN e um do PT), dois representantes de partidos de centro (um do PSDB e um do PMDB) e quatro de partidos de direita (dois do PFL, um do PL e um do PPB)[197]. Vale a pena indicar que, grosso modo, as posições dos partidos em Sergipe num *continuum* direita-esquerda[198] é semelhante à dos partidos em âmbito nacional, o que justifica a utilização da classificação predominante na literatura nacional. Uma exceção, talvez, seja o PMDB (atual MDB) que, desde sua fundação no estado, assumiu um perfil mais à esquerda do que o perfil médio nacional do partido.

---

[197] As ponderações colocadas aqui quanto a classificação do espectro ideológico (eixo direita-esquerda) dos partidos políticos no Brasil se assentam na classificação formulada nos estudos de Kinzo (1990), Novaes (1994), Figueiredo e Limongi (1999), Fernandes (1995) e Rodrigues (2002). Segundo esses autores o eixo direita-esquerda segue a seguinte ordenação ideológica:
Direita: PP; PPB; PPR; PDS; PFL; PRN; PDC; PL; PTB; PSC; PSP; PRP; PSL; PSD e PRONA.
Centro: PMDB e PSDB.
Esquerda: PT; PDT; PPS; PCdoB; PSB; PV; PSTU; PCO e PMN.

[198] É oportuno nesse momento identificar o uso semântico dessa expressão e como a forma de concebê-la se alterou ao longo do tempo, seja por questões históricas e mesmo político-sociais. Os termos "esquerda" e "direita" tal como estamos concebendo aqui têm significado polissêmico, apresentando pelo menos duas dimensões diferentes, muitas vezes superpostas em seu sentido histórico. A primeira é espacialsituacional, uma vez que a polarização esquerda/direita definiu em forma dicotômica as posições relativas de cada ator dentro de um sistema político historicamente determinado – com clivagens sociais e políticas diversas. A segunda é de ordem ideológica, que concerne aos valores e às crenças de doutrinas políticas, podendo ser dividida entre correntes favoráveis ao igualitarismo e à mudança social (por exemplo, socialistas, comunistas, social-democratas etc.) e os partidários da liberdade individual e da ordem social (como liberais, conservadores, entre outros). Neste trabalho, consideraremos esquerdas e direitas realmente existentes e com representação nos sistemas partidários escolhidos e democracias recentes à luz do acervo da literatura acadêmica de cada país. Considerando a escala ideológica esquerda/direita, o que colabora com as definições apresentadas acima acerca da posição de cada um dos partidos aqui colocados frente ao espectro ideológico esquerda/direita.

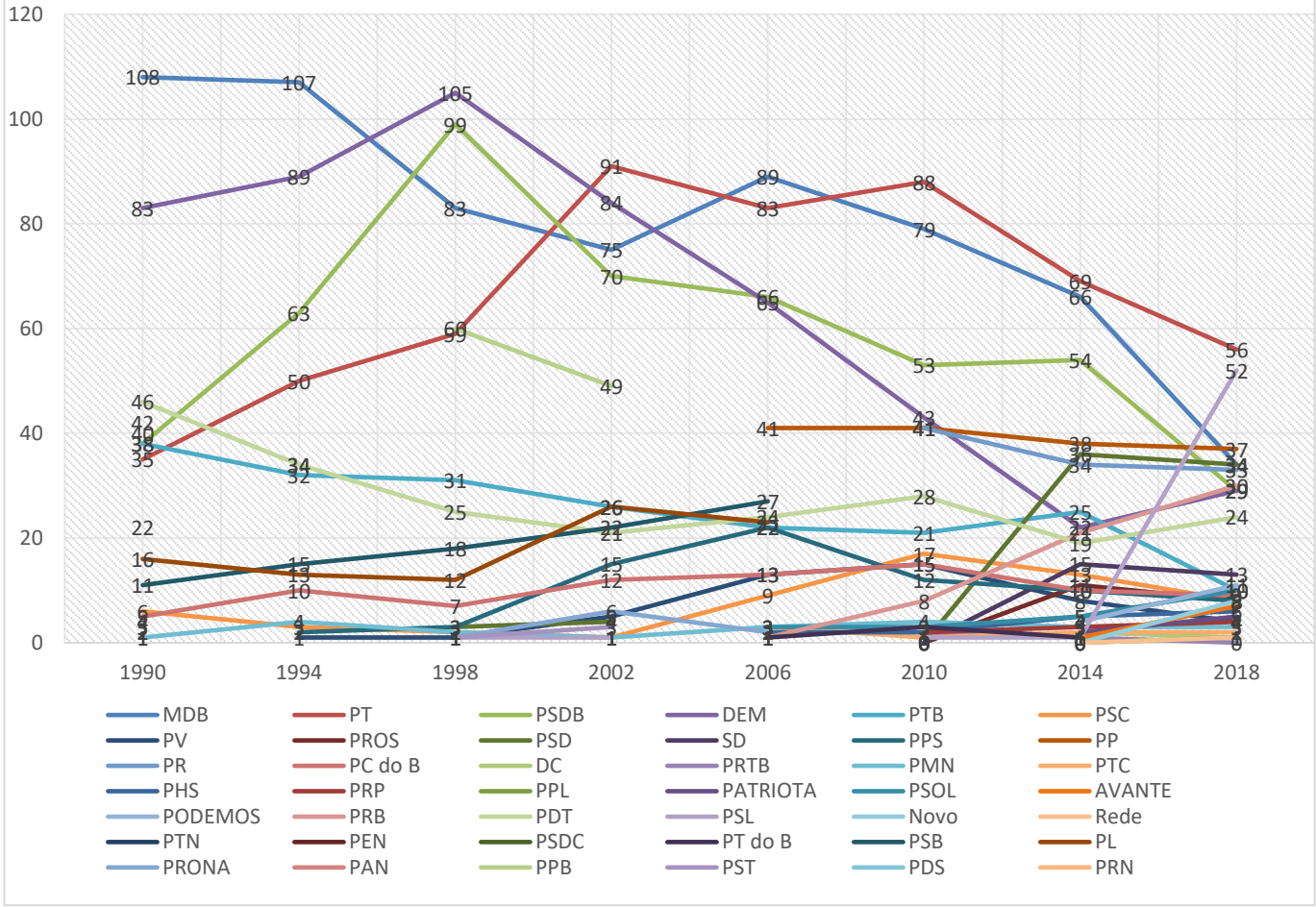
A interpretação desses dados dá margem para muitas especulações e controvérsias. No caso de Sergipe, simplificando, podemos dizer que há uma relativa "vocação" para oposição observada ao longo das últimas seis décadas, nas quais o eleitorado local manifestou uma tendência nitidamente oposicionista, não apenas diante de candidatos a prefeitos, mas também em face de todos os postulantes dependentes do voto majoritário: presidente, governador e senador; e proporcionais: deputados estaduais e federais, sobretudo (Ver tabela 15). Essa inclinação para a oposição já foi debatida por Dantas (2002). Segundo este autor, e baseando-se na análise das eleições entre 1945 e 2000, há raízes históricas que explicam a tendência daquilo que ele chama de "vocação oposicionista"[199], as quais estariam relacionadas aos movimentos políticos do início do século XX seguidos, mais tarde, pelas revoltas tenentistas da década de 1920. Ainda segundo este autor, o levante, o domínio e o indiciamento de centenas de participantes da revolta de 1924 dividiu a opinião pública. Ao longo dos anos em que o processo tramitava, os revoltosos ganharam a imagem de vítimas, fazendo com que a causa passasse a ser vista, por muitos, como justa "e isso foi alimentando uma certa consciência oposicionista diante dos governantes. Com a revolução de 1930, o *maynardismo* ampliou suas raízes, sobretudo entre as classes subalternas, reforçado pela ação do getulismo de âmbito nacional"[200].

Dantas (2002) ainda consegue identificar uma relativa coerência na opção dos votantes do estado, mesmo em casos em que o eleitorado optou por um candidato a presidência apoiado pela situação nacional, como foi o caso do marechal Teixeira Lott nas eleições de 1960 que, segundo este autor, teve mais a ver com demandas internas uma vez que havia uma identificação desse militar com o projeto nacionalista e a oposição crescente ao governo udenista no estado. A grande contribuição de Dantas (2002) reside no fato de este autor ter conseguido identificar uma predisposição divergente quanto ao voto da capital e do interior. Para ele, enquanto na capital a predisposição é mais acentuada para votos oposicionistas, quando se trata dos votos advindos do interior há uma maior incidência de acompanhar os grupos do poder, sejam na esfera estadual ou mesmo federal. Concordando com este postulado de Dantas (2002), podemos dizer que tais clivagens não estão presentes apenas nas eleições do período considerado pelo autor, pois há fortes indícios de que ainda há uma continuidade desse comportamento do eleitorado local. À título de ilustração, nas eleições

[199] O autor prefere o uso das terminologias situação-oposição ao invés das já manifestadas anteriormente direita-esquerda. Segundo seus argumentos, a "tendência situacionista" é concebida a partir da vitória eleitoral do partido que durante a campanha estava governando ou sendo apoiado por setores que controlavam o aparato público do respectivo executivo, seja municipal, estadual ou federal.
[200] Cf. DANTAS, op. cit. p. 169 – *grifo nosso.*

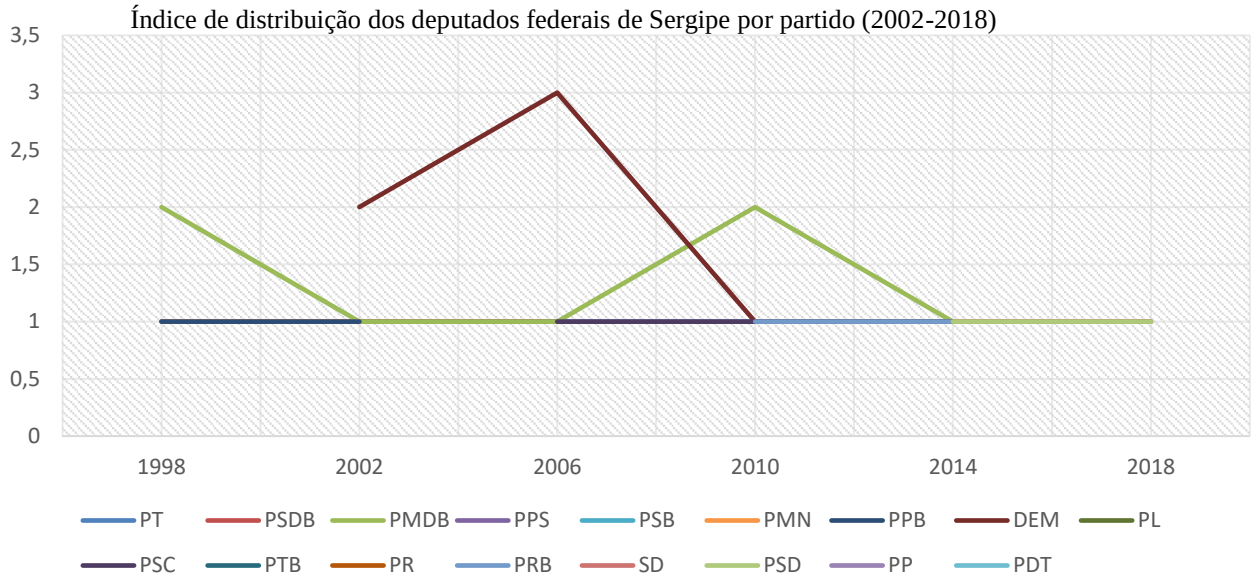
presidenciais de 2018 chamou atenção a divergência entre o eleitorado do interior e o da capital. Enquanto que em Aracaju o candidato à presidência pelo PSL, Jair Bolsonaro, obteve considerável vantagem sobre seu adversário, Fernando Haddad, do PT, ─ 119.781 votos (ou 39,9%) contra 85.326 (ou 28,42%), respectivamente ─, quando consideramos os votos dos municípios do interior do estado o resultado foi inverso ao encontrado na capital ─ 451.453 (calcular porcentagem em relação ao total) para Fernando Haddad e 224.984 (calcular porcentagem em relação ao total) para Jair Bolsonaro.

Gráfico 2
Índice de distribuição dos partidos na Câmara Federal (2002-2018)



Fonte: TRE/SE.

Gráfico 3
Índice de distribuição dos deputados federais de Sergipe por partido (2002-2018)



Fonte: TRE/SE.

O segundo pico observado no Gráfico 1 se refere à eleição de 2010. O índice de rotatividade relativamente maior encontrada em Sergipe nesse pleito se deve a pelo menos dois fatores: o primeiro tem a ver com questões legais advindas da Legislação Eleitoral que instituiu para as eleições de 2010 a Lei Complementar 135/2010. A inovação dessa Lei que ficou conhecida popularmente como "Lei da Ficha Limpa" reside no fato de ter dispensado a exigência do trânsito em julgado[201] de algumas decisões judiciais que acarretavam inelegibilidades, passando a exigir apenas uma decisão proferida por órgão colegiado, incluindo como inelegibilidade as condenações por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito. Segundo Tinôco (2016), a dispensa do trânsito em julgado de condenações criminais ou de condenações por improbidade administrativa foi uma das mais notáveis conquistas da lei.

Apesar de nas eleições de 2010 – a primeira após aprovação desta lei – ainda não ser possível a cassação de políticos envolvidos em esquemas de corrupção, a defesa, ao menos retórica, da moralização dos aspirantes a representantes do povo, laureada pela proibição da obtenção do registro eleitoral por pessoas com vida pregressa obscura, atingiu a opinião

[201] Dentro do ordenamento jurídico a expressão "Transito em Julgado" se assenta sob as disposições do artigo 5º, LVII da Constituição Federal Brasileira, segundo o qual, *"Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória"*. Seria, portanto, uma expressão usada para uma decisão ou acórdão judicial da qual não se pode mais recorrer, seja porque já passou por todos os recursos possíveis, seja porque o prazo para recorrer terminou ou por acordo homologado por sentença entre as partes. Daí em diante a obrigação se torna irrecorrível e certa.

pública que passou a ter acesso a informações vindas de todos os lados acerca de políticos envolvidos em esquemas de corrupção. Nesse aspecto, não há dúvidas de que esse fenômeno favoreceu a entrada de políticos que nunca haviam ocupado mandato e que, portanto, eram "ficha limpa". A esse respeito, vale um pequeno adendo para tratar de uma experiência de campo que nos permite entender a gramática do político "ficha limpa". Na campanha de 2018, pude acompanhar alguns parlamentares que buscavam reeleição, entre estes havia um que fora candidato pela primeira vez em 2006, mas que foi eleito para seu primeiro mandato em 2010. Não raro, era usada em sua fala e nas de seus assessores por onde passavam a expressão "vote nele que é candidato ficha limpa". Quando questionado sobre o uso dessa expressão, um de seus assessores confidenciou que eles falavam isso para distinguir seu político dos demais, pois, ainda segundo esse assessor poucos políticos tinham permanecido no mandato por tanto tempo – já que naquela campanha estava tentando seu terceiro mandato consecutivo como deputado federal – conseguiram se manter imunes a corrupção. Com efeito, pareceu-me que a retórica do político "ficha limpa" seria um tipo de gramática comum de parte dos assessores e apoiadores daquele deputado. Diria, inclusive, que não se tratava, apenas, de uma forma de distinção, era, de fato, uma estratégia entre outras tantas adotadas ao longo daquela campanha.

Além disso, devo destacar que dos oito deputados que representaram Sergipe na CD entre 2006 e 2010, apenas Jerônimo Reis declinou de mais uma tentativa de mandato. A respeito deste caso, a sua decisão estava também relacionada ao apoio ao seu filho, Fábio Reis, que, naquele pleito, foi eleito pela primeira vez deputado federal. Dos sete restantes, apenas três buscaram reeleição para o mesmo cargo, foram eles Valadares Filho, Mendonça Prado e Iran Barbosa. Destes, ainda, somente Iran Barbosa não conseguiu se reeleger, ficando como primeiro suplente. Os demais quatro deputados disputaram outras eleições, sendo que três deles tentaram carreira no Senado, foram eles: Eduardo Amorim, Albano Franco e José Carlos Machado. Quanto a estes, apenas Eduardo Amorim obteve êxito. Por fim, o último dos deputados de 2006, Jackson Barreto, retirou-se da disputa para se unir em coligação com Marcelo Déda para o cargo executivo estadual, fato que lhe rendeu a vice-governança do estado naquele pleito.

Apesar das expressivas taxas de rotatividade encontrada nos pleitos de 2006 e 2010, a renovação parlamentar não é uma exclusividade de Sergipe. Estudos como os de Marenco (2000) e Rodrigues (2006 e 2009) constatam oscilações na CD em torno de 50% das cadeiras (ver tabela 16). Especificamente no estudo de Marenco (2000), o autor observa que, apesar de se tratar de um intervalo que compreende dois períodos democráticos, um regime autoritário e três sistemas partidários distintos, "o *turnover* legislativo não pode ser explicado por

variações conjunturais à exemplo de crises, conflitos e alternâncias eleitorais"[202]. Em outras palavras, a persistência de elevados índices de renovação na representação política brasileira apresenta características endêmicas, não podendo ser creditada a fenômenos do tipo *eleições críticas* caracterizadas por viradas espetaculares e episódicas dos eleitores em direção à novas alternativas partidárias, punindo, em consequência, partidos e deputados veteranos[203].

Ao analisarmos as últimas oito eleições (de 1990 a 2018) a partir dos dados disponíveis no TSE constatamos resultados que colaboram com os argumentos de Marenco (2000). Como pode ser visto na Tabela 16, o primeiro dado que chama a atenção é o de alteração no número de cadeiras disponíveis na CD. Isso acontece por que, sob o sistema de representação proporcional existente no Brasil no período descrito na tabela, o número de deputados eleitos era determinado pela população de cada estado (de acordo com faixas regressivas) e sujeito a aumentar após cada recenseamento decenal[204]. Assim, a CD cresceu de 495 cadeiras em 1990, para 503 em 1994 e para 513 nas legislaturas posteriores a 1998. Como já mostrado no primeiro capítulo desta tese, a forma como é feito o cálculo da representatividade nem sempre têm conseguido dar conta da relação de representação *one-man-one-vote* (um-homem-um-voto), o que têm gerado críticas que se assentam no argumento da "não-proporcionalidade" [205].

Até então, o principal pico de renovação na CD ocorreu nas eleições de 1990. Na ocasião, dos 495 parlamentares, 368 (74,34%) tentaram reeleição. Desse montante, apenas 189 parlamentares obtiveram êxito, o que equivale a 38,18% dos que tentaram reeleição. Isso significa dizer que 306 (61,82%) parlamentares eleitos para aquela legislatura não eram remanescentes da legislatura imediatamente anterior. Ao mesmo passo que os menores índices de renovação ocorrerão para as 51º e 52º legislaturas (1999-2002 e 2003-2006, respectivamente), ambas com 43,86% de renovação.

Quando comparamos os dados da Tabela 16 com os alocados no Gráfico 1, observamos que o índice de rotatividade na CD não se repete nos dois picos encontrados entre os componentes da bancada sergipana (2002 e 2010). Nas eleições de 2002, dos 513 parlamentares que ocupavam vaga na legislatura anterior, 416 (81,09%) tentaram reeleição. Destes, 288 (56,14 %) foram reeleitos, o que significa dizer que naquele pleito houve o índice

[202] Cf. MARENCO, op. cit. p. 64.
[203] Podemos observar situação semelhante a descrita pelo autor a partir da análise feita da tabela 11.
[204] Acrescento ainda a informação de que essa relação de representação não é estreitamente *one-man-one-vote* (um-homem-um-voto), pois era em função das faixas regressivas, as quais, como vistos no primeiro capítulo, podiam criar sub e sob representação se levarmos em conta o coeficiente mínimo de oito e máximo de setenta deputados por unidade federativa.
[205] À título de exemplo, no período democrático inaugurado em 1946 o número de cadeiras na CD era de 304. Quantidade esta que passou para 326 entre os anos de 1955 e 1963, e 409 entre 1963 e 1967.

de 43,86% de renovação, bem abaixo quando comparado aos 75% observados entre os representantes sergipanos naquela mesma eleição. Nas eleições de 2010 – o segundo pico encontrado na renovação da bancada sergipana na CD – observamos que dos 513 parlamentares ocupantes de uma cadeira na legislatura anterior, 407 (79,33%) tentaram reeleição para o mesmo cargo. Destes, 286 foram reeleitos o que equivale a 55,75% das cadeiras em disputa naquela eleição. Tivemos, então, o índice de 44,25% de renovação, resultado este igualmente diminuto quando comparado com os dados do mesmo período em Sergipe.

Chama a atenção, também, nessas eleições o índice de parlamentares que tentaram reeleição, conforme tabela abaixo:

Tabela 16
Índice de Reeleição e Renovação na Câmara dos Deputados (1990-2018)

Ano da Eleição	Composição da Câmara no ano da eleição	Candidatos à Reeleição	Recandidaturas	Reeleitos	Índice de Reeleição		Número de Novos parlamentares	Índice de renovação
					Em relação aos Deputados Candidatos	Em relação a Composição da Câmara		
1990	495	368	74,34	189	51,35	38,18	306	61,82
1994	503	397	78,92	230	57,93	45,73	273	54,28
1998	513	443	86,35	288	65,01	56,14	225	43,83
2002	513	416	81,09	288	65,01	56,14	225	43,86
2006	513	442	86,16	267	60,41	52,05	246	47,95
2010	513	407	79,33	286	70,76	55,75	227	44,25
2014	513	387	75,43	273	70,54	53,22	240	47,00
2018	513	407	79,33	244	59,95	47,56	269	52,43

Fonte: TSE

Ao analisarmos o itinerário social dos 25 parlamentares aqui considerados, foi possível identificar que 20 (80%) dos parlamentares são sergipanos de nascimento, enquanto 05 (20%) são provenientes de outros estados. Nesse conjunto de informações, chama a atenção o fato de parte considerável dos deputados terem nascido em Aracaju (36%) (veja tabela 17). Uma das explicações para isso está no fato de os grandes hospitais e maternidades do estado estarem sediados nesta cidade e, não raro, as famílias “do interior” se deslocam para a capital para o nascimento de seus filhos. Essa primeira explicação foi acessada através do relato de uma das

lideranças entrevistadas (trataremos no capítulo seguinte): César[206]. Atualmente com 40 anos, César se consagrou como uma das principais lideranças parlamentares do estado em sua cidade, Nossa Senhora do Socorro, interior de Sergipe. Apesar de sua base política ser realmente o município de Nossa Senhora do Socorro, seu registro de nascimento indica Aracaju como cidade natal. Ao ser questionado sobre como ocorreu essa migração, César destacou as dificuldades que muitas famílias em situação semelhante a sua tinha quanto ao nascimento dos filhos e ressalta que até os anos 1980 as cidades do interior do estado não possuíam maternidades, o que obrigava as famílias a se deslocarem para a capital para o parto de seus filhos. Como resultado, essas crianças eram registradas como nascidas em Aracaju, mesmo que seus pais nunca tivessem morado na capital.

Tabela 17
Local de nascimento dos Deputados Federais

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Aracaju	09	36,0	36,0	36,0
	Boquim	01	4,0	4,0	40,0
	Estância	01	4,0	4,0	44,0
	Itabaiana	03	12,0	12,0	56,0
	Lagarto	02	8,0	8,0	64,0
	Monte Alegre de Sergipe	01	4,0	4,0	68,0
	Santa Rosa de Lima	02	8,0	8,0	76,0
	Simão Dias	01	4,0	4,0	80,0
	Outros Estados	05	20,0	20,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Se é verdade que as famílias se deslocavam para a capital por não possuírem outra alternativa, haja vista a inexistência de locais apropriados para partos em suas cidades, uma segunda explicação para isso tem a ver com a importância que a capital ocupa no estado. Inegavelmente, a capital é um importante polo econômico, social e político, e os habitantes do estado costumam se deslocar para ela pelas mais diferentes motivações (trabalho, compras, atendimento médico, serviços jurídicos, visitar parentes, amigos e políticos, entre outros). Além disso, o fato de alguém que reside no interior do estado possuir residência na capital geralmente possui uma dimensão simbólica[207], como a demonstração da posse de poder econômico e de boas relações com "pessoas importantes". Ocorre que, enquanto em outros estados é comum existência de polos médicos ou mesmo setoriais em diferentes regiões, em

[206] Para preservar seu anonimato usaremos este nome.
[207] Sublinhamos aqui a contundência do capital simbólico personalizado, a reputação ou notoriedade e o capital institucionalizado, a investidura ou delegação (BOURDIEU, 1989).

Sergipe, dado o seu tamanho e a facilidade de se chegar à capital, ocorre uma concentração maior de produtos e serviços em um único polo (Aracaju), fazendo com que este polo atue como principal canalizador das demandas do estado e até mesmo de regiões de estados vizinhos, como Bahia e Alagoas.

Isso não significa, porém, que aqueles que nascem ou moraram na capital rompem definitivamente seus vínculos sociais e políticos com outras cidades, em especial, com aquelas em que seus pais e familiares residem ou nasceram. Exemplo disso é o fato de existirem no estado algumas cidades que possuem mais eleitores que moradores[208], o que se deve à necessidade de manutenção dos vínculos com suas cidades-natal e à facilidade nas relações de barganha com políticos da região. Se, para os nascidos no interior do estado, residir na capital não significa, necessariamente, romper com suas origens o mesmo se deve aos políticos. Para estes, o fato de nascer na capital não significa romper os laços com as cidades ou regiões de origem de seu grupo familiar e político, e exemplos disso não faltam. Para Heradia (2002), esse laço não necessariamente é mantido pelo próprio parlamentar, muitas vezes uma pessoa (geralmente um assessor desse político) radicada na região a que pertence o deputado dedica-se especificamente a ser o elemento de ligação entre a região e o político. Esta autora acrescenta ainda que, não raro, a esposa e familiares desse assessor, mesmo sem ganhar remuneração para isso, também agem nessa função recebendo as solicitações daqueles que chegam às suas casas para, depois, encaminhá-las para o escritório do político atuando, assim, como um funcionário a mais. Ainda segundo esta autora, há variações que podem manifestar esse tipo de atendimento através de líderes comunitários ou entidades e amigos do assessor ou do próprio parlamentar.

Um bom exemplo desse tipo de relação é o da família Mitidieri. Para entendermos esse exemplo, vamos tratar inicialmente do caso do político Fábio Cruz Mitidieri, um empresário e político brasileiro nascido em Aracaju em 24 de fevereiro de 1977, mas que tem a sua base política situada no interior do estado. Atualmente, Fábio Mitidieri exerce seu segundo mandato consecutivo como deputado federal (ambos pelo PSD), tendo sido o deputado mais votado do estado no pleito de 2018, obtendo 102.899 votos.

Quando foi eleito para seu primeiro mandato na CD, em 2014, Fábio Mitidieri obteve 83.401 votos (8,5% do eleitorado sergipano). Sua votação não foi vista como surpresa, pelo menos por parte da população que reside na região de Boquim/SE, município localizado na região sul do estado, de onde advém boa parte dos votos dele. Aliás, não somente dele, mas

[208] Citar exemplos disso.

também de seu pai, o deputado estadual Luiz Mitidieri, que nesse mesmo pleito foi reeleito pela quinta vez, o que o coloca por mais de duas três décadas em uma das mais altas posições políticas do estado.

Na região do município de Boquim, a família Mitidieri é bastante conhecida, e mesmo tendo nascido na capital, Fábio Mitidieri e sua família trabalham com a política voltada para os interesses da região sul do estado. Boquim e região é uma importante base política de Fábio Mitidieri que, embora não seja cidadão de nascimento, é reconhecido pelos conterrâneos de seu pai como nativo. Apenas a título de informação, nas eleições de 2014 Fábio Mitidieri obteve 28,98% dos votos válidos na cidade natal de seu pai, e 32,90% na eleição seguinte. Seu pai, Luiz Mitidieri, ocupou por cinco mandatos um lugar na Assembleia legislativa do estado e resolveu deixar a política por conta própria e apoiar a sua filha, Maísa Mitidieri, como a sua sucessora no posto. Tal estratégia foi acertada e Maísa Mitidieri conseguiu expressiva quantidade de votos (35.707 votos, a segunda maior votação do estado nas eleições de 2018), superando até o sucesso eleitoral de seu pai em eleições anteriores[209]. Maísa Mitidieri nasceu em 15 de outubro de 1978, em Aracaju-SE, é biomédica e advogada[210] e está em seu primeiro mandato como deputada estadual (2019-2023).

O caso dos Mitidieri não pode ser percebido como uma exceção, visto que a análise dos dados de origem dos deputados levou à constatação de que 13 (52%) dos deputados federais aqui considerados possuem parentes que ocuparam ou ocupam cargos eletivos. No conjunto da população analisada 08 (32%) têm ascendentes que exerceram ou exercem cargos eletivos, 04 (16%) possuem descendentes que ocuparam ou ocupam cargos eletivos, 04 (16%) parlamentares têm membros da mesma geração que desempenharam ou desempenham cargos eletivos. Esses dados não explicam um fenômeno observável empiricamente, que é a relativa diminuição de parlamentares com familiares (ascendentes ou descendentes) que já ocuparam ou ocupam cargos eletivos (aqui considerando de qualquer natureza). Apenas à título de informação, nas duas últimas eleições – 2014 e 2018 – foram três (12%) deputados com familiares que já ocuparam ou ocupam cargos políticos e um (04%), respectivamente. A partir da análise do estudo de Grill (2013), observamos que Sergipe está na contramão do que se é observado no nordeste brasileiro. Nesse texto, ao comparar as carreiras dos deputados do Maranhão e do Rio Grande do Sul, o autor observa a existência de um "peso maior do vínculo

[209] A entrevista foi concedida ao portal eletrônico JP política, disponível em: http://jlpolitica.com.br/entrevista/luiz-mitidieri-fabio-tera-que-trabalhar-para-a-vaga-de-governador-em-2022, visualizado em 10/09/2018, às 11:39.

[210] Parte da biografia de Maísa Mitidieri foi acessada no portal da ALESE: https://al.se.leg.br/deputado/maisa-mitidieri/, visualizado em 29/10/2019, às 23:30.

de parentesco entre políticos ocupantes de mandatos eletivos no Maranhão, mas indicam uma significativa presença também de laços familiares entre a 'elite política' gaúcha" [211]. Segundo os dados apresentados, 47 % dos deputados maranhenses e 30 % dos deputados gaúchos pertencem a "famílias de políticos" de duas, três ou quatro gerações de ocupantes de cargos eletivos.

Com relação aos atributos adquiridos, selecionamos um conjunto de dados que nos permitirão identificar, de forma mais precisa, quem são aqueles designados a ocupar os postos de representação parlamentar em Sergipe. A primeira dimensão considerada foi o perfil educacional dos deputados federais, dimensão esta que, por sua vez, se divide em três aspectos: grau de escolaridade, curso de formação e local de formação para aqueles com nível técnico e superior (completo ou incompleto).

Abaixo encontra-se a tabela que mostra a distribuição da variável *grau de escolaridade* em quatro grupos elaboradas a partir das respostas obtidas na pesquisa: ensino médio completo, graduação completa, graduação incompleta e pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado).

Tabela 18
Grau de Escolaridade dos Deputados Federais (2002-2018)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Ensino Médio Completo	03	12,0	12,0	12,0
	Graduação incompleta	03	12,0	12,0	24,0
	Graduação Completa	17	68,0	68,0	92,0
	Especialização/Mestrado/ Doutorado	02	8,0	8,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Ao analisar o grau de escolaridade dos deputados federais de Sergipe, observamos que 03 parlamentares (12%) possuem ensino médio completo, acompanhados de outros 03 deputados que possuem graduação incompleta. Sobre esse último dado não nos foi possível avaliar com precisão se a informação "graduação incompleta" se refere ao trancamento de uma graduação e, portanto, a impossibilidade de conclusão da mesma, ou se o deputado se encontra em meio ao processo de formação. Por conseguinte, há de se destacar o elevado número de parlamentares com ensino superior completo, dos 25 parlamentares considerados na pesquisa 17 (68%) encontram-se nessa categoria. Enquanto que 02 (08%) possuem alguma especialização do tipo pós-graduação *latu sensu* (especialização) ou *stricto sensu* (mestrado

[211] Cf. GRILL, op. cit. p.140.

ou doutorado). A baixa quantidade de deputados com mestrado ou doutorado não é uma particularidade de Sergipe (RODRIGUES, 2006). Vale resaltar que a presença de títulos de mestrado e doutorado tende a ocorrer principalmente entre deputados que vieram das profissões ligadas ao magistério que, no caso análisado, somam apenas 02 (8%) parlamentares. Em resumo, entendemos que para os demais setores profisionais e ocupacionais (ver Tabela 19) a posse de títulos deste nível de formação são de menor valia para a carreira.

Quando nos deparamos com o crescimento quantitativo de títulos acadêmicos entre os parlamentares, torna-se salutar avaliar o que isso significa em termos sociológicos. Esse quadro parece não sinalizar para uma mudança no grau de escolaridade dos parlamentares em relação aos que os precederam, até mesmo porque, como foi observado no capítulo anterior, estamos tratando de um grupo de relevante capital escolar. Por isso, não se pode tomar a frequência relativamente elevada de parlamentares com grau elevado de formação superior como um sinal de que se trata de uma função cuja base social se encontra na chamada "classe intelectualizada" como parece ser num primeiro momento. O peso da formação universitária não pode ser visto como um traço que define a classe de origem da representação sergipana na CD. Trata-se, antes disso, de uma consequência do processo de expansão do ensino universitário que de forma diferenciada tem atingido diferentes camadas sociais (PÉCAUT, 1990). Por outro lado, não podemos deixar de considerar a importância da passagem por instituições de ensino superior enquanto forma de aquisição de saberes políticos. A esse respeito, há toda uma agenda de pesquisa que versa sobre a relação entre os mundos *savant* e *político* visando entender os mecanismos de conversão de recursos advindos de outras esferas sociais em competências propriamente políticas (LEBARON, 2000; SIMEANT, 2002; VERRIER, 2002; GAÏTI, 2002).

Dentro dessa linhagem, destaca-se o estudo de Verrier (2002) que examinou as estratégias usadas por militantes socialistas para traduzir um recurso de *expertise*[212] – advindo da combinação dos registros tecnocráticos, intelectuais e políticos – em recurso militante, o que acabou redefinindo a maneira socialista de fazer política durante as décadas de 1960 e 1970 na França. No caso brasileiro, destaca-se o estudo de Reis (2004), que se atenta aos perfis e debates de um conjunto de militantes associados a diferentes organizações políticas e correntes ideológicas que, na segunda metade da década de 1970, atuaram no Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES) do Movimento Democrático Brasileiro

[212] O que entendo como expertise.

(MDB) no Rio Grande do Sul. Desse modo, a autora argumenta que esse instituto, definido como um "guarda-chuva institucional" e "universidade política", se caracterizou como um espaço de aglutinação, de trânsito em variadas instancias e de disputa entre grupos políticos na segunda metade do regime militar brasileiro.

Se por um lado os dados sobre os níveis educacionais não nos permite dizer que tratamos de uma "classe intelectualizada", por outro nos dá maior segurança na afirmação das origens sociais do grupo considerado (GAXIE, 1980; MICELI, 1979; OLIVEIRA, 2004; 2008; CORADINI, 2001; GRILL, 2006; SEIDL, 2009a; 2013; PETRARCA; 2010; 2013). Segundo Seidl (2013), a ênfase no peso dos mecanismos escolares nos processos de constituição e legitimação de grupos dominantes nas sociedades ditas meritocráticas marcou a perspectiva de análise em diversos países. Como exemplo maior dessa linhagem, destacam-se os trabalhos de Pierre Bourdieu e de pesquisadores próximos a ele que dedicaram a compreender o espaço escolar na França entre as décadas de 1960 e 1980. Ainda segundo Seidl (2013), no cerne dessas análises está a explicitação do lugar central ocupado pela instituição escolar dentro de um novo modo de reprodução – o qual tende a primar sobre os outros, mas não é exclusivo – que historicamente impõe-se nas sociedades contemporâneas. Essa perspectiva de análise tornou possível perceber a real dimensão de "perspectivas consagradas tanto nas ciências quanto na filosofia política e no senso comum acerca da 'democratização' do acesso a postos e posições de maior prestígio social promovido pela a imposição do princípio *meritocrático,* supostamente garantido pela escola republicana"[213].

Com efeito, podemos dizer que a análise do espaço educacional permite-nos apreender tanto a importância dos saberes adquiridos no espaço escolar para a carreira política (REIS, 2004), quanto à relação entre carreira escolar e posição social dos membros da elite (SEIDL, 2013). Dentro dessa segunda vertente, chama a atenção o texto "*Les logiques du recrutement politique*" de Daniel Gaxie, 1980, no qual o autor – ao descrever o caso francês – nos fornece importantes reflexões acerca da relação entre capital econômico e acesso ao espaço político. Para Gaxie (1980), independentemente do cargo considerado (prefeito, gestor departamental, candidato às eleições legislativas, deputado ou ministro), há uma correlação estreita entre a representação política de um grupo e a posição social de seus membros[214]. Para o autor a ocupaçao de posições políticas proeminentes funciona como elemento de legitimação do capital econômico, seria como se esses atores dispussesem de grandes valores monetários para ter acesso aos postos políticos, e esse acesso lhes trouxesse um tipo de prestígio que não lhes

[213] Cf. SEIDL, op. cit. p. 185 – *grifos do original.*
[214] Medida pelo volume global do capital (econômico, social e/ou cultural) de que dispõem os grupos de agentes.

seria acessado apenas pela posse do capital econômico. O autor acrescenta que o índice de representação política na CD, na França, aumenta regularmente quando se vai das classes populares para as classes superiores. Como diz:

> on va des classes populaires aux classes supérieures, que toutes les catégories composant les classes supérieures (gros agriculteurs, industriels et gros commerçants, professions libérales, cadres supérieurs des secteurs privé et public, professeurs et professions intellectualles diverses) sont constamment sur-représentées (indice supérieur à) et, pour la plupart, très fortement sur-représentées, alors que toutes les les fractions des classes moyennes ou populaires (à l'exception significative des instituteurs), sont sous-représentation parlementaire fournit ainsi une image inversée de la structure sociale puisque plus des trois quarts des députés sont issus du décile le plus favorisé – socialement et clturallement – de la population (GAXIE, 1980, p. 05-06).

O contingente significativo de deputados com nível superior completo nos assegura que tratamos de um grupo proveniente de escalões sociais mais elevadas, sobretudo, quando consideramos o fato de 09 (36%) parlamentares possuírem curso superior em áreas reconhecidas como de elite: é o caso daqueles que são formados em Direito (06 deputados ou 24%), Engenharia (01 deputados ou 4%) e medicina (02 deputados ou 8%) (Ver Tabela 20). Esses dados ganham relevo também em outros trabalhos, como o realizado por Grill (2013). Ao examinar o perfil e o itinerário político dos Deputados Federais do Rio Grande do Sul (RS) e Maranhão (MA), numa perspectiva comparada, o autor consegue identificar três padrões de afirmação social e reprodução no espaço político. Um primeiro padrão composto por "descendentes" das "famílias mais tradicionais", estabelecidas social e politicamente desde o século XIX e início do século XX. O segundo reúne os deputados egressos de "famílias" marcadas por uma "ascensão social" significativa ou pelo "empreendedorismo" na primeira metade do século XX, com presença preponderante de "descendentes de imigrantes". E o terceiro (minoritária nos dois estados investigados) congrega os casos de ascensão política a partir de origens sociais mais baixas, calcada na atuação militante em diversos espaços. Mais do que simplesmente identificar esses padrões de recrutamento da elite política dos dois estados, a principal contribuição do autor – e que nos é pertinente nesse momento – foi a correlação entre modalidades de afirmação e reprodução políticas com padrões de formação escolar. Para o autor, os políticos inseridos no primeiro grupo são provenientes de carreiras escolares mais elitizadas, à exemplo dos cursos de Medicina, Direito e Engenharia, conquistados em instituições públicas (no RS, principalmente na capital, e no MA, principalmente fora do estado). Enquanto que para o segundo grupo há uma maior incidência de diplomados em Medicina, Direito e Engenharia, conquistados em instituições públicas e

comunitárias na capital, no caso do RS, e em instituições públicas na capital e em centros maiores, no Maranhão. Por fim, no que se refere ao terceiro grupo o autor conseguiu identificar uma maior diversificação dos títulos escolares obtidos em instituições públicas, privadas e comunitárias da capital, e públicas, privadas e comunitárias do interior, no RS, e em instituições públicas da capital, no MA.

Tabela 19
Local de Formação Superior dos representantes de Sergipe na Câmara dos Deputados (2002-2018)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	UFS	12	48,0	48,0	48,0
	UFPE	01	4,0	4,0	52,0
	USP	01	4,0	4,0	56,0
	UNIT	02	8,0	8,0	64,0
	Outras Faculdades Particulares	05	20,0	20,0	84,0
	Não se aplica	03	12,0	12,0	96,0
	Outras faculdades públicas	01	4,0	4,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Os dados sobre o tipo de instituição de ensino superior em que foi obtido o título reforçam novamente a constatação de uma concentração maior em termos de segmentos sociais de origem daqueles que formam a representação sergipana na CD (ver Tabela 19), são sujeitos, no geral, com formação endógena ligada às instituições de ensino superior do estado (76%). Há, com efeito, uma incidência relativamente maior de parlamentares com formação universitária na Universidade Federal de Sergipe (UFS), contabilizando um total de 12 casos (48%), seguido por 05 (20%) concludentes de ensino superior em faculdades particulares do estado, e 02 (8%) formados por instituição de ensino privada local (Universidade Tiradentes - UNIT), acrescentamos ainda que três possuem formação em instituições federais de outros estados (Universidade Federal de Pernambuco e Universidade de São Paulo). Entre os dados alocados acerca do itinerário escolar dos representantes sergipanos na CD, chama a atenção a alta incidência de formados pela UFS, representando quase a metade do grupo considerado. Com base nesse último dado, podemos dizer que há uma relativa supremacia dessa universidade no que se refere à formação acadêmica dos membros da elite política sergipana. Isso se deve não apenas ao fato de esta ser a única instituição de ensino superior pública do estado, mas também por sua importância enquanto espaço de socialização de muitos integrantes da política local até hoje.

A esse respeito, diversos trabalhos foram realizados a fim de aferir a importância da UFS enquanto espaço de poder ou *grande école*[215] para a elite política e econômica local. Dentre esses trabalhos, vale destacar o de Nascimento (2016). Neste trabalho, ao tomar como espaço de análise a faculdade de direito desta universidade, o autor procurou responder a importância da passagem por essa faculdade como condição para entrar na política. Como resultado, o autor concluiu que a passagem pela faculdade de direito da UFS não se constituiu como uma condição *sini qua non* para entrada na política, mas que tal inserção é usada por seus egressos para expansão de suas redes de relações pessoais, fator distintivo para os futuros políticos. O autor identifica três traços comuns entre aqueles que ganham notoriedade no espaço político: eles eram herdeiros políticos, no sentido de serem provenientes das famílias tradicionais da política local; eles eram militantes estudantis e partidários e; eles usaram a advocacia como plataforma para lançar-se na política.

Tabela 20
Tipo de Curso realizado pelos representantes de Sergipe na Câmara dos Deputados (2002-2018)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Direito	06	24,0	24,0	24,0
	Administração	06	24,0	24,0	48,0
	Licenciatura	03	12,0	12,0	60,0
	Engenharia	01	4,0	4,0	64,0
	Gestão Pública	01	4,0	4,0	68,0
	Jornalismo	02	8,0	8,0	76,0
	Medicina	02	8,0	8,0	84,0
	Não se aplica	03	12,0	12,0	96,0
	Técnico agrícola	01	4,0	4,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Dentre os deputados com nível superior (completo ou incompleto) e ensino técnico (completo ou incompleto), buscamos aferir quais os tipos de formação mais frequêntes. Com efeito, destacam-se as formações em direito e administração, cada uma delas com seis representantes, o que equivale em termos percentuais a 48% do grupo aqui considerado. A formação em direito é tradicionalmente a área que mais se faz presente nos parlamentos ao redor do mundo (COTA; BEST, 2000) e, por isso, têm sido compreendida desde os estudos clássicos[216], como uma das profissões da profissão política. Já a proeminência da formação

215

216 Neste caso há um notório destaque para os trabalhos de Weber (1998) e dentro dessa linhagem o de Phelippeau (2010), os quais debatem a construção da profissão do político moderno, enfatizando os atributos inerentes aqueles que transitam dentro da área citada. Isso porquê segundo essa linhagem de estudos os advogados devem ser por natureza bons oradores, o que lhes permite acesso a um tipo de dominação especifica e valorosa ao espaço político moderno, à saber, o dos demagogos.

em administração está relacionada com uma tipicidade própria da classe política local. Há no estado uma grande incidência de políticos advindos do espaço empresarial (ver Tabela 21). São, em sua maioria, empresários que já possuem notoriedade em suas respectivas áreas e utilizam-se de sua rede de relações pessoais e de seu poder econômico para se lançar na carreira política. Ao acompanhar um parlamentar durante a campanha de 2018 – tal caso será novamente tratado nos próximos capítulos – foi possível perceber a relação entre sua carreira profissional como empresário (do setor de prestação de serviços) e sua entrada na política. Em sua primeira campanha eleitoral ocorrida para as eleições de 2006, obteve pouco mais de vinte e sete mil votos. Segundo o próprio deputado, parte substancial desses votos veio mesmo de funcionários e familiares, fato que lhe rendeu excelente votação na região metropolitana, região onde reside a maior parcela de seus funcionários. Em suas palavras: "eu sei que meus funcionários me ajudam muito, sabe [...] sempre posso contar com a ajuda deles, com o apoio, muitos vão nas ruas comigo, me apresentam seus vizinhos, seus parentes". Esse é apenas um entre outros tantos casos parecidos de empresários que entram na política seja para aumentar seus ganhos, ou mesmo para ter acesso a uma rede de relações pessoais passível de ser convertida em benefício de suas atividades empresariais. No caso do empresário em tela, por exemplo, nos últimos anos suas empresas garantiram acordos lucrativos com prefeituras do estado e até com o governo estadual, contratos para a prestação de serviços em hospitais, escolas e outros órgãos governamentais.

Ao analisar a relação entre categorias profissionais e espaço político, tendo como questionamento se é possível a reconversão das relações estabelecidas no primeiro sob o segundo, Coradini (2001) argumenta que o acesso a política, via categorias profissionais, faz com que outros atributos como vocação ou mesmo liderança percam a sua importância. Isto posto, no tocante à ocupação profissional, (conforme tabela 21) observamos que as atividades empresariais e as profissões liberais constituem, nessa ordem, os principais segmentos ocupacionais e profissionais de onde veio a quase totalidade dos parlamentares aqui considerados. Os deputados que foram (ou ainda são) empresários e os que foram profissionais liberais compõem as profissões/ocupações mais numerosas. A proporção de ex-professores, pastores, gestores públicos, administradores e pecuaristas estão logo a seguir.

A categoria "empresário" abrange não apenas os proprietários, mas também os executivos, diretores de empresas, gerentes e administradores de empresas (urbanas, rurais e mistas). A dimensão do empreendimento e o ramo da atividade não foram levados em conta. Essa categoria profissional – que é a mais frequente entre os parlamentares considerados – contabilizou 20% dos parlamentares. O segundo segmento profissional a servir de fonte de

recrutamento político foram as profissões liberais tradicionais. Os advogados (ou os bacharéis em Direito) compõem o principal grupo, com 16% do coeficiente, seguido por médicos, perfazendo 08% dos deputados federais. A terceira fonte ocupacional na ordem do fornecimento de membros para a deputação sergipana na CD é composta por profissionais de diferentes áreas. Seriam eles, ex-professores, pastores, gestores públicos, administradores e pecuaristas estão logo a seguir, contabilizando juntas 40% do conjunto dos parlamentares aqui considerados. Por fim, encontramos categorias menos expressivas, à exemplo dos comunicadores, agricultores, motoristas e policiais, somando todos juntos exatos 16% do contingente aqui considerado.

Tabela 21
Ocupação Profissional anterior a atividade política

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Professores	02	8,0	8,0	8,0
	Médico	02	8,0	8,0	16,0
	Comunicadores	01	4,0	4,0	20,0
	Empresarial	05	20,0	20,0	40,0
	Agricultor	01	4,0	4,0	44,0
	Pastores	02	8,0	8,0	52,0
	Motorista	01	4,0	4,0	56,0
	Policial	01	4,0	4,0	60,0
	Gestor Público	02	8,0	8,0	68,0
	Advogado	04	16,0	16,0	84,0
	Administrador	02	8,0	8,0	92,0
	Pecuarista	02	8,0	8,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Dessa maneira, a fim de examinamos a relação profissão/ocupação e posição ideológica, separamos os diferentes grupos em categorias profissionais/ocupacionais em blocos ideológicos (direita, centro e esquerda) (Tabela 22). Eles foram analisados separadamente considerando para a demarcação da posição ideológica o partido político ao qual o parlamentar está (ou estava) filiado no momento da ocupação do cargo. Desagregados os blocos, a análise mostrou que a distribuição relativa dos grupos de ocupação/profissão tende a ser coerente com as etiquetas ideológicas dos parlamentares aqui considerados, quero dizer, com as orientações políticas e ideológicas que se espera de segmentos ocupacionais localizados diferentemente na escala social. Focalizando os três blocos ideológicos, vê-se que, no da direita, os deputados que tiveram (ou têm) atividades empresariais perfazem cerca de 37,5% do bloco; a proporção de empresários cai para 16.6% entre os parlamentares dos partidos de centro e não possui representantes entre os partidos de esquerda. Na extremidade

mais baixa da escala social, deputados que foram identificados como agricultores e professores figuram entre 40% e 20% respectivamente, do bloco de esquerda e nenhum representante no bloco de direita ou centro. Entre os profissionais liberais, com destaque para os advogados e os médicos, observamos que 12,5% formam o contingente daqueles situados na posição ideológica de direita, seguido por 40% dos que se situam no espectro ideológico de esquerda e 25% se encontram entre os que estão nos partidos de centro. Chama a atenção também o fato de os deputados identificados como pastores estarem situados todos dentro de um mesmo espectro ideológico, perfazendo 25% dos que estão filiados aos partidos de direita. Isso tem a ver com a relação da direita com a os valores mais conservadores, bandeiras quase sempre defendidas pelos religiosos. A despeito da última campanha, contrariando o aumento do número de representantes desse segmento na atual bancada da CD, o estado de Sergipe não elegeu nenhum deputado pastor, sendo que os dois representantes deste segmento foram o Pastor José Heleno da Silva, eleito em 2002 e 2010 (pelo PL e pelo PRB, respectivamente) e o Pastor Jony Matos, eleito em 2014 pelo PRB.

Acerca desse último dado, a ausência de padres da Igreja Católica ou líderes de outras denominações religiosas indica a existência de uma disposição das igrejas protestantes em investir diretamente na representação política nacional o que, segundo Rodrigues (2009), se deve ao fato de o segmento religioso ligado à Igreja Católica parecer dar mais importância às formas de atuação e de pressão política extraparlamentares. De acordo com os dados disponíveis no site do TSE, a maioria dos deputados que tomaram posse em 2019 se declara católica. São 273 parlamentares, o que representa 53% do total. O percentual de católicos é menor que o das últimas duas legislaturas (eram 58% em 2014 e 60% em 2010). Já o número de evangélicos é maior: são atualmente 75 deputados. Eram 43 em 2010 e 68 em 2014. Há 23 deputados que se declaram apenas cristãos. Outros 04 se dizem agnósticos. Há ainda 07 que se declaram espíritas, 02 ecumênicos e 01 judeu. Apenas 01 se declarou ateu. Os dados sobre a religião dos deputados mostram que a CD se aproxima do verificado na população brasileira. Segundo o último Censo do IBGE, a religião com o maior número de praticantes no país é a católica: 64% da população. Os evangélicos aparecem em segundo lugar, com 22%. Os adeptos do espiritismo somam 2%.

Quando consideramos a religião enquanto categoria profissional, observamos resultado inverso ao encontrado entre os que se declaram como vinculados (fiéis) a uma denominação religiosa. Fato é que os pastores evangélicos contabilizam exatos 19 deputados para a legislatura 2019-2022. Há de se destacar a existência de uma significativa alteração nesse quesito que, ao que parece, foi ocasionada pelo que podemos chamar de “guinada

conservadora" observada na eleição de 2018. Nesse sentido, podemos dizer que fatores comportamentais e a consequente supremacia de bandeiras conservadoras favoreceram o acesso a grupos mais à direita dentro do espectro político-ideológico, pautados por interesses do agronegócio, de setores ligados à segurança pública e a denominações religiosas.

O perfil profissional dos 513 deputados que assumiram seus cargos na 56ª legislatura (quadriênio 2019-2020) mostra que o principal contingente será de empresários e administradores de empresa (135), seguido por advogados (102). Há de se destacar que os líderes evangélicos praticamente dobraram, passando de 11 para 19 representantes, à exemplo do que ocorreu também entre os militares, que passaram de 19 para 28 representantes. Ainda é preciso dizer que o crescimento no coeficiente de religiosos não se deve apenas aos líderes religiosos, mas também aos que se declaram evangélicos, cuja bancada será aumentada de 75 para 84 parlamentares. No paralelo oposto, observamos que a 56ª legislatura demarcará uma queda significativa no número de professores, que cairão de 75 para 47, e de médicos, de 44 para 36. Esses números reforçam os cálculos que apontam o fortalecimento das bancadas "bala, evangélica e ruralista" [217].

Tabela 22
Tabulação cruzada Posição Ideológica / Ocupação Profissional

Posição Ideológica	**Ocupação Profissional**												**Total**
	Professor	Médico	Comunicador	Empresário	Agricultor	Pastor	Motorista	Policial	Gestor Público	Advogado	Administrador	Pecuarista	
Direita	0	0	0	3	0	2	0	0	1	1	0	1	8
Esquerda	2	0	0	0	1	0	1	0	0	3	0	0	7
Centro	0	2	1	2	0	0	0	1	1	0	2	1	10
Total	2	2	1	5	1	2	1	1	2	4	2	2	25

Fonte: Elaboração Própria

Conforme os dados alocados na Tabela 22, ao examinarmos a relação profissão/ocupação e posição ideológica concluímos que há diferenças significativas na composição social das respectivas bancadas. Essas diferenças correspondem às posições políticas programáticas e ideológicas, convencionalmente tidas como de direita, de centro e de esquerda. Esse resultado encontra respaldo em outros estudos como o de Rodrigues (2009), que, ao analisar a bancada da 51ª legislatura (quadriênio 1999-2002) observa que "os parlamentares, segundo suas origens e seus *status* socioeconômicos, tendem a candidatar-se por partidos que mais se aproximassem de suas convicções ideológicas e que, idealmente, mais atendem aos seus interesses pessoais. Está implícita a suposição de que posições

217

políticas e ideológicas têm *alguma* relação com o modo como as pessoas obtêm sua subsistência, seu prestígio, sua legitimidade e seu poder, ou seja, como se localizam na sociedade" [218]. Com efeito, embora não seja possível dizer que os partidos possuem quadros internamente homogêneos e radicalmente diferenciadas uns dos outros, o recrutamento parlamentar de cada partido efetua-se em segmentos sociais e ocupacionais variados fazendo com que, inevitavelmente, haja a sub-representação de determinadas categorias ocupacionais em seus quadros.

Diante disso, considerando a relação entre categorias profissionais e posição ideológica, Rodrigues (2009) consegue identificar uma tendência quase que natural de filiação partidária e ideológica. Para o autor, os partidos considerados de direita teriam entre seus deputados uma maior proporção de empresários e pessoas de alta renda, enquanto os partidos considerados de esquerda, a expectativa seria de uma maior proporção de parlamentares originários das classes médias e das classes trabalhadoras e populares. Já os partidos classificados como de centro, teriam proporcionalmente menos empresários e trabalhadores e mais parlamentares originários de estratos sociais intermediários. Sua orientação política, diante das demandas desses dois grandes segmentos sociais e políticos, seria mais matizada e orientada para a conciliação. Conforme aponta:

> Mais concretamente: os partidos de direita tenderiam a recrutar seus membros principalmente (ainda que não de modo exclusivo) entre proprietários, homens de negócio, executivos, administradores de empresas e altos funcionários da administração pública; os de esquerda tenderiam a recrutar, em maior proporção, assalariados de classe média, membros das profissões intelectuais de renda mais baixa, professores do setor público, pequenos funcionários e ex-dirigentes sindicais; e os partidos de centro teriam uma distribuição profissional e ocupacional mais heterogênea, profissional e socialmente, com maior proporção de professores, profissionais liberais, membros das profissões intelectuais modernas ao lado de empresários, de executivos e diretores de empresas, de proprietários urbanos e rurais, mas sem a existência de parcela significativa de representantes vindos das classes médias baixas e populares (RODRIGUES, 2009, p. 41).

A heterogeneidade com a qual nos deparamos, tanto na carreira escolar quanto na esfera profissional, ganha relevo em análises mais recentes acerca do grupo que compõe a CD. Para Rodrigues (2006; 2014), a continuidade da democracia de massas no Brasil é acompanhada por um processo de "popularização" da classe parlamentar brasileira. O termo é utilizado pelo autor para descrever processos graduais de maior participação da classe média e, em menor grau, das classes baixas, no recrutamento parlamentar, em detrimento de elites tradicionais e ligadas ao mundo empresarial e agrário. Dito isto, popularização, não é

[218] Cf. RODRIGUES, op. cit. p. 38-39.

propriamente a inclusão de setores eminentemente pobres na classe política, mas uma diversificação e ampliação das elites políticas. Entendemos que o processo de diversificação na CD não se deu na mesma velocidade em todas as dimensões das características biográficas dos deputados federais (MOISES e SANCHES, 2014). Desse modo, enquanto algumas se modificaram em ritmo relativamente lento, à exemplo da distribuição de gênero ou de grupo étnico, outras vêm se transformando em ritmos mais acelerados nas últimas décadas, como a diversidade do perfil profissional (MUCINHATO, 2014).

3.3 Fontes Secundárias de recrutamento parlamentar: partidos e ideologia na formação de bases políticas.

Como vimos, o grupo designado como representante de Sergipe na CD não reflete a composição social da sociedade. Lidamos com um grupo seleto e que, apesar de ter passado por significativas mudanças nos últimos anos (MARENCO, 2002; RODRIGUES, 2006), ainda permanece relativamente elitizado. Se as variáveis quantitativas se mostraram importantes para a identificação de padrões inerentes a esse grupo, também é verdade que em alguns casos o fator quantitativo desfavorável foi compensado por outros que proporcionaram certos trunfos para a aquisição do *status* de representante do povo. Em síntese, as variáveis quantitativas menos constantes só se tornam importantes quando associadas com outras variáveis qualitativas.

Desse modo, identificamos ao longo do estudo alguns padrões de chegada aos postos de representação política na CD. Observamos, também, que há uma base diversificada e capaz de tornar os aspirantes aos postos de representação na CD, em políticos propriamente dito. Há um peso relativamente grande do clientelismo, ao menos como forma de manutenção dos mandos de políticos consagrados na esfera política e social local. Todavia, há também um peso das relações comunitárias, das relações do âmbito familiar e parental, há ainda uma inegável importância das vinculações ideológicas no tocante à formação de bases de apoio político. É no intuito de demonstrar essa fonte de recrutamento da classe política local que essa parte do texto se assenta. Em tempo, chamaremos essa variável de fontes secundárias de recrutamento. A terminologia aqui empregada “fontes secundárias” não se deve a uma pretensa baixa importância, mas por representarem variáveis importantes para a compreensão do espaço de recrutamento das elites parlamentares do Estado de Sergipe.

Na descrição convencional, deputados são motivados por ambição estática ou progressiva, adotando estratégicas eficazes para a manutenção de sua cadeira ou mobilidade

na hierarquia de postos políticos (MARENCO e SERNA, 2007). Isto poderia significar, então, que padrões de carreiras políticas são homogêneos, com bases sociais, recursos eleitorais e trajetórias semelhantes, mesmo quando se trata de partidos ou famílias ideológicas diferentes. No entanto, após trabalho de campo realizado nos três meses (agosto, setembro de outubro) que antecederam as eleições municipais de 2016 e período subsequente ao mesmo, pelo menos até as eleições de 2018, foi possível a feitura de um banco de dados que serviu de base de compreensão do espaço de disputas políticas em Sergipe de forma mais geral, e em particular dos diferentes padrões/tipos de carreira daqueles que representam o estado de Sergipe na CD.

Isto posto, a partir da compilação e análise dos dados acessados ao longo da pesquisa foi possível identificar quatro padrões (tipos) de investimento na carreira política. Um primeiro padrão observado foi o de deputados com trajetória tradicional na política. Com isso, embora tenhamos citado outros exemplos ao longo dessa tese, vale aqui um destaque para Fábio Reis e de outros políticos que estão a ocupar cargo parlamentar atualmente, e que também são oriundos de famílias com forte tradição política, é o caso também de Fábio Mitidieri e de Valadares Filho. Esses deputados são identificados a partir de um traço comum: representam "famílias políticas" com relativo prestígio frene ao espaço de disputas políticas locais. Além dessa lógica de investimento, há um segundo grupo de parlamentares, composto por deputados encarnados em posições de referência, basicamente seriam os que ocupam postos privilegiados no governo (federal ou estadual), ou por estarem à frente de determinadas categorias profissionais, e que por isso conseguem notoriedade política e social, é o caso de Márcio Macedo (PT), que antes de ser deputado federal foi Secretaria de Estado da Educação, em 1998; Secretário Municipal, Secretaria de Participação Popular da Prefeitura de Aracaju, entre 2002 e 2003; Superintendente do IBAMA, entre 2003 e 2006; Secretário de Estado, Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, entre 2007 e 2010[219]. Em tempo, é oportuno dizer que todos esses cargos foram ocupados em Aracaju. No caso em tela, chama a atenção que seu primeiro (e único) mandato na CD ocorre exatamente após um longo período de ocupação de cargos de confiança e por indicação. Esses cargos, além de terem permitido visibilidade e prestígio local, também lhe conferiu o reconhecimento de saberes passiveis de serem usados na ocupação de uma "cadeira" na CD. Há, ainda, um terceiro padrão formado por deputados que possuem inserção em militância associativa (sindical, movimentos sociais,

[219] Os dados aqui apresentados sobre os cargos ocupados pelo deputado federal em questão são de domínio público, e se encontram acessáveis no site da Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/160542/biografia, visualizado em 27.01.2020, às 19:05.

categorias profissionais, categorias religiosas) e partidária. Nesse padrão, que trataremos logo a seguir, há uma relação intrínseca entre posição político ideológica e a formação de bases de apoio oriunda de grupos cujas posições político-ideológicas são latentes. Em outros termos, nota-se uma relativa presença de setores ligados aos movimentos sociais e sindicais no tocante à formação das bases de apoio e, mais especificamente, grupos ligados ao MST (Movimento Sem Terra), grupos de interesse (centrais sindicais à exemplo da CUT) só para citar alguns. Por fim, há um quarto grupo – que será devidamente tratado no próximo capítulo – formado de parlamentares com carreira política recente e cujo sucesso na política depende de sua capacidade de estender suas redes e do esforço para formar bases de apoio político capazes de lhes permitir a manutenção do posto de representação parlamentar.

Apesar das diferenças que resultaram em diferentes tipos de investimento na carreira parlamentar, há também de destacar elementos comuns a eles, os quais já foram devidamente explorados ao longo dessa tese. Mais especificamente, foi possível identificar, grosso modo, que, indiferente da tipologia encontrada ou do padrão considerado, esses sujeitos mobilizam uma extensa rede de relações que os coloca em todos os 75 municípios do estado (voltaremos a debater sobre as formas e mecanismos utilizados para essa ampliação das redes no próximo capítulo). Trata-se, portanto, da constatação de uma questão cara para as análises do espaço de disputas para a representação na CD, uma vez que guardadas as devidas proporções – sobretudo se compararmos com outros tipos de mandatos, à exemplo dos deputados estaduais, que conseguem ser eleitos com quantidade menores de votos e que, portanto, o apoio de um único município e/ou região podem-lhe ser suficientes para alcançar a vitória nas urnas –, quando se trata dos deputados federais e das lógicas de disputas inerentes a esse tipo de mandato, a vitória nas urnas está condicionada a capacidade de os aspirantes a deputação federal mobilizarem extensas redes de relações que os servem de esteio para a formação de bases de apoio político (BARREIRA, ANOO; ROJAS, ANOO).

Ao analisarem os diferentes padrões de carreira dos deputados que compõem a CD, adotando como baliza o espectro ideológico, Marenco e Serna (2007) defendem a hipótese de que as diferenças observadas, nos padrões de carreira política, possam ser explicadas pelas variações no perfil social e pelos recursos individuais dos candidatos eleitos por cada legenda partidária: “os partidos à esquerda, de origem ideológica e mais longevos, recrutam suas bancadas predominantemente no setor público, na classe média assalariada, entre sindicalistas, lideranças associativas e lideranças de movimentos sociais, os quais, por depender da estrutura organizacional partidária e associativa para compensar a carência de recursos eleitorais próprios, terminam adotando estratégias baseadas em carreiras partidárias

endógenas"[220]. No extremo oposto, ainda segundo estes autores, "partidos conservadores apresentam padrões de recrutamento social mais elitista e tradicional, compondo suas bancadas entre proprietários urbanos e rurais e profissionais liberais dotados de recursos materiais e de reputação personalizada, com menor dependência da estrutura organizacional partidária, seguindo carreiras políticas laterais, descontínuas e com menos lealdade à filiação partidária"[221]. Em resumo, dentro de uma mesma linhagem de estudos já consagrados na literatura sociológica, tal como o de Rodrigues (2009), esses autores também analisam a composição social da CD, inovando a partir do estudo das diferenças nas carreiras entre parlamentares oriundos de partidos de esquerda e de direita, demonstrando que em ambos os casos há fatores sociais, a exemplo de origem social, ocupação profissional, das redes de relações, do capital associativo, e da experiência e carreira política (período de ingresso na carreira política, filiação e fidelidade partidária, cargos ocupados) que ajudam a entender os pontos de chegada desses sujeitos.

O texto ora escrito segue essa mesma linha, ao menos no que se refere à identificação das bases sociais de recrutamento dos representantes de Sergipe para a CD, adotando aqui como critério de análise, a relação entre posição ideológica e a formação de bases de apoio parlamentar. Conforme tabela abaixo (tabela 23), os representantes do estado na CD estão separados dentro do espectro político-ideológico da seguinte forma: dos 25 deputados considerados 08 estão filiados a partidos de direita, 07 a partidos de esquerda e 10 inseridos em partidos considerados de centro.

Tabela 23
Posição Ideológica dos deputados sergipanos na Câmara dos Deputados.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Direita	8	32,0	32,0	32,0
	Esquerda	7	28,0	28,0	50,0
	Centro	10	40,0	48,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração Própria

Em conformidade com o que pode ser constatado na Tabela 22, há uma constante também entre os representantes de Sergipe na CD no que diz respeito à relação posição ideológica/profissão. Do grupo aqui considerado, encontramos nos partidos de direita

[220][220] Cf. MARENCO e SERNA, op. cit. p. 93.
[221] Cf. MARENCO e SERNA, op. cit. p. 94.

empresários (03 casos), pastores (02 casos), gestores públicos (01 caso), pecuarista (01 caso); enquanto os que foram eleitos por partidos considerados de centro são médicos (02 casos), comunicadores (01 caso) empresários (02 casos), policiais (01 caso), administrador (02 casos) e pecuarista (01 caso). Por fim, os que se inserem dentro dos políticos oriundos de partidos de esquerda há professores (02 casos), agricultores (01 caso), motorista (01 caso) e advogados (03 casos).

Outro dado que nos chama a atenção é a relação entre posição ideológica e familiares na política. Conforme pode ser observado na Tabela 24, há uma maior inclinação de políticos oriundos de famílias tradicionais na política estarem inseridos em partidos de direita, foram 04 dos 08 casos encontrados. Coeficiente semelhante é encontrado entre os políticos inseridos em partidos de centro, foram 07 dos 10 aqui considerados que se apresentam como políticos de famílias com tradição política. Chama a atenção, ainda, e mesmo quando consideramos os deputados que militam em partidos de esquerda, dos 07 aqui considerados, apenas 01 provém de família de políticos.

Tabela 24
Tabulação cruzada Familiares na Política * Posição Ideológica

		Posição Ideológica			Total
		Direita	Esquerda	Centro	
Familiares na Política	Sim	4	1	7	13
	Não	4	6	3	12
Total		8	7	10	25

Fonte: Elaboração Própria

A análise dos dados acima sugere que há um grupo que possui pouca ou nenhuma base política tradicional, são, no geral, políticos inseridos no terceiro padrão apresentado anteriormente, composto de parlamentares que possuem carreira pautada na militância política (partidária ou associativa) e que é, por via dessa militância, que conseguem constituir bases de apoio consolidadas. Essas bases são constituídas a partir de redes relativamente extensas que coloca sujeitos de diferentes municípios como cabos eleitorais dos parlamentares com esse tipo de carreira. Assim como em outros casos, os parlamentares que vencem com “bandeiras” ideológicas bem definidas, também conseguem votos difusos, e espalhados pelos 75 municípios do estado. Há, com efeito, até por questões históricas, esse grupo é composto de políticos oriundos de militância político-partidária em partidos de esquerda. É esse o caso de

Márcio Macêdo que, conforme já dito, a sua eleição para deputado federal ocorre após uma sequência de ocupação de cargos públicos por indicação: Secretaria de Estado da Educação, em 1998; Secretário Municipal, Secretaria de Participação Popular da Prefeitura de Aracaju, entre 2002 e 2003; Superintendente do IBAMA, entre 2003 e 2006; Secretário de Estado, Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, entre 2007 e 2010[222].

Apesar da importância para sua vitória nas urnas do reconhecimento à frente de diversa secretarias, sua vitória no pleito de 2010 só pode ser compreendida se apresentadas as devidas informação sobre aquele pleito, as quais forram acessadas por meio de entrevista a dois membros da cúpula do partido[223]. Adiante, a partir de uma abordagem comparativa da profissão de origem nas bancadas partidárias, pode-se encontrar padrões de recrutamento em grupos e categorias sociais diferenciados segundo a posição política nos blocos ideológicos. Dessa maneira, a fim de tornar mais inteligível esses pressupostos, vale aqui a citação de Marenco e Serna (2007) segundo os quais:

> Os partidos mais conservadores (PFL, PPB, PMDB) apresentam um padrão de recrutamento social baseado fundamentalmente nas profissões universitárias liberais, nas categorias de propriedade e controle de empresas e nas categorias de produção agraindustrial e comércio. No outro extremo, encontram-se os partidos de esquerda (PT, PPD, PS, Frente Ampla), com uma composição social de suas bancadas parlamentares formada por profissionais das ciências econômicas e de formação humanista, oriundos na grande maioria da classe média. Além disso, um outro campo de recrutamento clássico desses partidos são as classes trabalhadoras [...] em posições e recrutamentos mais pluriclassistas do ponto de vista da composição social estão as bancadas dos partidos da Social Democracia Brasileira (PSDB), da Renovação Nacional (RN), da União Democrática Independente (UDI), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Colorado (PC) e o Partido Nacional (PN) (MARENCO e SERNA, 2007, p. 97).

Conforme sinalizado, o caso a ser apresentado e analisado aqui faz parte daquilo que identificamos como terceiro padrão formado por parlamentares que possuem carreira pautada na militância política (partidária ou associativa). Tratar-se-á de um caso de deputado federal, pelo PT, e que já está no segundo mandato consecutivo na CD.

O caso a ser apresentado e que nos servirá de tipo padrão de carreira parlamentar é o de Márcio Macedo. Esse parlamentar se apresenta, como veremos empiricamente, como resultado do segundo e do terceiro padrão aqui apresentado. É um político de mandatos de cargos por indicação, mas também vem de uma forte militância petista no estado. Esses dois elementos foram fundamentais para sua vitória em 2010, sua primeira tentativa de eleição. Os

[222] Os dados aqui apresentados sobre os cargos ocupados pelo deputado federal em questão são de domínio público, e se encontram acessáveis no site da Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/160542/biografia, visualizado em 27.01.2020, às 19:05.
[223] Entrevista realizadas no dia 08/01/2020.

resultados a serem apresentados daqui em diante resultam de pesquisas no *site* da CD, assim como no CPDOC/FGV. Porém, devo acrescentar que parte importante dos dados foram retirados de entrevistas com alguns de seus assessores, por conta disso, a identidade deles será mantida em sigilo, sendo pautado apenas as informações chegas através do relato desses sujeitos[224].

Márcio Costa Macêdo nasceu em 18 de setembro de 1970, no município de Esplanada, na Bahia, filho do casal Marivaldo Alves de Macêdo e Maria Costa Macêdo. Ingressou na Universidade Federal de Sergipe em 1989, onde concluiu sua graduação em Ciências Biológicas (1999-2004) e depois o mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (2005-2007). Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), ocupou o cargo de presidente dos Diretórios Municipal de Aracaju e Estadual de Sergipe do partido. Foi ainda secretário municipal de Participação popular de Aracaju e superintendente do Ibama em Sergipe. Entre 2007 e 2010, foi secretário do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do estado de Sergipe na gestão do, então governador, Marcelo Déda. Márcio lançou a sua candidatura a deputado federal em 2010, sendo eleito nas eleições daquele ano com 58.782 votos[225]. Durante o mandato, na legislatura de 2011 a 2014, chegou a ser vice-líder do seu partido, além de ter presidido a Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso.

Sobre a sua candidatura em 2010, após entrevistas, foi possível perceber que não estava em seus planos a CD, mas sim a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe (ALESE), conforme pode ser constatado no relato de "H":

> Márcio não era deputado federal, ele era para deputado estadual. O federal do partido era José Eduardo Dutra. Então, Márcio chegou nisso aí. José Eduardo Dutra foi designado por Déda para ajudar na campanha de Dilma. Então, tanto José Eduardo Dutra e Marcelo Deda ajudaram na campanha de Márcio Macêdo. Ele ficou sabendo de sua indicação para disputar um cargo na CD em maio de 2010. Já em cima da eleição, ele estava vindo se preparando para estadual, e não para a federal. Eu mesmo me opus a essa mudança (relato extraído da entrevista com "H" realizada em 08/01/2020).

Ainda segundo o entrevistado, houve muita oposição, sobretudo entre os que já estavam apoiando Márcio para estadual, isso porque, achavam que estava muito em cima para

[224] Foram no total duas entrevistas, ambas realizadas no dia 08/01/2020. É necessário dizer que em ambos os casos a gravação foi consentida após pedido do entrevistador. Apesar da permissão, optamos por omitir os nomes reais dos entrevistados, identificando-os apenas com os codinomes "H" para o homem e "M" para a mulher. O primeiro entrevistado (H), é solteiro, tem 33 anos e desde 2006 milita no partido, ocasião em que ingressava na UFS. E, uma mulher (M), casada, 47 anos, milita no partido desde 2004. Atualmente ambos fazem parte da equipe dirigente regional e trabalham na sede do partido.

[225] Informações retiradas do *site* da Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/160542/biografia, visualizado em: 19/01/2020.

conseguir “engrenar a candidatura”. Ambos os entrevistados, porém, são unânimes quando se trata da importância de Marcelo Déda e de José Eduardo Dutra na campanha – sobretudo Déda “adotou” Márcio como seu deputado, como diz “M” “80% dos apoiadores que já estavam com Dutra foram para Márcio, eles apoiaram, não precisava de muito sabe, era só mudar e tinham uma boa desculpa ‘pra’ isso, Dutra tinha sido chamado por Dilma para compor seu comitê de campanha”.

Em outro momento, a entrevistada continua falando o seguinte: “o fato é que Marcio tinha uma rede que iria levar ele a deputado estadual, sabe. Mas acho que o apoio de Deda e Dutra impulsionaram sua candidatura [...] a rede dele teve que ser ampliada e o apoio do governador e das lideranças do partido foram fundamentais”. Mais adiante nessa entrevista, a entrevistada cita a importância do envio de verbas via secretaria do meio ambiente para as cidades e como isso ajudava na manutenção dos laços entre Márcio e os prefeitos. Conforme diz: “outra coisa importante para márcio, veja, ele era Secretário de Meio Ambiente, então mandava algum valor para a cidade, assim ia formando alianças com prefeitos sabe. O apoio do governador, o envio de verbas na área da cultura enviados por Márcio, e mesmo o apoio do João foram fundamentais para a vitória de Márcio”[226]. Ainda segundo a mesma, a organização da agenda se dava da seguinte forma:

> Reuniam-se toda semana, geralmente toda segunda-feira. A partir daí organizávamos nossas caravanas. Era uma avaliação política, considerando o número de votos, os níveis de apoio que o candidato iria ter. por que, veja, naquela cidade que a gente não tem ninguém é complicado, enquanto quando a gente tinha uma boa militância, um diretório forte, um vereador pelo menos já chegávamos mais fortes nesses municípios, sabe. (Relato extraído da entrevista com “M” realizada em 08/01/2020).

Quando questionado como são compostas essas redes das quais a entrevistada se refere, as respostas dos dois entrevistados foram muito semelhantes, ambos atribuíram à militância do partido como a principal base de apoio de seus quadros. Conforme salienta “H” “nossa rede é formada a partir das militâncias. Nós temos diretórios em 69 municípios do estado. Esses diretórios são as correntes que formam as bases de apoio ao parlamentar. Se você andar em todas as cidades do estado sempre vai haver alguém em uma cidade que nos apoia, sempre vai haver algum petista, e são esses que apoiam nossos candidatos”. Em consonância com isso, “M” também argumenta que o ponta pé inicial nosso é sempre a militância sabe. Nesse sentido, a gente representa essa militância do partido, que está espalhado por todo o estado [...] são vários setores que formam um primeiro braço para o candidato, a partir disso começam a montar a agenda do candidato, a partir da disponibilidade

[226] Entrevista concedida por “M” realizada em 08/01/2020.

desses setores, que são as lideranças do partido nos municípios e diretórios, é que montamos a agenda do candidato.

Fato é que nas eleições de 2010 o PT estava preparado para eleger um deputado federal, mas conseguiram eleger outros quatro deputados estaduais. Foram eles: João Daniel (29.936 votos), Conceição Vieira (27.378 votos), Francisco Gualberto (22.220 votos) e Ana Lúcia (20.000 votos), o governador do estado, Marcelo Deda, e a presidente, Dilma Rousseff.

Capítulo 4

"LEALDADE GERA LEALDADE":
Redes, composição e manutenção de bases de apoio político do deputado Carvalho.

A frase entre aspas e que serve de título para o presente capítulo foi dita por um vereador de Nossa Senhora do Socorro, região metropolitana de Sergipe, e um dos principais colégios eleitorais do estado[227], em meio a campanha de reeleição do deputado Carvalho[228]. Na ocasião o deputado estava a disputar sua quarta eleição consecutiva e uma vaga na CD para seu terceiro mandato. A importância dessa frase para o presente capítulo reside não apenas na circunstância na qual foi proferida, mas no significado que ela tem para a compreensão das relações estabelecidas entre parlamentares ou aspirantes e as redes que se formam a partir deles e lideranças políticas (vereadores, líderes comunitários, assessores só para citar alguns). É oportuno dizer que o momento que o vereador disse essa frase se tratava de um reencontro entre ele [o vereador] e o pesquisador que, anos antes, mais precisamente nas eleições de 2016, em meio a sua quarta tentativa de ocupar uma "cadeira" na Câmara de Vereadores de sua cidade, estava fazendo um trabalho de campo, acompanhando o deputado em várias cidades do interior do estado. Naquela ocasião o objetivo da observação participante era compreender como o deputado agia frente às campanhas municipais, observando a evocação das alianças com seus aliados locais, assim como perceber a importância de sua presença frente às disputas internas nos municípios.

---

[227] Segundo IBGE/2017, o município tem uma população estimada em 181.503 mil habitantes, tornando-se o segundo mais populoso do estado. Ainda de acordo com o TRE Nossa Senhora do Socorro faz parte da 34ª Zona Eleitoral, perfazendo um total de 103.308 mil eleitores. Assim como sua posição enquanto a população, é também o segundo maior colégio eleitoral do Estado, atrás apenas da capital, Aracaju, que contabiliza 397.228 mil eleitores, e é seguido por Lagarto, 70.191 mil eleitores, Itabaiana 64.527 mil eleitores, São Cristóvão, com 53.218 e Estância com 45.834 mil eleitores.

[228] A fim de preservar a identidade do parlamentar e dos envolvidos nessa parte da pesquisa, será adotado o uso de pseudônimos. Se em outros momentos da tese os dados e nomes relacionados aos sujeitos aqui considerados foram apresentados sem o devido anonimato, isso se deve ao fato de vários [senão todos] dados e informações terem sido retirados de fontes de domínio público, e estão alocados nos mais diferentes espaços de acesso (conforme apresentado no capítulo 3, privilegiou-se informações disponíveis no *site* da CD, informações também disponíveis no STE, TRE e *sites* locais como *infonet*. Diferente do uso de fontes de dados secundárias utilizados na feitura dos capítulos anteriores, daqui em diante serão apresentados dados e informações acessadas a partir da inserção do pesquisador no espaço da pesquisa, algumas dessas informações foram acessadas mediante acordo de omissão dos nomes dos informantes.

Nesse aspecto, seguindo a sequência proposta pela presente tese, na qual objetiva-se analisar as redes que compõem a base de apoio parlamentar. Interessa-nos nesse capítulo demonstrar como são construídos os acordos, como parlamentares, mediadores, referentes[229] e lideranças políticas vivenciam e dão sentido às práticas e aos pactos que envolvem tais relações. Com isso, a fim de tornar tangível o objetivo mais geral dessa tese que é mostrar que as redes de sociabilidade se constituem como uma importante forma de composição de bases de apoio político para o acesso aos postos de representação política na CD, escolhemos um deputado federal, que está inserido em uma das tipologias apresentadas anteriormente, qual seja: a de parlamentares com carreira política recente, desprovido de capital político-familiar e cuja carreira está pautada em sua capacidade de estender suas redes e, consequentemente, suas bases de apoio político. Para tanto, além do levantamento de dados quantitativos importantes (sobretudo, os alocados no STE e no TRE), também lançamos mão da observação participante através de um trabalho de campo que se estendeu dos três meses que antecedeu as eleições municipais de 2016 (agosto, setembro e outubro), até as eleições de 2018, período suficiente para "fechar um ciclo" político e que nos permitiu observar tanto a construção das redes, a manutenção das mesmas, assim como os sentidos que os atores dão a essas ações.

Como ponto de reflexão, observou-se que circunscreve essa relação um conjunto variado de elementos (relações clientelares, comunitárias, familiares, parentais, partidárias, marketing pessoal entre outras), cuja importância para a formação do grupo político do deputado pode ser constatada a partir de diferentes pesos. Conforme já exposto anteriormente, nessa parte do trabalho o foco será as relações entre indivíduos e os elementos que essas relações oferecem para descrição, como as regularidades das trocas, a formação e a transformação do sistema de relação e seus efeitos sobre os comportamentos individuais.

4.1 Negociação com os sujeitos e o trabalho de campo

A entrada no campo de pesquisa nunca se constitui como uma tarefa fácil, diria que exige não apenas dedicação com o saber cientifico, como também certo cuidado com a apresentação frente aos envolvidos. O diário de campo se tornou um objeto estranho aos sujeitos que faziam parte de alguma forma da pesquisa, não raro questionavam quem eu era, o que estava fazendo ali e o porquê do caderno. Nessa perspectiva, percebi a necessidade de

[229] A palavra referente aqui no texto será usada como sinônimo de cabo eleitoral, ou liderança política. Dito isto, será apresentado ao longo do texto a depender do momento palavras diferentes para designar a mesma função: as lideranças políticas que apoiam o deputado Carvalho em suas respectivas cidades e povoados.

usá-lo cada vez menos, assim como a adesão às camisas na cor do grupo político e ou mesmo broches e "praguinhas". A partir de contatos já pré-estabelecidos com alguns parlamentares passei a ter acesso as suas agendas, a partir das quais pude criar uma agenda de acompanhamento.

Desse modo, a entrada no campo foi relativamente lenta. Os primeiros contatos com os parlamentares só foram possíveis mediante às informações que os seus assessores postavam em suas *mídias sociais.* Não raro, costumavam postar previamente suas agendas, do dia ou até mesmo de toda a semana. Por essa razão, os primeiros contatos foram feitos à revelia da anuência dos parlamentares ou assessores. Eu me tornava um mero expectador das campanhas políticas e das manifestações de apoio aos seus aliados para as eleições de 2016.

Já num segundo momento de aproximação, entrei em contato com as assessorias dos oito deputados que estavam a tentar reeleição. Desse montante, apenas quatro se dispuseram a passar informações sobre a agenda. Esse primeiro contato foi muito proveitoso para o que viria depois, visto que foi o contato com o campo de pesquisa que me deu a direção da tese. Havia, de fato, um elemento comum a todos os parlamentares que tive acesso inicialmente: todos eles possuíam boas redes de relações que funcionavam nos momentos de campanha como estruturadores de suas bases de apoio político, e que sua entrada nas disputas locais simbolizava uma aliança feita em outro momento e que estava sendo honrada através da manifestação pública de apoio ao candidato a vereança ou a prefeitura. Certa feita, questionei um parlamentar sobre como ele via essa ação e o mesmo sem rodeios disse: "eu não vou negar que vejo esse momento como algo muito positivo, não posso negar também que sou um deputado federal e sei que estar aqui numa campanha para vereador trás para eles uma vantagem. O povo me vê com eles, sabem que terão apoio, sabem que terão a quem recorrer. E votando nele é o mesmo que estar votando em mim"[230].

Essa experiência prévia do campo de pesquisa me fez perceber que os parlamentares defendem seus mandatos não a cada quatro anos, como consta na Constituição Federal e nas determinações eleitorais, mas a cada dois anos, a partir de um movimento natural da política, cuja composição basilar são as redes de reciprocidade entre sujeitos que se encontram em diferentes lugares nessa mesma rede. Nesse sentido, parecia que aquela atividade, embora não colocasse diretamente em jogo o mandato parlamentar, uma vez que as eleições eram municipais e estavam em disputas cargos de vereança e de prefeito, dizia muito sobre os rumos da própria carreira do parlamentar. O apoio aos aspirantes aos cargos disputados se

[230] Relato de um parlamentar colhido durante a campanha de 2016.

mostrava de vital importância para a formação de agrupamentos que dali a dois anos funcionariam para o deputado como base de apoio político. Isso justifica, por exemplo, os gastos de tempo e de recursos financeiros durante uma campanha que em tese não era sua (do parlamentar).

Diante disso, seguir todos os parlamentares, ou mesmo os quatro que se dispuseram a passar suas agendas semanais se mostrava infrutífero. Vale lembrar que se trata de oito parlamentares percorrendo todo o interior do estado e em direções geralmente opostas. Seria, portanto, impossível operacionalizar uma observação sistemática em um conjunto tão amplo de parlamentares e cujas bases se mostravam cada vez mais diversificadas. Foi quando resolvi mudar a estratégia e passei a concentrar minha observação dedicando os meses seguintes a observação de um único parlamentar.

Em tempo, é oportuno dizer que a escolha desse parlamentar não foi apenas analítica, por ter sido observado sua forma de agir frente às bases e como funcionava a composição de suas redes, pesou também nessa escolha a própria abertura que tive desde a primeira tentativa. A pessoa que tentei estabelecer o primeiro contato foi com a chefe de gabinete do deputado Carvalho, que aqui chamaremos de dona Glória. Ela era a principal responsável pela agenda do deputado e seria um contato importante para o processo de negociação de entrada no campo. Contudo, não consegui obter êxito nas primeiras tentativas. Foi quando lembrei que tinha um dos assessores do deputado em uma de minhas *mídias sociais,* e foi assim que pude ter um primeiro contato com dona Glória. Márcio, meu contato na *mídia social,* trabalhava em uma das empresas do deputado, e também lhe prestava serviço de assessoria de imprensa e de divulgação de suas ações. Era ele quem gerenciava as *mídias sociais* do deputado, postava ações públicas, fotos, informações sobre emendas parlamentares entre outras. Desde o primeiro contato esse assessor foi muito saudoso, e logo se comprometeu em passar meu contato para dona Glória. A mediação de Márcio foi fundamental e no dia seguinte, dona Glória me ligou, nessa ligação a mesma se apresentou como a coordenadora das ações do deputado Carvalho no estado, disse que já trabalhava com ele há 16 anos e que sua função, além de coordenar toda a equipe do deputado no estado, era também a de filtrar as demandas vindas da população para o deputado, e organizar sua agenda para os dias que não estivesse em Brasília. Relatou sobre a relação do deputado com as lideranças políticas, fazendo questão de que essa relação independe de o deputado ser ou não aliado do prefeito. Conversamos por cerca de quinze minutos e deixamos acertado que passaria a receber, diariamente, informações sobre a agenda do deputado, sendo que vez ou outra quando o mesmo fosse para alguma campanha ou comício – e havendo vaga no veículo – eu poderia compor sua comitiva.

Esse primeiro contato ocorreu em 09 de agosto de 2016, quando o deputado ainda estava sendo montada a agenda de compromissos para os próximos três meses. Esse seria um momento dele percorrer os 75 municípios do estado manifestando apoio aos seus aliados nas campanhas que estavam por vir. Dito isto, por inúmeras vezes fiz parte dessa comitiva, com espaço cedido no carro principal, nessas ocasiões passei a ter acesso aos bastidores dos debates que antecedera a chegada do deputado nos diferentes municípios. Vez ou outra conversavam sobre quem os receberia na cidade, seus principais referentes, davam-lhes características, assim como a descrição da relação entre eles (as lideranças) e o deputado. Além de comícios, passeatas, carreatas, e demais eventos políticos, também faziam parte dessas incursões reuniões nas casas de seus referentes no município. Essas reuniões geralmente ocorriam nos horários do café da manhã e também no almoço. Não raro, almoçávamos em mais de um lugar, isso porque, segundo os membros da comitiva, seria uma ofensa não aceitar o almoço preparado previamente para recepcionar o deputado. Para Barreira (1998), "do lado dos candidatos, desde o café da manhã, passando por 'suas preferências pessoais' até a divulgação de suas 'biografias', percebe-se a existência de uma contabilidade de gestos, imagens e palavras que caracterizam uma publicidade permanente da vida cotidiana, típica do período eleitoral"[231]. Dessa forma, em se tratando desses momentos, era perceptível que havia uma predileção do deputado por almoços "simples", normalmente valorizando a comida caseira, muitas vezes entrando cozinha a dentro, pegando a carne ainda na panela como se numa ação para mostrar familiaridade com o espaço da casa do anfitrião.

A chegada do deputado nas cidades ou povoados era um momento de muita alegria entre os que já estavam a seu aguardo. O deputado abraçava os seus aliados que, por sua vez, fazia questão de expressar afinidade com ele e com sua comitiva. Esse era um momento também de apresentar os membros do grupo do deputado, no geral me apresentavam como "um estudante da UFS que estava fazendo um trabalho sobre o deputado". Nesta seara, assim como no sentido apreendido por Barreira (1998), os ritos móveis, que supõem deslocamentos de candidatos a diferentes regiões do país ou deslocamentos no espaço das cidades, são quase que estratégias universais que têm o objetivo de criar mecanismos de aproximação entre "política" e "povo". Todavia, em se tratando das eleições de 2016 em que pese a minha observação dos rituais e símbolos que tais aproximações traziam, é possível acrescentar que se tratava de uma apresentação não apenas performática de uma transmissão do capital político do parlamentar para seu aliado e candidato a vereança ou a prefeitura, mas o

[231] Cf. BARREIRA, op. cit. p. 31.

compromisso moral por parte do parlamentar através da manifestação de apoio a um aliado, que estava com ele desde sua primeira tentativa para o cargo de deputado federal, em 2006. Quanto ao candidato da vereança em questão a presença do deputado era sentida com um grande prestígio frente a comunidade que se propusera representar na Câmara Municipal. Ele (o candidato) estava em seu povoado, que também lhe servia de nome político, tal como ficou conhecido como "Edson do Pai André", e podia mostrar para seus pretensos eleitores que conhecia um deputado federal, que podiam votar nele porque ele tinha boas relações com alguém que podia trazer vantagens para o povoado.

Quando se tratava de comícios, passeatas ou panfletagens era comum pedirem para que eu colocasse adesivos, "praguinhas" e até hasteasse bandeiras de apoio ao candidato. Não raro, também pediam para que eu plotasse o carro com o adesivo do candidato. No início, esse tipo de ação causava-me um relativo desconforto, isso porque temia perder o foco do trabalho, ou mesmo perder minha identidade de pesquisador, "do cara do caderninho" e passasse a me comportar como um mero expectador da campanha. Isto posto, conforme ia me familiarizando com o espaço das campanhas políticas, mais ia percebendo aquele momento como um ritual, que me permitiam um contato com dimensões fundamentais da política, mantendo a característica de todo ritual, qual seja, a de recordar vivamente certos processos e normas importantes, através do uso de elementos simbólicos (BARREIRA, 1998, p. 31). Outros autores, como Kuschnir (2000) também ajudava a perceber meu lugar enquanto pesquisador e que, assim como ela descreve em sua própria experiência, por vezes teria que usar material de campanha. Com isso, tão logo me dei conta das questões em torno da simbologia da campanha e de como, enquanto pesquisador, podia fazer uso daquele momento para me familiarizar com a comitiva do deputado, passei a usar os adereços próprios do candidato do deputado. Essa ação colocou-me mais próximo dos assessores e do próprio deputado, e a partir desse momento pude perceber que as conversas no carro eram mais "abertas", falavam-se sem censuras ou constrangimentos. Vez ou outra o próprio deputado pedia para que eu gravasse alguma fala dele, sobretudo, em ocasiões que se retratava a sua própria história de vida e de como fez para chegar até ali.

Esse momento foi fundamental, não apenas como oportunidade de observar a política em funcionamento cotidiano e das alianças sendo firmadas, foi também importante para o mapeamento da rede do deputado. Oportunamente, eu pedia o contato de seus aliados políticos, e em outros momentos ligava e agendava entrevistas para que fosse colhido informações sobre a sua biografia e mesmo sobre a sua relação com o deputado. Esse segundo momento foi crucial para uma maior compreensão da própria composição da rede do

deputado, assim como para perceber seu aliado fora do espaço ritualístico das campanhas, como um sujeito que estava tentando a eleição ou mesmo reeleição. Só assim pude compreender que todos eles (deputados, vereadores, referentes, prefeitos) são potencialmente cabos eleitorais, e que as campanhas políticas são uma oportunidade de observar as redes como um espaço de retroalimentação. Em linhas gerais, se na eleição de 2016 o deputado estava a pedir voto para o candidato a vereança é porque em eleições anteriores esse mesmo candidato já pediu voto para o deputado em seu povoado ou região, servindo-lhe de cabo eleitoral.

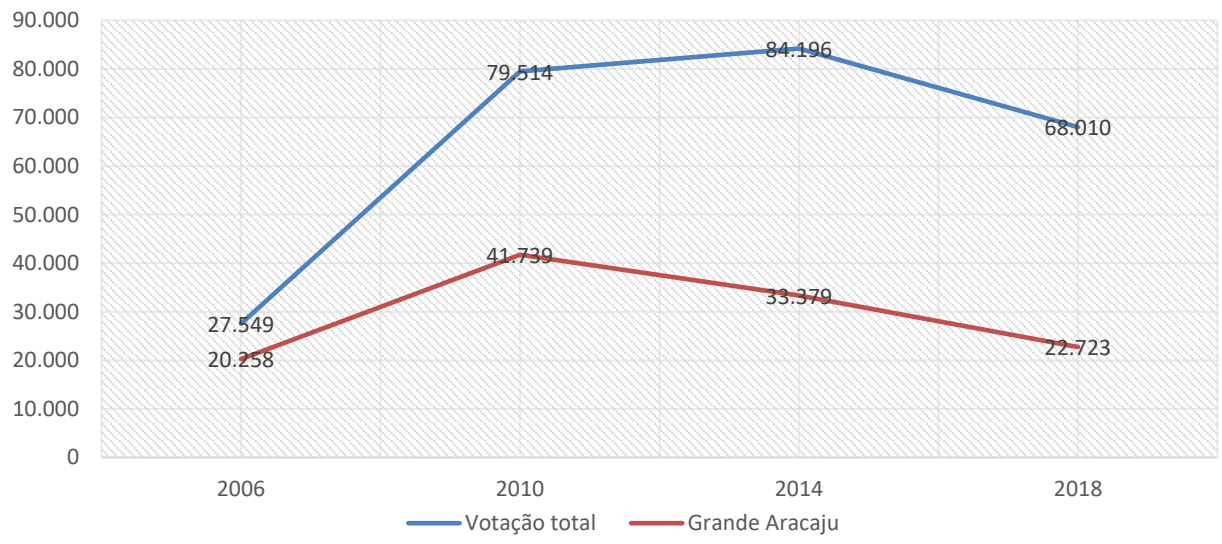
4.2 De empresário a político de rede

Nas eleições de 2018, o deputado Carvalho estava a disputar sua quarta eleição e a terceira reeleição consecutiva. Antes de ser eleito para seu primeiro mandato, em 2010, já havia disputado eleição para o mesmo cargo que ocupa hoje. Na época, estava filiado ao PSDB e os resultados o teria deixado em 13º colocado numa disputa de oito vagas, deixando-o de fora do mandato, e como primeiro suplente. Fato é que os 27.549 votos (2,7% do total do estado) não foram suficientes para colocá-lo na carreira política. Contudo, segundo o próprio deputado quando indagado sobre a experiência da derrota, disse que aprendeu bastante como "não fazer política", e que desde aquela ocasião não perdeu o contato com boa parte das pessoas que o ajudaram no início, além de ter mantido ao seu lado funcionários como Dona Glória que apesar de ter sido contratada para o trabalho na campanha, continuou ao lado do deputado até o presente momento.

Nesse sentido, a evocação da categoria profissional para a descrição desse tópico está relacionada a própria percepção do deputado com relação a sua entrada na política. Nos vários momentos que tive a oportunidade de observar ou perguntar sobre como foi sua entrada na política o deputado sempre evocava a expressão "meus funcionários", seguido de "eles são meus primeiros eleitores". Isso não se tratava de mero jogo de palavras, durante o levantamento de informações sobre a rede do deputado na região metropolitana de Aracaju me deparei com o depoimento de uma mulher que chamaremos aqui de Dona Ana. Ana apresentou-se como liderança política de seu bairro e também apoiadora do deputado desde quando ele começou a carreira, em 2006. Questionada sobre como foi esse primeiro envolvimento nas campanhas do deputado, a mesma relatou que "antes do deputado se lançar candidato foi montado uma equipe para ir nas casas dos funcionários, era feito uma sondagem com o funcionário e com seus familiares para saber quem votaria no deputado". Ela fazia

parte dessa primeira equipe. Disse, também, que as informações sobre os funcionários do deputado (endereço, estado civil entre outros) eram acessadas na própria empresa. Em posse das informações sobre os funcionários que, à época, somavam cerca de três mil pessoas, ela e o restante da equipe passaram a percorrer os bairros de Aracaju e das cidades vizinhas, catalogando informações sobre os possíveis eleitores do deputado. Esses dados davam uma estimativa e contava não apenas com o voto do funcionário propriamente dito, como também de seus familiares, vizinhos e amigos. Conforme pode ser visto no Gráfico 4, nesse primeiro pleito o deputado somou em todo o estado um total de 27.549 votos, dos quais, 20.258 (ou 73,53% dos votos) foram só da grande Aracaju, região em que se concentram a maior parte dos funcionários do deputado.

Gráfico 4
Evolução do coeficiente eleitoral do deputado Carvalho (2006-2018)



Fonte: TSE; TRE.

O deputado Carvalho, nasceu em Recife (PE), em 15 de abril de 1959. Segundo filho de uma família de sete irmãos. Conta que o pai era operário e que trabalhava na companhia de eletricidade de Pernambuco, e sua mãe dona de casa. Segundo relata sua família passava necessidade e por essa razão teve que começar a trabalhar cedo, ainda aos doze anos de idade. Seu primeiro trabalho foi como *office-boy*, iniciou junto a esse emprego o curso de datilografia. Além disso, conta que foi em função desse curso que assumiu o primeiro emprego público. Sua vinda para Aracaju ocorreu a convite de seu tio, que morava na cidade e lhe prometeu "arrumar um emprego se ele quisesse vir morar aqui", à época estava com dezoito anos, isso ocorreu em 1978.

Alguns anos depois de estar morando em Aracaju, mais precisamente, em 1983, montou a sua primeira empresa, a qual tinha como segmento o setor de limpeza profissional e terceirização de serviços. Conta, inclusive, que "a empresa prosperou rapidamente, e se tornou a melhor no ramo da terceirização de serviços do estado", atuando em diversas unidades de negócios, como administração de condomínios, controle de pragas e monitoramento eletrônico. Em 1995, criou outra empresa com foco na prestação de serviços de mão de obra temporária, obtendo neste período significativa atuação com clientes de grande porte. Segundo a página eletrônica da empresa, atualmente estão entre seus clientes faculdades particulares, Bancos Privados, Governo Estadual e Governo Municipal (de Aracaju). Conta que o grande momento de sua empresa foi quando expandiu o trabalho de terceirização na administração de diversos condomínios. Conta que a prosperidade no mercado de trabalho o fez voltar a Recife e trazer sua família, seus pais e irmãos. Sendo que muitos de seus irmãos são hoje seus funcionários.

Por questões da própria Legislação Eleitoral, que não permite o acúmulo de cargo público com a atividade empresarial, sua entrada na política coincide com sua "saída"[232] da empresa que fundou. Fato é que não tem como dissociar sua entrada na política com sua atividade profissional, uma vez que foi essa atividade que lhe deu a visibilidade necessária dentro do Estado. Apesar de já estar envolvido, à época, na atividade empresarial classista, e na atividade sindical, a sua entrada na política partidária ocorreu pela primeira vez em 2006, a convite de Albano Franco, o líder e principal herdeiro de um dos grupos políticos mais fortes do estado e também presidente do PSDB. Nessa eleição, o deputado Carvalho se candidatou por esse partido, e conta que teve apoio irrestrito de seu líder, e obteve 27.549 votos. Segundo confiou ao pesquisador, teria ficado bastante descontente com a derrota e cogitou nunca mais se candidatar novamente, foi quando Albano Franco o procurou para parabenizá-lo pelo resultado, ao passo que o deputado o indagava "parabéns, por quê? Se eu perdi". Ainda segundo relato, foi nessa hora que Albano Franco lhe disse "você não perdeu, você já pensou que chegou aqui sem nada na mão, um desconhecido, sem tradição política nenhuma e conseguiu esse tanto de voto? Tente colocar essas mais de vinte e sete mil pessoas numa fila e veja quanta gente acredita em você. Faça o seguinte, mande uma carta de agradecimento a cada um de seus apoiadores, informando que seguirá na luta". Essa fala ficou marcada pelo deputado e por todos de sua equipe, e não raro era evocado essa frase como incentivo para seguir na carreira política.

[232] A palavra está entre aspas pelo fato de não ter saído de fato da empresa, mas passado a direção administrativa para sócios.

Na ocasião da derrota, havia um clima de temor entre os membros do grupo formado para percorrer o estado, isso porque, parte daqueles que andaram com o deputado na campanha nutriam "a esperança de conseguir seguir com ele durante o mandato". Dona Glória conta que já estava preparada para a sua demissão, como diz: "eu já estava habituada com a política, já tinha trabalhado, durante nove anos, como assessora de dona Maria do Carmo, esposa de João Alves, e sabia que a derrota de um político leva a uma reação em cadeia"[233]. O relato de Dona Glória reflete o clima geral daquele momento. Fato é que, mesmo diante do infortúnio da derrota, o deputado manteve parte de seu grupo, alguns foram contratados para sua empresa ou relocados em outras funções na mesma. Em entrevista, um de seus assessores e liderança política de Nossa Senhora do Socorro, que chamaremos aqui de César[234] relatou como foram os dias seguintes a eleição:

> Eu trabalhava na época em um cargo de confiança da prefeitura, o prefeito à época estava apoiando outro deputado federal, e me pediu pessoalmente para que eu apoiasse ele também. Eu já tinha feito um acordo com o deputado Carvalho, já tinha dado minha palavra pra ele e não podia voltar atrás, sabe? O prefeito parecia que tinha aceitado, mas um dia depois da eleição, quando fui trabalhar estava lá minha carta de demissão em minha mesa. Não sei se você sabe, mas cargo de comissão você é demitido, pega suas coisas e vai embora, não tem nada mais pra receber a não ser os dias trabalhados. Foi muito angustiante, sabe. Eu tinha minha família e perdi meu emprego. Lembro na semana seguinte do dia da eleição o deputado chamou todo mundo que o ajudou na campanha para agradecer, nesse dia eu também fui, mas não contei do ocorrido, não falei nada sobre minha demissão. Mas, não sei como o deputado já sabia. Depois dessa reunião o deputado me chamou, me deu um envelope e tinha dois mil reais nele, e me disse que eu não estava desamparado e que podia contar com ele [...] durante o período em que estive desempregado todo mês chegava em minha casa um envelope com aquela mesma quantia de dinheiro. Ele me ajudou a sustentar minha família, devo muito a ele por isso. Hoje sou assessor, tenho meu salário e no que puder ajudar eu ajudarei o deputado (entrevista concedida em 02/10/2019).

É oportuno destacar que César é um dos mediadores do deputado, e que desenvolve um trabalho para ele em algumas cidades da região de Nossa Senhora do Socorro. Na ocasião da entrevista César agendou no Centro de Atenção à Saúde de Sergipe (CASE), isso porque havia ido buscar medicamentos para uma conhecida que morava em um povoado de sua cidade. Contou que essa atividade de ajuda às diversas comunidades era parte de sua função como assessor do deputado, e que fazia isso com frequência, contou que "as pessoas que me pedem alguma ajuda sabem que trabalho para o deputado, sabem que o que faço ele está por

[233] Relato de dona Glória em entrevista realizada em 08/10/2019.
[234] César tem 42 anos, é formado em pedagogia. Trabalha desde 2006 com o deputado. Antes disso ocupava cargo de comissão na Prefeitura de Nossa Senhora do Socorro. Essa entrevista foi realizada no dia 02/10/2019.

trás, minha esposa é enfermeira e vez ou outra me traz demandas assim para eu vir buscar medicamentos ou até mesmo trazer pacientes para consultas aqui na Capital".

Assim como no caso de César, o deputado Carvalho manteve o seu grupo principal junto dele. Logo no início de 2007 voltou a fazer o trabalho de formação de alianças, e essas alianças se ampliaram ainda mais durante os três meses que esteve no cargo. Isso ocorreu entre 12 de agosto a 8 de novembro de 2008, em face do afastamento de Mendonça Prado, que deixou a "cadeira" para disputar a prefeitura de Aracaju. Em conversa sobre esse momento, o deputado relatou que durante esses três meses fez questão de enviar correspondências para todas as 75 prefeituras do estado, colocando seus serviços à disposição. Sobre o dia de sua posse conta que:

> Foi um dos dias mais felizes de minha vida foi no dia que tomei posse. Naquele dia eu me lembro que encontrei com um amigo que me deu uma caneta. Sabe que naquele dia passou um filme em minha mente, de tudo que já tinha passado em minha vida. Eu estava agora com uma caneta na mão e aquela caneta me dava a oportunidade de interferir na vida das pessoas de meu país, de meu estado e isso não tem preço, você não sabe como é a felicidade de ganhar uma eleição, de poder estar num lugar como aquele, sabendo que muita gente acredita e conta com você (Entrevista realizada em 16/09/2019).

Mais adiante, afirma que conseguiu muita coisa para vários municípios do estado e preservou "os amigos que andaram com ele em 2006". Nesse e em outros momentos, o deputado sempre fazia questão de manifestar a importância para ele das eleições de 2006, e de como desde lá construiu uma base de apoio e manteve. Fato é que praticamente não houve alteração do grupo do deputado desde as eleições de 2006, todos os seus assessores que aqui chamaremos de mediadores estão com ele desde aquela eleição. Eles estão lotados em seu gabinete em Brasília ou no escritório em Aracaju. Em meio a entrevista, perguntei ao deputado qual a base de formação do seu primeiro momento na política e o mesmo relatou que:

> Primeiro, preciso dizer que foram os meus trabalhadores, à época eu tinha dois mil empregados, foram eles o grande exército que voluntariamente saiam nas ruas para construir os votos. Eles pediam, e eles eram os avalistas desse processo, porque ninguém me conhecia. Essa é uma parte. A outra parte era a disposição. Imagine que no início era eu, Glória, o enteado dela e Thiago, que era meu funcionário e eu tirei ele da função para ser nosso motorista. A gente saia pelo estado todo escolhendo qual município eu ia, e quem eu conhecia naquele município para ser um ponto de referência. Ali a gente procurava essa pessoa e a gente se apresentava, pedia voto, falava nossa proposta. Também ia nos lugares que amigos de amigos conheciam. Por exemplo, nas cidades que Glória conhecia alguém a gente ia. Assim fomos formando pequenas aldeias que mais tarde deu volume a minha campanha, senão para a de 2006, pelo menos para a de 2010 em diante [...] mas é assim, aquele lugar

> que a gente frequentava em 2006 ainda é até hoje nosso lugar de passagem nessas cidades (Entrevista realizada em 16/09/2019).

Três fatos chamam a atenção no relato do deputado. O primeiro é a forma como o deputado concebe a participação de seus funcionários nesse primeiro pleito, intitulando-os de seu "exército", fazendo questão de destacar que não apenas votavam nele, como também pediam voto para seus amigos e familiares. O deputado chega a citar o caso de Thiago, que à época era seu funcionário e que, em meio a campanha, foi designado como motorista do carro em que viajavam. Ainda hoje Thiago exerce essa função, além de ser um de seus mediadores, responsável pelo contato de toda uma região (como veremos mais adiante). Em segundo lugar, o deputado destaca a importância daquilo que chama de "disposição" para rodar o estado em campanha. Fato que ficou constatado também a partir do trabalho de campo feito nas duas eleições (2016 e 2018), nas quais pude observar o cumprimento de uma agenda bastante intensiva de viagens. Haviam dias em que se viajavam para cinco ou até seis cidades diferentes, em viagens que costumavam durar até 10 horas.

Ainda dentro dessa segunda ponderação, destaca-se um perfil de pessoas que ele descreve como "desacreditados", seria como se com isso demonstrasse que se tratava de um grupo não politizado, e sem os "vícios" típicos da atividade política. Apenas à título de exemplo, certa vez, em um dos momentos de conversa no escritório em que estavam comentando sobre os resultados das eleições de 2016, o deputado mostrou-se intrigado com a derrota de um aliado seu que disputou a prefeitura de Propriá, o deputado disse que ali era uma vitória certa e que não entende como seu candidato perdeu. Foi nesse momento que o questionei sobre como via essa situação, se achava que isso traria alguma implicação para as suas pretensões futuras naquela cidade, foi quando o deputado disse que não, afirmando que "mesmo ele perdendo, na política o cálculo não é esse, ele perdeu sim, mas ainda mantém uma base em sua cidade, ele tem muito voto lá e sempre me ajuda bastante nas campanhas, e isso não muda nada".

A terceira ponderação reside no destaque que o deputado dá a manutenção desses contatos, observados na fala "mas é assim, aquele lugar que a gente frequentava em 2006 ainda é até hoje nosso lugar de passagem nessas cidades". Para ele, e cito uma conversa de bastidor, na qual o deputado falava de sua relação com essas pessoas que estão com ele desde o início, descrevendo essa relação a partir do ditado popular "o verdadeiro homem não é aquele que conquista várias mulheres, mas aquele que consegue conquistar a mesma mulher todos os dias", continuando essa mesma fala ele destaca a importância de manter-se sempre em contato com essas pessoas.

Fato é que desde sua primeira eleição o deputado manteve uma base relativamente diversificada de apoiadores, acessada a partir de uma extensa rede que o coloca em todos os municípios do estado, estabelecendo uma relação com as bases a partir de alianças com referentes (ou cabos eleitorais) (ver organograma 6). Como forma de organização dessa rede, as conexões são feitas entre os assessores do deputado (os mediadores) e os referentes e lideranças locais. Questionado sobre como se dava o processo de escolha dos referentes que fariam parte do grupo do deputado um de seus assessores disse: "é assim, a gente sabe que tem alguém em uma cidade, que é uma liderança e vamos atrás dele, conversamos e colocamos nossos projetos, se ele aceitar já passa a fazer parte de nosso grupo".

A rede do deputado se estende a todos os municípios do estado e é formada por sujeitos que ocupam diferentes posições e atribuições nessa mesma rede, seria como se houvesse diferentes níveis de participação na rede do deputado, a começar pelos mediadores ou *brokers*, esses são os "homens de frente" do deputado, é a partir deles que as demandas locais chegam até o deputado, eles são também responsáveis por criar agendas para o deputado, passar para ele informações sobre festas (religiosas, por exemplo), aniversário de políticos, e de emancipação política dos municípios, entre outras ocasiões que o deputado poderia estar presente; há também os referentes políticos, estes seriam espécies de "cabos eleitorais", que possuem algum tipo de liderança em seus municípios ou povoados e também canal direto com os mediadores e, não raro, com o próprio deputado. A diferença entre esses dois grupos reside no fato de o primeiro ser formado por funcionários do deputado, que recebem seus rendimentos através de verba de gabinete[235], possuem carteira assinada e gozam de todos os direitos trabalhistas, a estes o deputado é como uma empresa na qual prestam serviço de assessoria. Segundo Mainwaring (1999), muitos deputados veem nos *brokers* políticos (ou mediadores) que fazem intermediação entre seu mandato e suas bases locais, prefeitos, vereadores, líderes comunitários como um canal de formação de acesso às suas bases políticas. Com isso, de modo que o sucesso desse grupo está na capacidade de conseguir de uma cidade ou povoado o maior número de referentes (ou cabos eleitorais) possíveis. Os atores que vivenciam formam esse grupo valorizam os números, tanto de referentes ligados a eles quanto de votos conseguidos nas regiões em que são responsáveis. Há, entre eles, um controle desses dados, observados em planilhas disponíveis no escritório do deputado, as quais tive acesso e que foram usadas para a feitura dos organogramas 7 e 8, e

[235] Conforme observado no portal transparência, há 22 funcionários diretamente ligados ao deputado, este montante se divide entre os que ficam no escritório em Aracaju e o Gabinete em Brasília. Os rendimentos giram em torno de 12 salários mínimos para o cargo mais alto, e de quatro salários mínimos para os que ocupam posições menores.

que demonstram o mediador, a região na qual está vinculado, o número de referentes e os votos conquistados naquele município. O segundo grupo, por seu turno, é formado por pessoas que moram nos municípios e povoados e ganham o retorno de sua aliança com o deputado a partir do apoio em eleições para cargos políticos municipais, no envio de verbas especificas para "agradar" os eleitores a eles vinculados, ou mesmo através de cargos públicos ou nas empresas do deputado. São os que Kuscknir (1999) chama de "intermediários políticos", muitos dos quais podem se tornar "mediadores culturais" entre o mundo dos eleitores, do Poder Executivo e do Legislativo. "Atuam como intérpretes desses domínios, participando e estabelecendo vínculos entre seus múltiplos planos de cultura"[236]. No geral, os membros desse segundo grupo são lideranças políticas em suas localidades e, não raro, ocupam ou disputam com frequência cargos políticos (mais comumente cargos para vereança, presidente de bairro ou mesmo Conselheiros Tutelares). A relação entre mediadores e referentes fica mais clara a partir da observação do Organograma 7.

Na última ponta dessa rede estão os eleitores que, segundo o deputado, não votam nele por conhecê-lo, mas por lealdade aos seus "amigos" aqui chamados de referentes ou "cabos eleitorais". São a esses sujeitos (os referentes) que o deputado atribui seu sucesso, como diz:

> Veja, eu penso que a política se retroalimenta de várias maneiras, mas quando você se elege você carrega consigo uma responsabilidade muito grande, foram milhares de pessoas que escolheram você para ser o seu representante. E muitas dessas vezes a pessoa que votou em você não votou por você, votou por um pedido de um amigo pessoal. Então isso traz para o político uma responsabilidade muito grande. Como eu disse, a política se retroalimenta, e se retroalimenta através de uma palavra chamada gratidão [...] meu eleitor é importante, sim. Mas o agente que eu devo mais é aquele que pediu o voto pra mim. Aquele que pediu já me viu e já está convencido de que eu seria um bom deputado. E é por isso que minhas atitudes enquanto deputado se volta para não desonrar essas pessoas que pedem o voto pra mim. Eu me mantenho íntegro dentro desse espaço tão desacreditado que é a política, isso porque eu não quero desonrar meu amigo que pediu voto pra mim, não quero que chegue alguém que ele pediu voto e diga olha lá seu deputado envolvido nisso ou naquilo, entende? (Entrevista realizada em 16/09/2019).

Os cabos eleitorais, ou como estamos chamando aqui de referentes, podem abranger categorias distintas em uma hierarquia política, mas que no geral são considerados lideranças políticas que, embora não ocupem cargos políticos, não se furtam das oportunidades de disputar. Não raro, sob a anuência do deputado ou do grupo político ao qual está vinculado. Em sua dissertação, Santos (2016) considera enquanto universo empírico os vereadores, sem, no entanto, desconsiderar que eles próprios (os vereadores) possuem seus próprios "cabos eleitorais", chamados pela autora de "cabos eleitorais secundários", "os quais são conhecidos

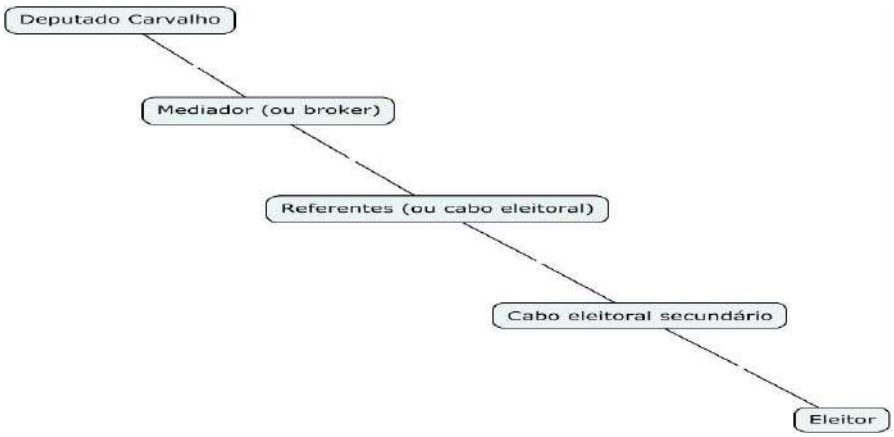
[236] Cf. KUSCHNIR, op. cit. p. 38.

nos locais onde moram e não possuem uma carreira política. São os ditos 'homens de confiança' e que só assumem serem cabos eleitorais como mero 'bico'"[237]. O texto supracitado também considera que essas posições não são estáticas, uma vez que pode ocorrer de um cabo "eleitoral secundário" ascender politicamente e se tornar um vereador. Destaca ainda que, no caso da cidade fictícia tratada por ela na dissertação, os vereadores mesmo ascendendo politicamente não poderiam se candidatar ao cargo de prefeitura, uma vez que, "quem concorre ao cargo de prefeito são aqueles que os grupos Cochara e Matamatá[238] escolhem. Quem não segue um grupo, não tem espaço na política do município. Alguns se candidatam a prefeito sem aliança faccional, trazendo outras opções, entretanto, desde a redemocratização, se opor ao Cochara e Matamatá não tem muito efeito"[239].

A partir da apresentação dos elementos constitutivos da rede do deputado Carvalho, e das informações apreciadas na literatura corrente, foi possível elaborar um esquema que permite a observação de como esses sujeitos estão distribuídos. Desse modo, apesar de o Organograma 6 sugerir a existência de uma hierarquia, não é essa a intenção, até porque durante o levantamento de dados para este texto e da conversa com vários sujeitos distribuídos nessas posições, não raro referentes e mesmo cabos eleitorais secundários possuem contato direto com o deputado, embora prefiram se reportar deputado por intermédio do mediador responsável, sendo este, portanto quem mais tem proximidade com o deputado, e também quem filtra as demandas dos demais sujeitos para organizar a agenda de atendimento do deputado.

Organograma 6:

Componentes da rede do Deputado Carvalho



[237] Cf. SANTOS, op. cit. p. 11.
[238] Esses nomes são fictícios e se referem as duas facções existentes naquele município, seus nomes foram escolhidos como forma de omitir a identidade dos sujeitos envolvidos em sua pesquisa.
[239] Cf. SANTOS, op. cit. p. 12.

Fonte: elaboração própria.

Conforme está sendo desenhado nesse capítulo, o trabalho do deputado reside na manutenção de suas alianças com seus referentes, as quais são mantidas através de favores pessoais e/ou serviços prestados à comunidade fora do "tempo da política" (PALMEIRA e HEREDIA, 2001), ou seja, fora do período eleitoral. Os cabos eleitorais precisam mostrar para a população seu poder de conseguir trazer benefícios não acessíveis sem a sua ajuda, e para isso contam com a ajuda do parlamentar. Fato é que a relação entre deputado e referentes deve ser mantida de forma cotidiana, e é nesse ponto que reside a importância do escritório político e também dos mediadores. São através desses últimos que os referentes encontram a oportunidade de fazer chegar no deputado as demandas de suas comunidades. A quebra da palavra do deputado reflete como a quebra da palavra de seu referente na comunidade, o que o enfraquece perante o eleitor. Nesse aspecto, posso fazer aqui uma comparação dessa relação e da necessidade de mantê-la com as relações de poder descrita pelos antropólogos, em especial, me detenho a análise de Raymond Firth (1974) sobre o sistema político em Tikopia. Para esse autor, para que esta sucessão aconteça são necessárias ao chefe quatro qualificações: lealdade, capacidade de administrar, virtude e justiça. Contudo, a eleição do novo chefe – em uma sociedade na qual o chefe detém o poder e não a autoridade[240] – é realizada a partir da proclamação do povo e significa uma transformação abrupta na condição de vida de quem antes era apenas um homem do povo. O que há de mais interessante e que nos convida para a reflexão trabalhada nesse capítulo é a função daquilo que o autor chama de "fazedores de reis", os quais detêm o papel principal nas eleições. Os "fazedores de reis" são pessoas comuns, da própria comunidade, e que possuem a confiança de um grupo de pessoas, as quais escolhem seu chefe, a partir da capacidade de convencimento desses sujeitos de que o chefe será alguém bondoso e generoso o suficiente para não deixar nada faltar a comunidade.

No caso de nosso texto, o deputado é visto como alguém de fora da comunidade e o "fazedor de reis" é o referente, o cabo eleitoral, que consegue arrebanhar um grupo de pessoas que passam a acreditar que ele (o referente) tem mesmo contato com alguém importante, alguém capaz de resolver qualquer problema da comunidade. São eles os mais próximos da população, eles são os que atendem e "socorrem" o povo, mas sabem que esse socorro está condicionado a uma boa relação com o deputado e seus mediadores. A manutenção da

[240] Sobre a distinção entre esses dois termos sugiro a leitura do texto do próprio Firth (1974), ou mesmo o segundo capítulo do livro de Castres (anooo) intitulado "troca e poder: filosofia da chefia indígena". Também é possível encontrar uma reflexão sobre isso em Weber (2003).
.

reputação não é apenas expectativa dos cabos eleitorais, mas é vivenciado com igual valor pelos parlamentares (BEZERRA, 2013). Segundo Bezerra (2013), embora dentro do binômio que dividiu o Congresso Nacional entre Senado como o "representante da nação", e a CD como a "representante do povo", na prática, e em se tratando da CD, os parlamentares sabem que este não é o aspecto valorizado pelos eleitores de seu estado. Para os parlamentares sua atividade consiste em conseguir fazer frente as "expectativas da população". Nesse texto o autor cita a fala de um deputado que sintetiza o sentido que dão a essa afirmação: "enfim, a realidade ('a expectativa da população') é mais forte do que as leis, do que a constituição, o que seja. As pessoas acham que o deputado que elas mandaram para Brasília é o representante delas em Brasília. Essa não é a ideia fundamental do parlamento, mas é a ideia do povo, supera"[241].

Diante do exposto, a construção de uma boa reputação é uma das partes mais salutares do fazer parlamentar, e isso pode ser constatado na fala do deputado Carvalho quando diz na citação anterior "e é por isso que minhas atitudes enquanto deputado se volta para não desonrar essas pessoas que pedem o voto pra mim", o parlamentar sabe que precisa construir um nome como alguém que faz o que promete, e a construção desse nome está associada, em parte, à habilidade e aos recursos sociais de que dispõe para atender, ou fazer crer que está empenhado em atender, as solicitações que lhes são encaminhadas por seus aliados ou pela população por ele representada. Há aqui um favorecimento das relações pessoais em detrimento das relações de grupo dentro da perspectiva descrita por Landé (1977a). Em linhas gerais, em se tratando do caso do Brasil, a importância das relações pessoais no âmbito do exercício da reputação política parece estar associada, entre outros aspectos, a uma concepção sobre a política que a articula à distribuição de favores e ao peso relativo que têm instituições políticas, como os partidos, na competição pelo mandato parlamentar (PALMEIRA, 2000; AMES, 2003).

Em tempo, vale aqui uma reflexão acerca da natureza do voto. Há dois caminhos possíveis para compreender o voto, aquele que parte do ponto de vista do eleitor e vê o voto como adesão a um referente, a um grupo ou a uma facção política; e há aquele que considera a percepção do parlamentar, dentro do que a antropologia norte-americana chamou de lógica distributivista. No tocante à primeira tipologia, ela está mais enraizada na antropologia política brasileira, com destaque para os trabalhos de Palmeira (1996; 1992) e Palmeira e Barreira (2004); a segunda está alocada dentro da tradição norte-americana de pensar o voto

[241] Cf. BEZERRA, op. cit. p. 280.

não como uma adesão, mas como o resultado de um interesse do próprio congressista em se reeleger (AMES, 2003). A primeira acepção considera o "tempo da política" como um período de tensões reais entre facções opostas, ou aquilo que Palmeira (1992) chama de "os partidos reais", em que, por assim dizer, existem plenamente, em conflito aberto, as municipalidades divididas de uma maneira habitual nas pequenas e médias cidades. Nestas circunstâncias, segundo esse autor, mais do que uma escolha individual, acertada ou não, o voto tem o significado de uma adesão. Para o eleitor, o que está em jogo em uma eleição não é escolher representantes, mas situar-se de um lado da sociedade. Ainda para o autor, "se o voto-escolha é uma decisão individual tomada com base em certos critérios, em um determinado momento, a adesão é um processo que vai comprometendo o indivíduo, ou a família, ou alguma outra unidade social significativa, ao longo do tempo, para além do tempo da política"[242]. Já na segunda compreensão, o voto é percebido pela ótica do congressista, que movido pelo imperativo da reeleição e condicionado por sistemas eleitorais, fundamentam o voto personalizado, fazendo com que os congressistas se voltem prioritariamente para a aprovação de leis com custos difusos e benefícios concentrados, à alocação de recursos para suas bases e à resolução de pendências junto a seus apoiadores (AMES, 2003). De acordo com Ames (2003), essa percepção do voto distributivista é tipicamente usual no sistema político brasileiro de lista aberta, no qual, conforme já demonstrado em outro momento, não apenas permite, como também cria mecanismos nos quais os representantes se elegem a partir de unidades geográficas com configurações extremamente distintas. Dessa maneira, esse autor estabelece severas críticas ao sistema político brasileiro, fazendo comparações não contributivas entre o sistema político brasileiro e o norte-americano, pautado num ponto de vista eminentemente normativo, considera as relações pessoais que a atividade parlamentar envolve, como um estatuto secundário no ordenamento das relações sociais que delimitam, por exemplo o Estado e a política. Desconsidera, portanto, que as relações pessoais funcionam dentro de uma ordenação de laços sociais que segue uma lógica própria (LANDÉ, 1977b; WOLF, 2003; PALMEIRA, 2000). Em outras palavras, a lógica distributivista descrita por Ames (2003) ganha outros contornos aqui, e passa a ser observado na ação dos parlamentares na formação de redes extensas e de bases diversificadas (ver organogramas 7 e 8).

O imperativo da reeleição e a necessidade de representar as comunidades encontra contornos formais no Regimento Interno da CD ao ser inscrito na rubrica "reivindicação das comunidades representadas" (BEZERRA, 2013). Assim, ao referir-se ao exercício do

[242] Cf. PALMEIRA, op. cit. p. 2.

mandato, o regimento assegura ao deputado a prerrogativa de promover junto aos órgãos da administração pública os interesses públicos e as reivindicações dos grupos que representam. Ao acompanhar o cotidiano do trabalho parlamentar, observa-se que a possibilidade regimental de atuar junto aos órgãos públicos em nome do interesse dos representados delimita um conjunto amplo de relações parlamentar com eleitores e lideranças políticas estaduais e municipais. Bezerra (2013) consegue sintetizar bem o que poderia parecer um conflito de interesses entre o fazer pessoal e o institucional. Para o autor, "ao concentrar a atenção especificamente em relações estabelecidas entre políticos que ocupam posições institucionais nos planos nacional e municipal, o trabalho de representação política – e especificamente aquele em que está em jogo a promoção de interesses materiais dos representados – pode ser interpretado como constituído ao mesmo tempo de relações institucionais e pessoais"[243].

Motivados pelo imperativo da reeleição, os parlamentares se esforçam para formar bases de apoio político consistentes. No fundo sabem que ignorar demandas das comunidades por eles representadas implica na perda de espaço para outro concorrente político. Por essa razão, cada parlamentar que pude acompanhar no levantamento deste trabalho, e em especial o deputado Carvalho, cria estratégias para estarem o mais próximo das comunidades, para isso o contato com os seus referentes deve ser considerado como primordial, são eles [os referentes] que estão "no chão da política", são eles que estão nas comunidades, são os primeiros a receberem as demandas, e passar para o deputado essa "lista" é de fundamental importância para a reputação de ambos[244]. Com efeito, a partir do acompanhamento da rotina do escritório e com o tempo de familiaridade com os funcionários, algumas informações me foram passadas, é o caso da estratégia do deputado Carvalho no sentido de equacionar suas redes e conseguir arregimentar bases de apoio em todos os 75 municípios do estado. A feitura do Organograma 6 está condicionado a esse acesso, pois me foi passado uma planilha contendo a relação de diferentes regiões do estado, subdivididos em microrregiões. Segundo a planilha, o estado de Sergipe está dividido em nove microrregiões, sendo que cada uma delas está dividida em unidades municipais que, por sua vez, possuem seus respectivos referentes políticos – conforme já tratado acima, assim como os mediadores. A grande Aracaju, está na

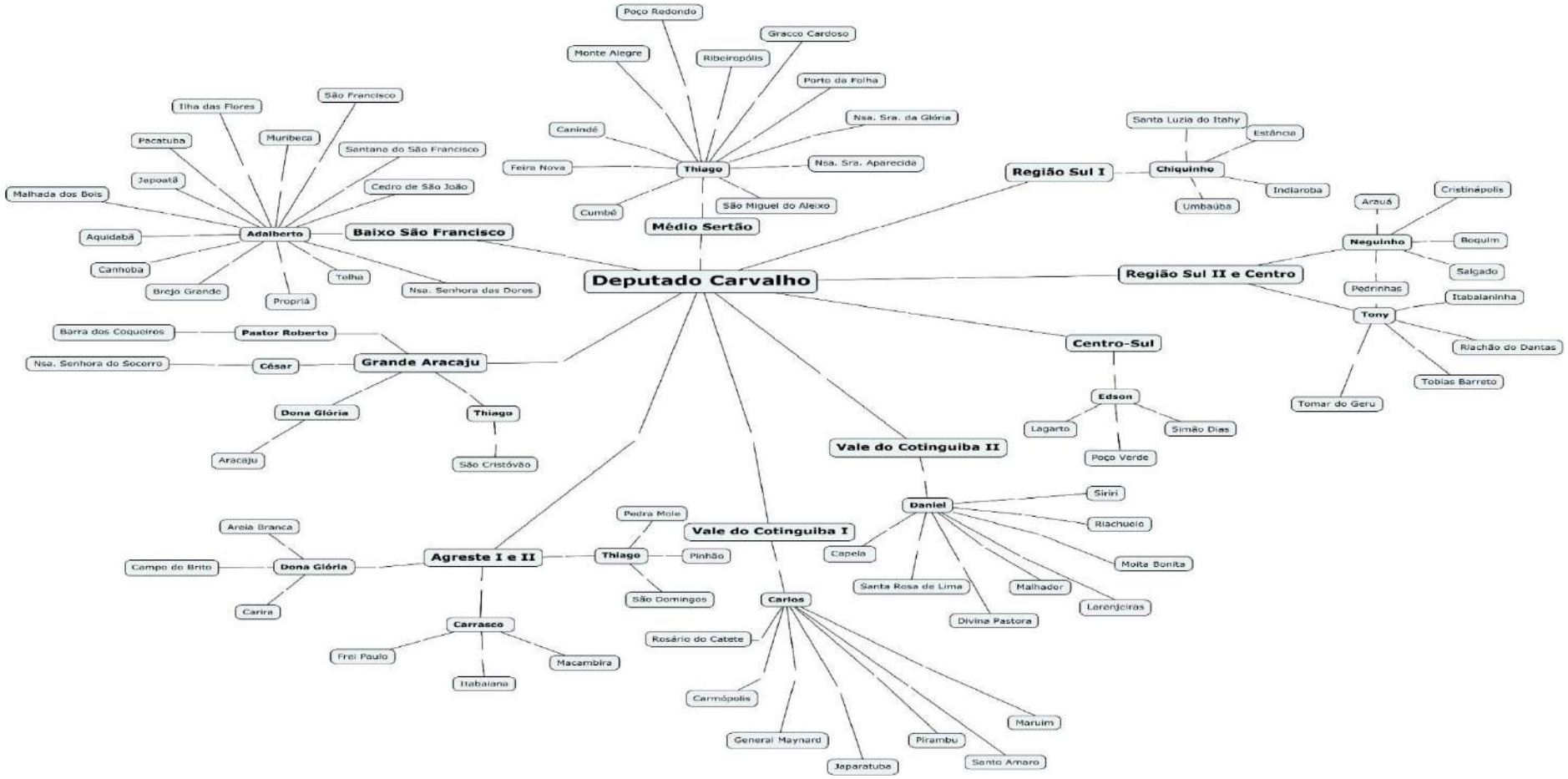
[243] Cf. BEZERRA, op. cit. p. 281.

[244] Faço uso desse termo dentro da acepção de Bourdieu (1989) de "representação política", que está para o autor como o resultado de duas espécies de capital: o "capital delegado" e o "capital pessoal". Em termos práticos, o primeiro é descrito como detido e controlado por uma instituição – os partidos políticos, sindicatos, por exemplo – e sua aquisição é viabilizada através do pertencimento e investimento na própria instituição. O segundo, firma-se no fato de se ter um "nome", uma "reputação pessoal", associada a notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido como alguém capaz de resolver problemas.

área de Dona Glória; Agreste I e II, tem Carrasco como responsável; o Vale do Cotinguiba I, está sob a mediação de Carlos; enquanto o Vale do Cotinguiba II, quem é o responsável é Daniel; já no Baixo São Francisco, Adalberto; no Médio Sertão, Thiago; na Região Sul I, o responsável é Chiquinho; já a Região Sul II e Centro, divide-se entre Neguinho e Tony; por fim, a região Centro Sul, está sob o cuidado de Edson. Apesar de todos esses mediadores possuírem a sua singular importância no contato com as bases, é Dona Glória, a responsável por receber as demandas de seus colegas. Estes fazem as devidas filtragens sobre as demandas dos municípios e comunidades representadas. A partir desse primeiro diagnóstico, é feito um estudo das condições necessárias à execução de uma obra, no caso de envio de emendas parlamentares. Quem faz esse estudo é Adalberto, ele analisa a documentação e a legislação municipal, verifica se há projeto para execução da obra requisitada e, em posse dos dados necessários, ele passa as informações para Dona Glória – esta, por sua vez, enquanto responsável direta e chefe do escritório político, fica responsável por passar para o deputado as demandas e também organizar a sua agenda.

Organograma 7:

Extensão da rede do Deputado Carvalho



Fonte: Elaboração própria.

Essa rede é operacionalizada a partir do contato entre mediadores e referentes (ou cabo eleitoral), de modo que os mediadores são os responsáveis por fazer chegar ao deputado toda e qualquer demanda das comunidades nas quais estão responsáveis. Dito isto, são os responsáveis por conectar o sistema local com o todo social mais abrangente (AUYERO, 2013). Ainda segundo Wolf (*apud* AUYERO, 2013), a função básica desses mediadores é relacionar indivíduos orientados para a comunidade que desejam estabilizar ou melhorar suas possibilidades de vida, mas que carecem de segurança econômica e de conexões políticas, com indivíduos "orientados para a nação". Esses últimos operam primariamente em termos de "formas culturais complexas padronizadas, como instituições nacionais, mas seu sucesso nestas operações depende do tamanho e da fortaleza do conjunto de seus seguidores pessoais". Apesar de terem sido pensados exclusivamente para entender as relações de troca em sociedades camponesas, "a noção de *broker* pode ser utilizada para iluminar o papel que os mediadores cumprem dentro dos partidos políticos em âmbitos urbanos: a canalização de recursos, bens e serviços do partido ou de uma estrutura estatal particular para o espaço da comunidade ou bairro por meio de uma organização partidária particular"[245]. Desse modo, embora a sua posição seja similar, nos âmbitos urbanos a mediação costuma ser menos estável do que em âmbitos rurais.

4.3 O cotidiano de uma campanha: as eleições de 2016 e a entrada dos parlamentares nos jogos de poder no município

Ao partirmos da premissa de que as campanhas eleitorais não são meras exigências para o funcionamento da democracia no Estado moderno, e não se resumem a disputas por cargos eletivos, mas que operam jogos de interesse, formação de alianças e de conflitos que se apresentam de forma mais acentuada durante o período eleitoral que é concebido para um conjunto de autores (BARREIRA, 1998; BEZERRA, 1999; KUSCHNIR 2000; PALMEIRA e H'EREDIA, 2001 e PALMEIRA 1996) como o "tempo da política". Em uma situação em que mais do que os partidos, pesam as facções e relações pessoais, e o voto não é uma escolha individual, mas uma adesão, um empreendimento coletivo e de localização social e geográfica (PEREIRA DE QUEIROZ, 2006) e, via de regra, as eleições são usadas como pretextos para a redefinição e reafirmação de pertencimentos e a definição de fidelidades (PEREIRA, 1992). Diante disso, a eleição ganha um sentido mais amplo, servindo ao propósito de definição dos

[245] Cf. AUYERO, op. cit. p. 119.

pactos de lealdade entre diferentes atores. É no âmbito das eleições que podemos observar os agrupamentos políticos sendo evocados e materializados. Nesse aspecto, podemos dizer que este é o momento em que o grupo realmente importa, pois é agora que são acionados os laços entre diferentes atores na busca pela manutenção e/ou entrada num mandato de representação política.

Os grupos políticos serão tratados aqui como coletivos que se articulam e promovem associações entre indivíduos, famílias, partidos políticos, facções e que reúnem forças para alcançar objetivos diversos – particulares e coletivos –, entre os quais a composição de representatividade, cujo interesse principal é fazer com que um ou vários de seus membros ocupem postos de representação política (CAMARGO, 2014). Além da já debatida manutenção das redes através do trabalho parlamentar sob a rubrica da "reivindicação das comunidades representadas", entendemos que a manutenção das redes evoca também outra dimensão de envolvimento, qual seja, a manifestação do vínculo entre o parlamentar, referente político e a evocação de uma relação de grupo. É nesse intento que essa parte do texto se assenta. Isso será operacionalizado a partir de minha experiência descrita no diário de campo durante as eleições de 2016.

Conforme combinado previamente com Dona Glória, dirigi-me até o escritório do deputado Carvalho, localizado na região central de Aracaju. Era um domingo, dia 25 de setembro de 2016, pouco menos de um mês para a eleição daquele ano. De minha parte era grande a ansiedade desse encontro, seria a primeira vez que iria com a sua comitiva do deputado Carvalho, sentia também uma apreensão, pois sabia que a continuidade de meu trabalho junto à equipe do deputado estava condicionada a sua "primeira impressão" ao meu respeito. Cheguei ao escritório por volta das 8:30 e logo entrei em contato com dona Glória, que me pediu para que eu aguardasse em frente ao escritório. Fui o primeiro a chegar no local, e logo foram chegando outros que também iriam na comitiva. Comentou-se que o deputado estava atrasado por algum motivo e por isso teríamos que ir até seu apartamento e de lá seguiríamos para o interior do estado.

No total, haviam quatro colaboradores: dona Glória, Márcio que era assessor de imprensa, Davi, o segurança do deputado e o Thiago, o motorista. Com isso, contando comigo e com o deputado somaram-se seis pessoas. Fomos em um único carro, um Toyota estilo *SUV* de sete lugares. Eu fui sozinho no último banco do veículo, uma parte próxima ao bagageiro. Em outra oportunidade, já na campanha de 2018, o deputado em discurso lembrou daquele dia, e se referiu a mim a partir de um incidente no caminho, quando o motorista desavisadamente passou por um quebra-molas em alta velocidade fazendo-me pular do banco.

À primeira vista, o clima entre eles era de animosidade, falavam do cansaço dos últimos meses, mas também da satisfação que esse momento lhes trazia. Já no prédio em que o deputado morava fui apresentado como o "estudante que havia falado", como se dona Glória já tivesse pedido permissão para que eu fosse junto da comitiva. Os primeiros momentos do percurso a tônica da conversa era a campanha do dia anterior, contaram que andaram junto a um deputado estadual pedindo voto para um candidato à prefeitura de Itabaiana, e manifestavam apreensão com relação às clivagens existentes naquele município. O deputado, nesse momento, falou diretamente para mim que "na política é assim, a gente não pode ficar em cima do muro, escolher um lado é perder o apoio do outro", referindo-se certamente às lógicas faccionais descritas pela antropologia da política.

Em meio ao trajeto, vez ou outra, o deputado falava sobre a sua carreira política, evocando sempre a sensação de orgulho que tinha em estar naquela posição, falava também da vida difícil em Recife (PE), com os seus pais e irmãos, e o prazer que teve quando pode trazer todos para viver com ele em Aracaju. Contou também dos votos, tinha os números na "ponta da língua" de todos os resultados desde 2006, sabendo citar, inclusive, os municípios que tinha mais força política. O deputado falava de sua relação com os candidatos que estava na agenda do dia, disse que já tinha arrumado emprego de comissão para o primeiro que visitaríamos, mas fez questão de destacar que também era comum acatar pedidos de seus "amigos" [os referentes] quanto a empregar pessoas em suas empresas. À propósito, como veremos mais adiante, esse é um dos pedidos mais constantes para o deputado. A maioria de seus apoiadores, sobretudo os que vivem na região metropolitana fazem uso de sua relação com o deputado para arrumar emprego para pessoas de suas comunidades. Dona Glória relatou isso em outro momento – falaremos disso mais adiante.

Dentro do roteiro da agenda o primeiro a ser visitado era Edson, que usava o nome político "Edson do Pai André", em alusão ao bairro onde mora. Na ocasião, Edson estava a disputar sua quarta tentativa a vereança de Nossa Senhora do Socorro, e estava filiado ao PEN, partido ligado ao atual prefeito e adversário do candidato a prefeito apoiado pelo deputado Carvalho. Em outras palavras, o deputado estava a apoiar naquela ocasião um aliado seu, que estava filiado a um partido adversário do candidato à prefeitura que apoiava naquele mesmo município. Em entrevista realizada meses depois com Edson, sob a pergunta de "qual a importância do partido para sua relação com o deputado", pude perceber como os políticos vivenciam a dinâmica cotidiana do período eleitoral, segundo relato "olha uma coisa é o partido e as coligações, outra é a amizade que tenho com o deputado, já somos amigos desde

2006, e eu nem estava filiado ao PEN naquela época"[246]. Ele justifica a lealdade maior ao deputado evocando a relação temporal em que foram constituídos os laços entre ambos, como quem diz que quem veio antes foi o deputado, então devo lealdade a ele. Em outro momento da entrevista, o vereador disse que sofreu represálias do partido e até do candidato à reeleição no município, visto que como diz "por muito tempo foi visto por eles como traidor".

Em algum momento, já na comunidade de Edson o assessor de imprensa do deputado falou-me ao ouvido "aqui o deputado tem melhor relação com os vereadores do que com o prefeito, são eles (os vereadores) que são fiéis ao deputado". Esse mesmo assessor disse que o deputado era da mesma igreja que Edson. A despeito do momento da chegada à comunidade "Pai André", já havia uma multidão esperando o deputado, era um clima de festa no qual o deputado em seu carro chegava como "*popstar*" naquela comunidade, sendo ovacionado por todos que ali estavam. Durante os primeiros minutos, fizemos uma pequena caminhada até Edson, que estava a esperar o deputado junto à sua família. O deputado cumprimenta todos e chama o filho de Edson pelo nome e conta que o viu nascer. Nesse momento, inicia-se uma caminhada pelas ruas do povoado e, com o microfone na mão, o deputado fala da gratidão que tem por Edson, e fala que tem nele um "bom amigo". Ademais, fala também da responsabilidade da comunidade eleger alguém de dentro, alguém que entenda dos problemas deles, dizendo "e Edson é o cara certo pra isso". Disse que já convive com Edson há mais de dez anos, nesse momento trocam elogios um ao outro.

Ao microfone, Edson fala de uma "traição" do atual prefeito por ter apoiado outro deputado federal na última eleição, mesmo "sabendo que Carvalho é o deputado de Socorro, é ele quem mais manda verbas para nossa cidade", nesse momento e com outro microfone o deputado diz que essa "traição" não fez falta, porque isso o levou a ter que fazer uma campanha "corpo a corpo", entrando no interior da cidade, nos povoados e "olhando nos olhos do seu eleitor". Nesse momento, destaca a importância de Edson para sua campanha de 2010 e de 2014, pois como diz "foi assim que pessoas como Edson, por ser uma liderança comunitária, e ter a clareza do que realmente o povo precisa, se aproximou de mim, a ajuda de Edson foi fundamental para minha vitória e por isso estou aqui, pedindo voto pra ele, em gratidão ao que ele me fez, em gratidão pelo homem honrado que é". Em meio a fala do deputado, Edson esboça um choro e o abraça, dizendo em alto e bom som "essa comunidade pertence ao senhor, deputado". Acerca dessa frase e o seu sentido dentro do contexto da

[246] Foram duas as oportunidades de entrevistar o vereador Edson, a primeira no início de 2017, portanto já iniciado seu primeiro mandato; e a segunda entrevista em julho de 2019, sete meses depois de o deputado Carvalho ter assumido seu terceiro mandato consecutivo.

campanha, pode-se dizer que o deputado é percebido como alguém familiar naquela comunidade, seja pela presença física, pelas obras ou mesmo pela memória evocada por Edson e seus familiares. Conforme argumentam Palmeira e Heredia (2001), aos políticos, é dada a possibilidade de fazer política, ou seja, favores e obras a todo o tempo. Dessa forma, ainda que a para a comunidade a política enquanto atividade está restrita a um período específico, o "tempo da política", identificada com o período eleitoral. Eles também reconhecem os políticos que se fazem presente fora desse período, de modo a desaprovar aqueles que só "chegam só na época da eleição e depois nunca mais se vê". Em síntese, embora o "tempo da política" seja necessário até como forma de eliminar as ameaças constitutivas do período eleitoral, como uma forma de "interromper o cotidiano", mas também de virar a chave para o modo comunidade, para a comunidade o político deve se fazer presente durante todo o período de seu mandato, pois é nesse interregno que são renovados as alianças e acordos ou, até mesmo, a quebra de acordos e o surgimento de novos e outros atores políticos, e consequentemente a formação de novos agrupamentos.

Em resumo, não adianta o deputado chegar e pedir voto para um aliado seu em casos em que não se fez presente durante o período de uma eleição e outra, se for nessas condições o efeito será outro, ou seja, o de prejudicar a campanha de seu aliado. Dito isto, apesar de se tratar de uma comunidade relativamente precária, a única rua asfaltada que possui foi atribuída a uma verba enviada pelo deputado Carvalho, e isso foi por diversas vezes evocado na fala de ambos [o deputado e Edson]. Em tempo, é oportuno dizer que o pesquisador já estava inteirado a equipe do deputado, fato é que vez ou outra, alguém chegava para me pedir o número do deputado, pedir favores, por exemplo de alguém que pediu ao pesquisador que conseguisse junto ao deputado "uma muleta para seu irmão". Com efeito, considera-se que os parlamentares buscam maximizar as suas chances de reeleição ou de avançar na carreira legislativa (MAINWARING, 1999) e, para tanto, buscam arregimentar uma base que possibilite o acesso a postos mais elevados dentro da hierarquia político-eletiva (governador de estado e senador, mais especificamente). Por essa razão, muitos deputados federais (senão todos) se colocam na condição de mediadores políticos que fazem intermediação entre o governo federal e suas bases locais através de seus referentes (prefeitos, vereadores, líderes comunitários), de modo que o sucesso em prováveis tentativas de reeleição dependerá da forma como esses atores políticos constroem sua reputação pessoal (MAINWARING, 1999, p. 195). Para ser mais objetivo, os deputados federais, sobretudo, aqueles que recebem votos

de cidades pequenas e médias[247], dependem do suporte eleitoral de prefeitos, vereadores e líderes comunitários, e a relação de troca faz durante as campanhas destes o papel inverso: o de cabo eleitoral. Sobre isso, durante entrevista com a pergunta "Como o senhor vê seu papel durante a manifestação de apoio a um vereador? ", respondeu que:

> Eu sou o troféu dele, sabe. Ele tem assim, a campanha dele se torna muito maior, mais forte. Ele se realiza em mim, e eu gosto de ser troféu para as pessoas. É como se ele chegasse para seu povo está aqui ele, e foi eu quem elegi, está aqui ele, que trouxe os benefícios para nossa comunidade toda vez que eu pedi, está aqui ele que nunca desonrou seu compromisso com nossa comunidade, e a recompensa de tudo isso é que eu agora estou precisando e eis ele aqui na porta pedindo voto pra mim (Entrevista realizada em 16/09/2019).

No momento dessa fala, o deputado usou um gesto como se estivesse retratando não a sua opinião, mas a do próprio candidato à vereança. Após esse primeiro compromisso, partimos para Estância, cidade da região Sul do estado, na qual o compromisso do deputado era manifestar apoio a um candidato à prefeitura, aliado seu. Dessa maneira, percorremos algumas ruas a fim de encontrar a carreata que já havia iniciado. O candidato apoiado dessa vez era o Pastor Gilson Andrade. Na ocasião, as pesquisas de opinião davam vitória certa ao Pr. Gilson, colocando ele trinta pontos à frente do segundo colocado que, por sinal, era o atual prefeito e estava a disputar a reeleição com forte índice de rejeição. No exato momento em que chegamos ao cortejo e o carro do deputado foi identificado, o rapaz do microfone avisou a população que o deputado havia chegado.

Se tratava de uma carreata que contava com aproximadamente duzentos carros. No carro principal, estava o Pr. Gilson, além de outros políticos, como o Senador Eduardo Amorim, e outros dois deputados, Mendonça Prado (DEM) e Maria Mendonça (PP), federal e estadual, respectivamente. Não apenas nessa ocasião como em outras observa-se a presença de mais de um deputado federal manifestando apoio a um determinado político. No geral, eles se cumprimentam e falam à população no sentido de manifestar apoio ao aliado. Em se tratando do caso específico, trata-se de alguém com fortes possibilidades de sucesso na campanha que ficaria à frente de um município importante.

[247] Voltaremos a isso mais adiante, mas *a priori* é oportuno dizer que há um conjunto de trabalhos que consideram que a carreira parlamentar está condicionada a diferentes estratégias de manutenção de suas bases políticas, e que frente a concorrência inerente ao imperativo da reeleição os parlamentares desenvolvem estratégias diferentes quando se trata de sua base eleitoral em cidades pequenas, ou quando se trata da capital ou de cidades maiores.

Em meio ao trajeto da carreata o locutor – responsável por apresentar as pessoas importantes do local, assim como também pela euforia da própria carreata – pediu para que o som fosse desligado, sem entender o motivo perguntei para o motorista do carro do deputado, foi quando soube que se tratava de um velório que estava ocorrendo naquela região, e o ato de desligar ou manter o som ligado poderia acarretar em uma desaprovação ao candidato. Demonstrar respeito à família do morto é percebido como algo fundamental em um momento em que a tensão dita a tônica das campanhas. À propósito, chama a atenção nessa carreata as manifestações da população quanto ao candidato do deputado, o movimento atípico daquela carreata fazia com que a população saísse de suas casas e ficasse em frente às portas esperando passar, era nesse momento que manifestavam o lado em que estavam, os apoiadores aplaudiam o cortejo, enquanto os que apoiavam o outro lado faziam gestos e dizeres de desaprovação. Seria como se com essa atitude estivessem demarcando suas posições frente aos grupos e facções políticas locais.

Oportuno dizer que opera sobre a escolha dessas cidades não apenas a vontade de participar das campanhas, como também uma preferência da equipe com relação a uma cidade ou outra. Como dona Glória disse na ocasião, "eles preferem cidades como essa (se referindo a Estância) em que o deputado tem um prefeito e vereadores como amigos". Nesse momento, também fica claro que há um tipo de hierarquização das cidades por parte da equipe do deputado, dão preferência àquelas que possuem maior número de aliados, mas também que tenha um coeficiente eleitoral relativamente grande. Essa minha impressão se confirma a partir da fala de Thiago que, em meio ao diálogo que estava tendo com dona Glória, disse: "veja, se na cidade tem, por exemplo, três mil eleitores, nessa cidade a gente já sabe que não vai conseguir muito, vai, claro, mas mais como forma de cumprir um compromisso, uma agenda, o que dá voto mesmo é entrar nessas cidades maiores e onde a política 'ferve'".

A próxima cidade desse dia foi Umbaúba, já no extremo Sul do Estado, na qual o deputado se deslocou para apoiar a professora Lia em sua primeira para vereadora. Essa ideia foi devidamente debatida no partido e o deputado fez questão de falar durante o almoço "do orgulho" que sente de dona Lia, "pela coragem que tem". Naquela cidade, Lia é a principal referência do deputado, e está do lado do atual prefeito que está a disputar a reeleição, embora com forte índice de desaprovação. Lia é do mesmo partido que o deputado, o Solidariedade.

Já era no horário do almoço e durante a refeição, feita e organizada na casa de dona Lia, foi cogitado a possibilidade de o deputado retornar para uma carreata que estava sendo organizada para o próximo sábado, e falavam da expectativa de mobilizar pelo menos doze mil pessoas. Feito o convite, o deputado de pronto aceita, no entanto, ao tomar conhecimento

de que nesse mesmo dia estava marcado uma outra carreata em Santa Luzia, cogitou não aceitar e, após conversar com dona Glória, resolveu cancelar a caminhada em Santa Luzia e confirmar a carreata em Umbaúba. O candidato a prefeito apoiado por dona Lia e pelo deputado Carvalho era Zé de Francisquinho, do PSDB. Em tempo, vale aqui uma nota de bastidor: durante a viagem de ida a Umbaúba, falou-se muito no carro sobre esse apoio, o deputado fez questão de demonstrar que não tinha interesse e que só o faria em respeito à dona Lia. O estado é pequeno e isso torna habitual que todos os sujeitos envolvidos na política circulem nos mesmos lugares e, consequentemente, se conheçam. Fato é que Zé de Francisquinho, já experiente, falava de sua relação com o Governador Marcelo Deda, assim como a sua ajuda em campanhas como a de Sérgio Reis, anos antes para deputado federal.

Quando se trata de política, um almoço nunca é apenas um almoço, é a oportunidade de reforçar as alianças políticas, de reconhecer o apoio manifesto da professora nas eleições de 2010 e 2014, e também de reforçar para ela que poderá contar com ele (o deputado) para o que precisar. Também era um momento de negociações, vez ou outra o deputado, junto de dona Lia e o candidato a prefeito, ia para outra sala conversar à sós. Apesar das diferenças pessoais existentes entre o deputado e o então candidato a prefeito, ficou acertado que o deputado iria apoiá-lo nessa campanha e que estaria presente no próximo sábado, na carreata final. Nesse momento, eu anotei em meu caderno de campo que *"as trocas de apoio e de fortalecimento dos laços de lealdade parecem dar ritmo das conversas*"[248].

O prefeito governa sem a maioria Câmara dos Vereadores, tornando dona Lia importante para o processo de conquista da reeleição, assim como o aumento de aliados naquela "casa". Também me foi informado por um dos interlocutores do prefeito que o mesmo não possuía apoio do governador, e que a ajuda do deputado naquele momento era de fundamental importância.

Após o almoço, o deputado discursou por alguns minutos, lembrou da última eleição e do fato de o prefeito Zé de Francisquinho ter apoiado outro federal, Sérgio Reis. Nesse momento, o prefeito levantou o dedo e justificou o não apoio como tendo sido "uma questão partidária" e não pessoal. Nesta ocasião, o deputado reponde à indagação do prefeito com um "deixo a porta aberta", como quem diz que ele (o prefeito) terá uma nova oportunidade de aliar-se ao grupo do deputado naquela cidade, no tempo que o prefeito faz um sinal de positivo e dá as mãos ao deputado como uma demonstração pública de que os revezes das eleições anteriores foram superados, e que a partir daquele dia seria firmado uma nova relação

[248] Relato de campo do pesquisador.

entre ambos. Com isso, lembrei-me da entrevista que fiz anos atrás com o ex-deputado federal e ex-senador, Francisco Rollemberg, na qual o experiente político justificava a sua relação de proximidade e distanciamento com a família Franco com a seguinte frase: “na política não podemos fazer inimigos, fazemos rivais [...]” e continua dizendo que “as rivalidades podem sessar, acabar, mudar de lado, e isso é normal na política”. Ao final de seu discurso, o deputado pede para que o prefeito “cuide” de dona Lia, e manifesta o sentimento que têm por ela, ao passo que a mesma começa a chorar em meio a frase do deputado ao candidato à prefeito: “o que o senhor fizer por ela, estará fazendo por mim”, no momento em que brinca e diz que mandará uma emenda “das gordas” para o município.

Esse caso nos faz refletir, entre outras coisas, sobre a composição e desarticulação dos grupos políticos, e na importância do “tempo da política” frente a isso. Se no hiato entre uma eleição e outra é comum que os grupos se modifiquem, é na época eleitoral que as relações de grupo realmente importam. As demonstrações públicas de aliança, através das campanhas pelo interior do estado e na Capital, possuem um singular significado, é como se nesse momento o que foi dito antes não tivesse mais valor, o que realmente importa é quem sobe ao lado de quem no carro de som para pedir voto. No caso em tela, embora o deputado tenha demonstrado um ressentimento em relação ao apoio do prefeito a um adversário seu, a frase “deixo a porta aberta” sinaliza para uma nova oportunidade de se unirem. Fato é que no sábado seguinte, conforme combinado, o deputado foi para Estância, subiu no trio elétrico ao lado do prefeito e pediu voto para ele, além de demonstrar carinho com Dona Lia e pedir voto para ela também.

O último município da agenda do deputado foi Boquim. Esse caso se torna importante para nosso debate na medida em que nos permite observar com maior propriedade as rivalidades durante o “tempo da política” e as clivagens internas dentro dos municípios, através das facções e agrupamentos políticos, mostrando como o deputado, mesmo não sendo daquele local, acaba assumindo posição frente as cisões internas. Nessa cidade, o deputado apoiou o candidato Eraldo numa eleição para a prefeitura. O candidato era do mesmo partido do deputado. Em tempo, é oportuno dizer que antes de chegar na cidade o deputado trocou de camisa no carro, colocando a laranja, que é a cor de sua legenda (ver anexo). Sobre essa ação, é oportuno dizer que em todas as demais cidades por onde passamos naquele dia o deputado usou uma camisa de cor diferente, no geral combinando com a legenda do aliado político. No geral, tanto ele quanto seus assessores levam seus apoiados a acreditar que vieram da Capital exclusivamente para aquele momento, sem deixá-los perceber que aquela é uma entre outras cidades que será visitada naquele mesmo dia.

Para aquele dia, estava marcado uma caminhada pelas ruas do centro da cidade, finalizando com um comício na praça principal, que já estava com o palanque montado. Chegamos na cidade e já se passavam das 17:00 horas, de modo que fomos direto para o local onde estava a concentração das pessoas. Havia um grande trio elétrico, com políticos e personalidades da cidade ao lado de Eraldo, e ele falou de longe o nome do deputado Carvalho assim que soube que havia chegado, pedindo para que a população presente desse uma salva de palmas ao ilustre convidado. A impressão que tive foi de que só esperavam mesmo o deputado chegar para dar início aos trabalhos. Duas situações chamaram a atenção assim que o deputado subiu no Trio elétrico: a primeira é a evocação do partido como uma forma de celebrar a união entre deputado e candidato. A segunda se deve à fala da pretensa primeira dama que, ao pegar o microfone, sugere que todos os presentes rezem um *Pai Nosso* e uma *Avé Maria* "para abençoar" aquele momento. Como dito, o deputado é evangélico, mas mesmo assim não se furtou de rezar junto a todos. No chão, ao lado de dona Glória, perguntei como ele procedia em momentos assim, em resposta disse que ele não se importava, mas que evitava participar de eventos envolvendo outras crenças senão a dele, isso porque, ainda segundo ela, "não cairia bem, pois uma de suas bases de apoio vem dos evangélicos". Em meio a campanha de 2018, presenciei ocasiões em que o deputado frequentava cultos Evangélicos. Perceber essa ação como uma ação política não está apenas no fato de se tratar do "tempo da política", mas na própria forma como essa visita é colocada na agenda do dia do deputado. Em resumo, assim como estavam descritas as visitas a bairros, povoados e cidades, a visita às Igrejas também faziam parte do roteiro do dia. Além disso, era possível observar ocasiões em que os cultos se tornavam espaços de apresentação formal do deputado. Em uma dessas visitas do deputado a uma Igreja Pentecostal, o pastor pediu para que o deputado se levantasse dizendo "temos aqui hoje uma visita ilustre, o deputado Carvalho" e em seguida como quem pede o voto diz "precisamos de homens de Deus assim como o deputado, nos representando em Brasília".

O principal concorrente de Eraldo era um candidato ligado à Família Mitidieri que, como já dito anteriormente, têm naquele município sua principal base de apoio político. Somado a tudo isso, ainda havia um forte oponente ao deputado Carvalho, Fábio Mitidieri, também deputado federal e o preterido do pai, Luiz Mitidieri, a assumir a "herança" política da família. Em um pleito muito disputado e cheio de revezes, o candidato Eraldo Dantas, do SD, ganhou a eleição, obtendo 9.612 votos (ou 58,23%), enquanto o seu adversário Jean Carlos, do PSD, obteve 6.894 votos (ou 41,77%). Não apenas o resultado favorável ao candidato do deputado Carvalho, mas a própria presença dele na cidade, apoiando um

candidato opositor ao preterido de seu adversário nas disputas para a CD, colabora com algo já tratado nessa tese, que é a existência de um fenômeno relacionado à concorrência entre nativos e *outsiders* pelo voto nos municípios, assim como a perda do domínio eleitoral dos parlamentares em suas bases tradicionais de voto: sua cidade natal e região. Os deputados disputam muitas vezes os mesmos eleitores, por isso estão, em alguma medida, presos aos laços de confiança e reciprocidade de seus mediadores e da população por eles representada. Isso porque uma cisão, nesse pacto, abre precedente para que outro deputado e/ou aspirante chegue e ocupe o espaço por ele não mantido.

Em outro momento, conversando com o deputado Carvalho sobre essa situação específica, o mesmo contou de como vivencia a sua entrada nas disputas internas nos municípios, assim como a situação de disputas pelo eleitorado com outros deputados. Em suas palavras, "não existe neutralidade na política, escolher um lado é perder voto do outro, e isso é normal, no caso de Boquim, ali era fácil de se decidir, Eraldo, além de meu amigo era também do mesmo partido que eu, alguém que tenho muito apreço, então apoiar ele era o natural a se fazer, ele sempre me ajuda, e eu estou sempre à disposição dele"[249].

Lembramos ainda que, na conjuntura na qual as *mídias sociais* se tornaram importantes ferramentas das campanhas políticas, as manifestações de alianças e de grupos não se dão apenas no espaço das campanhas de rua. *Mídias sociais* como *Facebook, Twitter* e *Instagram* se consagram como ferramentas de alargamento das possibilidades dos deputados. No geral, essas *mídias* são gerenciadas por pessoas especialistas em *Marketing* político, e ou jornalismo. No caso do deputado Carvalho, quem faz isso é Márcio que, além de andar nas campanhas pelo interior do estado, tira fotos, posta questões referentes ao trabalho do deputado em Brasília, como, por exemplo, o envio de verbas e manifestações de apoio do deputado a algum político aliado. Durante a campanha de 2016, constatei tais situações a partir do acompanhamento diário do *Twitter* do deputado Carvalho. Percebia que esse espaço era uma forma de expandir o trabalho de campanha do parlamentar, além disso, notei que havia uma constante na publicação de informes nas *mídias sociais* do deputado: com frequência a assessoria de imprensa postava informação um dia antes da visita ao município, no geral essas informações se referiam a algum tipo de prestação de serviços do deputado para aquela localidade, como se isso estivesse "preparando o terreno" para o dia seguinte e/ou explicitava apoio ao seu aliado naquela localidade. A título de exemplificação e a partir da

[249] Conversa com o deputado Carvalho realizada em 2017.

catalogação de algumas dessas *mídias* do deputado Carvalho, foi possível encontrar manifestações como:

> *"Campo do Brito vai renovar com Marcell Souza. O povo vai dar o seu voto de confiança ao neto do saudoso Maim, que tanto trouxe progresso para a cidade. Marcell é um jovem de fibra e tem garra e coragem para revolucionar a cidade. Campo do Brito é 45"! (*Postagem em 30/08/2016 via *Twitter*).
>
> *"o sobrenome Sukita pesa e tem muita força em Capela. Vim ao grande ato de minha candidata Silvany, e me surpreendi com uma bela multidão" (*Postagem em 03/09/2016 via *Twitter*)
>
> *"já estamos no povoado Sobrado, ao lado do vereador Jó do Sobrado, e do deputado @xxxxxxxx[250]. Vamos às ruas" #45" (*Postagem em 03/09/2016 via *Twitter*)
>
> *"o povo de Boquim mostra que quer a verdadeira mudança. Eraldo 77 para prefeito"(*Postagem em 04/09/2016 via *Twitter*).
>
> *"o povo de Boquim tem uma nova esperança, a chance de fazer uma cidade melhor. Acredite, é hora de mudar e..."*
> *(*Postagem em 04/09/2016 via *Twitter* e *Facebook*).
>
> *"Meu amigo Sukita e Silvany, minha candidata a prefeita de Capela, no grande comício que eles realizaram" (*Postagem em 9/09/2016 via *Twitter*)
>
> *Campo do Brito vai renovar com Marcell Souza. O povo vai dar o seu voto de confiança ao neto do saudoso Maim, que tanto trouxe progresso para a cidade. Marcell é um jovem de fibra e tem garra e coragem para revolucionar a cidade. Campo do Brito é 45!(*Postagem em 09/09/2016 via *Twitter*).
>
> *"Em Malhador, o Solidariedade tem candidato. <u>Jadinho Faro</u> é um homem sério, dedicado à administração pública e fez um grande trabalho enquanto secretário de Sarina Faro. Agora, ele é o nome da mudança, da renovação do compromisso com o povo malhadorense. Jadinho é 77! A prova é que ele chega aonde vai, nos braços do povo! (*Postagem em 09/09/2016 via *Twitter*).
>
> *"Recebi na noite de ontem, uma homenagem do CONFERE, CORE e Sirecom, pelo trabalho desenvolvido em favor do setor de representação comercial, durante a abertura do VI Congresso Brasileiro de Representantes Comerciais, no Iate Clube de Aracaju.*
>
> *Fiquei muito feliz com a homenagem prestada pelos meus queridos amigos, e companheiros do setor. O ciclo produtivo é muito mais forte, graças ao trabalho dos representantes comerciais"(Postagem em 09/09/2016 via Twitter).*
>
> *Propriá já decidiu! Dr. Valberto 77 é a vontade do povo pela mudança. Estamos fazendo uma grande carreata pelas ruas da cidade e sinto no povo*

[250] Omissão do nome presente na *hastag*.

> *ribeirinho a vontade de ver Propriá retomar o desenvolvimento e voltar a crescer. Participei de sua grande carreata, o maior ato político que a cidade já viu. O Solidariedade trará a cura pra Propriá. Dr. Valberto é 77!* (Postagem em 17/09/2016 via *Twitter).*
>
> *Durante esse fim de semana, também passei por Santana do São Francisco, quando acompanhei a caminhada de meu candidato a prefeito, Ricardo Roriz, e seu vice, Valdecir Muniz, do meu partido, Solidareidade. O povo quer Ricardo de novo!"* (Postagem em 19/09/2016 via *Twitter).*

O mapeamento das *mídias sociais* do deputado além de proporcionar, ao pesquisador, a oportunidade de seguir os seus passos, mesmo não estando em campo, permitiu uma maior clareza de como está distribuído o grupo do deputado nos diferentes municípios do estado. Vale destacar que as mesmas regras observadas em campo, quanto à reciprocidade na publicização das alianças, também foram observados nas *mídias sociais*. Não raro, os políticos que recebiam a visita do deputado também publicavam em suas próprias *mídias* fotos e frases de agradecimento.

Trabalho semelhante foi feito durante o período eleitoral de 2018. Sobre essa segunda experiência, destaco o aumento substancial das postagens durante a campanha. No *Facebook*, eram dezenas de postagens diárias, além de correntes via *Whatsapp* cujas informações circulavam entre os apoiadores do deputado, a fim de tornar público seu trabalho no Congresso e expandir para o máximo de pessoas tais informações. Haviam listas de transmissão – e ainda existe – com informes sobre o deputado, sua agenda e fotos junto a aliados.

4.4 "Ele não é aquele político sanguessuga": o escritório político, a rede de resolução de problemas do deputado Carvalho e o retorno as bases em 2018.

Em uma visita ao escritório do deputado Carvalho, chamou a atenção na sala principal uma placa de metal que media cerca de um metro quadrado, era uma daquelas placas semelhantes às utilizadas em repartições públicas que, no geral, servem para homenagear pessoas ou grupos. Em relevo, estava impresso o mapa político de Sergipe, ao lado desse mapa – e ainda na placa – o nome de todos os municípios e o número de votos obtidos pelo deputado nas três duas últimas eleições (2006, 2010 e 2014). Apesar do tamanho da sala, era impossível não notar aquele item, seja pela pujança da peça, ou mesmo pela escolha do local: ficava entre a mesa do deputado e a de reuniões denunciando a importância dada por aqueles que frequentavam a sala de reuniões.

Na ocasião, um dos assessores do deputado ficou responsável por apresentar as dependências do escritório que contava com uma recepção, uma cozinha e três salas. Perfazendo, assim, um total de cinco cômodos em um sobrado de dois pavimentos. No pavimento inferior, havia a recepção e uma primeira sala, a qual ficava Dona Glória. É oportuno dizer que a impressão que tive, logo no primeiro momento que entrei no escritório, foi a de que estava entrando em uma clínica médica, ao menos pela forma com que agiam os funcionários frente às pessoas que chegavam ao escritório a fim de tratar com o deputado ou com alguém que pudesse atender demandas suas ou das comunidades que representavam. No pavimento superior, havia outras duas salas, uma primeira que funcionava como uma segunda recepção e triagem e o escritório do deputado.

Apesar de possuírem o mesmo tamanho, eram nítidas as diferenças entre as salas do pavimento superior. Enquanto a primeira servia como segunda recepção, a segunda seria uma espécie de sala de reuniões, destoava das outras anteriores pelo requinte e móveis luxuosos. Enquanto caminhávamos por essa segunda sala, o assessor fazia questão de destacar sua importância, afirmando que quando não estava em Brasília era lá que o deputado ficava a maior parte do dia, recebendo pessoas de todo o Estado em reuniões que costumavam ser marcadas com antecedência por Dona Glória. Em sua fala, o assessor disse que todo tipo de gente (prefeitos, vereadores e até parlamentares, líderes comunitários e pessoas comuns) costumava se encontrar com o deputado para conversar sobre algo do interesse. Disse também que a maioria o procurava a fim de conseguir algum tipo de ajuda como emprego, consulta médica ou apoio de qualquer outra ordem. Ademais, afirmou que, não raro, o deputado fazia questão de localizar no mapa [disponível na placa] a cidade daqueles que entravam na sala, destacando muitas vezes os votos obtidos nas últimas eleições. Seria como se aquela placa possuísse uma função dupla: de um lado, era para o deputado uma forma de lembrar seu compromisso com o município do visitante; de outro, o visitante via nos votos uma forma de "cobrar" algum tipo de ajuda do deputado.

Aquela placa não era apenas um objetivo decorativo, era uma pista que revelava a distribuição das bases de apoio do deputado, a representação prática de seus principais mediadores, bem como a extensão de suas redes e de seu grupo político. Para Heradia (2002), é motivo de grande preocupação do parlamentar a população da região onde obtém o maior número de votos. Para a autora, funcionários e assessores trabalham no sentido de garantir que o deputado mantenha presença constante naquilo que chama de "a região"[251], no sentido

[251] O sentido atribuído no texto a expressão "a região" é o mesmo que dizer que ali se trata da principal base eleitoral do político.

de demonstrar que não está ali apenas no “tempo da política” mas que acompanha o cotidiano das localidades onde se concentram as suas principais bases eleitorais.

Conforme podemos observar no Gráfico 4, “a região” do deputado é a região metropolitana, que inclui quatro cidades: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, as quais juntas concentram 40% da população total do estado. Além da concentração demográfica, também reúnem a maior fatia de serviços e gera a grande porção da riqueza no estado. Outras cidades importantes são Itabaiana, Lagarto e Estância, todas com mais de 50 mil habitantes. Ao todo, o estado possui 75 municípios, dos quais cerca de 70% têm população inferior a 20 mil habitantes e mais de 90% menos de 30 mil. Registre-se, ainda, que quase 40% dos municípios sergipanos têm menos de 10 mil habitantes e, desses, boa parcela possui menos de 5 mil. Outra informação relevante é que em algumas cidades o número de eleitores chega a ser superior ao número de habitantes. Apesar de não ser uma particularidade de Sergipe, esse dado reflete uma questão cara para nós e que tem a ver com a forma com que os sergipanos vivenciam a atividade política. Não raro, desenvolvem as suas atividades laborais na Capital e chegam a residir nesta, mas não transferem seus títulos eleitorais, continuam vinculados politicamente às suas cidades-natal, o que provoca não apenas uma intensa migração durante o “tempo da política”, como também uma forte ligação com as cidades de origem e com as rivalidades faccionais existentes nelas. Dentro da conjuntura local, esse fenômeno não tipifica apenas a possibilidade de barganha do voto por algum benefício – material ou simbólico –, mas também pela pretensa manutenção de uma tradição local de pertencimento a sua cidade e de reencontro com seus familiares.

A região metropolitana é o ponto de partida da carreira política do deputado. Em sua primeira tentativa de eleição, 73,53% dos votos vieram dessa região, fato que justifica a expressão “meus funcionários”, seguido de “eles são meus primeiros eleitores”. Isso porque é na região metropolitana que se concentra a maioria de seus funcionários e familiares desses funcionários. O Gráfico 4 mostra uma queda nas últimas três eleições no tocante ao número de votos nessa região, ao passo que a manutenção de seu mandato sinaliza um aumento no número de votos na demais regiões do estado, o que significa dizer que, no período que vai da primeira eleição (em 2006), até a última (em 2018) ocorreu um crescimento exponencial na rede de relações do deputado Carvalho, que passou a garantir considerável votação em todas as regiões do estado.

O próprio trabalho de campo mostrou como a relação entre o deputado e as bases se constitui. No geral, o cargo de deputado federal sugere a ideia de alguém distante da população, e isso não é um completo equivoco, na maior parte da semana o deputado fica em

Brasília, há quilômetros de distância da região que o elegeu representante. Ciente disso, os parlamentares – não apenas Carvalho – estabelecem mecanismos que os aproximam das comunidades por eles representadas. É nesse interim que reside a importância do escritório do deputado. O escritório centraliza o conjunto das atividades realizadas pelo parlamentar, entre elas, o atendimento às demandas das bases de apoio político ganha maior relevância (HEREDIA, 2002). Com efeito, o escritório se consagra como o principal meio do deputado ter acesso às reivindicações das comunidades por ele representadas, servindo de espaço de reuniões e atendimento de seus referentes e mediadores. Com isso, o que pode ser constatado na pergunta que fiz ao deputado sobre como faz para manter o apoio desde 2006, como mantém essa base, e ele responde com um gesto olhando para a sala do escritório onde estávamos abrindo os braços e falando "o que eu fiz aqui hoje? ", se referindo ao seu trabalho semanal dentro do escritório, no qual costuma estar toda sexta e sábado para atender as demandas de seus apoiadores e eleitores.

A primeira visita de observação do escritório ocorreu depois das eleições municipais, em 20 de outubro de 2016. Na ocasião, fui conhecer não apenas as dependências do escritório do deputado, como também anotar parte da rotina, além de conhecer os funcionários. Como ponto de partida é oportuno dizer que o escritório funciona tal qual uma empresa, com horário de atendimento comercial (das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00), e conta com a presença de funcionários que estão ali à disposição de todos que tiverem interesse de conversar com o deputado. Há seis funcionários fixos no escritório. Além de Dona Glória, chefe do escritório, trabalham Adalberto, secretário parlamentar e responsável pela apuração das reivindicações vindas do interior, se são ou não aplicáveis, se há estrutura ou mesmo projeto para aplicar a verba que um referente requisitou, como o próprio falou em conversa "veja, chega muita coisa aqui, muitas delas inoperáveis, as vezes a gente mandava recurso e chegava na cidade e não podia ser usado por uma coisa ou outra, esse recurso já não pode mais ser usado, volta para a União, perde a cidade e perde também o deputado", demonstrando a pertinência de um estudo acerca das demandas, considera que os referentes não têm essa preocupação, e quem se torna o responsável para que não haja perda de verba é ele. Há também Dona Isabel, secretária direta de Dona Glória, é ela quem liga para a sala de Dona Glória informando quem está no escritório e se ela pode receber. Vanilza também é secretária, é ela quem atende as ligações externas e é a responsável por entrar em contato com a pessoa para quem a ligação está sendo endereçada, apenas à título de exemplo, conforme destacado no Organograma 7, se alguém do Vale do Cotinguiba I ligar ela terá que passar a ligação para Carlos. Carlos é outro funcionário do escritório e também responsável pelas demandas do Vale do Cotinguiba I e, por essa razão,

mescla seu turno de trabalho entre o escritório e viagens às cidades da região em que é responsável. Dito isto, afirma que costuma fazer as viagens nas segundas e terças-feiras. Nessas ocasiões, já previamente agendadas, procura seus referentes, anota alguma demanda. Quando questionei se ele não podia fazer esse tipo de trabalho por telefone, o mesmo foi enfático em dizer que: "nada é como a presença física, a gente precisa estar indo lá, eles precisam nos ver para não achar que estão abandonados, ou que não são importantes". Fala que demonstra a importância que os referentes dão à presença não apenas dos mediadores, como também do próprio deputado. O último funcionário é Daniel que, assim como Carlos, é responsável por uma região do estado, a saber: Vale do Cotinguiba II.

Como já sugerido no início dessa sessão, o escritório não é frequentado apenas por referentes, políticos ou amigos do deputado, há um fluxo constante de pessoas comuns que costumam ir ao escritório pedir as mais variadas coisas, sendo que emprego é a mais frequente. Como sabem que o deputado é também empresário, usam isso para enviar currículos. Em uma vez que estive no escritório de Dona Glória, chegou uma senhora, de aproximadamente 55 anos, pedindo emprego para o filho, Dona Glória conversou com ela e disse que já estava vendo isso, que ela podia ficar despreocupada, foi quando Dona Glória contou que aquela senhora estava toda semana no escritório pedindo isso. Dona Glória disse ainda que possui contato com outras empresas e não raro encaminha os pedidos para elas. Como disse, "o deputado tem muitos amigos aqui, e vez ou outra eu encaminho algum currículo". Há também demandas para remédios, passagens de ônibus entre outras.

Pude notar que esses pedidos são importantes, não apenas para a população de um modo geral, como também para os referentes. O não atendimento de um pedido pode criar fissuras na relação entre o deputado e eles. Em conversa com um vereador de São Cristóvão, isso ficou evidente. Seria como se a negação aos pedidos do mesmo fosse criando um ressentimento pelo deputado. Como diz:

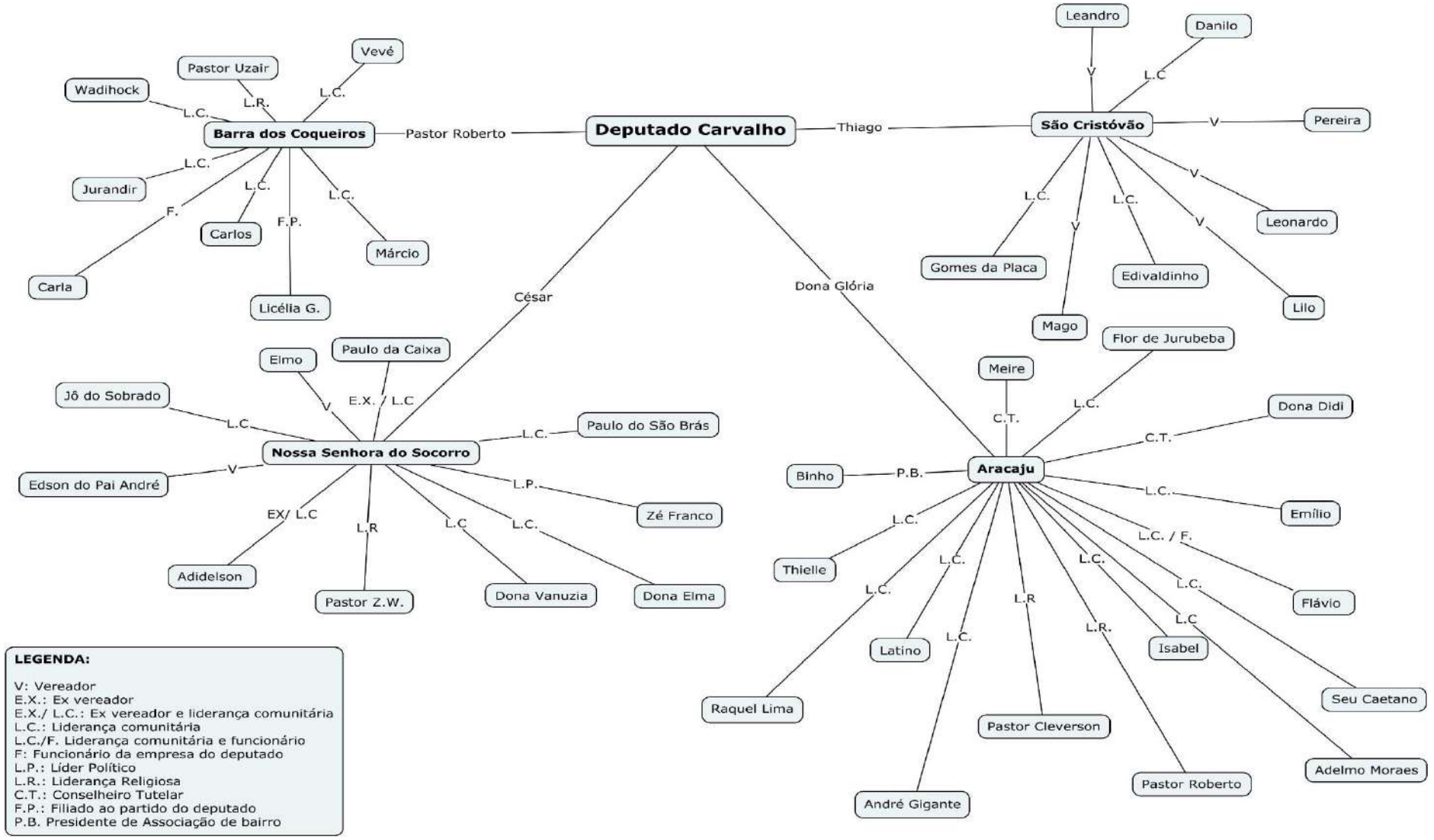
> Veja, aqui em São Cristóvão eu ajudo ele, você mesmo já me viu pedindo voto. Mas é incrível, o deputado nunca arrumou um emprego para alguém que eu mandasse. Fica chato, sabe. Aqui as pessoas vêm me falar e o deputado, não tem empresa? Então, peça pra ele um emprego pra mim. E eu não posso fazer nada. Isso é chato, ele sabe disso, eu mesmo já disse. Falei também com Thiago, ele disse que ia resolver, e nada (entrevista realizada em janeiro de 2020).

Em outro momento, o vereador deixou-se perceber que há um desconforto de sua parte com relação à forma com que o deputado trata outro vereador, que é de seu partido. Segundo o mesmo, há uma predileção do deputado, e isso causava-lhe um desconforto. Como diz: "eu

mesmo já fui sondado por outro partido sabe, não sei se em 2020 vou continuar no PP, minha carreira começou no Psol, e eu tenho mais proximidade com essa linha política, penso muito em ir para o PT, e já fui convidado para isso. Tô estudando a possibilidade"[252]. Como fica claro na fala do vereador, ao mesmo passo que a ajuda do deputado ou a possibilidade de, favorece o engajamento ao seu grupo, o não cumprimento de determinadas demandas pode causar também o desengajamento desse mesmo grupo.

[252] Entrevista realizada com Vereador de São Cristóvão em janeiro de 2020.

Organograma 8: Rede do Deputado Carvalho (Região Metropolitana)



Fonte: Elaboração própria.

O organograma acima apresenta a rede do deputado Carvalho na região metropolitana, evidenciando as conexões entre o deputado, seus mediadores e os referentes. À título de exemplo, o caso de Nossa Senhora de Socorro tem César como mediador, a partir dele há uma rede formada por dez pessoas, que estão sendo chamados aqui de referentes (ou cabos eleitorais). Como pode ser observado no organograma, essas pessoas possuem várias atribuições profissionais, e funções não necessariamente políticas. Nesse sentido, embora num primeiro olhar possa parecer que vereadores, por estarem em um cargo político, possuam maior importância na composição dessas redes, há de se destacar que muitos líderes comunitários conseguem arrebanhar comunidades inteiras para votar no deputado. Um bom exemplo é o de seu José Elias, que usa o nome político "Jô do Sobrado", em alusão ao povoado onde mora. Jô está com o deputado desde a primeira eleição, e sempre tem se candidatado à vereança, embora nunca tenha vencido. Em entrevista concedida ao pesquisador em janeiro de 2020, o mesmo disse que o deputado Carvalho é liderança absoluta em sua comunidade. Na ocasião da entrevista, Jô estava em uma escola de sua cidade, onde trabalha em um cargo de confiança conseguido pelo deputado. Destaca que, desde o início, é leal ao deputado e que ele (o deputado) traz muitos benefícios para a sua comunidade, cita a estrada que liga a BR ao povoado como resultado de verbas enviadas pelo deputado, como diz: "embora o deputado não seja natural de Socorro, ele é o que mais manda verba pra cá". Em outro trecho da entrevista, Jô fala sobre o contato com o deputado se referindo ao mesmo como "ele não é aquele político sanguessuga", como ele chama os políticos "que só aparecem no tempo da eleição". O sentido que Jô dá ao contato com o deputado é o mesmo já tratado antes acerca da necessidade de o parlamentar estar presente nas comunidades por ele representadas fora do "tempo da política".

O organograma também chama a atenção para a diversidade de sujeitos que compõem a rede do deputado: são vereadores, ex-vereadores, liderança religiosa (evangélica, mais precisamente), líderes comunitários, líderes políticos, funcionários do deputado, presidente de associação de bairros, Conselheiro Tutelar entre outros. Há de se destacar que esse grupo foi catalogado durante o trabalho de campo, durante as eleições de 2018, mas que no escritório há uma relação ainda maior disponível na planilha citada anteriormente, a qual contém o nome não apenas dos referentes, mas também de vários cabos eleitorais secundários, que não possuem a mesma amplitude de ação do primeiro grupo, mas que são "figuras" frequentes nas campanhas do deputa. Segundo consta nessa planilha, na Barra dos Coqueiros há 88 pessoas ligadas ao deputado, seja por trabalhar em sua empresa, ou por fazer parte de sua rede de contato com a comunidade. Em Nossa Senhora do Socorro, foram contadas 76 pessoas. Em

Aracaju, constam nessa mesma planilha exatos 130 lideranças políticas. No geral, em se tratando de Aracaju, observei uma maior incidência de líderes comunitários, Conselheiros Tutelares, presidentes de bairros entre outros, os quais são acionados durante o "tempo da política" para compor a "caravana" do deputado em comícios, carreatas e passeatas. Não raro, pessoas de cidades da região metropolitana se unem para manifestar apoio ao deputado em eventos de maior amplitude, como a carreata final, realizada no último sábado antes da eleição.

Essas questões sugerem que a rede do deputado conta com uma variedade maior de sujeitos que ocupam funções igualmente diversificadas em sua campanha na Capital e no interior do estado; já enquanto que nas cidades do interior, há uma predileção por políticos com mandato ou cabos eleitorais "profissionais"[253], o que pode ser constatado na fala de Dona Glória "a gente escolhe primeiro as cidades que a gente tem prefeito, tem vereador, e depois vamos diversificando". Na capital, a própria concorrência com os demais deputados levou o deputado Carvalho a se conectar com "pessoas comuns", como dito em sua fala revelada anteriormente. Essas "pessoas comuns" são lideranças em sua rua, em seu bairro, em sua comunidade ou condomínio, normalmente estão ligados aos que pedem voto por relações de amizade, familiares e parentais. Esse contingente de "pessoas comuns" se traduz em uma fala usual do deputado durante a campanha, como diz "fazemos aqui uma campanha de formiguinha", referindo-se ao tipo de campanha que faz que, embora exija maior empenho dele e de sua assessoria pelo fato de ter de percorrer um volume maior de cidades e bairros, por outro lado o trabalho é sempre feito no sentido de "sobrar votos", ou seja, dentro das circunstâncias inerente às campanhas eleitorais nunca há votos demais, sempre é necessário mais um.

Como dito, nas cidades menores há uma predileção por vereadores ou políticos com mandato. Nesse ponto é oportuno observar que, mais do que em outras conexões, a relação entre deputado e vereadores recai como um dos caminhos possíveis para o sucesso de ambos. Se para o deputado o apoio de um vereador oportuniza o voto de uma comunidade, ou quase toda, como é o caso da comunidade "Pai André" onde mora e do vereador Edson, que esboçou a fala que deu título a esse capítulo "lealdade gera lealdade"; para o vereador, ser cabo eleitoral não significa apenas "um bico" como os fazem os "cabos eleitorais secundários", mas frente a necessidade de ter de defender seu mandato de quatro em quatro anos, as eleições estaduais, a vinculação a um deputado federal recai como uma maior

[253] Sobre isso ver em especial Santos (2016).

vantagem frente às eleições futuras. Seria, portanto, uma troca, observada na fala do deputado "uma rede que se retroalimenta". Isso fica evidente na análise feita por Santos (2016):

> As perspectivas de um vereador são limitadas, pois raramente ele é nomeado para algum cargo de alto valor estratégico na escala federal e praticamente não tem opções de postos políticos eletivos de menor expressão. Logo, o que ele pode pretender é permanecer no cargo e, em caso de se tratar de progressão na carreira, tornar-se prefeito, deputado federal ou estadual, ser nomeado para alguma secretaria ou órgão administrativo estadual, e secretaria municipal. Fora isso, o vereador somente pode lutar pela sua permanência no cargo buscando apoio atuando como cabo eleitoral. Pode aparentar que ser cabo eleitoral para o vereador seja um "bico", assim como para os cabos eleitorais secundários, mas o vereador que não atua como tal dificilmente conseguirá manter-se no Poder Legislativo e corre o risco de não conseguir mais se eleger; apesar de que ser cabo eleitoral durante as eleições estaduais seja uma garantia de vitória futura, mas de um trabalho antecipado e dobrado de campanha própria (SANTOS, 2016, p. 83).

As redes funcionam a partir da conexão entre sujeitos distribuídos em diferentes níveis, tomando o deputado como último nível, seus mediadores, e também funcionários, se articulam nas diferentes regiões do estado, engajando pessoas que são identificadas como lideranças políticas, para fazer parte da rede do deputado. Desse modo, uma vez aceito por estes, os pontos colocados em um tipo de contrato informal, passam a fazer parte do grupo do deputado e a representá-lo frente a sua cidade ou comunidade. Foi também observado uma relativa diferença nas estratégias do parlamentar quanto a conexão com suas bases na Capital e no inteiro do estado. Em linhas gerais, assim como é descrito por Soares (1973), os congressistas cujas bases se compõem de eleitores com grau maior de escolarização e renda, aqueles localizados em regiões mais urbanizadas, será priorizado incentivos de caráter mais universalista do que aqueles que têm por base eleitores situados em áreas de população menos escolarizada e com menor renda. Nesse aspecto, é possível dizer que, em ambos os casos, ocorrerão investimentos por parte do deputado, contudo haverá uma diferença quanto ao tipo de investimento: enquanto que para a Capital prioriza-se posicionamentos em relação a tema, seja por meio de projetos de lei, do voto em plenário, do trabalho em comissões, a exemplo do caso do deputado Carvalho ter votado à favor do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, ou mesmo de se posicionar favorável à reforma da previdência, das posição contrária ao aborto entre outras; para as cidades do interior os incentivos do deputado são mais para reivindicar crédito pela alocação de benefícios desagregados para suas respectivas bases.

Encontramos essa diferenciação também em trabalhos como os de Palmeira (1996) e Barreira (1998) que, focados na política em cidades pequenas e médias, sugerem que o tamanho da cidade implica mais na diferenciação das estratégias de acesso ao voto do que se é

urbana ou rural, até porque há Capitais onde ocorrem disputas entre famílias e facções pelos postos políticos disponíveis. Se é verdade que os deputados federais se lançam nas campanhas municipais, inserindo-se nas cisões internas e aderindo a uma facção ou outra, são em suas campanhas – ou seja, quando estão em jogo seus próprios mandatos – que o envolvimento político é maior, assim como as tensões são mais observáveis, por exemplo um atraso por parte de um dos membros da equipe pode render conflitos e trocas de acusações. Fato é que todas as relações são alteradas durante o período eleitoral, a começar pelo escritório que se torna comitê de campanha, onde se centralizam todas as estratégias do deputado, assim como o material de campanha.

A respeito do acompanhamento da campanha do deputado, mais uma vez recorri à Dona Glória no sentido de pedir-lhe permissão. Apesar de já ter feito isso em outras ocasiões, percebi que era necessário um novo "contrato" entre pesquisador e universo pesquisado. A mesma, como nas vezes anteriores, mostrou-se saudosa ao pedido e me permitiu que participasse desse momento. Meu primeiro contato com o comitê ocorreu no final de agosto de 2018. Quando cheguei já haviam cerca de 20 pessoas, todas esperando Dona Glória chegar. Em sua maioria, eram pessoas aparentemente procurando emprego na campanha, viam esse momento como a oportunidade de fazer "um bico", ou mesmo como alguns revelaram "ter contato com o deputado e futuramente trabalhar em sua empresa". Conforme me foi revelado por uma das pessoas presentes no comitê: "eu estou desempregado, não vejo esse trabalho como renda, mas como uma oportunidade de me aproximar do deputado, eu tenho curso de segurança, mas você sabe como tá difícil emprego, então quem sabe estando aqui eu não consiga essa ajuda". Haviam também pessoas já devidamente "uniformizadas" com a camisa do deputado, essas já se encontravam trabalhando na campanha. Formavam o grande coeficiente dos que andavam com o deputado, e no geral eram pessoas ligadas aos referentes. Notava-se uma fila de carros para serem plotados, alguns eram funcionários das empresas do deputado. Em conversa com um desses funcionários, este revelou que apesar de a maioria dos funcionários serem também eleitores do deputado, há aqueles que não votam nele. Como diz: "tem gente que é funcionário e que não vota nele. Se todos os funcionários votassem já estaria eleito". É oportuno dizer que, no "tempo da política", referentes e mediadores se tornam cabos eleitorais diretos do deputado, são eles responsáveis por recrutar parte das pessoas que trabalham na campanha. Por essa razão, muitos mediadores e referentes se tornam líderes de equipe. Organizam, contratam e também são responsáveis pela distribuição e fiscalização de sua equipe nos diversos compromissos do deputado. Eram inúmeras as equipes, e Dona

Glória centralizava tudo, era ela quem dava o ritmo e a agenda do dia. No geral, essa agenda era organizada semanalmente, junto aos mediadores e referentes.

Como dito, os referentes são as lideranças políticas e quem possuíam algum contato com as bases de apoio do deputado, por essa razão, era agendado previamente a visita em seus bairro e cidades. Nesses dias eles se tornavam espécies de "mestres de cerimônia", muitas vezes pegando o microfone e junto ao carro de som chamavam os moradores de seu bairro para fora de suas casas. Por exemplo, no dia que estava agendado para uma das áreas da Barra dos Coqueiros, em que Vevé é responsável (ver organograma 8), era ele quem fazia as "honras" de apresentar o deputado em meio a caminhada pelas ruas de seu bairro ou região onde mora a depender da extensão de sua influência. O deputado andava rodeado de pessoas que iam na frente chamando transeuntes para cumprimentá-lo. Os vários "braços" do deputado vão à frente conversando com os locais e quando encontram receptividade chamam o deputado para conversar com o eleitor. Em anotação feita no caderno de campo, comparei essa ação com "um culto evangélico" no qual presbíteros e outros membros da Igreja ficam circulando a fim de encontrar fiéis dispostos a "aceitar Jesus". A dinâmica, embora diferente em prática, assemelha-se, ao menos na demonstração do desejo de os referentes se mostrarem leais ao deputado a ponto de lhes apresentarem o maior número de pessoas para aceitá-lo como representante.

O que estamos dizendo aqui é que a campanha se apresenta como uma encenação performática, em que os cabos eleitorais, pedem voto e conversam com os eleitores preferencialmente no momento em que o deputado esteja olhando. À propósito, escrevi no diário de campo que notava um mesmo sujeito repetindo a mesma ação até que o deputado olhasse, seja abraçando o eleitor, ou dando a mão. Essas ações parecem ter bastante sentido para eles e não se trata apenas de conseguir votos, mas de fazer com que o deputado veja seu empenho na campanha. A campanha não é apenas uma ação performática, é também um espetáculo, fato é que em diversas vezes que estive caminhando ao lado do deputado havia um "trio pé de serra" cantando e agitando, tanto os que estavam com o deputado, quanto os que observavam a caminhada passar. É importante também o número de pessoas andando ao lado do deputado, ao passo que é também motivo de descrédito quando o contrário, traduzido em fala como "fulano foi em uma caminhada com oito pessoas", ou algo do tipo.

Em resumo, a eleição para deputado federal marca o reencontro de pessoas comuns ao deputado, pessoas que estão com ele desde o início de sua carreira política. Em suma, fazendo desse momento a oportunidade de se fazer presente, e de honrar os laços entre sujeitos que

notoriamente ocupam posições que se retroalimentam, e que interagem dentro e fora do "tempo da política"

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho representa um esforço no sentido da compreensão das condições sociais que definem as chances de sucesso nas disputas eleitorais a partir da representação parlamentar. Para tanto, diversos outros trabalhos acerca das condições de sucesso nas disputas eleitorais foram consultados contribuindo tanto para a construção das análises aqui desenvolvidas, quanto para demonstrar a necessidade de avanços analíticos nas discussões já realizadas sobre esse tema. Neste aspecto, um desses avanços diz respeito à importância das redes de relações dos parlamentares como base de apoio político, sendo essa a principal temática sobre a qual se debruçou essa tese e sua maior contribuição.

Para ser mais específico, o objeto do estudo apresentado se assentou sobre as redes de relações que compõem a base de apoio dos parlamentares no Brasil. Nosso interesse residiu na análise da passagem do predomínio de uma atuação política baseada no domínio de "currais eleitorais" – centrados na família e/ou na parentela (em vigor até as primeiras décadas do século XX) – para um modelo com foco na formação de redes diversificadas – formadoras de bases políticas cada vez mais amplas – capazes de garantir o sucesso nas disputas eleitorais (como encontramos mais recentemente). Essa mudança resultou de mudanças políticas, econômicas e sociais que fizeram com que as redes de relações dos atores políticos passassem a representar um fator importante na composição das bases de apoio parlamentar. Portanto, o propósito desse trabalho consistiu em demonstrar que os deputados federais possuem redes diversificadas de apoio político e em compreender o peso desempenhado por diferentes níveis (relações clientelares, comunitárias, familiares, parentais, partidárias, entre outras) tanto para a composição, quanto para a manutenção dessas bases de apoio. Isto posto, a tese sobre a qual se debruça essa pesquisa é a de que as redes de sociabilidade representam uma importante forma de composição de bases de apoio político para o acesso a postos de representação política na Câmara Federal.

Conquanto, para analisar a importância das redes de relações para o sucesso dos deputados federais, fez-se necessário considerar que tratamos de redes diversificadas e formadas por ocupantes de posições institucionais (parlamentares, prefeitos, vereadores) e também não institucionais (cabos eleitorais, lideranças partidárias, lideranças sindicais, pessoas ligadas a associações de bairro, entre outros) que se ligam aos deputados de diferentes formas (através de relações clientelares, comunitárias, familiares e/ou parentais, partidárias, empresariais, entre outras). Desse modo, através de informações sobre os elementos constitutivos das redes de relações dos parlamentares foi possível perceber que um deputado

federal está inserido em uma rede de reciprocidade em que diferentes elementos funcionam como mecanismos que dão sentido às ligações entre o parlamentar e os integrantes de suas redes. Dito isto, esses elementos também sustentam laços de lealdade em torno do parlamentar. Por essa razão, se fez importante tratar de diversos temas a respeito de como se constituem, mantêm-se e agem as redes de sociabilidade dos deputados federais.

Seguindo nessa linha, a reconstituição da gênese da atuação parlamentar no Brasil, bem como o levantamento e a discussão do arcabouço institucional e não institucional desse segmento da atuação no país, demonstrou como a constituição de redes de relações diversificadas foi adquirindo importância para o desenvolvimento da carreira parlamentar. Se mecanismos formais definiam a seleção daqueles que inicialmente foram denominados Deputados de Corte, por outro lado, fatores informais também exerceram influência nesse processo, como as vinculações familiares, parentais, de amizade ou mesmo as redes de relações pessoais estabelecidas na Europa. Aliás, o exame histórico da carreira parlamentar no Brasil nos demonstrou que, desde o Império, os parlamentares participavam de processos eleitorais disputados, de modo que a competição eleitoral exigia dos representantes na Câmara Federal (e dos que almejavam tal posição) um esforço no sentido da constituição e manutenção de bases políticas nos estados (outrora chamados de províncias). Esses dados nos ajudaram a perceber que, desde a instituição da função parlamentar no Brasil, as suas práticas se atrelavam à capacidade de conseguir apoio político por meio da mediação entre diferentes atores e instituições. Em outras palavras, a partir disso foi possível perceber que as possibilidades de sucesso, no desenvolvimento da carreira parlamentar, perpassam pela capacidade de seus praticantes de manter ativas suas bases de apoio político nas comunidades que representam.

Pensar a gênese da atividade parlamentar no Brasil não se constituiu em uma tarefa fácil, pois exigiu o exame das dificuldades e dos conflitos vividos por um conjunto muito variado de atores sociais que se lançaram ao Congresso Nacional Brasileiro ao longo de mais de um século. Esse esforço se dedicou a demonstrar quem (do ponto de visto social) vem ocupando a representação parlamentar brasileira nos diversos momentos desde o Império até recentemente e, principalmente, que a busca pela a constituição e manutenção de bases de apoio político está no bojo do fazer parlamentar até hoje.

Dando sequência às análises sobre a atividade parlamentar no Brasil, o levantamento e o exame das transformações pelas quais passou o *savoir-faire* parlamentar no país nos mostrou que essa prática foi da manutenção do poder de representação com base nas famílias e parentelas (até as primeiras décadas do século XX) até a formação de grupos de poder

ligados por redes políticas cada vez mais extensas e diversificadas. Se no Império o pertencimento a importantes famílias era o principal definidor para a ocupação de posições políticas, com a República, especialmente a partir dos anos 1930, essas famílias passaram a ter que estabelecer redes de relações cada vez mais amplas para ocupar e manter posições políticas. Isso não significou o fim da importância do pertencimento a famílias tradicionais como elemento para a atuação política, mas sim que as elites locais passaram a fazer uso de estratégias que lhes permitissem ter acesso a bases cada vez mais distantes de seu contato tradicional a partir de contatos diretos ou através de mediadores (cabos eleitorais ou referentes locais). A partir do caso sergipano, e concordando com os argumentos de Pereira de Queiroz (2006) e Lewin (1993), demonstramos como a transformação das relações sociais e também políticas locais marcou a passagem da política de base familiar e/ou de parentela para a política de redes, ou melhor, marcou a passagem de uma prática política baseada na lógica da troca de favores de caráter clientelista e paternalista para uma prática baseada no contato e nas ligações entre políticos e mediadores situados em todo o estado. Em resumo, o que ficou demonstrado a partir de tudo isso é que houve uma relativa diversificação nas estratégias de acesso e manutenção aos mandatos de representação parlamentar ao longo do tempo com foco na constituição de redes de apoio político.

Para tratarmos dessas transformações no fazer política, inicialmente tomamos como pano de fundo algumas das principais famílias que figuraram no espaço político sergipano ao longo do século XX. Com isso, pudemos demonstrar que não houve significativa alteração dos "donos do poder" (nas palavras de Raimundo de Faoro), mas na forma como os principais grupos políticos do estado se adaptaram às transformações políticas, históricas, institucionais e sociais ocorridas no Brasil ao longo desse período. Obviamente, nem todos se adaptaram às novas circunstancias, de modo que algumas famílias tradicionais não assimilaram bem as novas demandas e perderam espaço para novos agrupamentos políticos que passaram a dominar o jogo de competição política local. Dessa forma, observamos que o pertencimento a famílias tradicionais perdeu importância no esquema de competição política passando a figurar como apenas mais umas dentre as estratégias que deveriam ser lançadas à mão para o sucesso na política. Ou melhor, observamos uma mudança nas estratégias de ação antes fundadas no modelo coronelista, baseada no domínio de zonas de controle do voto, para uma política de redes e de manutenção das bases de apoio assentadas na relação de troca (não mais direta com outrora, mas por meio de emendas e liberação de verbas públicas, entre outros) entre os parlamentares e as comunidades por eles representadas.

Para entendermos melhor esse fazer política baseado na constituição e manutenção de bases de apoio fundadas em redes diversificadas de relações nos debruçamos também sobre o perfil social (conjunto dos atributos sociais, econômicos, associativos, educacionais, profissionais) do conjunto dos deputados federais eleitos por Sergipe nas últimas cinco eleições (2002, 2006, 2010, 2014 e 2018). Essa análise demonstrou que entre os principais atributos/recursos sociais acionados pelos deputados federais por Sergipe no século XXI temos suas bases de apoio político constituídas por suas vinculações diretas ou indiretas (através de mediadores) com uma ampla base de apoio político. Conquanto, essa análise também demonstrou a permanência da importância de lógicas de ação características de outros momentos, a exemplo do peso do sobrenome e mesmo das vinculações (políticas e simbólicas) com as cidades e regiões de nascimento dos atuais representantes de Sergipe na Câmara Federal.

Como vimos ao longo deste trabalho, as redes são constituídas a partir da conexão entre sujeitos distribuídos em diferentes níveis. Nesse sentido, tomando o deputado como último nível, seus mediadores, e também funcionários seus, se articulam nas diferentes regiões do estado, engajando pessoas que são identificadas como lideranças políticas, para fazer parte da rede do deputado. Diante do exposto, uma vez aceito por estes os pontos colocados em um tipo de contrato informal, passam a fazer parte do grupo do deputado e a representa-lo frente a sua cidade ou comunidade. O sucesso na mobilização dessas redes se deve, sobretudo, ao trabalho do deputado frente às comunidades representadas. Nesse ponto, conforme mostrado, reside a importância dos mediadores e referentes, pois são eles "os fazedores de reis", os responsáveis por representar o deputado fora do "tempo da política" nessas comunidades. Essa presença constante nas comunidades representadas gera argumentos como o manifestado por um dos referentes do deputado, Jô, quando o mesmo fala que o deputado Carvalho "não é aquele político sanguessuga", como ele chama os políticos "que só aparecem no tempo da eleição". Além disso, ou seja, além da importância de se fazer presente nas comunidades representadas fora do "tempo da política", observamos também que é durante as campanhas municipais que são tecidas as principais alianças do deputado, são formados e fortalecidos os grupos políticos, manifestos na frase de seu Edson do "Pai André" "lealdade gera lealdade". Em outros termos, dentro do ciclo da política, que ocorre de dois em dois anos, o apoio manifesto de um deputado recai para vereadores ou aspirantes como uma ajuda inestimável, e que cria um laço moral entre as duas pontas. Seria como se nessa relação operasse as formas mais elementares da manifestação política: a da troca, presente nos trabalhos sobre as manifestações políticas em sociedades primitivas, como no caso do ritual

da *kula* descrita na obra de Malinowski (1976) sobre os Trobriandeses, ou mesmo do "circulo" evocando a premissa da reciprocidade presente em Mauss (2003).

Por fim, embora não tenha sido a pretensão dessa tese, observamos a partir do trabalho de campo como os diferentes níveis da atividade política se conectam. Com isso, fugimos tanto dos pressupostos da Ciência política com ênfase no estudo sobre o estado e instituições, e também das análises localistas com as quais a antropologia política tem lidado. A partir da análise da rede dos deputados federais, foi possível transgredir essas barreiras disciplinares, e observar como os diferentes níveis da atividade política se intersectam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABÉLÈS, Marc. **Ethnologie politique d'un département français**, Paris, Editions Odile Jacob, 1989.

ABÉLÈS, Marc & JEUDY, Henri-Pierre. **Anthropologie du politique.** Paris: Armand Colin/Masson, pp. 5-25, 1997.

ABÉLÈS, Marc. **Un ethnologue à l'assemblée**. Paris: Editions Odile Jacob, 2000.

ABRUCIO, Fernando Luiz; SAMUELS, David. **A nova política dos governadores**. Lua nova, nº 40/41, 1997.

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALBUQUERQUE, Samuel B. de Medeiros. Aspectos do Baronato Sergipano (1848-1889). **Revista do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe,** n.22, p.105-127, 2002.

ALCANTUD, José González. **El clientelismo político. Perspectiva socioantropológica**. Anthropos Editorial. Barcelona, 1997.

ALVES, Alessandro Cavassin. **Clientelismo Eleitoral e Coronelismo Político** - Estudo De Um Pequeno Município Paranaense.2003.

AMES, Barry. Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork Barrel: Bases of Voting in Brazilian Congress. **The Journal Of Politics,** Chicago, v. 1, n. 57, p.324-343, jun. 1995.

_____. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

AMORIM NETO, O. & SANTOS, F. A produção legislativa no Congresso. Entre a paróquia e a nação. In: WERNECK VIANNA, L. (org.). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ARAÚJO, Ricardo Teles de. Famílias Sergipanas no período colonial, in: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n.33, 2000-2002.

_____. Famílias Sergipanas no período colonial III, in: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n.36, 2007.

AUYERO, Javier. "From the Client's Point(s) of View": How Poor People Perceive and Evaluate Political Clientelism, **Theory and Society**, Vol. 28, No. 2, pp. 297-334, 1999.

_____. A rede de solução de problemas do peronismo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº10. Brasília, janeiro -, p. 107-150, abril de 2013.

BANFIELD, Edward. **The Moral Basis of a Backward Society.** Nova York, Free Press, 1958.

BARMAN, R; BARMAN, J. "The role of the law graduate in the political elite of Imperial Brazil." **Journal of Interamerican Studies and World Affairs** 18(4): 423-450, 1976.

BARNES, J. A. **Class and committees in a Norwegian island parrish**. Human Relations, 1954.

_____. "Networks and political process." In J. A. Mitchell (ed.), **Social Networks in Urban Situations: Analysis of Personal Relationships in Central African Towns**. Manchester, England: Manchester University Press, 1969.

BARREIRA, Irlys Alencar Firmo. **Chuva de papeis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil** / Irlys Alencar Firmo Barreira – Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

BARRETO, Vicente de Paulo; PEREIRA, Vítor Pimentel. **¡Viva la Pepa!: A história não contada da Constitución española de 1812 em terras brasileiras**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Rio de Janeiro, ano 172, n. 452, p. 201-223, jul./set. 2011.

BARRETO, Arnaldo Rollemberg Garcez, **um político de muitos mandatos** 2006). Postado por Édesio Garcez Sobral Júnior[254]. Acesso em 02/12/2018: julho de 2019.

BAYLEY, F.G. **Stratagems and Spoils:** A Social Anthropology of Politics. New York: Schocken Books, pp. xiv, 240, 1969.

_____. **Gifts and Poison. the politics of reputation.** Oxford: Basil Blackwell, 1971.

BERBEL, Márcia Regina. Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821/22). In**: A independência brasileira: novas dimensões.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das Bases:** Política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Nuap; Relume-Dumará, 1999.

_____. O Caminho das Pedras. In: PALMERA, M & BARREIRA, C. **Política no Brasil:** Visões de antropólogos. Rio de Janeiro, Relume-dumará, p. 179-201, 2006.

_____. Representantes políticos, relações pessoais e reputação. In: **as ciências sociais e os espaços da política no Brasil** / Ernesto Seidl, Igor Gastal Grill (orgs.). – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BOBBIO Norberto. **Direita e esquerda:** razões e significados de uma distinção política / Norberto Bobbio; tradução Marco Aurélio Nogueira. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BONAVIDES, Paulo. Constitucionalismo Luso-Brasileiro: influxos recíprocos. IN: Miranda, Jorge (org). **Perspectivas Constitucionais:** Nos 20 anos da Constituição de 1976. Volume 1. MIRANDA, Jorge. Coimbra, 1998.

[254] Disponível em: Disponível em: http://itaporangasergipe.blogspot.com/2009/12/vida-do-ex-governador-arnaldo.html.

BOTT, Elizabeth. **Family and Social Network: Roles, Norms, and External Relationships**. In Ordinary Urban Families. London: Tavistock, 1957.

BOURDIEU, P. A representação política. Elementos para uma teoria do campo políticos. In: **O poder simbólico.** Lisboa: Difel, p. 163-207, 1989.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. O campo político. In**: Revista brasileira de ciência política**, v. 3, nº5. Brasília, jan./jul., p. 193-216, 2011.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições no Brasil:** uma história de 500 anos / Ane Ferrari Ramos Cajado, Thiago Dornelles, Amanda Camylla Pereira. – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

CAMARGO, Carla Souza de. **Partidos e Grupos** Políticos num Município do Sertão de Pernambuco / Carla Souza de Camargo. – São Carlos, UFSCar, 2012.

_____. Entre partidos políticos, facções, redes e famílias: o que são os grupos políticos no sertão de Pernambuco? **Cadernos de Campo** (USP. 1991), v. 23, 2014.

CANDIDO, Antônio. The Brazilian Family. In: SMITH, T. Lynn; MARCHANT, Alexander (Ed.) **Brazil, portrait of a continent**. New York: The Dryden Press, 1951.

CANEDO, Letícia B. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). **Pró-posições**, v. 13, n. 3 (39), p. 169-198, 2002.

_____. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís: UFMA, v.8, n.15, jan./jun. 2011.

_____. Ritos, símbolos e alegorias no exercício profissional da política. In: **O Sufrágio Universal e a Invenção Democrática**. São Paulo, estação e Liberdade, 2005, p.477-506.

CAPELA, José Viriato (coord.). **As Freguesias do Distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758**: Memórias, História e Patrimônio. Braga: Barbosa e Xavier, 2006.

CARDOSO, F. H. Partidos e deputados em São Paulo (o voto e a representação política). In: Cardoso, F. H. e Lamounier, B. (Org.). **Os partidos e as eleições no Brasil. Rio de Janeiro**: Paz e Terra, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. Barbacena: a Família, a Política e uma Hipótese. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 20, p. 153-194, 1966.

_____. **A construção da ordem: a elite política imperial**; Teatro das Sombras: a política imperial / José Murilo de Carvalho. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

_____. **Mandonismo, coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual.** Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.

CARVALHO, Manuel Emílio Gomes de. **Os deputados brasileiros às Cortes Gerais de 1821**, Brasília, Senado Federal, 2003.

CARVALHO, Nelson Rojas de**. Geografia política das eleições congressuais.** Monitor Público. Rio de Janeiro, v. 9, pp. 41-47, 1996.

_____. **E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil** / Nelson Rojas de Carvalho. – Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 11, n. 22, pp. 367-384, jul/dez 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLUSSI, Eliane Lucia; DIEHL, Astor Antônio. G**uardados da memória política: o caso dos Vargas**. Passo fundo, RS, Brasil: Universidade de Passo Fundo, UPF Editora, 2008

CORADINI, Odacir L. Grandes famílias e "elite profissional" na medicina no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.3, n.3, p.425-466, 1996.

_____. **Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas** / Odaci Luiz Coradini. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

_____. Escolarização, militantismo e mecanismos de participação política. In: HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla; BARREIRA, Irlys (org.). **Como se fazem eleições no Brasil: estudos antropológicos.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

COSTA, Frederico Lustosa da. **Reforma do Estado e contexto brasileiro: critica do paradigma gerencialista** / Frederico Lustosa da Costa. – Rio de Janeiro: FGV, 2010.

COTTA, M.; BEST, H. Between professionalization and democratization: a synoptic view on the making of the European Representative. In: COTTA, M.; BEST, H. (org.), **Parliamentary representatives in Europe: 1848-2000: Legislative recruitment and careers in eleven European countries,** Oxford: Oxford University Press, 2000.

COTTA, M.; VERZICHELLI, L. Paths of institutional development and Elite transformations. In: BEST, H; COTTA, M. (org.) **Democratic representations in Europe: diversity, change and convergence.** Oxford: Oxford University Press, 2007.

CUNHA, Alexandre Mendes. **Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação.** Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2007.

DAHL, Robert. **Who Governs?** New Haven: Yale University Press, 1961.

DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação.** Pernambuco: PROEX/CECAC Prog. Editorial, 1987.

_____. **Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)**. Rio de Janeiro, 1989.

_____. **Tendências Oposicionista e Situacionista em Sergipe (1945/2000).** Revista do IHGS, Aracaju/Se, Número 33, 2000-2002.

_____. **História de Sergipe República (1889-2000).** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

_____. **A tutela militar em Sergipe: 1964-1984 (partidos e eleições num Estado autoritário)** Ibarê Dantas – 2ª ed. – São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

DANTAS, Luiz Carlos Rollemberg. **Um perfil do Dr. Gonçalo de Faro Rollemberg.** Revista do IHGS, Aracaju, v. 19, n. 24, 108p., 1960.

DANTAS, Orlando Vieira. **Vida patriarcal em Sergipe** / Orlando Vieira Dantas. – Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1980.

DIAS, José Luciano de Mattos. **O jogo e os jogadores: Legislação eleitoral e padrões de competição política.** Rio de Janeiro: Tese de Mestrado, IUPERJ, 1991.

DOLHNIKOFF, M. **O pacto imperial: Origens do federalismo no Brasil**, Globo Livros, 2005.

DUBAR, Claude. **La socialisation.** Paris, Armand Collin, 2000.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro / Brasília, Zahar. ed. UnB, 1980.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.

_____. **The Genesis of the Naval Profession**. Dublin: University College Dublin Press, 2007.

ERICKSON, Gerald D. **The concept of personal network in clinical practice**. Family Process, 1976.

FARIAS, Francisco Pereira de. **Do coronelismo ao clientelismo: a transição política capitalista No Nordeste Do Piauí (1982-1996).** – Campinas, SP, 1999.

FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder.** Formação do Patronato Político Brasileiro. 3ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FELONIUK, Wagner Silveira. **A constituição de Cádiz: Influência no Brasil** / Wagner Silveira Feloniuk. Porto Alegre: DM Editora, 2014.

FERREIRA, Jorge. 1946-1964: **A experiência democrática no Brasil.** Tempo vol.14 no.28 Niterói, June, 2010[255].

FLEISCHER, David V. **Concentração e dispersão eleitoral: um estudo da distribuição geográfica do voto em Minas Gerais 1966/1974**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 4, 1976.

_____. Dimensões do recrutamento partidário. In: David Verge Fleischer. **Os partidos políticos no Brasil.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo**. História Política de Sergipe.** Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, volume 1, 1986.

FIRTH, Raimond. **"Sucessão à chefia em Tikopia".** Cadernos de Antropologia, n. 5, Ed. da UnB, 1974;

FORTES NETO, José Bonifácio. **Democracia de poucos**. Um ensaio de Ciência Política. Aracaju, Livraria Regina, 1963.

_____. **Democracia de raros,** in: Revista brasileira de estudos políticos. Belo Horizonte, UFMG, 1968.

FOSTER, George M. The Dyad Contract: **A Model for the Social Structure of a Mexican** Peasant Village. American Anthropologist 63(6): 1173-1192, 1961.

FREITAS, Edgar. **Economia de Sergipe: análise e propostas** / Edgar Freitas. Aracaju-SE: FANESE, 2006.

GAÏTI, Brigitte. La Science dans la mêlee: usages croisés des discours savant et militants. In: HAMMAN, Philippe; MÉON, Jean-Matthieu; VERRIER, Benoît. **Discours savants, discours militants:mélange des genres.** Paris: L'Hartmattan, p. 293-309, 2002.

GARCIA, Fernando Coutinho. **A lei de ferro da oligarquia e o discurso da participação**, Rev. adm. empres. vol.28 no.2 São Paulo Apr./June 1988

GAXIE, Daniel. **Les logiques du recrutement politique.** In: Revue française de science politique, 30e année, n°1, pp. 5-45, 1980.

_____. **Économie des partis et rétributions du militantisme.** In: Revue française de science politique, 27e année, n°1, 1977, pp. 123-154.

[255] Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100001#nt02, visualizado em 22.10.2019, às 20:02. Visualizado em 26/12/2019, às 23:50.

GINSBURG, Faye. **Quand les indigènes sont nos voisins.** In: L'Homme, tome 32 n°121. Anthropologie du proche. pp. 129- 142, 1992.

GÓIS, Baltasar. **A República em Sergipe (apontamentos para a história)**, Aracaju, Tip. do Correio de Sergipe, 1981.

GOODE, Willlian J.; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa Social**. SP: Campinas Editora Nacional, 1979.

GOYARD-FABRE, Simone. **L'idée de représentation à l'époque de la Révolution française**, EF, nº 2-3, vol. XXV (1989), p. 72, disponível em «http://id.erudit.org/iderudit/035785ar», acesso em 10 de junho de 2014.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil no século XIX** / Richard Graham. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRILL, Igor G. **Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no rio Grande do Sul**. 2003. 452f. Tese de Doutorado em Ciência Política - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. **"Elites", "profissionais" e "lideranças" na política: esboço de uma agenda de pesquisas.** Ciências Humanas em revista, v. 4, p. 71-90, 2006.

_____. **"Heranças políticas" no Rio Grande do Sul**. São Luís: Edufma, 2008.

_____. As fronteiras móveis da "oligarquia" e a "elite política" maranhense. In: MARENCO, A., org. **Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias** [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 135-169, 2013.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Ponghetti, 1925.

HEREDIA, B. A. Entre duas eleições: Relação político-eleitor. In: HEREDIA, B.; TEIXEIRA, C.; BARREIRA, I. (Org.). **Como se fazem eleições no Brasil: estudos antropológicos.** Rio de Janeiro: Relume-Dumatá, 2002.

HOLANDA, Sérgio B. de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HOMEM DE MELLO, Francisco Ignacio. **A Constituição Perante a História**, Rio de Janeiro, 1863.

_____ . **A Constituinte de 1823**. In: A Constituição de 1824, Brasília, Programa Nacional de Desburocratização e Fundação Projeto Rondon, 1985.

KOMITO, Lee. **Politics and clientelism in urban Ireland: information, reputation, and brokerage** (Ann Arbor, Michigan UMI no), 1985.

KUSCHNIR, Karina. **Eleições e Representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

_____. **O Cotidiano da Política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. Uma pesquisadora na metrópole: identidade e socialização no mundo da política. IN: VELHO, Gilberto & KUSCHNIR, Karina (orgs.). **Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

LACERDA, F. Nobre de. **A década republicana em Sergipe.** Aracaju: Imprensa Moderna, 1906.

LANDÉ, C. H. Política de Grupo e Política Diádica: notas para uma teoria. In: SCHMIDT, S. W. et al (eds) **Friends, Followers and Factions.** Berkeley, University, 1977a.

LANDÉ, Carl. Introduction: the dyadic basis of clientelism. Pp. xiii–xxxvii IN: S. W. Schmidt, J. C. Scott, C. Landé, and L. Guasti. **Friends, Followers, and Factions: A Reader in Political Clientelism, Berkeley and Los Angeles**: University of California Press, 1977b.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos.** Ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994.

_____. **Se Falássemos um pouco de política?** In: Política e Sociedade, nº4, abril de 2004, p. 11-40. Disponível em: http://www.sociologia.ufsc.br/

LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas. O processo partidário-eleitoral brasileiro (1945 1964)**. Rio de Janeiro, Iuperj/Revan, P. 133-191, 1999.

LEAL, Aurelino. **História Constitucional do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2002.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o Município e o Regime Representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEANDRO, H. W. S & dos SANTOS, D. W. **"Grandes Famílias" e estruturação do espaço do poder em Sergipe: Grupos Familiares e Dinâmicas do Poder**. Revista Scientia Plena, UFS, Sergipe, v.6, n.12, ago./dez. 2010[256].

LEBARON, Frédéric. **La croyance économique: les écomistes entre Science et politique**. Paris: Seuil, 2000.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOVE, J. L. & BARICKMAN, B. J. Elites Regionais. In: HEINZ, Flávio M. (org). **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar.** Rio de Janeiro: Record, 1993.

[256] Disponível em: http://www.scientiaplena.org.br/ojs/index.php/sp/article/viewFile/315/85. Visualizado em 26/10/2019.

MACEDO, Joaquim Manuel. **Anno biographico brazileiro**. Vol 2, Rio de Janeiro : Typ. e Lithographia do Imperial Instituto Artistico, 1876.

MADEIRA, Rafael Machado. **Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro.** Tese de doutorado em Ciência Política. UFRS-RS. Porto Alegre, 2006. 208p.

MAINWARING, Scott. **Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais. O Brasil numa perspectiva comparada**. In: Novos Estudos CEBRAP. N. 29, pp. 34-58, 1991.

MAINWARING, S. **Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil** Stanford, CA: Stanford University Press, 1999.

MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. Party systems in Latin America. In: MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. (ed.). **Building democratic institutions: party systems.** In: Latin America Stanford, CA: Stanford University Press, 1995.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacifico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia.** São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARENCO, A. **Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 33, p. 87-101, 1997.

_____. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998).** Tese de doutorado (Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2000.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. **Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo no Brasil, Chile e Uruguai**. RBCS Vol. 22 nº. 64 junho/2007.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. in: Mauss, M. **Sociologia e Antropologia.** SP, Cosac Naif, 2003.

MAYHEW, David R. **Congress: The Electoral Connection.** (New Haven: Yale University Press, 1974.

MEIRELLES, J.G. **A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)** [online]. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015.

MESSENBERG, D. **A elite parlamentar do pós-constituinte: atores e práticas.** Brasília: Brasileiense, 2002.

MERCKLÉ. Pierre. **Sociologie dês réseaux sociaux.** Collection repères, Éditions de La Découverte, Paris, 2011.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945).** Rio de Janeiro: Difel, 1979.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos.** Tradução de Arthur Chaudon. Brasilia, Editora Universidade de Brasilia, (coleção pensamento político, 53), 1982.

MITCHELL, J. C. **Social Networks in Urban Situations.** Manchester, UK: anchester University Press, 1969.

MIRANDA, Jorge. **O constitucionalismo liberal luso-brasileiro.** Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

MOISÉS, J. A.; SANCHEZ, B. R. 2014. Representação política das mulheres e Qualidade da Democracia: o caso do Brasil. In: José Álvaro Moisés. (Org.). **O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, v. 1, p. 89-115, 2014.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Barão de. (1689-1755). **O espírito das leis** / Montesquieu; apresentação Renato Janine Ribeiro; Tradução Cristina Murachco. – São Paulo, Martins Fontes, 1996.

MORAES, Alexandre José de Mello. **História do Brasil-Reino e Brasil-Império**. Tomo 1. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

MORENO, J. L. **Who shall survive?: A new approach to the problem of human interrelations.** Nervous and Mental Disease Publishing Co., 1934.

MUCINHATO, R. M. D. 2014. Quem são os deputados brasileiros? Um balanço do perfil biográfico de 1986 a 2012. In: José Álvaro Moisés. (Org.). **O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, v. 1, p. 61-88, 2014.

NASCIMENTO, José Afonso do. **Herdeiros, militantes e patrões políticos: Origens e destinos políticos de bacharéis egressos da Faculdade de Direito da UFS entre 1950-2000.** Tese de Doutorado Universidade Federal de Sergipe. 260 p. 2016.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império (1º e 2º volumes).** Editora Nacional, São Paulo, 1936.

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. **Os homens do Imperador.** In: 9º CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA: Democracias em Recessão? Montevidéu, Uruguai. 2017[257].

NEVES, Lúcia M. Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

[257] Disponível em: http://www.congresoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSVZPIjtzOjQ6IjIwNzMiO30iO3M6MTtoiaCI7czozMjoiNWFlYTUwYzI2M2ZlOTY1MGVhNzJiOGFmYjM5MzQzODciO30%3D, acessado em 06/03/2018 às 15:29.

NICOLAU, Jairo Marconi. **As Distorções na Representação dos Estados na Câmara dos Deputados Brasileira**, in: dados vol. 40 no. 3 Rio de Janeiro, 1997.

NOZOE, Nelson. **Sesmarias e Apossamento de Terras no Brasil Colônia**. Revista Economia, Set/Dez 2006.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: Clientelismo e insulamento burocrático**/ Edson Nunes; prefácio Luiz Carlos Bresser Pereira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., Brasília-DF, 1977.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Franca de. **Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1824.** Tese de doutorado (História Social). Universidade de São Paulo, USP, 2014.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França. **Construtores do Império, defensores da Província1**: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado Nacional e dos poderes locais (1823-1834) [recurso eletrônico] / Carlos Eduardo França de Oliveira – dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. **Notas sobre o comportamento das coligações eleitorais no Brasil (1950-1962)**. Dados, n. 10, p. 166-183, 1973.

OLIVEIRA, Wilson J. F. de. Antropologia, Política e Etnografia: entre fronteiras disciplinares e problemas empíricos (no prelo). In: PERISSINOTTO, R. M., CODATO, A. **Metodologia do Estudo de Elites**, 2013.

OLIVEIRA, João Camilo. **Estratificação Social no Brasil**, São Paulo, Difusão Europeia do Livro e Centro Latino Americano de pesquisas em Ciências Sociais, 1985.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007**. Sociologias, Porto Alegre, n. 18, p. 150-169, jun./dez, 2007.

_____. **Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil.** Curitiba: Ed. Insight, 2012.

PALMEIRA, M. Voto: **Racionalidade ou Significado?** Revista brasileira de Ciências Sociais, n. 20, p. 26-30, 1992.

_____. Política, Facções e Voto. In: GOLDMAN, Marcio & PALMEIRA, Moacir. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

_____. **Eleição municipal, política e cidadania.** Tempo e Presença, n. 310, p.7-15, maio/jun., 2000.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco J. **O Idealismo da Constituição,** 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

_____. **Instituições Políticas Brasileiras.** Brasília: Senado Federal, 1999.

PALMEIRA, Moacir & BARREIRA, C**. Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

PALMEIRA, Moacir & HEREDIA, Beatriz. **Política Ambígua.** Rio Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2001.

PANEBIANCO, Ângelo. PANEBIANCO, A. P**olitical parties: organization and power** Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

_____. **Modelos de Partido: Organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias 1889-1943: a Bahia na Primeira República Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PASSOS SOBRINHO, Josué Modesto dos. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**, Aracaju, UFS, Programa Editorial da UFS, 1987.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação.** São Paulo: Ática, 1990.

PERISSINOTTO, Renato M. e BOLOGNESI, Bruno. **Partidos e Recrutamento Partidário nas Eleições para Deputado Federal em 2006**. Paper apresentado no VI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Campinas, 2008.

PEOPLE, James; BAILEY, Garrick. **Humanity: An Introduction to Cultural Anthropology**, 9th ed. [S.l.]: Wadsworth Cengage learning, 2010.

PETRARCA, Fernanda R. **Construção do estado, esfera política e profissionalização do jornalismo no Brasil**. Revista de sociologia e política, v. 18, p. 81-94, 2010.

_____. **De Coronéis a Bacharéis: reestruturação das elites e medicina em Sergipe (1840-1900)**, Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 37, nº 74, 2017.

PIÇON, Michel; PIÇON-CHARLOT, Monique. A infância dos chefes: a socialização dos herdeiros ricos na França. In; A. M. Almeida e M. A. Nogueira (Eds.). **A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Civis e Políticos: a conquista da cidadania feminina. In: **O progresso das Mulheres no Brasil.** UNIFEM, 2011[258].

PHELIPPEAU, Eric. Sociogênese da Profissão Política. IN: GARRIGOU, A & LACROIX, B. **Norbert Elias: a política e a história**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

[258] Disponível em: http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf, acesso em: 12/07/2018.

PORTO, Walter Costa. **O voto no Brasil** – da Colônia à 6ª República. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. Contribuição para o estudo da sociologia política no Brasil. In:_____. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p.17-43.

_____. Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. et al. **História da Civilização Brasileira.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 172-214, 2006.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias 1889-1943: a Bahia na Primeira República Brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PASSOS SOBRINHO, Josué Modesto dos. **História econômica de Sergipe (1850-1930),** Aracaju, UFS, Programa Editorial da UFS, 1987.

PEREIRA, William E. **Coronelismo e normas de direito eleitoral: da colônia ao império.** Argumenta Journal Law, Jacarezinho – PR, Brasil, n. 24. p. 189-206, 2016.

PORTO, Walter Costa. **O voto no Brasil** – da Colônia à 6ª República. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em Ciências Sociais.** Lisboa: Gradiva, 1998.]]

REIS, Eliana T. **O Iepes do Rio Grande do Sul: "guarda-chuva" institucional e "universidade política" para os militantes de esquerda durante o regime militar.** Revista de História (UFES), Vitória, v. 16, p. 33-56, 2004.

REZENDE, Oswaldo. **Genealogia de tradicionais famílias de Minas**, 1969.

RIBEIRO, Lavina Madeira. **Imprensa e esfera pública: o processo de institucionalização do jornalismo no Brasil (1808 a 1964).** Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudança na classe política brasileira** – São Paulo: publifolha, 2006.

_____. **Partido, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados.** Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Pobres e Ricos na Luta pelo Poder: Novas Elites na Política Brasileira.** Topbooks; 2014.

ROMA, Celso. **Os partidos políticos fazem a diferença.** In: Valor Online. 1o Caderno, 2007.

SAES, D. **A formação do Estado Burguês no Brasil (1888 – 1891).** v. I-II. 334 f. Tese (Livre –Docência). IFCH-UNICAMP, 1982.

SAINT MARTIN, Monique de. **Les stratégies matrimoniales dans l'aristocratie**. In: Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Vol. 59, septembre 1985.

_____. **A nobreza em França: a tradição como crença.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 20 (7), out., p. 148-161, 1992.

_____. **Reconversões e reestruturações das elites: o caso da aristocracia em Franca**. In: Análise Social. Vol. 30; pp. 1023-1039, 1995.

_____. **Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França**. TOMO (UFS), nº 13, 2008.

SANTOS, Fabiano. "Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-1999", in Renato Boschi, Eli Diniz e Fabiano Santos, **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo.** São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2000.

_____. **O poder legislativo no presidencialismo de coalizão** / Fabiano Santos – Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SANTOS, Osmário. **Memórias de Políticos de Sergipe no século XX.** (Org. Afonso Nascimento). Aracaju: Editora J. Andrade, 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Coalizões parlamentares e instabilidade governamental na experiência brasileira (1961-1964). In: David Verge Fleischer. **Os partidos políticos no Brasil.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

SANTOS, Pâmella Synthia Santana. **O ofício de cabo eleitoral: entre campanhas, comícios e o dia a dia da política.** Dissertação de Mestrado PPGS, 2016.

SARTORI, Giovanni, The influence of the Electoral Systems: faulty laws or faulty metods? In: GROFMAN, B., LIJPHART, A. (Eds.). **Electoral laws and their political consequences**. Novayourk: Agthon Press, 1986.

SALDANHA, Nelson Nogueira. **História das ideias políticas no Brasil**, Brasília, Senado Federal, 2001.

SERGIPE, Tribunal Regional Eleitoral. **100 anos de Eleições em Sergipe** / Tribunal Regional Eleitoral – Aracaju: TRE/SE, 2002.

SILVA, Cristina Nogueira da. **Constitucionalismo e Império: a cidadania no Ultramar português**, Coimbra, Almedina, 2009.

SINGER, P. A política das classes dominantes. In: IANNI, O. (org.). **Política e revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SLEMIAN, Andréa. **"Delegados do chefe da nação": a função dos Presidentes de província na nova ordem constitucional no Brasil (1823-1834)**, texto apresentado no Seminário Internacional Brasil: de um Império a outro (1750-1850), São Paulo, Universidade

de São Paulo, setembro de 2005. **Constituição Política do Império do Brasil (1824),** in: Constituições do Brasil. São Paulo: Atlas, 1979.

SOARES, Gláucio A. **"Desigualdades eleitorais no Brasil"**. Revista de ciência política, vol. 7, n. 1, p. 25-48, 1973.

SOARES, José de Ribamar Barreiros. **O papel do deputado federal na República Federativa brasileira.** Brasília a. 48 n. 191 jul./set. 2011.

SCHIMITT, Rogério. Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira. in: **Partidos e coligações eleitorais no Brasil** / Silvana Krause, Rogério Schmitt (org.). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação editorial da Unesp, 2005.

SEIDL, Ernesto. **A espada como "vocação": as "grandes famílias" e o Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930)**, in: Teoria & Sociedade, n. 9, 2002.

_____. **A Espada como "vocação": Padrões de Recrutamento e de Seleção das Elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930).** 1999. 203f. Dissertação de Mestrado em Ciência Política – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

_____. **Escolarização e recursos culturais na composição de carreiras militantes.** Cadernos Ceru, v.1, p. 155-169, 2009a.

_____. **Disposições a militar e lógica de investimentos militantes.** Pro-Posições [online]. vol.20, n.2, pp.21-39, 2009b.

_____. **Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites.** In: Ernesto Seidl, Igor Grill (org.). – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SIMÉANT, Joahanna. Friches, hibrides et contrebandes: sur la circulation et la puissance militantes des ciscours savants. In: HAMMAN, Philippe; MÉON, Jean-Matthieu; VERRIER, Benoît. **Discours savants, discours militants:mélange des genres.** Paris: L'Hartmattan, p. 17-53, 2002.

SOARES, Gláucio Ary. **Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria.** Revista Brasileira de estudos políticos, n. 17, p. 95-124, 1964.

SOBRINHO, Sebrão. **Laudas da História de Aracaju**. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju, 1954.

SOUZA, Amaury. **O cangaço e a política da violência no Nordeste brasileiro**, dados, nº 10, Ij. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1973.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**, por Maria do Carmo Campello Souza; prefácio de Victor Nunes Leal. São Paulo, alfa-Omega, 1976.

SOUSA, Teresinha Oliva de. **Fausto Cardoso: Uma experiência anti-oligarquica?** Recife, UFPE, 1980.

_____. Estruturas de Poder. IN: DINIZ, Diana M. **Textos para a História de Sergipe.** São Cristovão: UFS; Aracaju: Banese, 1991.

SERRÃO, José Vicente. "Tipos de capitanias", in J. V. Serrão, M. Motta e S. M. Miranda (dir), **e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português**. Lisboa, 2016.

SERGIPE, Tribunal Regional Eleitoral. **100 anos de Eleições em Sergipe** / Tribunal Regional Eleitoral – Aracaju: TRE/SE, 2002.

SILVA, Cristina Nogueira da. **Constitucionalismo e Império: a cidadania no Ultramar português**, Coimbra, Almedina, 2009.

SILVA NETO, Casimiro Pedro da. **A construção da democracia: síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das assembleias nacionais constituintes e do Congresso Nacional.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

SLEMIAN, Andréa. **"Delegados do chefe da nação": a função dos Presidentes de província na nova ordem constitucional no Brasil (1823-1834**). Texto apresentado no Seminário Internacional Brasil: de um Império a outro (1750-1850), São Paulo, Universidade de São Paulo, setembro de 2005. Constituição Política do Império do Brasil (1824), in: Constituições do Brasil. São Paulo: Atlas, 1979.

SIMMEL, G. The Triad. In: WOLFF, K. H. (Ed.). **The Sociology of Georg Simmel.** New York: Free Press, 1950.

TINÔCO, Lívia Nascimento. Lei da Ficha Limpa e a inelegibilidade decorrente da condenação por improbidade administrativa. In: **Pontos Controvertidos sobre a Lei da Ficha Limpa.** / ANPR. Belo Horizonte: Del Rey; ANPR, p.139-157, 2016.

VARGAS, Jonas Moreira. "Um negócio entre famílias". A elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). In: HEINZ, Flavio M. (organizador**). História social de elites.** – São Leopoldo: Oikos, 2011.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História da Independência do Brasil,** Brasília, Senado Federal, 2010.

VIANNA, Andrea. **Congresso de machos: participação feminina no parlamento estaciona. Agressões verbais denunciam o apreço que certos congressistas têm pelas mulheres**, Brasília, Congresso em foco[259].

VIEIRA, Bergson Morais. Processo de recrutamento e seleção de candidatos a cargos legislativos no Partido Verde em Sergipe na eleição de 2010. In: **XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e pré-alas Brasil.** UFPI, Teresina-PI, 2012.

[259] Disponível em: http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/congresso-de-machos/. Acesso em: 17 jul. 2018.

VERRIER, Benoît. **Discours savants, discours militants:mélange des genres**. Paris: L'Hartmattan, 2002.

WAGNER, Ana Paula. Uma vida em comum: africanos libertos e seus arranjos familiares em Desterro (1800-1819). In: BRANCHER, Ana Lice; AREND, Sílvia Maria Fávero. **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

WALBEY, Sylvia. **Theorizing patriarchy**. Oxford, Blackwell, 1990.

WEBER, Max. **Ciência e Política, Duas Vocações.** São Paulo, Editora Cultrix, 1998.

WOLF, Eric R. **"Aspects of group relations in a complex society".** American Anthropologist, v. 58, n. 6, p. 1065-1078, 1956.

_____. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: _____. **Antropologia e poder.** Brasília; São Paulo: editora da UnB; Editora da Unicamp; Imprensa Oficial, p. 93-114, 2003.

APÊNDICE 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de entrevista utilizado na Tese

Representação política, redes de sociabilidade e composição de bases de apoio parlamentar: Mudanças e Continuidades na Gramática Política Brasileira.

ROTEIRO DE ENTREVISTA:

I – DADOS INICIAIS:

1. Nome _____2: Idade: _____
3. Espaço de atuação: _____4. Cargo/Função:_____
5. Local de nascimento (Cidade):_____Estado:_____
6.Endereço Atual:_____7. Casado (a): Sim ( ); Não ( )
8.Tempo de casado:_____Formação do cônjuge:_____Idade:_____
Exercício Profissional:_____ 9. Tem filhos: _____
10 Em relação a sua renda, levando em consideração o valor do salário mínimo, quanto aproximadamente seria?
a. ( ) até 5 salários mínimos; b. ( ) de 6 à 10 salários mínimos; c. ( ) de 11 a 20 salários mínimos; d. ( ) acima de 20 salários mínimos.
11. E quanto esta renda representa para o tocante orçamento domestico familiar:
Até 25% ( ); entre 25 e 50%( ); entre 50 e 75%( ); entre 75 e 99%( ); 100%( ).

II – CARACTERÍSTICAS, RELACIONAMENTOS E ITINERÁRIOS NA ESFERA ESCOLAR E FAMILIAR:

12. O senhor pode me dizer como foi sua vida escolar?

Quais colégios estudou (colégio, cidade, Estado etc.). Contar um pouco de sua trajetória escolar.?

1ºgr. A - nome [_____PÚ ( ), PRI ( )]
2ºgr. A - nome [_____PÚ ( ), PRI ( )]

13. E em relação aos seus pais, o senhor pode me dizer qual o nível educacional deles?

Qual o grau de escolarização dos seguintes ascendentes?

	Analfabeto	Lê e escreve	Ens. Fundamental incompleto	Ens. Fundamental completo	Ens. Médio Incompleto	Ens. Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Não sabe Não lembra
Pai									
Mãe									
Avô Materno									
Avó Materna									
Avô Paterno									
Avó Paterna									

14. O senhor pode me dizer qual a profissão deles?

14.a. Comparativamente à situação dos pais, você avalia que houve:

a) ascensão social	
b) não houve alterações significativas	
c) descenso social	

14.b. Você poderia dar exemplos que ilustrassem isso?
_____
_____

14.c. Como você define sua situação de classe:
_____
_____

15. O senhor pode me dizer se seus pais possuem algum tipo de vinculo político/associativo?

Se sim, saberia dizer quanto tempo decorreu desde o primeiro engajamento [_____]
Foi de qual tipo?

Eles participaram/participam de partidos políticos?

não [____]
sim [____]

16. O senhor tem irmãos? ( ) Sim ( )Não

Caso tenha irmãos, indique quantos, a idade, o grau de escolarização e a profissão de cada um:

Nº. de ordem	Idade	Grau de escolarização	Profissão

Trajetória Profissional dos Irmãos:

Nº. de ordem	Setor	Instituição	Cargo	Período

17. Possuem algum tipo de carreira ou vinculo político/associativo?

Se sim, saberia dizer qual o período desse engajamento [_____]
Foi de qual tipo?

18. Eles participaram/participam de partidos políticos?

Não [____]
Sim [____]

III – CARACTERÍSTICAS, RELACIONAMENTOS E ITINERÁRIOS NA ESFERA ASSOCIATIVA E POLÍTICA:

19. Qual a idade do seu primeiro envolvimento com a política? [_____]

Foi de qual tipo?

20. Você já participou/participa de partidos políticos?
Não [____]
Sim [____]

Em caso afirmativo, quais partidos? Quais associações? Quais cargos ocupados e período.

Qual	Cargo/Atividades (simpatizante, filiado, militante, cargos de direção, etc.).	Período

21. Você já participou/participa de associações e movimentos sociais?

não [____]
sim [____]

Em caso afirmativo, quais, cargos ocupados e período.

Qual	Cargo/Atividades (simpatizante, filiado, militante, cargos de direção, etc.).	Período

22. Você já participou/participa de organizações sindicais e profissionais?

não [____]
sim [____]

Em caso afirmativo, quais, cargos ocupados e período.

Qual	Cargo/Atividades (simpatizante, filiado, militante, cargos de direção, etc.).	Período

23. Você já participou/participa de organizações religiosas?

não [____]
sim [____]

Em caso afirmativo, quais, cargos ocupados e período.

Qual	Cargo/Atividades (simpatizante, filiado, militante, cargos de direção, etc.).	Período

24. Você tem alguma religião ou filosofia:

Sim [___]
Não [___]

Em caso afirmativo, qual? [_____]

25. Costuma acompanhar notícias sobre política:

Sim [___]
Não [___]

Em caso afirmativo através de quais meios

Tipo	1-quase todos os dias, 2-uma vez por semana, 3-de vez em quando, 4-nunca, 5- NS/NR
Jornais	
Revistas	
Rádio	
Televisão	
Internet	
Outros	

26. Você participou/participa das eleições?
Sim [___]
Não [___]

Em caso afirmativo através de quais formas

Tipo	Partido/Candidato	Período
Comparecimento a comícios		
Colocou cartazes e adesivos em casa, automóvel, no trabalho.		
Usou broches de algum candidato		
Defendeu seu candidato em conversas com outras pessoas		
Fez algum trabalho gratuito para candidato ou partido, como colocando cartazes, distribuindo propaganda, transportando gente		
Deu dinheiro para a campanha de algum partido		
Outros		

27. Já teve ocupou/ocupa algum cargo público eletivo ou de confiança?

Sim [___]
Não [___]

Em caso afirmativo, quais? (Especificar os cargos e o período):

Cargo	Período

28. Poderia fornecer uma estimativa de quantas pessoas compõem o seu círculo de relações sociais de amizades e em que esferas sua maior parte se concentra?

parentes [___]
vizinhos [___]
colegas de trabalho: [___]
ex-colegas de estudo ou de trabalho: [___]
militantes de movimentos e partidos [___]
membros de organizações religiosas [___]
membros de ONG´s [___]
outros (especificar): [___]

29. E em relação ao senhor, poderia me dizer qual sua relação com a política?

30. O senhor pode me dizer se já atuou em algum outro partido político?

Sim [___]
Não [___]

Em caso afirmativo, qual? [_____]

31. Como foi sua trajetória no interior do (s) partido (s)?

32. Caso tenha vínculos com outros partidos, o que te fez sair deste e engajar-se no Partido Verde?

33. O senhor já se candidatou a algum cargo eletivo neste partido?

Sim [___]
Não [___]

34. Em caso afirmativo, qual? [_____]

35. Diante do que o senhor me relatou, o senhor se considera uma pessoa engajada politicamente?

IV – TRAJETÓRIA E ITINERÁRIO POLÍTICO-PARTIDÁRIA:

36. Qual partido está filiado atualmente? Quanto tempo de filiado? _____

37. E em relação à suas escolhas, o que te fez migrar e/ou engajar-se nesse Partido?

38. O senhor pode me dizer se exerce alguma função dentro do atual Partido? Se sim, qual?

39. O senhor recebe algum tipo de remuneração pela função ocupada dentro do partido?

40. Como o senhor foi escolhido para compor um dos postos de destaque dentro do Partido?

41. Em sua opinião, quem é ou são os responsáveis pelo processo de seleção de candidatos no seu partido? E como ocorre essa seleção?

42. Os critérios de seleção aqui colocados pelo senhor são tomados no âmbito estadual ou nacional?

43. Qual a relação desse partido com o diretório nacional? E com as demais cidades e outros Estados?

44. Em relação a posição ideológica, qual a posição do partido frente ao governo federal, estadual e municipal?

45. A posição nacional interfere nas alianças internas feitas no âmbito estadual?

46. Há alguma relação entre o partido e as alianças que você estabelece? Justifique!

47. O senhor poderia dizer quais características julga importantes para que um indivíduo seja filiado ao seu partido? Ha alguma forma de seleção dos filiados (entrevista, contatos dentro do partido, indicação pessoais)?

48. E em relação ao acesso e permanência à cargos de destaque dentro deste partido, quais características o senhor julga mais importantes para que isso ocorra?

49. Em relação as retribuições ao engajamento, em sua opinião, qual a influência que a posição ocupada pelo senhor exerce no tocante recrutamento e seleção de possíveis candidatos à cargos eletivos?

50. O senhor já se candidatou a algum cargo eletivo pelo Partido? Se sim, quando foi isso? Como foi? A qual cargo foi?

51. Caso ainda não tenha se candidatado, o senhor tem algum tipo de pretensão em se candidatar?

52. O que o senhor acha relevante politicamente para que um indivíduo saia candidato por seu partido?

53. E em relação a ocupações não-eletivas, o senhor já desempenhou algum tipo de função ou cargo por estar vinculado a este ou a outro partido político? Se sim, qual? Quando? E como foi?

54. Em sua opinião, existe tal possibilidade? Há alguma orientação da executiva local, regional ou nacional do partido sobre o processo de recrutamento e seleção dos que deveriam ocupar postos (em secretárias, ONGs etc.) para além do partido?

55. Quais os tipos de retribuições o senhor acha acessível por estar filiado e ocupar alguma posição de destaque no partido?

56. O senhor aciona o seu pertencimento à esta agremiação política em alguns momentos de sua vida particular?

57. Se sim, como se dá tal acionamento?

58. E como o senhor vê este acionamento? Como ele funciona?

59. Qual o impacto que a relação que o senhor estabelece com o Partido provoca em sua vida particular?

59. a. fatores positivos?

59.b. fatores negativos?

60. Em relação ao Partido, como o senhor poderia definir sua trajetória? Como entrou, como ascendeu internamente, quais os motivos que o levaram a chegar a ocupação de tal posto?

61. Em relação às posições ideológicas assumidas pelo seu partido no Estado, levando em consideração uma escala de 1 à 7, sendo que 1 representaria a extrema esquerda e o 7 a extrema direita, como o senhor poderia definir qual posição encontra-se situado?

62. Qual a relação que o Partido estabelece atualmente com a política estadual?

63. E durante o tempo da política, como é gerida tal relação (filiação, apoio etc.)?

64. Em sua opinião qual a relação mais conveniente entre o seu partido e o partido da posição? E com os outros partidos?

V – CARACTERÍSTICAS, RELACIONAMENTOS E ITINERÁRIOS NA ESFERA PROFISSIONAL

65. O senhor pode me dizer qual sua profissão?

66. Você está empregado? Sim [___] Não [___]

67. (para quem respondeu não) Você é:

Aposentado [___]
Pensionista [___]
Desempregado [___]

Dona de Casa [___]
Estudante [___]
Outro [_____]

68. (Aos que responderem Sim)A quanto tempo o senhor desenvolve tal profissão?
Qual sua atuação profissional atualmente?

[_____]

Ramo de Atividade:

Publica [_____]
Privada [_____]
Autônoma [_____]

69. Como foi o processo de ingresso propriamente dito nesta carreira? Onde, quando, por quanto tempo e em que espaços/áreas e desenvolvendo que atividades?

70. Que cargos/funções já desempenhou nesta área ou em outras? Como chegou a cada um deles?

71. O senhor poderia me dizer como foi o processo de ingresso na área que atua no momento?

VI – DIÁRIO DE NEGOCIAÇÃO E REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA/QUESTIONÁRIO

Local da entrevista: _____
Data: _____
Hora início_____término_____
Formas de Negociação da Entrevista:
Direta [_____]
Telefone [_____]
Contato Prévio [_____]
Contato em Congressos, Seminários [_____]
Indireta [_____]
Secretária [_____]
Recomendações de Outros [____]
Aceitação e realização da entrevista:
Sem Reserva, logo após a demanda [____]
Com insistência do Pesquisador [_____]
Somente com Recomendação [_____]

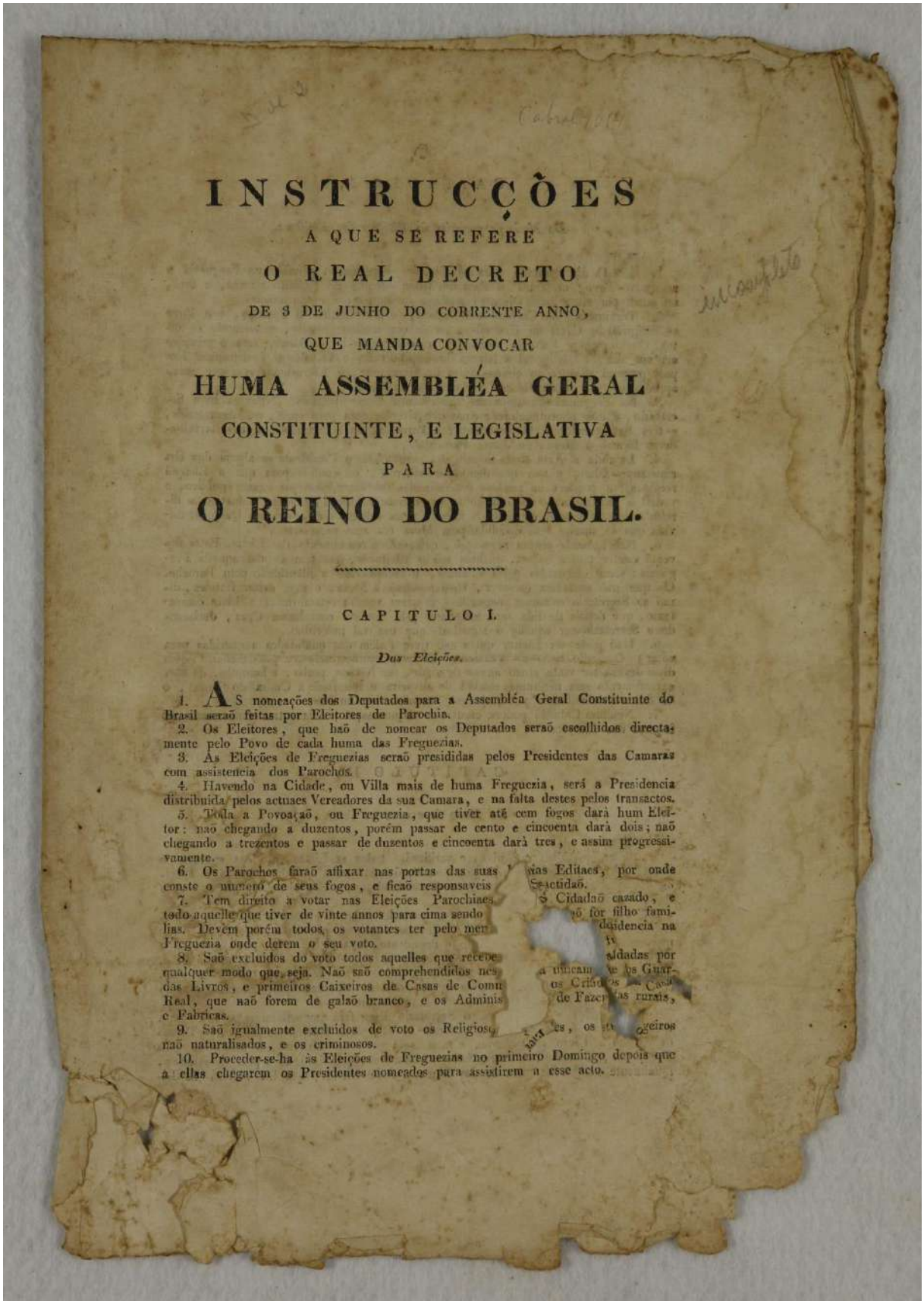
Cenário:
Casa [_____]
Local de Trabalho [_____]
Bares [____]
Parques [_____]
Sede da Organização [_____]
Congresso, seminário [_____]
Outro. [_____]
Aparência
Formal (trajes de trabalho) [_____]
Esportivo [_____]
Informal [_____]
Papel que se atribui na defesa da causa (apresentação de si):
Benévolo [_____]
Expert [_____]
Profissional [_____]
Desempenho durante a situação de entrevista

Arrogante e agressiva (ele iniciará a interação e dirigirá o curso da mesma) [_____]
Reservado [_____]
Humilde, Escusatória (espera seguir o comando dos outros) [_____]
Indagações feitas ao pesquisador:
Não fez indagações [_____]
Sobre o porquê de sua escolha [____]
Sobre os objetivos do trabalho [____]
Sobre os objetivos da entrevista [_____]
Sobre o desenvolvimento da entrevista (tempo, tipos de perguntas, respostas) [_____]
Sobre o desenvolvimento da pesquisa (hipóteses, problema, sugestões) [_____]

ANEXOS:

Anexo 1:
Mapa Político do Estado de Sergipe (Microrregiões).

Anexo 2:
Instruções do Real Decreto de 3 de junho de 1821, convocando assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Reino do Brasil.



INSTRUCÇÕES

A QUE SE REFERE

O REAL DECRETO

DE 3 DE JUNHO DO CORRENTE ANNO,

QUE MANDA CONVOCAR

HUMA ASSEMBLÉA GERAL

CONSTITUINTE, E LEGISLATIVA

PARA

O REINO DO BRASIL.

CAPITULO I.

Das Eleições.

1. As nomeações dos Deputados para a Assembléa Geral Constituinte do Brasil serão feitas por Eleitores de Parochia.
2. Os Eleitores, que hão de nomear os Deputados serão escolhidos directamente pelo Povo de cada huma das Freguezias.
3. As Eleições de Freguezias serão presididas pelos Presidentes das Camaras com assistencia dos Parochos.
4. Havendo na Cidade, ou Villa mais de huma Freguezia, será a Presidencia distribuida pelos actuaes Vereadores da sua Camara, e na falta destes pelos transactos.
5. Toda a Povoação, ou Freguezia, que tiver até cem fogos dará hum Eleitor: não chegando a duzentos, porém passar de cento e cincoenta dará dois; não chegando a trezentos e passar de duzentos e cincoenta dará tres, e assim progressivamente.
6. Os Parochos farão affixar nas portas das suas [illegible]vias Editaes, por onde conste o numero de seus fogos, e ficão responsaveis [illegible]e actidão.
7. Tem direito a votar nas Eleições Parochiaes [illegible]o Cidadão casado, e todo aquelle que tiver de vinte annos para cima sendo [illegible]não for filho familias. Devem porém todos os votantes ter pelo men[illegible]dadencia na Freguezia onde derem o seu voto.
8. Saõ excluidos do voto todos aquelles que recebe[illegible]ddadas por qualquer modo que seja. Não saõ comprehendidos nes[illegible]a unicamente os Guardas Livros, e primeiros Caixeiros de Casas de Comm[illegible]os Criados de Casa Real, que não forem de galão branco, e os Adminis[illegible]de Fazendas rurais, e Fabricas.
9. Saõ igualmente excluidos de voto os Religiosos[illegible]es, os estrangeiros não naturalisados, e os criminosos.
10. Proceder-se-ha ás Eleições de Freguezias no primeiro Domingo depois que a ellas chegarem os Presidentes nomeados para assistirem a esse acto.

CAPITULO II.

Do Modo de proceder às Eleições dos Eleitores.

1. NO dia aprasado para as Eleições Parochiaes, reunido na Freguezia o respectivo Povo, celebrará o Parocho Missa solemne do Espirito Sancto, e fará, ou outro por elle, hum Discurso analogo ao objecto, e circunstancias.

2. Terminada esta Cerimonia Religiosa, o Presidente, o Parocho, e o Povo se dirigirão às Casas do Concelho, ou às que melhor convier, e tomando os ditos Presidente, e Parocho assento à cabeceira de huma Mesa, fará o primeiro em voz alta, e intelligivel a leitura do Capitulo I., e II. destas Instrucções. Depois proporá d'entre os circunstantes os Secretarios, e Escrutinadores, que serão approvados, ou regeitados por acclamações do Povo.

3. Na Freguezia que tiver até quatrocentos fogos inclusive, haverá hum Secretario, e dois Escrutinadores; e nas que tiverem dahi para cima, dois Secretarios, e tres Escrutinadores. O Presidente, o Parocho, os Secretarios, e os Escrutinadores formaõ a Mesa, ou Junta Parochial.

4. Lavrada a Acta desta nomeaçaõ, perguntará o Presidente se algum dos circunstantes sabe, e tem que denunciar soborno, ou conloio para que a Eleiçaõ recaia sobre pessoa, ou pessoas determinadas. Verificando-se por exame publico, e verbal a existencia do facto arguido, (se houver arguiçaõ) perderá o incurso o direito activo, e passivo de voto. A mesma pena soffrerá o calumniador. Qualquer duvida que se suscite será decidida pela Mesa em acto successivo.

5. Naõ havendo porém accusaçaõ, começará o recebimento das Listas. Estas deveraõ conter tantos nomes, quantos saõ os Eleitores, que tem de dar aquella Freguezia: seraõ assignadas pelos votantes, e reconhecida a identidade pelo Parocho. Os que naõ souberem escrever, chegar-se-haõ á Mesa, e para evitar fraudes, diraõ ao Secretario os nomes daquelles em quem votaõ: este formará a Lista competente, que depois de lida será assignada pelo votante com huma Cruz, declarando o Secretario ser aquelle o signal de que usa tal individuo.

6. Naõ póde ser Eleitor quem naõ tiver (além das qualidades requeridas para votar) domicilio certo na Provincia, ha quatro annos inclusive pelo menos. Além disso deverá ter vinte cinco annos de idade, ser homem probo, e honrado, de bom entendimento sem nenhuma sombra de suspeita e inimizade à Causa do Brasil, e de decente subsistencia por emprego, ou industria, ou bens.

7. Nenhum Cidadaõ poderá escusar-se da nomeaçaõ; nem entrar com armas nos lugares das Eleições.

CAPITULO III.

Do Modo de apurar os Votos.

1 RE colhidas, con[illegible]das, e verificadas todas as Listas, a Mesa apurará os votos applicando o mai[illegible]tado, e exacçaõ neste trabalho, distribuindo o Presidente as Letras pelos [illegible]rios e Escrutinadores, e elle mesmo lendo os nomes conteúdos nas mencio[illegible]istas.

2 Terminada[illegible] destas, proceder-se-ha á conta dos votos, e o Secretario fora[illegible]aõ de todos os sugeitos, que os obtiveraõ, pondo o numero em[illegible]aõ o Presidente, e a Mesa verificando, se os que alcançaraõ[illegible]uem os requizitos exigidos, e demarcados no §. 6. do Capitu[illegible]rá em alta vós. No Caso de empate decidirá a sorte.

3 [illegible]to destas[illegible]ões lhe successivo: as duvidas que occorrerem seraõ decididas pela Mes[illegible] decizaõ será terminante.

4 [illegible]icados os[illegible]s, o Secretario lhes fará immediatamente aviso para que c[illegible]nraõ á Caza[illegible] se fizeraõ as Eleições. Entretanto lavrará o Termo destas em o Livro compe[illegible]nte, o qual será por elle subscrito, e assignado pelo Presidente, Parocho, e [illegible]crutinadores. Deste se extrahiraõ as copias necessarias, igualmente assignadas para se dar huma a cada Eleitor, que lhe servirá de Di-

res, e Eleitores; e a dicizaõ he terminante. Achando-se porém legis, dirigir-se-ha todo o Collegio á Igreja Principal, onde se celebrará (pela maior Dignidade Ecclesiastica) Missa solemne do Espirito Santo, e o Orador mais acreditado, (que naõ se poderá escusar) fará hum Discurso analogo ás circunstancias, sendo as despesas como no artigo 6. do Capitulo III.

5. Terminada a Ceremonia tornaraõ ao lugar do ajuntamento, e repetindo-se a leitura dos Capitulos IV. e V., e feita a pergunta do § 4. Capitu II., procederáõ á eleiçaõ dos Deputados, sendo ella feita por cedulas individuas, assignadas pelo votante, e tantas veses repetidas, quantos forem os Deputas, que deve dar a Provincia; publicando o Presidente o nome daquelle, que obtiver a pluralidade, e formando o Secretario a necessaria Relaçaõ, em que fará o nome do eleito, e os votos que teve.

6. Preenchido o numero, e verificadas pelo Collegio Eleitoral as qualidades exigidas no §. 2. do Capitulo IV., formará o Secretario o Termo da eleiçaõ, e circunstancias, que a acompanháraõ: delle se extrahiraõ duas Copias, huma das quaes será remettida á Secretaria de Estado dos Negocios do Brasil, e outra fexada e sellada á Camara da Capital, levando inclusa a Relaçaõ dos Deputados, que sahiraõ eleitos naquelle Districto com o numero dos votos, que teve, em frente do seu nome. Este Termo, e Relaçaõ será assignado por todo Collegio, que desde logo fica dissolvido.

7. Recebidas pela Camara da Capital da Provincia todas as relas dos differentes Districtos, marcará por Editaes o dia, e hora em que prerá á apuraçaõ das differentes nomeações: e nesse dia em presença dos Eles da Capital, dos homens bons, e do Povo abrirá as Cartas, fazendo reecer pelos circunstantes, que ellas estavaõ intactas, e apurando as relações pelethodo já ordenado, publicará o seu Presidente aquelles, que maior numero votos reunirem. A sorte decidirá os empates.

8. Depois de publicadas as eleições, formados, e exarados os neces Termos e Actas assignadas pela Camara e Eleitores da Capital, se dará huma pia a cada hum dos Deputados, e remetter-se-ha outra á Secretaria d'Estado Negocios do Brasil.

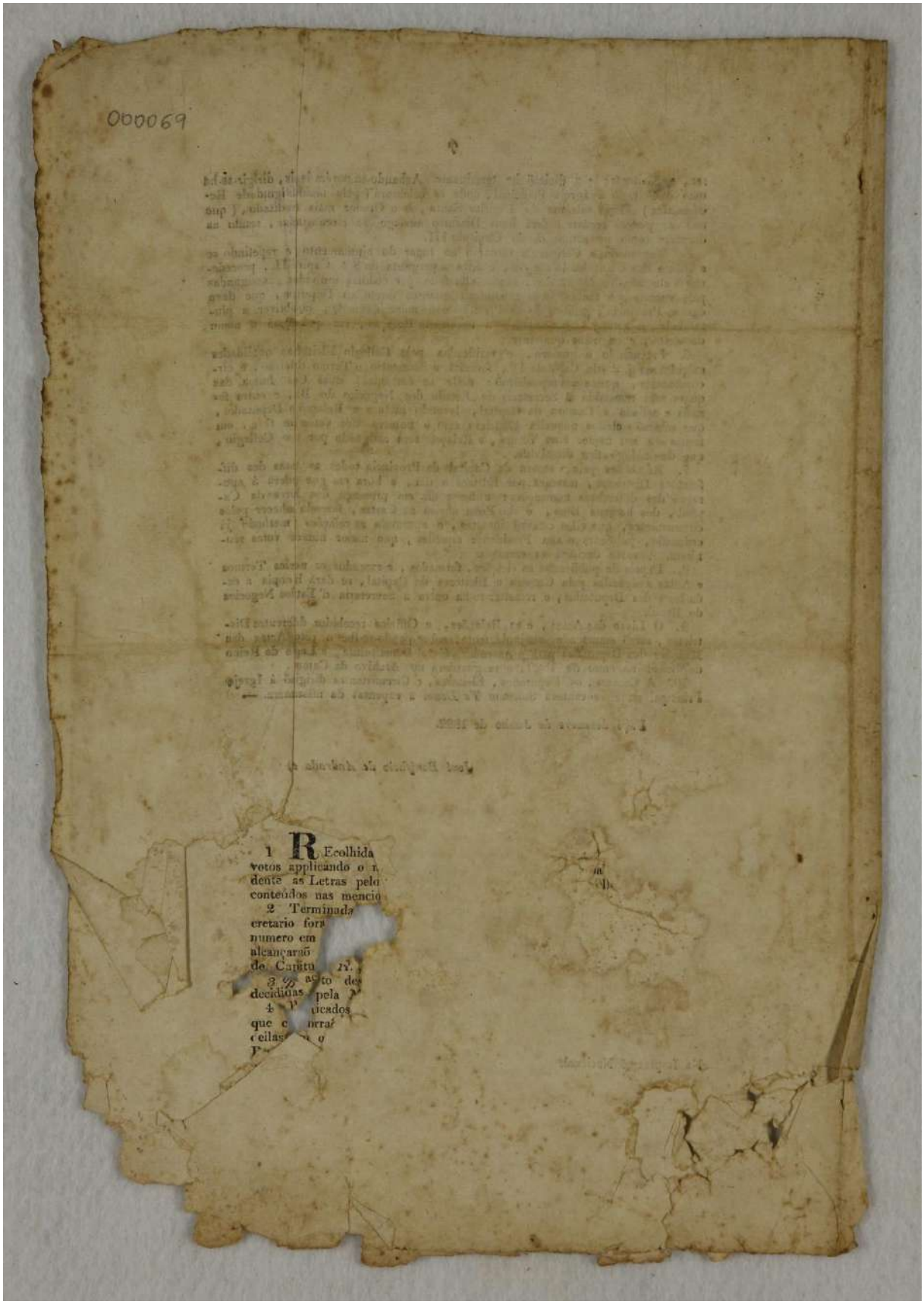
9. O Livro das Actas, e as Relações, e Officios recebidos dos utes Districtos, serão emmaçados conjuntamente, sobre-pondo-se-lhe o rotolo ctas das Eleições dos Deputados para a Assembléa Geral Constituinte, e Legislo Reino do Brasil no anno de 1822; e se guardará no Archivo da Camara.

10. A Camara, os Deputados, Eleitores, e Circunstantes dirigir-se á Igreja Principal onde se cantará Solemne *Te Deum* a expensas da mesma ra. —

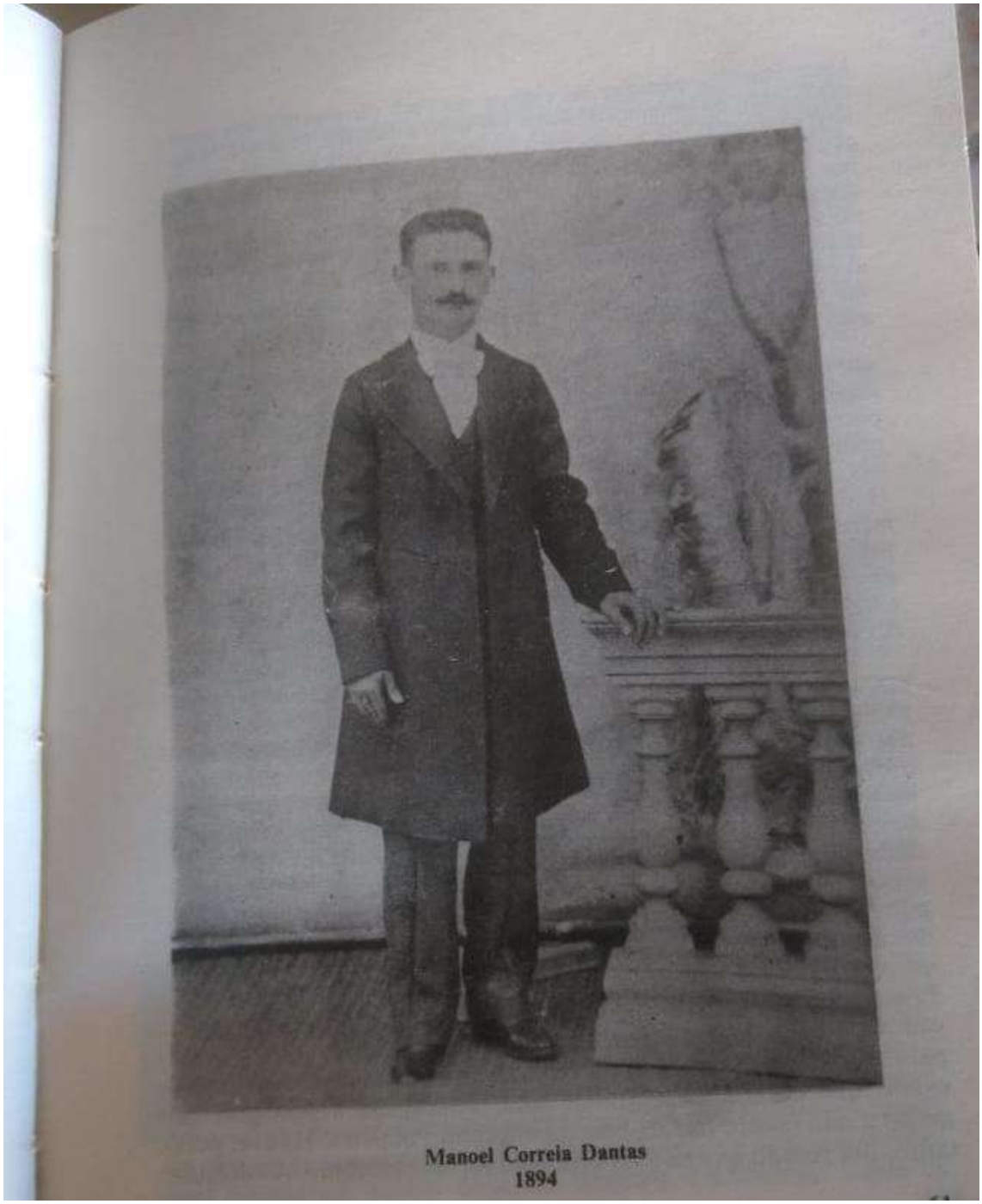
Paço desanove de Junho de 1822.

José Bonifacio de Andrada e Si

Na Impressaõ Nacional.


000069

Anexo 3:
Foto Manoel Correia Dantas (1894)



Manoel Correia Dantas
1894

Anexo 4:
Relação dos deputados da Câmara dos deputados 1857 (por Província).

declarará Deputados aquelles, cujos poderes se tiverem julgado legalmente conferidos; e hum dos Secretarios fará a lista dos approvados.

Art. 9.° Verificada a legalidade dos poderes, se se acharem presentes Deputados em numero de metade e mais hum (3), o Presidente fará remetter ao Imperador, por via do Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, a lista nominal delles (4).

---

(3) O numero total dos Deputados he actualmente de 118 a saber:

Amazonas	1.	Bahia	14
Pará	3.	Espirito Santo	1
Maranhão	6.	Rio de Janeiro	12
Piauhy	3.	Minas Geraes	20
Ceará	8.	Goyaz	2
Rio Grande do Norte	2.	Matto Grosso	2
Parahyba do Norte	5.	S. Paulo	9
Pernambuco	13.	Paraná	1
Alagoas	5.	Santa Catharina	1
Sergipe	4.	S. Pedro do Sul	6

(4) A Camara deve fazer communicação ao Senado logo que nella houver o numero de Membros exigido pelo Art. 23 da Constituição.

Existindo em ambas as Camaras o referido numero, pedirá ao Imperador dia para receber sua Deputação, a qual será encarregada de requerer designação do dia e hora da Missa do Espirito Santo na Capella Imperial, assim como da hora e lugar da Sessão Imperial da abertura.

Quando em ambas, ou em alguma das Camaras, não houver o numero de Senadores e de Deputados para principiarem as Sessões no dia marcado na Constituição, se dará parte ao Imperador pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio, e a mesma participação se fará logo que o numero estiver completo, procedendo-se pela maneira indicada no Artigo antecedente (Regimento Commum Arts. 27, 28 e 29).

Anexo 5:
Relação dos deputados da Câmara dos deputados 1881 (por Província).

(5) O numero total dos deputados é actualmente de 122, a saber :

Amazonas	2
Pará	3
Maranhão	6
Piauhy	3
Ceará	8
Rio Grande do Norte	3

fará a devida communicação ao senado e ao governo, por intermedio do ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, remettendo-se a este a lista nominal dos deputados presentes e pedindo-se na mesma occasião a declaração do dia, hora e logar em que o Imperador receberá a deputação, que tem de requerer a designação do dia e hora da missa do Espirito Santo, na capella imperial, assim como da hora e logar da sessão imperial da abertura da assembléa geral.

Quando não puder abrir-se a assembléa geral no dia marcado na Constituição por não haver o numero exigido de deputados, proceder-se-ha na fórma determinada do art. 29 do regimento commum.(6)

Parahyba	5
Pernambuco	13
Alagôas	5
Sergipe	4
Bahia	14
Espirito Santo	2
Rio de Janeiro	12
Minas Geraes	20
S. Paulo	9
Goyaz	3
Mato Grosso	2
Paraná	2
Santa Catharina	3
S. Pedro do Rio Grande do Sul	6

(6) Quando em ambas, ou em alguma das casas não

Anexo 6:
Engenho Escurial[260]

[260] Localizado no município de Itaporanga D´Ajuda, essa propriedade pertenceu a família Rollemberg por seis gerações.

Anexo 7:
Casarão dos Rollemberg[261]

[261] O Casarão dos Rollemberg é um palacete fundado no ano de 1919 que está localizado na cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe. Palco de importantes discussões políticas, o prédio foi tombado em 1989, como Patrimônio Histórico e Cultural do Estado de Sergipe, pelo então Governador Antônio Carlos Valadares (PST), por ser um referencial arquitetônico de grande importância para história local. Centenário, o Palacete imponente à beira do Rio Sergipe abrigou a tradicional família Rollemberg por décadas. Hoje, o Salão Nobre que foi palco de jantares e recepções oferecidos pelos Rollemberg, sedia o Memorial da Advocacia Sergipana. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Casar%C3%A3o_dos_Rollemberg, visualizado em 18/11/2019 às 15:28.

Anexo 8:
Antônio Dias Coelho e Melo (Barão de Estância)

Anexo 9:
Coronel Gonçalo Rollemberg do Prado

Coronel Gonçalo Rollemberg do Prado

Figura de maior expessão nos meios sociais, comercias, industriais, e políticos do nosso Estado, não poderiamos deixar de prestar esta homenagem ao Coronel Gonçalo Rollemberg do Prado, que é sem favor nenhum, um dos mais expressivos fatores do progresso e do desenvolvimento economico Sergipano, uma vez que é um dos maiores proprietários agricolas, além de fazer parte das mais progressistas emprezas industriais do nosso Estado, as quais dá o seu melhor incentivo.

Homem de tradição dolítica digno de realce, o Coronel Gonçalo Prado, se tem colocado sempre do lado em que acima das paixões faciosas, esteja a felicidade de Sergipe e dos seus conterraneos, que por esta mesmo retribuem-lhe na razão mais direita possivel, o prestigio de que realmente destruta.

Nossas saudações muito sinceras a tão digno sergipano.

Fonte: Cadastro de Sergipe 1949[262].

[262] Disponível em: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=559202347490244&set=gm.747124478649551&type=1&theater. Visualizado em 30.11.2019, às 19:39.